
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CLAUDIA REGONHA SUSTER

**ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA FAMÍLIAS
ACOLHEDORAS: SENTIDOS E SIGNIFICADOS**



Rio Claro
2017

CLAUDIA REGONHA SUSTER

**ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA FAMÍLIAS ACOLHEDORAS:
SENTIDOS E SIGNIFICADOS**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho” - Campus de Rio Claro, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Mestre em
Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Débora Cristina Fonseca

Rio Claro

2017

S964a	Suster, Claudia ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA FAMÍLIAS ACOLHEDORAS: : SENTIDOS E SIGNIFICADOS / Claudia Suster. -- Rio Claro, 2017 209 p. : il., tabs. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro Orientadora: Débora Cristina Fonseca 1. Acolhimento Familiar. 2. Família Acolhedora. 3. Direitos Humanos. 4. Política Pública. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA FAMÍLIAS ACOLHEDORAS:
SENTIDOS E SIGNIFICADOS**

AUTORA: CLAUDIA REGONHA SUSTER

ORIENTADORA: DEBORA CRISTINA FONSECA

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em EDUCAÇÃO, pela
Comissão Examinadora:


Profa. Dra. DEBORA CRISTINA FONSECA

Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP


Prof. Dr. CESAR DONIZETI PEREIRA LEITE

Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Profa. Dra. WANDA MARIA JUNQUEIRA DE AGUIAR

Depto. de Psicologia Social / Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - São Paulo - SP (Videoconferência)

Rio Claro, 30 de novembro de 2017

Dedicado à minha irmã de alma, Camila, por seguir como parte de mim e à Ângela, por tudo
que nos ensinou.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo amor incondicional, pelo apoio nas horas de dificuldade, por respeitarem minhas decisões e estarem sempre ao meu lado. A minha irmã, minha companheira de vida, sem você tudo seria menos colorido. Gratidão por acreditarem em mim quando a confiança estremece, por serem porto seguro e reduto de afeto.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Débora Cristina Fonseca, pela paciência, generosidade e por ter realizado ao meu lado toda travessia. Minha profunda admiração por tudo que contribuiu para meu aprimoramento pessoal e profissional e por ser uma grande inspiração.

Aos professores doutores Wanda Maria Junqueira de Aguiar e César, por atentamente realizarem a leitura deste material e a partir disso, produzirem contribuições para todo meu processo formativo, sempre com tanto cuidado.

A minha equipe de trabalho no Serviço de Famílias Acolhedoras, em especial à, minha Priscila, Juliana e José, por quem nutro profundo carinho e admiração. Me faltam palavras para expressar o quanto vocês foram fundamentais ao longo desses anos, estando ao meu lado e me encorajando a continuar, acolhendo minhas angústias e tornando esse cotidiano tão duro, mais leve e fácil de ser vivido.

As famílias acolhedoras, que tornaram possível a realização deste trabalho. Vocês me ensinam todos os dias sobre o amor. As crianças e as famílias de origem, que me ensinam, para além do amor, sobre resiliência, sobre injustiças e me fazem não desistir de lutar por uma sociedade mais justa para todos.

As minhas grandes companheiras e presentes oportunizados pela pós-graduação: Priscila, Cecília, Elisiane, Carol, Tamyres e Débora. Aos amigos que se espalham pelos cantos em que morei e que nenhuma distancia separa nossos corações: Laysi, Layni, Marina, Cássio, Rique, Lucas. As que me ensinaram, desde muito cedo, o quão melhor a vida se tornava por termos amigos: Andreza, Alininha, Livy e Tamyres. À Luana, minha grande companheira de luta. À Juliana, que desde o início da caminhada pela Psicologia esteve ao meu lado e assim seguimos. Aos colegas Robson, Leonel, Rita e Bruna pelas trocas oportunizadas nesse momento tão importante para todos nós.

Para estes e para os que não descrevo neste texto, mas que marcaram minhas histórias e seguem protegidos nas minhas memórias e coração: tudo foi melhor por ter vocês por perto. Obrigada pelo compartilhar da vida e de tantos sonhos.

Aos coletivos feministas Promotoras Legais Populares e Marias de Luta, por colocarem no meu caminho grandes mulheres e por juntas, andarmos melhor.

Não sei

Não sei se a vida é curta ou longa para nós,
mas sei que nada do que vivemos tem sentido,
se não tocarmos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser: colo que acolhe,
braço que envolve, palavra que conforta,
silêncio que respeita, alegria que contagia,
lágrima que corre, olhar que acaricia,
desejo que sacia, amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo,
é o que dá sentido à vida.
É o que faz com que ela não seja nem curta,
nem longa demais, mas que seja intensa,
verdadeira, pura enquanto durar.

Feliz aquele que transfere o que sabe
e aprende o que ensina.

(Cora Coralina)

RESUMO

O acolhimento de crianças e adolescentes na residência de famílias acolhedoras é uma modalidade de atendimento destinada à crianças e adolescentes com direitos violados. Legitimado junto a política de assistência social foi, em 2006, organizado e normatizado, descritivamente, no Plano Nacional de Proteção, Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária. Considerando ser um serviço inovador no âmbito da proteção social este estudo teve por objetivo conhecer as diferenças relacionais, educacionais e culturais que surgem no processo de acolhimento e os impactos que produzem nas histórias de vida dos membros da família acolhedora. Especificamente, se propôs a compreender as concepções que as famílias acolhedoras constroem sobre a criança, a família de origem e a violação de direito que culminou na medida protetiva; conhecer como ocorrem os processos de vinculação e ruptura de vínculos, pressupostos na ação de acolher e verificar se as diferenças geram conflitos e quais recursos educacionais, psicológicos e sociais as famílias acolhedoras utilizam para enfrentar essas diferenças. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados dois grupos focais: um com os guardiões e cuidadores adultos; e outro com os filhos crianças e adolescentes das famílias acolhedoras. A análise dos dados se orientou a luz da metodologia dos núcleos de significação apreendidos a partir dos conteúdos produzidos pelos grupos focais, orientados pela psicologia sócio-histórica que tem por objetivo encontrar, no particular, a instância da totalidade social. Foram identificados 7 núcleos de significação com os adultos, sendo eles: Núcleo 1 - A vivência dos contraditórios: sentimentos da família acolhedora na experiência do apego e desapego; Núcleo 2 - Desacolhimento: dilemas entre a despedida e a manutenção do vínculo; Núcleo 3 - Valorização versus Desconfiança e culpabilização: sentimentos contraditórios frente a capacidade de proteção da família de origem; Núcleo 4 – Educação: entre a culpabilização e a superproteção; Núcleo 5 - Parentalidade: conflitos e possibilidades permeados por preconceitos, medo curiosidade e amor; Núcleo 6 – Cotidiano do acolhimento e a manutenção de papéis sociais: o feminino e o cuidado frente às facilidades, dificuldades e redes de apoio; Núcleo 7 - A produção de significados e sentidos - Aprender e ensinar; e um com as crianças, o qual foi nomeado como: O acolhimento familiar é compreendido com clareza pelos filhos dos acolhedores e atravessam o processo de mudança experienciando diversos sentimentos: satisfação, medo, saudade, tristeza, alegria, afeto, educação e proteção. Na análise desses núcleos podemos afirmar que a experiência de acolher crianças constitui-se em um processo dialético contraditório, mas de grande potência para a ressignificação das histórias de vida de todos os envolvidos (acolhedores e acolhidos). Também se constitui como uma grande possibilidade de aprendizagem e desenvolvimento de outras formas de ser estar no mundo, ao ser intensamente atravessada por mudanças sociais, culturais e afetivas.

Palavras-chave: Acolhimento Familiar. Família Acolhedora. Direitos Humanos. Política Pública.

ABSTRACT

The sheltering of children and adolescents in foster families is a modality of foster care intended for children and adolescents who have been violated by neglect, abuse or violence. Legitimized with the social assistance policy, in 2006 it was organized and normalized, descriptively, in the National Plan of Protection, the Promotion and Defense of the Rights of Children and Adolescents in Family and Community Living. Considering that it is an innovative service in the area of social protection, this study aims to evaluate the relational, educational and cultural differences that arise in the reception process and the impacts they produce in the life stories of the members of the foster family. Specifically, this work intends to understand the conceptions that the foster families construct on the child, the biological family and the violation of right that culminated in the protective measure; to understand how the processes of attachment and rupture of the relationships occur, assumptions in the action of welcoming. This research anchored in the contributions of socio-historical psychology that aims to find, in particular, the instance of social totality. With the adults, were identified 7 (seven) groups of significance, being: group 1 – The experience with the contradictions: the foster family feelings in the experience of attachment and detachment; Group 2 – The disconnection: dilemma as between farewell and the maintenance of bond; Group 3 – the biological family valuation versus distrust and blame: conflicting feelings about the ability to protect; Group 4 – Education: between blame and over protection; Group 5 – Parenthood: conflicts and possibilities permeated by prejudice, fear, curiosity and love; Group 6 – Daily life of the fostering and the maintenance of social roles: the feminine and the care given to the facilities, difficulties and the support networks; Group 7 – The production of meanings and feelings – teaching and learning; and one (1) more group about the children, who was nominated: The family fostering is understood with clarity by the foster families' children, they go through a process of change experiencing different feelings like: full fulfillment, fear, longing, sadness, joy, fondness, nurturing and protection. In those groups analysis we can affirm that the experience of fostering children constitutes a contradictory dialectic process, but gives a great power for the resignification of the life histories of all those involved (children and foster family). Also constitutes a great possibility of learning and developing other forms of being, since foster families are intensely crossed by social, cultural and affective differences.

Key-words: Foster Care. Foster Family. Human rights. Public policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS.....	15
2 FAMÍLIA: UM CONSTRUCTO SÓCIO-HISTÓRICO	16
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA INSTITUIÇÃO FAMILIAR	16
2.2 CONTEMPORANEIDADE	19
3 INFÂNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	28
3.1 HISTÓRIA DA INFÂNCIA	28
3.2 FAMÍLIA ACOLHEDORA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E JUVENTUDE..	31
3.2.1 O SERVIÇO DE FAMÍLIAS ACOLHEDORAS	46
4 AS CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA: A TRANSMISSÃO DA CULTURA E OS PROCESSOS EDUCATIVOS NO ACOLHIMENTO FAMILIAR	55
4.1 HOMEM ENQUANTO SER SOCIAL CONSTRUÍDO NAS E PELAS RELAÇÕES SOCIAIS	56
4.2 OS PROCESSOS EDUCATIVOS NO AMBIENTE FAMILIAR	58
4.3 SIGNOS, INSTRUMENTOS E A MEDIAÇÃO SEMIÓTICA – ELEMENTOS DO PROCESSO DE HOMINIZAÇÃO	61
4.4 A FAMÍLIA ACOLHEDORA E A DE ORIGEM: AS DESIGUALDADES E A EXCLUSÃO SOCIAL	62
5 A PESQUISA	66
5.1 O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR LÓCUS DA PESQUISA	66
5.2 PARTICIPANTES	70
5.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES	71
5.2.2 BREVE RELATO DO HISTÓRICO DOS ACOLHIMENTOS	73
5.3 PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS	85
6 DESVELANDO AS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS	89
6.1 GRUPO FOCAL ADULTOS - 1ª ENCONTRO	89
6.2 GRUPO FOCAL ADULTOS - 2ª ENCONTRO	91
6.3 NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO.	92
Núcleo 1 - A vivência dos contraditórios: sentimentos da família acolhedora na experiência do apego e desapego.	93
Núcleo 2 - Desacolhimento: dilemas entre a despedida e a manutenção do vínculo.....	106
Núcleo 3 - Valorização versus desconfiança e culpabilização: sentimentos contraditórios frente a capacidade de proteção da família de origem	116
Núcleo 4 - Educação: entre a culpabilização e a superproteção.	129
Núcleo 5 - Parentalidade: conflitos e possibilidades permeados por preconceitos, medo curiosidade e amor....	139
Núcleo 6 - Cotidiano do acolhimento e a manutenção de papéis sociais: o feminino e o cuidado frente às facilidades, dificuldades e redes de apoio	151
Núcleo 7 - a produção de significados e sentidos - aprender e ensinar.	158
6.4 GRUPO FOCAL COM CRIANÇAS - 1ª ENCONTRO	167
6.5 DESVELANDO AS CRIANÇAS ACOLHEDORAS	168
Núcleo 1 - O acolhimento familiar é compreendido com clareza pelos filhos dos acolhedores e atravessam o processo de mudança experienciando diversos sentimentos: satisfação, medo, saudade, tristeza, alegria, afeto, educação e proteção	168
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198

APÊNDICES.....	204
APÊNDICE A – SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA ENTIDADE PARA EXECUÇÃO DA PESQUISA	204
APÊNDICE B – ROTEIRO GRUPOS FOCAIS.....	205
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	207
APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	209
APÊNDICE E – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	211

LISTA DE ABREVIATURAS

CNA – Cadastro Nacional Da Adoção

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNCA - Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CONANDA - Conselho Nacional das Crianças e Adolescentes

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializada

CREAS – Centro de referência especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB - Norma Operacional Básica

NUCL – Norma Urbana Culta Linguística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNCFC - Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

PPA – Plano Plurianual

SAF – Serviço de Acolhimento Familiar

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – RECURSOS FINANCEIROS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO FAMILIAR.....	50
QUADRO 2 – EQUIPE DO SERVIÇO DE FAMÍLIAS ACOLHEDORAS.....	66
QUADRO 3 – ENCONTROS DE FORMAÇÃO DE FAMÍLIAS ACOLHEDORAS.....	68
QUADRO 4 - CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES.....	72
QUADRO 5 – PARTICIPANTES.....	89
QUADRO 6 – PARTICIPANTES.....	90
QUADRO 7 – CRIANÇAS PARTICIPANTES GRUPO FOCAL.....	166

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), administrado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o Brasil tem cerca de 45.571 crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e vivendo em instituições de acolhimento, um número significativo se considerarmos que é um modelo que pouco evoluiu no âmbito da garantia dos direitos da criança e do adolescente. Dos acolhidos, 13.060 estão em instituições localizadas no estado de São Paulo, que lidera o ranking no que tange a quantidade de acolhimentos¹. (CNJ, 2016).

Mesmo após a extinção do mecanismo da Roda dos Expostos, o modelo que se seguiu – fortalecido pelas ideias higienistas da época – manteve o princípio do alijamento da família do contato com as crianças e os adolescentes abrigados em suas instituições e, ainda, revelou-se contaminado pelo preconceito, pelo desconhecimento e pela não profissionalização. (BAPTISTA et al, 2014, p. 95).

O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil é marcado por graves violações de direitos ocorridas dentro das instituições. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de conhecer e ampliar as possibilidades de atendimento à crianças e adolescentes que precisaram ser afastados do convívio de sua família de origem. A complexidade do fenômeno demandou o desenvolvimento do assunto nas próximas seções.

Cumprir mencionar que, embora o rompimento de vínculos parentais e familiares ao longo da história de crianças e adolescentes excluídos socialmente tenha sido uma estratégia adotada para o enfrentamento de questões relacionadas a pobreza ou relativas à questões morais, sempre evidenciou a necessidade de alternativas mais humanizadas para o atendimento desses sujeitos. (VALENTE, 2008).

Nessa perspectiva, o acolhimento familiar, enquanto modalidade de atendimento, ganhou maior visibilidade no cenário brasileiro, em 2006, com a aprovação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC – (BRASIL, 2006). Desde então, mostra-se como campo fértil de intervenção considerando a importância de fomento de uma nova cultura de acolhimento, que implica em “[...] mudanças nas concepções de infância e juventude, nas significações de

¹ Cabe destacar que São Paulo também é o estado com maior número de equipamentos para realizar o acolhimento de crianças e adolescentes. Não é possível afirmar, com esse dado, se os demais estados brasileiros têm serviços suficientes para acolher crianças e adolescentes quando esta medida é inevitável.

vinculação afetiva e nas políticas de assistência à infância e juventude e que contribua para o fortalecimento do paradigma da proteção integral”. (COSTA, ROSSETTI-FERREIRA, 2009, p. 111).

Dentro dessa nova cultura de atendimento encontra-se o serviço de acolhimento familiar que deve ser compreendido como um serviço,

[...] que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente. (BRASIL, 2009a, p. 76).

As mudanças de paradigmas no que tange ao acolhimento de crianças e adolescentes também encontram-se pautadas dentro da Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2004) que ao reordenar as formas de atendimento à crianças e adolescentes com direitos violados, incluiu no rol de serviços socioassistenciais o acolhimento familiar.

A ampliação do conhecimento produzido sobre o tema é destacado por Costa e Rossetti-Ferreira (2009) e Fonseca (2004), que consideram escassas as problematizações com enfoque nos protagonistas: crianças e adolescentes acolhidos, famílias de origem, equipe do programa e família acolhedora. Epistemologicamente, o referido tema deve levar em consideração os processos culturais do país ao produzir um conhecimento consonante com a realidade e ampliar os debates teórico-práticos que permitam a qualificação dos serviços.

É necessário considerar também que a modalidade de acolhimento familiar, apesar de recente enquanto política pública brasileira, é reconhecida e amplamente utilizada como um recurso de atendimento em outros países, tais como Estados Unidos, Canadá, França, Itália, dentre outros. Em 2001, uma lei federal italiana (lei federal 149 – “direito da criança a ter uma família”) previu pela primeira vez, em âmbito mundial, o fechamento dos institutos de acolhimento, propondo uma profunda mudança nas formas de configuração dos acolhimentos institucionais para acolhimentos “tipo familiar”. (ZOLA, 2015, p. 63).

Nesse contexto, mais do que criar equipamentos² que possam vir a oferecer atendimento integral às necessidades de crianças privadas de cuidados parentais, este estudo se propôs a

² Entende-se por equipamento os serviços implantados para executar a política pública. A terminologia é comumente adotada pelas áreas da Saúde e Assistência Social.

compreender os processos relacionais que constituem as dinâmicas das famílias acolhedoras no contato com a criança/adolescente acolhido. Pretendeu-se também, conhecer como as famílias voluntárias lidam com os conflitos produzidos por diferenças relacionais, educacionais e culturais que emergem ao longo do processo de acolhimento.

Tal problematização visa evidenciar as trocas e ressignificações que os processos educativos desenvolvidos com as famílias acolhedoras produzem nas mesmas como na vida das crianças e adolescentes acolhidos. Busca ainda, evidenciar os impactos que essa modalidade de atendimento pode desencadear no desenvolvimento bio-psico-social dos envolvidos. Espera-se, com isso, trazer contribuições para a discussão de políticas públicas, no sentido de se tornarem cada vez mais eficazes, além do aperfeiçoamento dos processos de formação de famílias desenvolvidos dentro dos serviços de acolhimento familiar.

Conhecer a constituição e o modo de funcionamento dos programas é de fundamental importância, pois permite delinear como essas práticas de atenção a crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade estão sendo concretizadas, possibilitando que sejam sugeridas eventuais modificações na estrutura formal e práticas cotidianas. (MARTINS, COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2010, p. 368).

O interesse pelo tema surgiu durante a atividade de trabalho da pesquisadora que, vinculada ao serviço de famílias acolhedoras atuando como psicóloga desde sua implantação, se sensibilizou com a dificuldade de encontrar produções acadêmicas que pudessem refletir e orientar a prática profissional dentro desses espaços, melhorando a qualidade das intervenções e do cuidado oferecido aos envolvidos: crianças e famílias.

As primeiras seções deste trabalho procuraram fazer um resgate histórico sobre as concepções de família ao longo do tempo, a história da infância, passando pelas políticas públicas de proteção à infância e adolescência, com destaque para o acolhimento familiar e as contribuições da perspectiva sócio-histórica acerca da transmissão da cultura e dos processos educativos que orientam a prática de acolher.

A coleta de dados ocorreu por meio de grupos focais, realizados junto aos guardiões e seus filhos. Os encontros grupais foram gravados com auxílio de áudio-gravador e amparado por diários de campo produzidos por dois observadores, além da pesquisadora, que também conduziu a discussão nos grupos. Posteriormente, o material foi transcrito, aproximado aos diários e iniciou-se o processo de análise. As análises utilizaram o procedimento metodológico dos núcleos de significação, proposto por Aguiar et al (2013), organizando o conteúdo dos discursos em pré-indicadores, indicadores e por últimos, núcleos de significação. Os núcleos

de significação têm por objetivo superar a essência das palavras para aproximar-se de sua dimensão mais concreta e portando, mais próxima dos sentidos.

A análise do conteúdo produzido por meio do grupo com os guardiões foi organizado através de sete (7) núcleos de significação, sendo eles: Núcleo 1 - A vivência dos contraditórios: sentimentos da família acolhedora na experiência do apego e desapego; Núcleo 2 - Desacolhimento: dilemas entre a despedida e a manutenção do vínculo; Núcleo 3 - Valorização versus Desconfiança e culpabilização: sentimentos contraditórios frente a capacidade de proteção da família de origem; Núcleo 4 – Educação: entre a culpabilização e a superproteção; Núcleo 5 - Parentalidade: conflitos e possibilidades permeados por preconceitos, medo curiosidade e amor; Núcleo 6 – Cotidiano do acolhimento e a manutenção de papéis sociais: o feminino e o cuidado frente às facilidades, dificuldades e redes de apoio; Núcleo 7 - A produção de significados e sentidos - Aprender e ensinar. O grupo das crianças passou pelos mesmos procedimentos, mas foi organizado em um grande núcleo: O acolhimento familiar é compreendido com clareza pelos filhos dos acolhedores e atravessam o processo de mudança experienciando diversos sentimentos: satisfação, medo, saudade, tristeza, alegria, afeto, educação e proteção.

Os resultados indicam que a prática do acolhimento familiar é marcada por diversos sentidos educacionais, culturais e relacionais, com destaque para a questão vinculação e a ruptura de vínculos, que é atravessada pelo sofrimento dos acolhedores, reconhecendo a intensidade dos afetos que se desenham a partir das relações estabelecidas com as crianças, superando aspectos que naturalizam essa construção. Os processos educativos interferem diretamente nessas relações, uma vez que aprendem a se relacionar com um universo que quase sempre era distante da realidade em que viviam e evidenciam, através de seus discursos a necessidade de continuarem em constante processo reflexivo para reconhecerem as determinações sociais, históricas, políticas, economias e culturais que desencadeiam nas situações de acolhimento, não estigmatizando as famílias de origem ou individualizando questões que são produzidas pela macroestrutura social.

Outro apontamento importante revela o papel de destaque das mulheres no desenvolvimento do acolhimento, reiterando as hipóteses que ainda atrelam os cuidados de crianças e adolescentes às figuras das mães/ figuras femininas, indicando que uma mudança cultural e educacional ainda se mostra necessária para garantia de uma parentalidade desempenhada a partir da equidade entre os gêneros. Os impactos produzidos nas histórias de vida são evidenciados quando, mesmo diante das diversas dificuldades enfrentadas, como as mudanças que ocorrem tanto na rotina quanto na dinâmica familiar, as famílias permanecem

por compreender a importância do papel protetivo que são capazes de desempenhar e valores atribuídos à prática no sentido de apresentar novas formas de estar no mundo para os filhos, perspectivando um novo modelo de sociedade no qual anseiam viver.

As considerações finais indicam que, enquanto indivíduos, o tempo todo estamos em processo de aprendizagem, aprendendo a nos relacionar com o outro e a desempenhar papéis e funções dentro da tessitura social. Esse processo dialético de troca entre os sujeitos e desses com o mundo concreto que os cerca, revela a grande capacidade de ressignificarmos, o tempo todo, nossas histórias e por isso construirmos novos sentidos as experiências. O acolhimento familiar se apresenta como potente recurso para auxiliar crianças a atravessarem os furacões desencadeados pelas rupturas de vínculos provocados pelos episódios de violência, mas mais do que isso, também pode ensinar aos envolvidos a necessidade de desenvolvimento de uma consciência social que supere os paradigmas e preconceitos historicamente construídos que, em muitos momentos, reproduzem através dos discursos que deslegitimam a capacidade protetiva das famílias pobres.

1.1 OBJETIVOS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar e apreender aspectos educacionais, culturais e relacionais que surgem no processo de acolhimento e os impactos que produzem nas histórias de vida dos membros da família acolhedora.

Como objetivos específicos,:

- Compreender as significações que as famílias acolhedoras constroem sobre a criança, a família de origem e a violação de direito que culminou na medida protetiva;
- Apreender como ocorrem os processos de vinculação e ruptura de vínculos, pressupostos na ação de acolher.

2 FAMÍLIA: UM CONSTRUCTO SÓCIO-HISTÓRICO

Ao longo da história humana, as sociedades encontraram mecanismos de proteger seus membros e de garantir a produção e reprodução. Na modernidade, a responsabilidade na proteção social deve ser partilhada entre a família, a sociedade e o Estado, este exercendo poderes e produzindo efeitos nas dimensões sociais, econômicas e afetivas. (ZOLA, 2015; BOCK et al, 2001; MIOTO et al, 2015; GELINSK et al, 2015). Nesse processo, a família passou e continua passando por marcantes transformações e diversos são os aspectos reveladores, que imprimem novas configurações e redesenham as fronteiras e os contornos dos grupos familiares. (BAPTISTA et al, 2008; COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2009). A partir disso e considerando que este trabalho se dá a partir de um serviço de acolhimento familiar, equipamento este intimamente atrelado as concepções de família, o objetivo desta seção é apresentar a influência do sistema econômico, social e político vigente na constituição desses novos arranjos.

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA INSTITUIÇÃO FAMILIAR

Segundo Ariès (1981) a criança, na sociedade tradicional, era inserida no mundo adulto logo após adquirir alguma independência física. A educação estava ligada a aprendizagem que adquiria no convívio com os adultos e a transmissão dos valores, do conhecimento e a própria socialização, por conta disso, não se restringia exclusivamente aos familiares. O papel da família referia-se à conservação dos bens e não estava associada a função afetiva, como ocorreu nos séculos seguintes.

Nos séculos X e XII, a divisão de bens não existia então cada herdeiro cuidava de sua própria herança, mesmo quando casados. Os filhos também não recebiam qualquer adiantamento de sua herança. Durante o século XIII, a situação inverte-se novamente e o homem passa a ter maior autoridade diante do patrimônio da família. A capacidade da mulher declina após o fim da Idade Média e pode-se dizer que único sentimento de família, presente nesse período, era o da linhagem. (ARIÈS, 1981).

Nas famílias camponesas, a relação era diferente, uma vez que vivenciavam estreitamente os laços consanguíneos. Com a dissolução do estado Franco, a tutela do senhor feudal substitui

a proteção dos poderes públicos e a comunidade aldeã passa a fornecer a eles um quadro de organização e defesa mais avançado do que a própria família. (ARIES, 1981).

Com o advento das sociedades capitalistas, pós-revolução industrial inglesa e francesa e o declínio do sistema de produção feudal no final do século XXVIII, o mundo transforma-se radicalmente. A nobreza e o clero são destituídos de seu poder econômico e social e surge uma nova classe dominante: a burguesia. O proletariado, nesse contexto, torna-se a classe dominada e imprescindível para a garantir a nova ordem social. (PATTO, 1990).

A revolução industrial, juntamente com o rápido crescimento urbano, provocou a nuclearização das famílias, fortalecendo os vínculos de privacidade, cumplicidade e afetividade e restringindo-os ao isolamento conjugal, e o afastamento das famílias extensas e de suas redes de cuidados, engendrando o modelo nuclear burguês como a base para a manutenção do novo sistema econômico. Logo, a família monogâmica é resultado do surgimento da propriedade privada. (REIS, 1989; SARTI, 2015).

Independente do momento histórico, a família se constituía (e se constitui), na maior parte das vezes, como a primeira instituição à fazer a mediação entre o indivíduo e a sociedade, proporcionando a criação dos primeiros espaços de objetivação e subjetivação para a construção da identidade. (ZOLA, 2015).

O valor ideológico que havia por trás desse arquétipo foi rapidamente assimilado pelas demais classes sociais, provocando a ruptura com os costumes e padrões comumente observados nas famílias da Idade Média. A noção de casamento entre duas pessoas, coabitação exclusiva, fidelidade, controle do homem sobre a esposa e sobre os filhos tinham como objetivo garantir a descendência consanguínea, assegurando a permanência do patrimônio no núcleo e a passagem da herança aos filhos legítimos. (REIS, 1989; BOCK et al, 2001).

Vale destacar, que anterior ao surgimento do modelo nuclear o homem já havia criado outras formas de organizar-se para assegurar a reprodução e a sobrevivência da espécie, tais como a família consanguínea (casamento entre irmãos no interior do grupo); punaluna (grupo de homens casados com um grupo de mulheres); sindiásmica (casamento entre casais, sem necessariamente morarem juntos) e patriarcal (homem casado com várias mulheres). (BOCK et al, 2001).

As famílias proletárias passaram por períodos anteriores à massificação provocada pelo modelo burguês. As relações internas, os padrões emocionais, a domesticidade e privacidade foram radicalmente transformadas: as mulheres assumem totalmente a educação e cuidados dos filhos, os homens perpetuam-se como os únicos provedores e concomitante à isso, ocorrem as negações e protelação dos desejos sexuais. (REIS, 1989).

A separação da criança do mundo adulto foi fortemente influenciada pelo movimento de moralização dos homens, atrelado a reformadores católicos e protestantes ligados às igrejas ou ao Estado. Nesse movimento, a família torna-se o local da afeição entre cônjuges, pais e filhos e esse sentimento foi expresso principalmente através da importância atribuída aos processos educativos. (ARIÈS, 1981).

Esse sentimento, que surge entre os séculos XIX e XX promove um interesse dos pais em acompanhar os estudos de seus filhos e a partir disso, a família começa a se organizar no entorno da criança, tornando-se impossível a ideia de perdê-la sem dor. A preocupação com os cuidados oferecidos à essa criança também diminuiu a natalidade, uma vez que um número limitado de filhos permitia melhor atenção e cuidados a eles. (ARIÈS, 1981).

A dependência financeira e emocional enraizada por essa estrutura identificava a mulher como ser frágil e menos capaz que os homens. Era no seio da família que ocorriam as primeiras diferenciações entre os papéis sexuais idealizados para os filhos e as filhas, no qual o homem deveria ser educado para a autonomia, o trabalho e a mulher, para a vida doméstica. (REIS, 1989).

Na medida em que a nova economia ganhou força, mais intensamente passou a buscar o lucro e a acumulação do capital. Em consonância à esse movimento, as relações trabalhistas entre o proletariado e os proprietários das máquinas deteriorou-se. O homem passava a vender seu único bem: a força de trabalho. (PATTO, 1990).

Por esse motivo, as cidades sofreram os impactos das transformações econômicas em sintonia com a necessidade do sistema por mão de obra braçal. Nesse contexto, ocorre um intenso movimento de trabalhadores europeus do campo migrando para os centros urbanos. Sem infraestrutura adequada para receber esse contingente populacional, surgem as periferias, apresentando a situação díspar em que viviam os proprietários e o proletariado. (PATTO, 1990).

Um mecanismo redutor do desequilíbrio social, utilizado no Brasil, ao longo do período colonial, foi o acolhimento de crianças como agregados ou filhos de criação pelas comunidades rurais, o que não se via nas grandes cidades. (VENANCIO, 2008 apud ZOLA, 2015). Foi apenas no início do século XX que a classe operária, descontente com a nova ordem, começa a assumir-se como força antagonista ao sistema nos países industrializados.

Nesse passo, Reis (1989) aponta algumas considerações para compreender o sentido da criação das instituições familiares e destaca duas de suas principais funções: a função reprodutora para a manutenção da mão-de-obra e a função reprodutora para a manutenção da ideologia dominante. O autor indica que para cumprir sua função ideológica, ela recebe o apoio

de outros agentes sociais de extrema importância, tais como a educação e os meios de comunicação em massa, como expõe Arendt.

A infância até meados do século XIII, independente de classe social, era submetida a um regime degradante, de humilhação deliberada. O sentimento que a diferencia do mundo adulto, que começou pela ideia de infância frágil, a rebaixava ao nível das camadas sociais mais baixas. Esses recursos, utilizados para assegurar a distinção e a melhoria dos indivíduos, começam a se atenuar ao longo do século XVII, quando os hábitos de escolaridade estavam mais ligados à função social do indivíduo do que sua condição socioeconômica para, no século seguinte, apesar de alguns intelectuais indicarem o contrário, a educação formal tornar-se um ensino longo e clássico restrito a uma única classe social. Ao povo, restava um ensino inferior e exclusivamente prático.

Essa mudança provocou o afastamento da antiga disciplina escolar e uma nova percepção do papel da escola, que deveria despertar nos alunos a responsabilidade do adulto e para isso, entendia-se a necessidade de cuidado e de etapas formativas.

Se a escolarização no século XVII ainda não era um monopólio de uma classe, era sem dúvida o monopólio de um sexo. As mulheres eram excluídas. Por conseguinte, entre elas, os hábitos de precocidade e de infância curta mantiveram-se inalterados da Idade Média até o século XVII. (ARIÈS, 1981, p. 189).

As meninas de famílias mais abastadas não eram mais instruídas do que as das demais camadas sociais e as vezes eram até menos, uma vez que algumas meninas do povo foram alfabetizadas como um ofício. Desde aquele período, a classe social dominante, no caso a burguesia, passou a temer que o povo fosse escolarizado e que isso implicasse na perda da mão de obra braçal, caso ampliassem sua permanência na escola. (ARIÈS, 1981).

Cabe destacar que, atualmente, as organizações familiares e a formatação do sistema político, social e educacional no Brasil parecem fomentar o discurso ideológico que mantém a estrutura da sociedade e as discrepâncias socioeconômicas que vulnerabilizam/fragilizam as relações entre os indivíduos, impedindo-os de se movimentarem pelas esferas sociais.

2.2 CONTEMPORANEIDADE

No século XIV aponta o desenvolvimento da noção de família moderna. Nos séculos XVI e XVII valoriza-se os laços consanguíneos, sem levar em conta valores nascidos de coabitação e da intimidade e o papel da mulher torna-a a enclausurada no ambiente doméstico. Ela perde

gradativamente seus direitos, torna-se incapaz e precisa do homem para autorizá-la. (ARIÈS, 1981).

Nos séculos XIX e XX, ocorre uma contração cada vez maior da família entorno da criança, influenciada por um forte aparato religioso. À exemplo disso, Ariès (1981) menciona que desde meados do século XVI, a criança, na ausência de um padre que possa abençoar as mesas antes da refeição, deveria ser quem proclama uma prece de agradecimento. Essa cena, conhecida como *benedicite*, torna-se um dos principais temas da iconografia do século XVII e não à toa, evocava três forças afetivas: a religiosidade, o sentimento de infância (a criança menor) e o sentimento de família (a reunião de todos em torno da mesa).

Apesar da distância temporal existente desde a ascensão do modelo nuclear burguês enquanto ideal de família, na atualidade é possível identificar que este paradigma persiste em alguns arranjos. Sem fazer padronizações e também não negar a existência de outras formas de organizações familiares, ainda há uma predominância no arquétipo burguês especialmente no que tange à sua força enquanto aparato ideológico de manutenção do *status quo*.

Essa evolução da família medieval para a família do século XVII e para a família moderna durante muito tempo se limitou aos nobres, aos burgueses, aos artesãos e aos lavradores ricos. Ainda no início do século XIX, uma grande parte da população, a mais pobre e mais numerosa, vivia como as famílias medievais, com as crianças afastadas da casa dos pais. O sentimento da casa, do *chez soi*, do *home*, não existia para eles. O sentimento da casa é uma outra face do sentimento da família. A partir do século XVIII, e até nossos dias, o sentimento da família modificou-se muito pouco. Ele permaneceu o mesmo que observamos nas burguesias rurais ou urbanas do século XVIII. Por outro lado, ele se estendeu cada vez mais a outras camadas sociais. (ARIÈS, 1981, p. 271).

O processo de desenvolvimento tecnológico, o êxodo rural (impulsionando a formação das grandes cidades), as complexas transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas especialmente nas últimas décadas produziram marcas significativas nas dinâmicas familiares e comunitárias. (ZOLA, 2015; BOCK et al, 2001; MIOTO et al, 2015; GELINSK et al, 2015).

Na década de 80 do século XX, Parsons (1980 apud ZOLA, 2015) realizou estudos sobre a sociedade americana dos anos 50 e identificou a família como um sistema harmônico e facilitador do equilíbrio social. Funções de gênero eram claramente definidas, uma vez que competia a mulher a esfera privada do lar e dos cuidados dos filhos e ao homem, a esfera pública e do trabalho remunerado. Por essa perspectiva, a solidariedade interna da divisão dos papéis sociais produz a dependência econômica da esposa com relação ao marido bem como o bem-estar e equilíbrio interno para reprodução da sociedade vigente.

Com o processo de privatização da família, Giddens (2003 apud ZOLA, 2015) aponta para o afeto como valor resultante desse processo. A comunicação emocional (baseada no tripé das relações sexuais, relações entre pais e filhos e relações de amizade) é formadora da base relacional familiar e,

[...] em suas interações, gera vínculos e tensões, encerra consensos e dissensos e expõe a felicidades e sofrimentos, quando, diante desses últimos, pode exigir reajustamentos sociais, o que contribui para entender as novas formas de organização do núcleo familiar na atualidade. (ZOLA, 2015, p.51).

Algumas características parecem elucidar essas mudanças, tais como a redução do tamanho dos núcleos familiares, o aumento constante de mulheres chefes de família; o crescimento da distância entre a residência e o local de trabalho nos grandes centros urbanos (reduzindo o tempo de convivência entre a criança e os pais) e as mudanças culturais acerca de papéis parentais e de gênero. (RIZZINI, 2002).

Em consonância á isso, a morfologia familiar e sua dinâmica interna foram se alterando por diversos fatores, com destaque o massivo ingresso das mulheres no trabalho extradomiciliar e a redemocratização das relações sociais, o controle reprodutivo, as novas tecnologias para reprodução humana, os exames de DNA, a multiplicação das famílias monoparentais ,o aumento dos divórcios e separações, casamentos em idade mais tardia, filhos fora do casamento, filhos permanecendo na casa dos pais por mais tempo impactando diretamente nas formas de proteção social oferecida aos indivíduos. Atualmente, essa interdependência entre o trabalho e a organização familiar evidenciam a dificuldade das famílias, com destaque para a mulher, de conciliar esses dois aspectos e dessa forma, manter em equilíbrio a base relacional do núcleo familiar. (ZOLA, 2015; BAPTISTA et al, 2008).

A combinação desses fatores produz novas formas de organização das famílias, como famílias nucleares, extensas, reconstituídas após o divórcio, monoparentais, casais homoafetivos, unipessoais, dentre outras. (ZOLA, 2015; BAPTISTA et al, 2008; SARTI, 2015).

O surgimento desses novos modelos demonstra a prevalência de algumas características, que são analisadas como fenômenos sociais, determinados pela ordem política, econômica e social. Ainda assim, são permeados por valores patriarcais que ultrapassam os limites do tempo e permanece simbolizada como o local privilegiado para assegurar a proteção social, tanto em seus aspectos econômicos como afetivos. Vale ressaltar que, “esses processos que ocorrem nos laços familiares não se dão de modo linear, mas no terreno das contradições, das ambiguidades,

dos conflitos. Transformação e continuidade se aliam quando se trata de família”. (BAPTISTA et al, 2008, p.16).

Nessa mesma perspectiva, o censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010 que capta as mudanças familiares a partir da categoria domicílio, compreende família enquanto conjunto de pessoas que residem em uma mesma casa, e pontuou cinco mudanças mais recentes com relação às organizações familiares da década de 60, sendo estes fortemente influenciados pela entrada das mulheres no mercado de trabalho e a popularização da pílula anticoncepcional. (GELINSKI, 2015).

A pílula concepcional, a partir da década de 60, mostra-se como fator decisivo de interferência na sexualidade feminina, uma vez que recria o mundo subjetivo feminino ao oferecer condições materiais para que a mulher pudesse desatrelar sexualidade à maternidade como um “destino”. Outro fenômeno fundamental atrelado a isso diz respeito ao trabalho remunerado da mulher, que provoca mudanças significativas nos alicerces familiares. Esses fatores afetam o valor sagrado da maternidade atrelado à concepção de mulher e mãe. (SARTI, 2015, p. 24).

Na década de 80, as tecnologias reprodutivas permitiram a dissociação da gravidez à relação sexual entre homens e mulheres, alterando as noções que identificavam família ao mundo natural e as concepções judaico-cristão.

Sabemos que o mundo das significações humano não tem uma relação mecânica com as possibilidades materiais de existência, sendo mediado pelas “traduções” sociais, culturais e psíquicas dessas possibilidades, ou seja, dependem de como são incorporadas pela sociedade e internalizadas pelos sujeitos. (SARTI, 2015, p.24).

Na década de 90, a difusão dos exames de DNA (FONSECA, 2001, apud SARTI, 2003), abrindo caminho para que a paternidade pudesse ser reivindicada, impactando forçosamente na atitude tradicional de irresponsabilidade masculina, implicando-se como recurso de proteção às mães, mas especialmente, às crianças.

Em 2010, o Censo revelou que houve uma queda no tamanho das famílias (de 6,3 filhos por mulher na década de 60 para 1,86 em 2010); aumento da idade média da população e da expectativa de vida (de 45,5 anos em 1940 para 73,48 em 2010); manutenção da taxa de nupcialidade e aumento dos divórcios (a autora chama atenção para a fragilização dos laços familiares); aumento do número de famílias cuja pessoa de referência é a mulher (em 1985 as mulheres responsáveis pelos seus lares contavam 18,2% dos lares e atualmente, 38,7% em 2010

e por último, o aumento do número de famílias unipessoais (categoria que mais aumentou comparado com o ano 2000, que foi de 8,6% foi para 12,1%). (GELINSKI, 2015).

Nesse sentido, Reis (1989) observa que, no final da década de 90, apesar da mulher se libertar da clausura doméstica nas quais vivia, ela não se tornou livre da dominação do homem. Na maior parte dos casos, essas mulheres assumem o trabalho extra doméstico mas continuam sendo as responsáveis pelas atividades domésticas, já que comumente não são remuneradas suficientemente para pagar uma diarista (especialmente nos casos das famílias de baixa renda). De acordo com os indicativos do Censo (2010), essa realidade ainda é retratada com poucas alterações.

A aparente liberdade da mulher ecoou sobre a educação dos filhos, que, no passado, era intensamente vivenciada através do controle e vigia da mãe por conta da domesticidade de suas atividades e com sua saída para o trabalho extra doméstico, não foi possível mais possível sustentar essa atribuição. (REIS, 1989).

Nota-se que a interdependência do trabalho e a difícil conciliação da estrutura doméstica evidenciam as dificuldades das famílias, com destaque a mulher, para conciliar o trabalho remunerado e o trabalho familiar. Nesse sentido, demandam mudanças culturais, apoio e regulação do Estado para apoiar outras formas de proteção social de indivíduos e sociedade:

As políticas sociais públicas de conciliação do trabalho e família, tendo a licença parental em sua dianteira, são observadas apenas nas cidades europeias. Podem representar, juntamente com as políticas de conciliação de tempo para cuidados parentais, ajustes de horários de serviços públicos, importante iniciativa de apoio aos cuidados parentais e de equidade entre os gêneros, medidas facilitadoras de mais equilíbrio nas tensões internas da família. (ZOLA, 2015 p.89).

Nesse sentido, a legislação brasileira tem dado indícios de uma tentativa de mudança desse padrão cultural de atribuir à mãe toda responsabilidade e cuidados com os filhos. Em 2009, após a sanção da lei 12.010, que fez alterações e complementou o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, a antiga terminologia “pátrio poder” é substituída pelo “poder familiar”, compreendendo que o pai não é o poder maior dentro dos núcleos e compartilha com as mães as mesmas responsabilidades no que diz respeito à garantir os direitos e a educação dos filhos.

A massificação dos meios de comunicação, especialmente a televisão, também produziu (e produz) impactos sobre a construção das identidades contemporâneas e da própria cultura:

Essa presença (televisão) provoca um rompimento das distancias culturais e oferece risco da padronização dos valores e costumes, esmagando culturas periféricas. Pode-se pensar, a partir da realidade, que os padrões familiares caminham para uma progressiva padronização, abolindo as formas particulares que caracterizam grupos de diferentes regiões ou segmentos sociais? E as crianças estarão menos subordinadas aos pais por estarem, em idade precoce, em contato com um repertório de informações que não seriam acessíveis às crianças de gerações anteriores? (REIS, 1989, p. 117).

Apesar do padrão burguês apresentar-se com algumas alterações, essas relações intrafamiliares não são vivenciadas de modo pacífico: as experiências pessoais dos membros da família são conflitantes e geram angústia por reativarem o princípio básico da educação burguesa no qual o amor e a autoridade são os pilares. Esses conflitos, por sua vez, aparecem como resultado de uma frustrada necessidade de adotar novos valores e condutas sobre aqueles inculcados pela família. (REIS, 1989).

Como formas de garantir a autonomia e a preservação dos direitos sociais das mulheres, foi criada a Lei Maria da Penha, ainda pouco difundida e de baixa eficácia frente a realidade enfrentada pelas mulheres vítimas de violência, especialmente por conta da ausência de políticas públicas que possam fortalecê-las para realizar a denúncia.

Culturalmente falando, o processo de absorção dessas transformações é lento, mas é possível observar um movimento de fortalecimento dos novos arranjos familiares. Na mesma direção desses apontamentos, a organização internacional do trabalho (OIT), desde a década de 60 incorpora as discussões sobre a temática das responsabilidades familiares e, em 1981, por meio da Convenção 156 e recomendação 165 define “a igual oportunidade de responsabilidade de gênero, masculino e feminino, em relação aos filhos ou outros membros dependentes da família”. (ZOLA, 2015, p.76). No Brasil, essas tratativas não foram ratificadas, mas há empenho da OIT-Brasil em mobilizar as forças envolvidas e assegurar autorização legislativa para sua consecução. (Idem, 2015).

Cabe destacar que a licença parental, introduzida pela primeira vez na Suécia em 1974 hoje é regulamentada enquanto direito em diversos países na Europa. Outros direitos, tal como afastamento do pai ou da mãe do trabalho sem remuneração mas com contrato em vigência por até três anos é possibilitado em países como a França e com algumas variações de tempo, o mesmo ocorre na Itália. Na Noruega, 90% dos pais passam os três primeiros meses de vida acompanhando seus filhos. (ZOLA, 2015).

Ocorre que na realidade brasileira, além da nítida desigualdade econômica, há também a exclusão social que impede os indivíduos de terem garantido seus direitos sociais básicos, tais como: educação, saúde, trabalho, alimentação e habitação. Essa perversa disparidade da qual

cotidianamente milhões de brasileiros são vítimas diz mais do que um desequilíbrio na divisão da renda no país: ela impede que estes vislumbrem oportunidades de inclusão econômica e social. (GOMES; PEREIRA, 2004).

A política econômica do país, ao ser transformada, produziu mudanças para além da vida econômica, incidindo sobre social e cultural, continuamente minimizando as expectativas dessas populações de saírem da condição de pobreza, que os coloca o tempo todo, frente a renúncias. (GOMES; PEREIRA, 2004).

Essa situação, além de afetar diretamente as relações intrafamiliares, pioram as condições de trabalho entre a população pobre, que se lançam em subemprego (ou duplas/triplas jornadas de trabalho) para não ficarem desempregados e em situações que provocam ainda mais privações. Nota-se que o país cresce, fortalece-se como uma nova potência econômica, mas ainda é incapaz de solucionar problemas de ordem social. (GOMES; PEREIRA, 2004).

Segundo Guareschi (2000) *apud* Gomes; Pereira, (2004, p.2005):

Pobreza, fome, miséria, violência e exploração ainda são significantes poderosos a construir nossas sociedades. Enquanto tais, eles resistem e perpetuam uma ordem social que deve ser radicalmente questionada. Questionada quanto às suas condições históricas de produção e reprodução, quanto aos efeitos catastróficos que produz na vida de centenas de milhares de pessoas e também quanto aos seus efeitos simbólicos.

Acerca disso, pulverizam-se os conceitos de vulnerabilidade, divergentes entre muitos autores. Uma possível perspectiva para realizar sua análise é a partir da possibilidade de mobilidade social dos indivíduos dentro das esferas sociais. Por mobilidade social, compreende-se a possibilidade/impossibilidade do indivíduo de veicular pelas estruturas sociais. As impossibilidades não se restringem às condições econômicas: relacionam-se também às questões de raça, etnia, de gênero, dentre outras, e são identificadas como uma ameaça à existência. Guareschi *et all* (2004) afirma que as organizações simbólicas dos indivíduos também se articulam às questões objetivas.

As autoras explicitam que a identificação da situação de vulnerabilidade tende a promover à construção de políticas públicas de enquadramento, especialmente dos jovens:

Dessa forma, quando os jovens são considerados como vivendo fora de situações mínimas estabelecidas pela sociedade, emergem preocupações de políticas públicas no intuito de proporem alternativas. Se, por um lado, as alternativas podem ser vistas como uma concessão de possibilidades a esses jovens de desenvolverem condições iguais às de todos os cidadãos, por outro, podemos questioná-las na sua função de normatização através da ordem social

hegemônica e consequente estigmatização das populações atendidas. (GUARESCHI *et al*, 2007, p 23).

Em convergência, as famílias pobres tendem a experienciar ao longo da vida diversas rupturas, tais como o rompimento de trajetórias educacionais, de trabalho, alterações constantes de moradia, de relações dentre outros e por vezes, a saída temporária ou não de seus membros, a exemplo disso, as situações de acolhimento das crianças. Para as autoras, essas condições vulnerabilizam os papéis masculinos e femininos, retroalimentando um ciclo perverso de rupturas. (BAPTISTA *et al*, 2008).

A carência material não sendo mais suficiente para definir o que é ser pobre, uma vez que estava atrelada apenas ao fator econômico em virtude da exploração do trabalho pelo capital, tendeu a transformar a pobreza em ausência de direitos e dessa maneira, relacionar pobreza e cidadania. Sarti (2003) problematiza o quanto essa mudança no eixo de definição da questão não muda o fato do pobre sempre ser compreendido enquanto o lugar da falta e alerta para a desatenção que essa postura produz quando não valoriza a vida social e simbólica desses indivíduos no que ela representa enquanto potencialidade concreta.

Esta talvez seja a razão pela qual, na PNAS (BRASIL, 2004), as dimensões clássicas que definiam a família, como procriação, sexualidade ou convivência foram superadas e não estão entrelaçadas, concebendo a família enquanto rede de cuidado. (GELINSKI, 2015).

Ainda assim, Sarti (2003) reforça a ideia de que as famílias pobres se configuram em rede, não em núcleo. Apesar dos sistemas de apoio mútuo que constroem, há limites estruturais que se colocam de modo incisivo na vida dessas famílias, tais como as marcas da desigualdade social que acabam por excluir parte das crianças e adolescentes da convivência com suas famílias.

De acordo com a autora, a sobrevivência de grupos chefiados por mulheres só é possível porque há uma mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa as fronteiras de suas casas, como uma rede local que garante a sobrevivência e organiza a vida das pessoas. Contudo, embora as políticas sociais brasileiras compreendam a família na dimensão de rede e considerando esse espaço de sociabilidade como fundamental para o êxito dos programas, ainda transparecem resquícios da concepção de família patriarcal embasados na definição de funções por gênero. (SARTI, 2003).

Dentre as contribuições dos estudos de Sarti (2003) sobre famílias, um aspecto central das referências produzidas pela autora é a superação da noção núcleo, contraposta por sua configuração em rede, desfazendo a confusão existente entre família e unidade domésticas. Em

estudos realizados com famílias pobres, a autora aponta que para essas famílias, há um universo simbólico que atrela a mulher como referência da casa e o homem, ao da família. Esse par, embora complementar, resulta em uma relação hierárquica do homem sobre a mulher, sendo o primeiro o chefe da família e a segunda, a chefe da casa.

Nessa perspectiva, o homem corporifica um lugar de autoridade moral, responsável pela manutenção da respeitabilidade familiar. À mulher, cabe a manutenção da unidade do grupo, através do cuidado e zelo para que tudo esteja em seu lugar.

Sarti (2015) aponta que mesmo no projeto do casamento, que em geral compõem-se por meio de ter uma casa e com isso, um núcleo independente, os vínculos com a rede familiar mais ampla não se extinguem, uma vez que permanecem alguns compromissos e obrigações para com essas relações. A instabilidade das relações conjugais entre os pobres, como destaca a autora, implica em alterações muito frequentes nas unidades domésticas, atrelados as dificuldades enfrentadas para realização de papéis familiares no núcleo conjugal, empregos incertos “desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família” (SARTI, 2015, p. 30)

Se por um lado a vulnerabilidade feminina está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem, que reproduz e reitera diferenciações de gênero que as enfraquece, a vulnerabilidade masculina estaria quando o homem tem o lugar central do provedor, mesmo quando as condições externas para ocupar esse lugar escapam de seu controle (por exemplo, submetido a situações de desemprego).

Ocorre que para a mulher assumir-se como provedora não se mostra como um problema, uma vez que ela sempre trabalhou. Para essas mulheres, o problema acontece quando não consegue manter a dimensão do respeito que é conferida, nesse cenário, através da figura masculina. Dessa maneira, muitas vezes, mesmo quando se assume como provedora, a autoridade moral do homem que assegura a respeitabilidade familiar ainda permanece. (SARTI, 2003).

No estudo realizado por Borsa e Nunes (2011) através do levantamento de artigos publicados em plataformas online sobre maternidade e paternidade revelou que, a despeito de todas as mudanças ocorridas nos papéis sociais e na dinâmica das famílias contemporâneas, as mulheres ainda são destacadas como principais cuidadoras dos filhos bem como do lar. Nessa perspectiva, não surpreende que a maioria dos estudos ainda se voltem para a análise desta relação, em detrimento da relação dos pais com os filhos, reforçando as concepções socialmente construídas que atribuem a função de cuidado da prole às mães.

Por esse viés, o primeiro passo seria o de avaliar o que estão produzindo as ações que visam melhorar as condições desses sujeitos identificados como vulneráveis e se o lugar onde estão sendo colocados não legitima as ausências do Estado em outras esferas (saúde, educação, habitação, segurança pública). Além disso, evidencia-se a necessidade de considerar as desigualdades de gênero, que vem produzindo efeitos perversos sobre a vida das mulheres, especialmente atreladas ao acúmulo de papéis que ainda desempenham frente às famílias e a sociedade em geral.

Assim, buscar compreender os efeitos das políticas públicas de intervenção junto à população atendida pode promover a criação de outras ferramentas potencializadoras para garantir as criações culturais e as formas de perceber a realidade por meio da possibilidade de construção de uma identidade que se oriente por outros paradigmas. (GUARESCHI *et all*, 2007).

3 INFÂNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Conforme é possível perceber, o lugar da criança e da infância propriamente dita mudou em cada momento da história, gradativamente ocupando um lugar diferenciado dos adultos e dentro das relações intrafamiliares. As concepções de infância e desenvolvimento infanto-juvenil dentro da ciência psicológica também divergem quanto a sua epistemologia e ontologia, mas em virtude da orientação teórica e metodológica deste trabalho, optou-se por apresentar aquelas que contextualizem, social e historicamente, esses constructos.

3.1 A HISTÓRIA DA INFÂNCIA

A iconografia religiosa da infância, nos séculos XV e XVI começa a destacar uma iconografia leiga. A criança raramente era representada sozinha nas artes, mas a cena da infância era constantemente retratada, tal como a criança com sua família, com seus pares durante brincadeiras, ressaltada no colo da mãe, brincando, entre outros. Sugere, nesse sentido, duas ideias: do quanto as crianças faziam parte do universo adulto, uma vez que se evidenciavam cenas cotidianas e a ideia de que pintores gostavam de representá-las por sua graça ou jeito pitoresco. Nesses séculos, a noção da criança “engraçadinha” tomou forma. (ARIÈS, 1981).

Ninguém pensava em conservar o retrato de uma criança que tivesse sobrevivido e se tornado adulta ou que tivesse morrido pequena. No primeiro caso, a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança; no segundo, o da criança morta, não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança: havia tantas crianças, cuja sobrevivência era tão problemática. O sentimento de que se faziam várias crianças para conservar apenas algumas era e durante muito tempo permaneceu muito forte. (ARIÈS, 1981, p. 56).

A indiferença estava proporcionalmente relacionada a demografia da época, com altas taxas de mortalidade infantil. Ainda no século XIX, no campo, pela influência do cristianismo, a criança batizada passa a ter uma alma imortal. (ARIÈS, 1981).

Segundo Ariès (1981), o aparecimento do retrato da criança morta no século XVI marcou significativamente a história dos sentimentos. Essa relação com o retrato e consequentemente, com a lembrança, permitiu que as crianças comesçassem a sair do anonimato e a construir um novo sentimento que não apenas o da criança engraçadinha que era um passatempo para os adultos. As crianças mortas eram representadas nos retratos de família segurando uma cruz ou uma caveira, em meio aos demais membros do grupo retratados.

A influência do cristianismo atribuindo uma alma à criança, apesar das altas taxas de mortalidade que acometiam aquele período, foi modificando relação da sociedade com a criança por meio de uma nova sensibilidade que os entende como seres frágeis e ameaçados. A preocupação em vacinar as crianças contra varíola provavelmente favoreceu a multiplicação de outras práticas de higiene, provocando a redução da mortalidade infantil, também influenciada por um maior controle de natalidade, cada vez mais difundido. (ARIÈS, 1981).

Ao encontro disso, a vestimenta das crianças também reiterava o lugar social ocupado por elas. Até o século XIII a criança não aparecia no mundo das imagens. Assim que deixava os cueiros, passava a ser vestida como os demais homens e mulheres de seu entorno. Na Idade Média, a preocupação era se a roupa era suficientemente representativa da hierarquia social a qual pertencia. (ARIÈS, 1981).

Tornou-se hábito no século XVI vestir os meninos com uma saia, vestido e avental e as meninas continuaram a serem vestidas como adultas, até próximo aos quatro, cinco anos. No século XVII, a criança nobre ou burguesa passa a ser vestida de forma diferente da dos adultos. Os meninos pequenos eram vestidos com vestes longas, abertas na frente, diferindo-se dos vestidos das mulheres. (ARIÈS, 1981).

O autor destaca que, esse primeiro traje das crianças foi utilizado pelos adultos um século antes e como não se podia inventar do nada uma roupa para crianças, eles passam a ser adotados como uma forma de separação. A adoção no traje, no final do século XVI coincide com o

período de formação de um novo sentimento sobre a infância, separando-a dos adultos e revelando claramente sua condição social.

Cumpram-se também a distinção de gênero que separava os meninos das meninas, enquanto eles passam a ser vestidos de maneira que melhor possibilite explorar o mundo e brincar, as meninas são vestidas com as mesmas roupas das outras mulheres, como se a infância separasse menos as meninas do mundo adulto do que os meninos.

Nesse sentido, orientado pela questão de gênero, Ariès (1981) destaca que os meninos foram as primeiras crianças “especializadas” e beneficiadas pelo sentimento de infância ao longo da história. Já no final do século XVI e começo do XVII eles começam a frequentar em massa os colégios, o que não acontecia com as meninas, que desde muito cedo eram confundidas com mulheres.

Se nos limitarmos ao testemunho fornecido pelo traje, concluiremos que a particularização da infância durante muito tempo se restringiu aos meninos. O que é certo é que isso aconteceu apenas nas famílias burguesas ou nobres. As crianças do povo, os filhos dos camponeses e dos artesãos, as crianças que brincavam nas praças das aldeias, nas ruas das cidades ou nas cozinhas das casas continuaram a usar o mesmo traje dos adultos: jamais são representadas usando vestido comprido ou mangas falsas. Elas conservaram o antigo modo de vida que não separava as crianças dos adultos, nem através do traje, nem através do trabalho, nem através dos jogos e brincadeiras. (ARIÈS, 1981, p. 81).

Essa cisão que também separava a criança pobre da criança rica ainda pode ser observada na atualidade, quando o tratamento oferecido à elas diverge em função da condição social ocupada.

Referir a existência de um “sentimento de infância”, que surge a partir do século XVII não significa dizer que não havia afeição pelas crianças nos momentos anteriores. Por “sentimento de infância” compreende-se a consciência da diferença entre a capacidade infantil e adulta, o que não acontecia anteriormente, uma vez que ao adquirir mínimas condições de viver sem solicitude constante da mãe ou de uma ama, era inserida no mundo dos adultos sem distinguir-se mais dele. (ARIÈS, 1981).

A partir disso, a preocupação e o apego à infância passam a se direcionar para as questões morais e psicológicas e não mais apenas com distrações e brincadeira para crianças. Nesse contexto, eclesiásticos e homens da lei do século XVI e moralistas do século XVII passam a demonstrar grande preocupação com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Eram sensíveis à infância, mas não por conceber as crianças como brinquedos encantadores, mas sim por enxergarem-nas como frágeis criaturas de Deus e que precisavam de tempo e disciplina

para perseverar. Esse sentimento passou para a família que, no século XVIII, além dos dois sentimentos, associa a eles a preocupação com a higiene e saúde física. A preocupação com a saúde física versava sobre o fato de que, um corpo malformado, frágil, levaria a preguiça, moleza e predisposição à vícios. (ARIÈS, 1981).

Até a metade do século XVII, a primeira infância ia até os 5-6 anos, período que coincide com o momento em que deixavam suas mães ou amas de leite. Aos 7, podiam entrar no colégio. Posteriormente, a entrada na escola foi retardada para os 9-10 anos e até esse momento, as crianças ficavam fora da escola. Essa cisão permitia que compreendessem a primeira infância até os 10 anos e a infância escolar, que aconteceria na sequência. No final do século XIX, essas categorias de idade passam a ser divididas entre os burgueses em virtude da implantação de universidades e grandes escolas. (ARIÈS, 1981).

Até o século XV o estudante não estava submetido à uma autoridade disciplinar relacionada a hierarquia escolar. Ou morava perto de uma escola com sua família ou morava na casa de outra família, que se responsabilizava por sua frequência escolar. É esse cenário que começam a se difundir uma ideia nova de infância e de como esta deveria ser educada para prosperar. (ARIÈS, 1981).

Nesse contexto, emergem duas grandes concepções: a noção de infância e o sentimento de fragilidade e o sentimento de responsabilidade moral dos mestres. Para isso, o sistema escolar gradativamente se transforma em um espaço autoritário e hierárquico, local caracterizado pela vigilância, delação e os castigos corporais, próximo as práticas consensuais em uma sociedade absolutistas. (ARIÈS, 1981).

3.2 FAMÍLIA ACOLHEDORA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E JUVENTUDE

As políticas públicas brasileiras, em meados de 2006, a fim de dar ênfase à proteção social especial, passam a priorizar a reestruturação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, oferecendo às crianças afastadas do convívio familiar outros modelos de cuidado diferente dos antigos orfanatos, educandários, asilos, etc. (BRASIL, 2006).

A prática de afastar a criança/adolescente do convívio familiar não é uma medida recente, por isto, para compreendermos a realidade atual é preciso trazer ao conhecimento o trajeto percorrido dessas discussões nas legislações e políticas destinadas a crianças em medida de proteção.

Cruz (2006) aponta, que em 1551 foi construída no Brasil a primeira casa de recolhimento de crianças, que acolhia crianças indígenas a fim de facilitar a assimilação da cultura, língua e religião portuguesa. Os colonizadores acreditavam que os índios viviam em condições de barbárie e para isso, procuravam promover mudanças na cultura local. Nesse período, conhecido como fase da caridade, o cuidado à infância era desenvolvido pela Igreja e a participação do Estado era inexpressiva. (CABRERA,2013).

No início do século XVIII, o acolhimento deu-se por meio da “Roda dos Expostos”, a primeira instituição brasileira destinada a assistência de crianças abandonadas. A “roda” era estruturada de forma que garantia o sigilo de quem entregava a criança e de quem a recolhia e dessa maneira, ao ser encaminhada para uma família substituta, tinha seu passado apagado. (VENÂNCIO apud CRUZ, 2006; DELL’AGRIO, SIQUEIRA, 2006; VECTORE, CARVALHO, 2008).

Em 1830, a “Roda dos Expostos” passa a ser organizada pelas Santa Casas de Misericórdia ou por ordens religiosas, e tinham o intuito de receber os filhos de relações “ilícitas”, ou seja, que aconteciam fora do casamento: “Assim, a institucionalização da infância visava regular os desvios da organização familiar”. (CRUZ, 2006, p. 36). Posteriormente, acabou recebendo também os filhos de pessoas das camadas populares que muitas vezes os entregavam por falta de condições materiais para mantê-los. (CRUZ, 2006; RIZZINI, 2011).

Essa prática caritativa durou cerca de 150 anos, e gradativamente mostrou-se incompatível com a mentalidade e interesses do século XIX, no momento em que mantê-las poderia simbolizar incentivo a uniões ilícitas. Outras críticas eram tecidas porque este modelo de atendimento feria os princípios da saúde higienista da época, uma vez que muitas crianças morriam dentro desses asilos (alta taxa de mortalidade infantil).

A roda dos expostos revela a escolha histórica do Brasil diante da oferta de cuidado as crianças que não tinham possibilidade de manter-se em suas famílias, uma vez que neste período este mecanismo já havia sido abolido dos países Europeu. (BAPTISTA et al, 2014).

Em meio a proliferação das práticas higienistas e influenciados pelas teorias evolucionistas, a criança nascida em “boa família” era inocente e pura enquanto nas famílias mais pobres, trazia consigo carga genética propensa ao crime e aos vícios. (RIZZINI, 2011).

No campo jurídico do século XIX, as práticas para a punição de crianças estavam atreladas à noção de discernimento, de acordo com o grau de consciência que apresentavam sobre os crimes cometidos. No mesmo ano em que a roda dos expostos passa a ser executada pelas Santas Casas (em 1830) é criado o primeiro código penal brasileiro, denominado Código Criminal do Império, que estabelecia diretrizes relacionadas à juventude em conflito com a lei.

Entretanto, este código não abarcava temas essenciais como os direitos juvenis e ignorava as questões relativas a menoridade. Para serem julgados, os indivíduos passavam por procedimentos subjetivistas, nos quais eram punidos através do discernimento que apresentavam sobre o crime cometido. Nesse processo, o considerado agente criminoso sempre era punido, fosse criança, adolescente ou adulto. (CABRERA, 2013). Nessa concepção, eram constantes as discussões sobre a capacidade de discernir entre os menores de idade e o louco. Com isso, a idade para responder juridicamente passou por variações ao longo do processo histórico. (RIZZINI, 2011).

A forma de se relacionar com a infância e juventude, especialmente a parcela considerada autores de atos criminosos³, não foram revistas de forma significativa no Código Penal de 1890:

Percebe-se, assim, que até o início do século XX aos menores apenas cabia a imputação penal, sem delimitação de direitos e deveres de outra ordem a não ser a criminal, não possuindo, ainda que nessa esfera, qualquer distinção significativa de tratamento jurídico em relação aos adultos. (CABREIRA, 2013, p. s/n).

A partir de 1860 surgiram inúmeras instituições de proteção à infância com o objetivo de oferecer educação para “menores”⁴. Tinham tanto o caráter público como privado, instaurando-se nesse momento, um novo tipo de modelo assistencialista: a filantropia. (DELL’AGRIO, SIQUEIRA, 2006; CABRERA, 2013).

A filantropia organizou a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas, econômicas e morais, que nasceram com o início do século XX no Brasil, juntamente com a República. (DELL’AGRIO, SIQUEIRA, 2006, p.75).

Destaca-se que nesse período havia como objetivo adequar a mão-de-obra nacional aos interesses do mercado capitalista. Um alto contingente de famílias pobres das grandes cidades destinava sua força de trabalho ocupando os pátios das indústrias. Crianças e adolescentes trabalhavam jornadas de até 16 horas, recebendo pouca alimentação e tratamento violento. O ofício era visto como atestado de virtude e condição para ser apropriado na sociedade. A ideologia que perpassava essas relações demarcava à condição de assalariado como um poderoso meio de regulação econômica e social. (RIZZINI, 2011).

³ Naquele período, não havia o conceito de ato infracional, que surge com a promulgação do ECA, em 1990.

⁴ A terminologia menor era utilizada para referir-se a crianças e adolescentes, especialmente os pobres. Foi descontinuado seu uso após o ECA, uma vez que o termo sugere caráter pejorativo.

No início do século XX, o projeto de conduzir o Brasil a um ideal de nação através do desenvolvimento traz à tona a concepção de infância enquanto problema social, refletindo a preocupação com o futuro. A proteção gradativamente se afasta de sua origem caritativa e passa a assumir caráter judicializado, no qual abrigar e amparar seria uma forma de “[...] defender, preservando do mal (a criança e a sociedade)”. (RIZZINI, 2011, p. 83).

As ações governamentais, em sua dimensão política, tinham por intuito desenhar no país um projeto civilizatório e com isso, construir uma identidade nacionalista. O Estado atuava timidamente, mas a legislação já o imputava sobre a responsabilidade de proteção dos direitos infanto-juvenis. (SOUZA, 2008 apud CABRERA, 2013).

Cuidar da criança permeava o imaginário das pessoas como um cuidado com o futuro: “era sobre a criança pobre, filha da pobreza, reprodutora do vício e da imoralidade que a ação pública concentraria seus esforços. Por isso, se dizia ser saneadora e civilizadora a reforma que o Brasil necessitava. (RIZZINI, 2011, p. 107).

Bem como a medicina, a área do Direito também passou a posicionar-se perante as questões relativas à infância. A criminalidade nas ruas passou a ser associada ao aumento do número de crianças nesses locais. (CRUZ, 2006). Para a infância pobre, restava a capacidade de sua família para seguir os padrões de moralidade impostos, caso o contrário, havia correndo risco de perder o direito a exercer a paternidade. A condição social era utilizada como maneira de respaldar dicotomias entre o que as concepções de pobre digno e pobre vicioso. (RIZZINI, 2011).

Em 1924, a Declaração de Genebra e quatro anos depois a Declaração Universal dos Direitos do Homem começa a alterar esse cenário. A Declaração de Genebra, em 1924, contemplada pela declaração Universal dos Direitos Humanos dá início a base da proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, que até então contavam com frágeis instrumentos jurídicos e institucionais. Esse instrumento começa a indicar a necessidade de uma distinção entre a infância e juventude em relação ao adulto. (FRANCO, 2014).

É nesse contexto de influências que são criados o Código de Menores, em 1927 e algumas décadas depois, o Código de 1979. Em ambos, não havia uma distinção entre a criança, o adolescente e o jovem e estavam submetidos a esta legislação todos os menores de 18 anos. Esse período era conhecido como Doutrina da Situação Irregular.

O Código de Menores de 1927 é promulgado no momento em que a sociedade brasileira começa a identificar a necessidade de implantação de políticas econômicas e sociais, influenciados pelo período de pós-guerra na Europa. Ainda que este código significasse, naquele momento, um avanço para a construção do direito à infância e juventude, tendo por

base referências biológicas e psicológicas para compreender o desenvolvimento humano prevendo a assistência aos menores de idade, estigmatizava o adolescente como delinquente, traçando medidas altamente repressoras. (CABRERA, 2013; Camargo, 2005).

Segundo Cabrera (2013) apud Melo (2010, p. 165), “[...] uma série de situações eram caracterizadas como irregulares, a maioria delas referidas à pobreza ou a vagos padrões de condutas dissonantes da camada dirigente”. Como consequência, medidas drásticas eram tomadas, especialmente aquelas para as crianças e adolescentes de suas famílias e institucionalizá-los.

O código de 1927 oscilava por suas vias: uma em que a criança deve ser protegida e outra em que a sociedade devia ser protegida dessa criança. Para tanto, o Estado criou suas formas de “cuidar” dessa situação, internando os adolescentes nos modelos prisionais já conhecidos, com a intenção de corrigi-los e educá-los. A disciplina e o trabalho tornam-se os artifícios utilizados na tentativa de reverter os “delinquentes”. (CRUZ, 2006).

Em dezembro de 1964 é instituída a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), com o intuito de aplicar, através de uma metodologia terapêutica-pedagógica a “reeducação” e reintegração do “menor” à sociedade. Vale ressaltar que, de modo paradoxal, a fundação era conhecida como sendo a “escola do crime”, reafirmando o papel equivocado que o Estado vinha tomando frente à essas questões.

Como destaca Fonseca (2006), os familiares das crianças e adolescentes institucionalizados nem sempre viam com maus olhos essas instituições. As condições de vida, muitas vezes tão difíceis, envolvendo desemprego, falta de moradia, rejeição das crianças por parte de um novo companheiro, fazia com que algumas famílias buscassem esses locais para entregar seus filhos. Às vezes, era utilizado como forma de punir um filho desobediente, por exemplo.

De qualquer forma, as mães que se encontravam nessas situações e precisavam desses arranjos temporários, as vezes entregue a “crecheiras” ou mães de criação, quase sempre exprimiam o desejo de reaver seus filhos, assim que a vida melhorasse. (FONSECA, 2006).

No final da década de 80, é promulgada a Constituição Federal de 1988, que promoveu o estado democrático e limitou o poder do Estado nas esferas municipais, estaduais e federal.

Ao longo do século XX, a ONU – Organização das Nações Unidas, viabilizou a discussão de diversas normativas específicas voltadas para a defesa dos interesses de crianças e adolescentes, com destaque para a Convenção sobre os direitos da criança em 1989. A convenção teve como eixo norteador o direito da criança de viver e ser educada no seio de uma

família, compreendo essa instituição como base da sociedade, reconhecendo esses sujeitos em sua condição peculiar de desenvolvimento. (FRANCO, 2014).

Mas foi a partir da Constituição Federal de 1988, a sexta elaborada no país e anterior ao próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que abarcou a luta de alguns movimentos sociais bem como discussões realizadas no cenário internacional sobre a infância e adolescência, com o intuito de construírem no Brasil um novo paradigma. Naquele mesmo ano, a opinião pública manifestou-se a favor de uma emenda popular que inscreveu à Constituição o artigo 226 e 227 (ampliada recentemente pela Emenda Constitucional nº 65 em 2010), fortalecendo a doutrina da proteção integral da infância e juventude, reforçando o papel do Estado nessa parceria e o direito a convivência familiar e comunitária. (CABRERA, 2006; COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2009):

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1990, Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010⁵).

Com a Constituição Federal de 1988 a criança/adolescente passa a ter seus direitos inscritos em lei mas efetivamente, um salto qualitativo nas discussões brasileiras foi em 13 de julho de 1990, quando é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, incluindo neste os princípios de outras legislações internacionais, tais como a Declaração dos Direitos da Criança (ratificada em outubro de 1990, após aprovação em Assembleia Geral das Nações Unidas), as Regras mínimas das Nações Unidas para administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing e as Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da Delinquência Juvenil.

A redemocratização, a mudança de paradigma dos cuidados à infância e o papel do Estado foram radicalmente modificados como resultado da força dos movimentos sociais, das políticas públicas e das novas orientações legislativas que começavam a reestruturar o país. Conforme exposto anteriormente, até este momento, havia uma distinção entre os filhos das classes dominantes e os filhos das classes excluídas, pautando os últimos em categorias baseadas no

⁵ Em 2010 a Emenda Constitucional ampliou o artigo ao incluir, além da criança e adolescente, o jovem como prioridade absoluta.

direito penal do menor e na doutrina da situação irregular. O atendimento, até este momento, era baseado no assistencialismo ou na segregação.

Essas conjunturas desencadearam, durante décadas, na proliferação de grandes abrigos de crianças e adolescentes, marcando a vida dos internos com graves violações de direitos e reforçando a cultura de institucionalizar a pobreza. Baseado neste cenário o ECA preconiza a doutrina da proteção integral, na qual a criança e o adolescente ocupam o lugar de sujeitos de direito, e cria o Sistema de Garantia de Direitos, envolvendo diversos segmentos da sociedade para efetivação da lei.

Essa legislação passa a proferir especialmente sobre as situações de violação de direitos, com ênfase nas situações que envolvem o afastamento da criança/adolescente de suas famílias.

O Estatuto tem como um de seus princípios norteadores a garantia da convivência familiar e comunitária com ênfase na provisoriedade da medida de afastamento do convívio familiar, no entanto, esse direito nem sempre era preservado ao longo do acolhimento.

A promulgação do ECA dá ao Brasil o título de pioneiro, dentre os países latino-americanos, a ter uma doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente, o reconhecimento destes como sujeitos de direitos, como pessoa em condição especial de desenvolvimento e prioridade absoluta para a família, Estado e sociedade. (ZOLA, 2015).

Em 1993 o Congresso Nacional sanciona a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), organizando a Assistência Social e reafirmando a Política de Seguridade Social não contributiva, realizada através de ações integradas, de iniciativa pública e da sociedade, que visam atender as necessidades básicas a todos cidadãos.

Em seu artigo 2º ⁶, a LOAS (1993) pressupõe em seus primeiros objetivos o cuidado com a criança:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 - II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
 - III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 - IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 - V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos

⁶ Destaca-se que este texto faz referência a primeira publicação da LOAS em 1993. Nos últimos anos, alguns artigos sofreram modificações/ampliações e outros foram revogados. A parte transcrita nesse texto foi preservada e se mantém na legislação até o momento.

sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Na década seguinte a promulgação do ECA, em 2003, o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA revelava, dentre muitas outras problemáticas, os principais motivos do acolhimento de crianças e adolescentes no país: pobreza (24,2% - Carência de recursos materiais da família/ responsável), abandono pelos pais ou responsáveis (18,9%), violência doméstica (11,7% - compreendida como maus-tratos físicos e/ou psicológicos praticados pelos pais ou responsáveis), pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoolistas (11,4%) e vivência de rua (7%). (IPEA, 2003).

Conforme aponta Silva (2004 apud VALENTE, 2008) “as consequências da desigualdade social e da pobreza teriam como resultado a produção social de crianças vitimadas pela fome, por ausência de abrigo ou por morar em habitações precárias, por falta de escolas, por doenças contagiosas, por inexistência de saneamento básico” (p. 44).

Nessa perspectiva, a pobreza aumenta os fatores de vulnerabilidade e de risco, criando condições para que as crianças mais pobres estivessem muito mais expostas as situações de abandono, violência e negligência. Dito de outra forma, a pobreza não poderia ser indicada como único fator explicativo das formas de violência, que é um fenômeno complexo, porém, há que se considerar sua influência.

Considerando as condições de vulnerabilidade, a família deveria ser inserida em uma rede de atendimento para aquelas que não conseguissem cumprir suas funções parentais por carência material, conforme já preconizava o ECA:

Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder.
Parágrafo único. Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio.⁷ (BRASIL, 1990).

No atendimento as crianças pobres, o IPEA também observou a frequente relação entre a Igreja e entidades sociais. No ano de 2003, 65% dos serviços de acolhimento institucional do país eram administrados por entidades não governamentais e destas, 67,2% com significativa influência religiosa. (IPEA, 2003).

⁷ O trecho transcrito do ECA refere-se ao período anterior as modificações/ampliações realizadas através da lei 12.010/2009.

Outros fatores apresentados pelos dirigentes dos serviços de acolhimento indicavam que os motivos que engendram a medida protetiva se perpetuam e dificultam a reintegração familiar, evidenciando a baixa eficácia na articulação das políticas públicas para atender as famílias, conforme orientado na legislação.

Nesse contexto, cabe uma breve reflexão sobre o familismo, prática do Estado que responsabiliza a família pelo bem-estar social e ignora a baixa oferta de serviços oferecida à essas populações. Esse conceito, originário do modelo tradicional de família que tem o homem enquanto provedor centraliza a ação pública na família para que ela dê conta de proteger seus membros (solidariedade), diferente de um sistema pró-família, que oferece cuidados a família para o exercício do cuidar. Além disso, o familismo naturaliza as funções protetivas feminina e da família enquanto reprodutora do status quo, desresponsabilizando a ação pública: [...] quer pela omissão e, também, pelo compartilhamento de metas ambiciosas, diante de situações adversas e de difícil solução, com poucos investimentos”. (FÁVERO et al, 2008, p.59).

Com a afirmação da individualidade, fenômeno que se acentuou significativamente com o passar dos anos, novos conflitos emergem oriundos das obrigações e responsabilidades previstas pelos vínculos familiares. Na família pobre, esse conflito aparece de forma menos expressiva e as relações familiares são marcadas por um padrão tradicional de hierarquia e autoridade. (SARTI, 2003).

Embora para essas famílias haja dificuldade de afirmação individual tanto para o homem como para a mulher, a mulher ainda permanece em uma posição subordinada na hierarquia familiar, de maneira geral. Essa dificuldade, como aponta Sarti (2003) é incongruente com as obrigações que assume diante dos membros do grupo familiar que, quase sempre, prevalecem sobre seus projetos individuais.

Outro aspecto importante com relação à baixa eficácia na articulação de políticas públicas que viabilizem o retorno das crianças acolhidas à suas famílias são os conhecimentos insuficientes sobre as famílias de origem, produzindo discursos que homogeneízam a realidade e não conseguem compreender as tensões que existem nos diversos planos de suas relações. Desconhecem peculiaridades, fortalecem estereótipos e perpetuam a noção de problema social, ainda tão associadas as famílias pobres sob a suposição de uma suposta incapacidade dessas famílias para educar e proteger seus filhos. (BAPTISTA et al, 2008).

A concepção do que se considerava como “disfunção familiar” e “famílias desestruturadas”, por exemplo, era justificada pela “indiferença” e pela insensibilidade de mães que buscavam, por meio da assistência social, a colocação de seus filhos e filhas em instituições corretivas/educacionais

fechadas, sob a tutela do Estado. A desqualificação das famílias pobres, tratadas como incapazes, ofereceu sustentação ideológica às práticas sociais. Assim, modificar o lugar das famílias nas políticas públicas e intervenções tem se constituído um desafio. (BAPTISTA et al, 2008, p.14).

Um estudo realizado na cidade de São Paulo junto aos serviços de acolhimento reforça essa concepção de não efetivação de políticas sociais universalizantes. Nota-se que os programas sociais existentes, apesar de seletivos e focalistas (quando deveriam ser universalizantes) não elegem como público alvo prioritário as famílias com filhos abrigados, evidenciando a fragilidade da articulação entre as políticas setoriais. Ainda que se proponha a isso, o PNCFC não consegue, nesse sentido, assegurar que os programas sociais não ignorem o fato de diversas crianças e adolescentes vivenciarem situações de provação do direito a convivência familiar e comunitária. (FÁVERO et al, 2008).

Além do que já foi mencionado, o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada (2003) também trouxe elementos importantes para a discussão no cenário nacional sobre a garantia da convivência familiar e comunitária assegurada por esses serviços. Com relação à Convivência familiar, foram considerados duas modalidades para avaliação: (i) incentivo à convivência com a família de origem; e (ii) não desmembramento de grupos de irmãos abrigados. Dos 589 serviços pesquisados, apenas 39 abrigos (6,6%) atendiam a esses dois critérios. Sobre a convivência comunitária, 34,1% dos abrigos utilizavam serviços disponíveis na comunidade, tais como escolas, serviços de saúde, profissionalização dentre outros.

Apesar do uso indiscriminado das medidas protetivas de afastamento do convívio familiar por parte do Conselho Tutelar e Poder Judiciário, haviam também as longas permanências de crianças e adolescentes nessas instituições, o que dificultava cada vez mais seu retorno a família. Essas longas institucionalizações denunciavam a ausência de decisões definitivas acerca do futuro da criança: mais da metade das crianças e dos adolescentes abrigados viviam nas instituições há mais de dois anos 32,9% entre dois e cinco anos, 13,3%, entre seis e dez anos, e 6,4%, por mais de dez anos, contrariando o Artigo 101 do ECA em seu parágrafo único⁸ sobre a excepcionalidade e provisoriedade da medida:

Art. 101 - Parágrafo único. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (BRASIL, 1990).

⁸ Esse parágrafo foi removido através da Lei 12.010. Apesar de não dimensionar o tempo até aquele momento, destacava-se a provisoriedade da medida, o que não ocorria em grande parte dos casos. Atualmente, o tempo máximo de permanência em Serviços de Acolhimento é de dois anos, incluído no artigo 19 - § 2º.

Na contramão de diversos debates que estavam sendo produzidos no país, ainda no ano de 2003, contrariando as tentativas de efetivar o apoio a reintegração familiar em família de origem, o projeto de Lei Nacional de adoção – nº1756/2003 propunha enfrentar a realidade dos grandes abrigos facilitando o encaminhamento das crianças à famílias substitutas, abrandando requisitos legais, diminuindo prazos, incentivando a retirada das crianças e adolescentes do convívio de suas famílias especialmente aquelas com menor capacidade econômica ou intelectual) – criando subsídios, incentivos tributários, fiscais e trabalhistas para quem adotasse crianças e adolescentes com deficiência, sem, no entanto, oferecer o mesmo apoio as famílias de origem. Os anos que se seguiram, um forte movimento demarcou o equívoco previsto em tais modificações, travando um embate entre os que defendiam essa postura conservadora e os que buscava a manutenção das conquistas resultantes da constituição federal e do ECA. (BAPTISTA et al, 2014).

Nessa perspectiva, segundo Zola (2015), diversos estudos associam a noção de proteção social pública aos processos de industrialização e as contradições emergentes do capitalismo, especialmente registradas a Europa do século XIX. Nos momentos iniciais da industrialização, reconheceu-se o pauperismo enquanto uma questão social que colocava em risco os trabalhadores, vulnerabilizando suas famílias a enfrentarem as doenças, a velhice, o desemprego e a morte. Como forma de responder a essas demandas, surgiram as políticas sociais.

Dessa forma, proteção social seria: “um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e beneficiários sociais visando enfrentar a situação de risco social ou de privações sociais”. (JACCOUD, 2009 apud ZOLA, 2015, p.53).

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS, formulada em 2004, também traz a preocupação com o modelo de acolhimento institucional para crianças e adolescentes presente na época, buscando, além de padronizar, melhorar a qualidade e ampliar os serviços de assistência nacionais, respeitar as diversidades locais através de sua característica descentralizadora e que considera as desigualdades socioterritoriais.

As normativas da PNAS têm entre seus princípios a supremacia do atendimento as necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica, o respeito à dignidade, autonomia e convivência familiar e comunitária, a universalização dos direitos sociais e a igualdade de direito no acesso ao atendimento, conforme dispostos na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º. (BRASIL, 2004).

O atendimento direciona-se a cidadãos e grupos em situação de vulnerabilidade e riscos (perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, identidades estigmatizadas, exclusão pela pobreza ou falta de acesso a políticas, usuários de substâncias psicoativas, violência dentre outros).

A PNAS (BRASIL, 2004) também considera a família como privilegiado e insubstituível espaço de proteção e socialização: “A matricialidade significa que a ação pública para a proteção dos indivíduos tem como eixo nuclear a expectativa de diversas funcionalidades familiares mediadas pelas famílias entre seus membros e coletividade”. (ZOLA, 2015, p.56).

A partir da aprovação desta política na IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003, foram criadas as diretrizes para implantação de um sistema público que organizaria os serviços socioassistenciais de forma descentralizada. O SUAS – Sistema Único de Assistência Social tem suas bases na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), e indica as atribuições de cada órgão federado (município, estado e federação), articulando a Política Nacional de Assistência Social. (BRASIL, 2004).

Esse sistema foi composto de maneira que poder público e sociedade civil possam operá-lo através da gestão compartilhada, passando por constante aperfeiçoamento.

O SUAS dividiu a assistência social em duas formas de proteção: a proteção social básica, que compreende serviços, programas e benefícios que visam prevenir situações de risco ou vulnerabilidade social, buscando fortalecer os vínculos entre a comunidade e a família (destacando-se as ações dos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social) e a proteção social especial, subdividida em média complexidade (destaque para o CREAS – Centro de referência especializado de Assistência Social), quando ocorrem violações de direito e alta complexidade, quando há o rompimento de vínculos e a necessidade de afastamento do contexto que engendrou a violação.

Além destas ações, esse sistema realiza a oferta de Benefícios Assistenciais à públicos específicos, visando contribuir para a superação de vulnerabilidades. É responsável também pela administração do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência social que executam parte das políticas previstas.

Cabe ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e seus pares desempenharem o controle social das ações e recursos aplicados por este sistema, pactuadas nas Comissões Intergestores Bipartite e Comissão Intergestores Tripartite.

Destaca-se, nesse momento a centralidade da família para esta política, compreendida como “conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade” (PNAS, 2004, p.41) superando conceitos associados exclusivamente à

sexualidade, procriação e convivência, compreendendo-a de forma intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações econômicas, sociais e culturais da sociedade. Para as famílias, especialmente aquelas menos favorecidas economicamente, o parentesco supera os laços consanguíneos e transforma vizinhos e amigos em parentes, possibilitando trocas de apoio, afeto e dinheiro. (GELINSK et al, 2015).

No entanto, o grande marco legal para o início do rompimento da cultura de institucionalização de crianças e adolescentes ocorreu em 2006, com a construção do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC). (BRASIL, 2006).

O PNCFC tinha como eixo norteador:

[...] defesa da convivência da criança e do adolescente com sua família de origem e trata do fortalecimento das políticas em defesa da convivência familiar e comunitária, do reordenamento dos serviços de acolhimento institucional, da ampliação dos serviços de acolhimento familiar e, também, da adoção centrada no interesse da criança e do adolescente. (BAPTISTA et al, 2014, p. 98).

Este PNCFC foi construído por diversos atores do Sistema de garantia de Direitos, representantes de todos os poderes e esferas de governo, sociedade civil organizada, organizações internacionais e o Conselho Nacional das Crianças e Adolescentes – CONANDA e Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Dando maior legitimidade ao processo democrático de elaboração, o documento, em momento posterior, foi submetido a consulta pública. (BRASIL, 2006).

Dentre as principais contribuições do PNCFC para as políticas públicas destinadas a infância, destacam-se o fortalecimento da doutrina da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários, preconizados pelo ECA.

Ao romper com a cultura de institucionalização, esse plano reforçou a necessidade de implantação de outras modalidades de acolhimento, tais como as famílias acolhedoras e as casas lares, previstas na PNAS mas pouco expressivas no cenário brasileiro. Ele também foi importante para organizar o tempo para o reordenamento dos serviços socioassistenciais, em especial para os serviços de acolhimento institucional, que em grande parte continuavam operando sob a lógica dos grandes orfanatos.

Na mesma direção da PNAS, o PNCFC restaura, a partir de diversos autores, a família enquanto melhor local para o desenvolvimento infanto-juvenil e de socialização.

O Plano também se orienta em uma perspectiva sócio-antropológica na medida em que família é compreendida para além de relações consanguíneas, valorizando as relações de aliança, parentesco e afinidade. (ZOLA, 2015).

Com as modificações no ECA, em 2009, definiu-se que o tempo máximo de acolhimento de crianças e adolescentes deve ser dois anos, implicando que para isso, o serviço de acolhimento, os demais equipamentos da rede de serviços e do sistema de garantia de direitos articulem-se rapidamente para assegurar o atendimento integral das necessidades da família dentro das políticas. A preconização do atendimento, com vistas a superar as situações que engendraram o acolhimento e fortalecer a família em seu papel de cuidado e proteção exige dos setores relacionados articulação, o que foi denominado de trabalho em rede. Essas ações, além de potencializadoras, mostram-se fundamentais para garantia à criança e ao adolescente do direito a conviver no seio de sua família de origem.

Compreender sentido e objetivos comuns na atuação e complementaridade de intervenções permite minimizar o risco pela falta de uma atuação estruturada, que poderia levar à culpabilização da família, da criança e do adolescente. Essa coordenação é necessária, pois, via de regra, o atendimento na infância e juventude não é adequado, ou se dá com excesso de intervenções pela falta de coordenação ou desarticulação dos serviços, procurando o trabalho em rede evitar ou diminuir esses efeitos, promotores de novas violações. (MINISTÉRIO PÚBLICO: TRABALHO EM REDE, s/d, p. 3).

Essa alteração, também denominada Lei da Adoção tinha como um de seus objetivos assegurar a provisoriedade e excepcionalidade do acolhimento de crianças e adolescentes, no entanto, milhares de crianças continuaram privadas do direito a convivência familiar e comunitária, conforme estudos realizados posteriormente. (BAPTISTA et al, 2014).

Em função das novas prerrogativas, ocorre um movimento de reordenamento institucional dos serviços de acolhimento, inicialmente voltado para a modificação das estruturas físicas das instituições e redução do número de acolhidos e, posteriormente, a preocupação com um trabalho que seja capaz de garantir a provisoriedade do acolhimento e reintegração familiar. (BAPTISTA et al, 2014).

Nessa perspectiva de trabalho, torna-se fundamental o trabalho preventivo, que minimiza situações de riscos que podem agravar-se e colimar em uma medida de acolhimento.

Deslandes e Barcinski (2010) mencionam que o desconhecimento dos profissionais sobre a realidade e o contexto que favorecem as situações de violência são os principais fatores que conduzem a atuação apenas para conter uma violência quando ela se concretiza:

O fortalecimento da família em suas habilidades de cuidar e proteger será, portanto, resultado de sua inserção em uma rede social de suporte e de atendimento integrada, que aja não somente no sentido de interromper a violência, mas de transformar as estruturas sociais que causam ou potencializam a violência intrafamiliar. (DESLANDES, BARCINSKI, 2010, p. 298).

Ao longo da crise econômica que acometeu o mundo na década de 70, as políticas sociais europeias ganham uma nova roupagem e deixam de ser executadas exclusivamente pelo Estado, dividindo-se entre diversos segmentos da sociedade, tais como empresas, ONGs e famílias e passam a desenvolverem ações de proteção social. (PEREIRA, 2004; MIOTO, 2008 apud GELINSKI et al, 2015).

O surgimento de novos mecanismos reguladores da oferta dos programas, projetos e ações, as vezes disciplinadores e punitivos, passam a relacionar-se com o usuário baseado em contrapartida, afastando-se da noção de direito sociais e difundindo práticas vinculadas a mérito ou a inserção dos pobres no mercado de trabalho via inclusão produtiva (ou projetos de geração de renda). (GELINSKI et al, 2015).

O Brasil, ainda que sem ter tido uma política de bem-estar social claramente estruturada como nos países europeus, passa a desenvolver ações de proteção social a partir da reforma constitucional na década de 80.

A discussão das autoras revela que nem sempre o repasse de responsabilidades acompanhou a compreensão das concepções de famílias, suas dinâmicas internas e como cada uma delas estaria desempenhando sua função/ação protetiva. Conhecer as tendências populacionais pode clarear o desenho que as políticas sociais têm feito das famílias, uma vez que propõem a matricialidade sociofamiliar como orientadora das práticas. (GELINSKI et al, 2015).

A questão da matricialidade sócio-familiar, prevista na política social brasileira também tem sido bastante refletida por teóricos da área.

Mioto e Dal Prá (2015), em estudo sobre a responsabilização da família na política social brasileira destacam que a política, de modo geral, seleciona algumas características para as famílias que poderão ser atendidas, determinando o tipo de família e consequentemente, ferindo o princípio da universalidade de direitos “Por isso é que se tem pensado na inconveniência de se ter a família como destinatária da política social. Por mais que ela seja abrangente em relação as formas familiares, ela jamais conseguirá abranger todos os tipos de famílias” (p. 165).

As orientações emanadas dos programas governamentais lançados parecem indicar, por um lado, o aprofundamento do caráter familiarista que marca

historicamente a política social brasileira. Familismo entendido como a perspectiva em que a política pública considera – na verdade insiste – que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros (Esping-Andersen, 2000). Isso corresponde a uma menor provisão de bem-estar por parte do estado e uma forte presença do mercado. (MIOTO et al, 2015, p.171).

Nesse sentido, Baptista et al (2014) afirmam que a prática do acolhimento institucional de crianças e adolescentes elucida contradições da sociedade – o conflito de classes, a relação capital-trabalho, o conservadorismo disfarçado de luta pela defesa de direitos - “exigindo a todo momento, uma análise social que supere a imediatez do que está posto”. (BAPTISTA et al, 2014, p. 202).

Para Fávero et al (2008), a superação da vulnerabilidade só acontecerá a partir do território e quando as práticas socioassistenciais puderem promover enraizamento por meio do acesso aos direitos sociais dessas famílias. Isso é, para garantir que suas famílias tenham seus filhos de volta, assegurando a elas o direito a convivência familiar e comunitária, mostra-se necessário que a habitação segura, o trabalho e renda sejam garantidos. No território também deve ser viabilizado os demais acessos, tais como a educação, a saúde, o lazer, esporte e cultura.

3.2.1 O SERVIÇO DE FAMÍLIAS ACOLHEDORAS.

As primeiras estratégias de implantação dos Serviço de acolhimento familiar no Brasil ocorreram no final da década de 40, através de acolhimento remunerado e provisório, como forma de conter os altos contingentes de crianças e adolescentes pobres e abandonados nos grandes orfanatos. (FRANCO, 2014).

Esse trabalho foi instituído através da Lei nº 560 de 27 de dezembro de 1949, dando início ao Serviço de Colocação Familiar nos Juízes de Menores no estado de São Paulo. Em 1985, esse trabalho é transferido para o poder executivo do estado, sob responsabilidade do Instituto de Assuntos da Família (Iafam). Nesse período de transição, descaracterizou-se e foi desativado em 1993. (FRANCO, 2014; FILHO, 2010).

Além da experiência na cidade de São Paulo, em 1972 foi fundado um programa, promovido pela antiga FEBEM, na cidade de Porto Alegre - RS que organizava famílias para acolher crianças que antes estavam na instituição com o intuito de integrá-los à sociedade, tendo duração de mais de 30 anos e abruptamente foi encerrado. Essas famílias recebiam uma ajuda per capita mensal para conseguir assegurar as necessidades da criança até que a mesma completasse 18 anos e em muitos casos, após completar a maioridade, os jovens permaneciam

nesses lares e não retornavam para suas famílias biológicas. Essas mães recebiam orientações mensais e visitas técnicas em suas casas. (VALENTE, 2008).

O serviço de acolhimento familiar caracteriza-se pela organização de famílias voluntárias que tem a função de acolher temporariamente em suas residências crianças/adolescentes que precisaram ser afastados de suas famílias de origem mediante comprovada ameaça ou violação de direito (violência física, psicológica, abuso sexual, exploração sexual, negligência dentre outros) por parte dos responsáveis. (BRASIL, 2006). O Acolhimento é uma medida de proteção judicial de caráter provisório e excepcional.

Enquanto medida protetiva, o acolhimento familiar ainda é bastante confundido com a adoção, apesar de possuir diversas diferenças legais. Se na adoção a transferência dos direitos parentais é irrevogável, a identidade legal pode ser alterada e a criança assume a condição de filho, no acolhimento, a transferência dos deveres e direito da família de origem para os acolhedores é temporária e não há qualquer modificação legal no que diz a identidade da criança, uma vez que são preservados seus vínculos e sua história. (VALENTE, 2008).

Apesar de recente enquanto política pública brasileira, cabe mencionar que a história de cuidados comunitários à crianças e adolescentes, desempenhadas por pessoas próximas nas quais quase sempre não haviam relações de consanguinidade, mostra que a prática de acolhimento familiar sempre ocorreu de maneira informal, através dos chamados “filhos de criação”. (FONSECA, 2004).

Estudos da antropologia e outras áreas do âmbito social identificam que há uma cultura antiga da sociedade brasileira em oferecer ajuda mútua entre as famílias, cuidado familiar que as vezes é assumido integralmente por algum membro da família extensa ou externo à essa - atualmente conhecido como acolhimento informal. (FONSECA, 1995; FÁVERO, 2001).

A cultura de ajuda entre as famílias brasileiras no cuidado de crianças e adolescentes aparece em outras classes sociais, com ênfase nas famílias empobrecidas economicamente. (VALENTE, 2008). Dessa maneira, torna-se um recurso encontrado para atender dilemas enfrentados em seu ciclo de vida, muitas vezes não amparados pelas políticas públicas existentes ou pela ineficácia dessas.

Inspirado por experiências internacionais, especialmente advindas de países europeus e norte-americanos, o segundo serviço de acolhimento familiar brasileiro foi fundado em 1979 na cidade de São José dos Campos, interior do estado de São Paulo, sob a denominação “Família Hospedeira” através da Sociedade do Bem-Estar do Menor. (REZENDE, s.d).

O município em questão antecipou alguns debates que ganharam força especialmente nos primeiros anos do século XXI, através das diversas legislações que parametrizaram a

modalidade de acolhimento familiar como alternativa à institucionalização. Esta modalidade de atendimento à crianças e adolescentes afastados do convívio familiar é preconizada em documentos normativos, com destaque para o ECA (1990, alterado pela Lei Federal 12.010/2009), o PNCFC (2006), a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b), as Orientações Técnicas (BRASIL, 2009a) para o reordenamento dos serviços de acolhimento, iniciados em 2009.

Em 2005, após a criação do Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária, reforçaram esse momento de expansão, levando em consideração as profícuas discussões com os profissionais envolvidos dentro do sistema de garantia de direitos à crianças e adolescentes. A difusão do Orientações Técnicas sobre os serviços de acolhimento também teve importante papel nesse processo.

No ano seguinte, o PNCFC elucidou aqueles que deveriam ser os principais objetivos dos serviços de acolhimento familiar, sendo eles: cuidado individualizado da criança/ adolescente por meio do atendimento em ambiente familiar; preservação do vínculo entre a criança/adolescente e sua família de origem (exceto em situações em que há impedimento judicial); fortalecimento dos vínculos comunitários e a preservação da história do acolhido através de fotografias e registros construídos pela família acolhedora. (BRASIL, 2006).

Segundo Valente (2008, p.16), as famílias acolhedoras “[...] acolhem a problemática da outra família, no intuito de contribuir com seu processo de reorganização. O objetivo final é, prioritariamente, o retorno da criança/adolescente à sua família de origem.”

Reiterando a afirmação da autora, o principal objetivo do trabalho desenvolvido nesses serviços deve ser o retorno da criança/adolescente à sua família de origem assegurando, ao longo do acolhimento, atenção individualizada e convivência familiar e comunitária aos acolhidos.

No município estudado, o perfil solicitado para um casal/indivíduo se inscrever como interessado em se tornar família acolhedora é baseado nos critérios para os pretendentes a adoção, sendo os principais deles: residir no município onde será realizada a pesquisa; possuir boa saúde física e mental; não ter interesse em adoção de criança/ adolescente integrante do programa; não estar inscrito no Cadastro Nacional de Pretendentes à adoção e estarem todos os membros do núcleo familiar de acordo com o acolhimento familiar.

Em 2009, o documento produzido em uma parceria entre Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) indicou que o perfil de crianças mais comumente acolhidas são maiores de sete anos, em grupos de irmãos

também acolhidos, são afrodescentes e suas famílias vivenciam situação socioeconômica precária. (BAPTISTA et al, 2014).

Sobre essas famílias, haviam poucos dados, mas eles revelaram um perfil no qual há uma alta incidência da ausência da figura paterna, e pela situação resultante de processos de exclusão social: baixa escolaridade, desemprego, precariedade de moradia, com agravantes tais como quadros de saúde mental e uso abusivo de drogas. (BAPTISTA et al, 2014). Apesar do referido estudo mencionar crianças e adolescentes acolhidos em serviços de acolhimento institucional, a população que tem sido alvo das práticas dos serviços de acolhimento familiar é a mesma e vivenciam situações parecidas, reservadas suas particularidades.

Com base nos estudos sobre a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, pode-se dizer que o abrigo ou o serviço de acolhimento institucional representa, historicamente, o espaço para onde tem sido canalizada parte significativa das situações resultantes das faltas e omissões originadas na família e na sociedade e praticadas especialmente pelo Estado”. (BAPTISTA et al, 2014, p. 96).

Segundo o Censo SUAS 2014, o Brasil possui aproximadamente 315 serviços de acolhimento familiar. Entre os anos de 2005 e 2010 foram implantados 106 serviços de famílias acolhedoras, possivelmente influenciados pela promulgação do PNCFC, em 2006. Nos anos subsequentes, o Censo somou mais 166 serviços, espalhados pelo país com destaque para a região Sul e Sudeste.

Para atender essa demanda, a Política Nacional de Assistência Social, desde 2004 previa o financiamento compartilhado entre município, estado e federação para a instituição do SUAS no país. Nesse sentido, os Planos Plurianuais, previstos na Constituição de 88 para ocorrer nos três níveis de governo, deve prever a implantação do SAF como forma de assegurar mais compromisso do poder público em executar o serviço, bem como em assegurar continuidade da ação. Em 2010, o Levantamento Nacional dos serviços de acolhimento indicou que 75% dos serviços brasileiros de acolhimento familiar estão previstos no PPA – Plano Plurianual.

Quadro 1 – Recursos Financeiros municipais, estaduais e federais dos serviços de acolhimento familiar.

Tabela 43. Fonte de recursos financeiros dos serviços de família acolhedora no Brasil e regiões (N=144)

Recursos financeiros	% Centro- Oeste (N=6)	% Nordeste (N=7)	% Norte (N=5)	% Sudeste (N=39)	% Sul (N=87)
Recursos públicos municipais	100,0	57,2	40,0	84,7	77,0
Recursos públicos estaduais	0,0	0,0	0,0	5,2	28,7
Recursos públicos federais	0,0	14,3	0,0	5,2	11,4
Internacional	0,0	14,3	0,0	0,0	0,0
Entidades religiosas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas privadas	0,0	0,0	0,0	5,1	0,0
Recursos do FIA	0,0	28,6	0,0	33,4	39,0
Doações de pessoa física	0,0	14,3	0,0	7,7	0,0
Recursos próprios da mantenedora	16,7	0,0	0,0	5,2	2,2
Prestação de serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuições de sócios/ usuários/ responsáveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Realização de eventos e promoções	16,7	0,0	20,0	0,0	0,0
Aplicações financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Nota: exceto Minas Gerais.

Os SAF mais antigos concentram-se nas regiões Sul e Sudeste, sendo estes executados em sua maioria pelas Secretarias Municipais de Assistência Social (88,2%) seguidos das Organizações Não-Governamentais (9%) e os demais, a cargo do Ministério Público e Poder Judiciário.

Aqui, cabe considerar uma reflexão, uma vez que o acolhimento familiar é tipificado no escopo da política de assistência, devendo por ela ser executado. Nesse sentido, evidencia-se a que as normativas e regulações nacionais os nomeiam enquanto órgãos responsáveis pela aplicação da medida de proteção e na fiscalização dos SAF. (IPEA et al, 2013).

Com relação à implantação do serviço, cada município define como será o processo, pautado nas orientações previstas para nortear o percurso através de documentos normativos. No município estudado, após a análise documental e preenchimento dos critérios acima mencionados, inicia-se o estudo psicossocial, que consiste em visitas, atendimentos individuais e familiares. Posteriormente, a equipe do serviço de acolhimento, junto à coordenação constroem um programa de formação de famílias acolhedoras com temas relacionados ao acolhimento familiar. (BRASIL, 2009).

No final deste processo, uma vez apta ao acolhimento, a família e a equipe do serviço constroem um perfil de criança/adolescente que poderá ser melhor atendido pelo núcleo acolhedor.

Durante todo acolhimento, a criança e a família acolhedora são acompanhadas de forma a assegurar, da melhor maneira possível, a qualidade do acolhimento. Os serviços operam junto

à três interfaces de atendimento: a criança/adolescente acolhido, sua família de origem e a família acolhedora.

Com às famílias de origem a equipe técnica deve atuar na perspectiva do fortalecimento da capacidade de cuidado e proteção das famílias de origem com vistas a superação da situação que culminou no acolhimento.

A maior parte dos acolhidos possui dois ou mais motivos do acolhimento, sendo os mais expressivos: negligência (54,9%), seguida do abandono (21,8%) e a violência física (12,6%). A dependência química (álcool e outras drogas) por parte dos pais ou responsáveis também aparecem como fatores de influência para o acolhimento da criança/adolescente. (IPEA, 2013).

Conforme orientação expressa no documento Orientações Técnicas, as equipes técnicas devem construir, junto as famílias, o plano de acompanhamento familiar, o qual deve abarcar ações intersetoriais que permitam a superação da situação que engendrou o acolhimento da criança, de modo que não culpabilize a família, mas permita ampliação de sua capacidade protetiva. Os dados indicam que esse instrumental ainda é pouco utilizado entre os serviços participantes da pesquisa apresentando variação de 37,9% na região Sul e 100% na região Norte. (IPEA, 2013).

Dos municípios brasileiros que responderam ao Censo Suas 2014, 13,7% não possuem equipe técnica vinculada ao programa de acolhimento familiar, 7% possui apenas um assistente social e 1,3% apenas um psicólogo. (CENSO SUAS, 2014).

Essa informação releva que mais de 21% dos serviços de famílias acolhedoras no Brasil não possui a equipe técnica mínima prevista nas normativas, o que pode fragilizar a capacidade desses serviços ofertarem atendimento de qualidade com vistas a superação das situações que engendraram o acolhimento.

A importância de uma equipe técnica capacitada para o atendimento das demandas é importante para elucidar as contradições e violações produzidas pelo Estado quando se ausenta de sua responsabilidade de assegurar acesso das famílias, especialmente de origem, as políticas públicas, uma vez que:

Finalmente, as pesquisas mencionadas desvelaram as contradições que essa realidade comportava, contribuindo para a compreensão de que os motivos que levam a necessidade de aplicação da medida protetiva de acolhimento não se restringem ao âmbito individual ou familiar, mas têm por determinações questões de ordem macroestrutural, que requerem respostas mais efetivas por parte do Estado e da sociedade civil. (BAPTISTA et al, 2014, p. 96).

Com relação ao perfil de acolhedores vinculados a um dos serviços de acolhimento familiar mais antigos do país, das 88 famílias cadastradas ao longo do tempo, 70,4% das famílias que são casais, 22,78% são núcleos monoparentais e os demais divididos entre mulheres viúvas, solteiras ou separadas e 1,16% a homem solteiro. (MARTINS, 2010).

Cabe um apontamento, neste sentido, que conforme o IBGE (2010) o número de famílias cuja referência é uma mulher, as famílias unipessoais e as monoparentais também tem aumentado, dado que se cruza com o perfil de famílias acolhedoras. (GELINSKI, 2015).

Outros dados evidenciaram que grande parte das famílias acolhedoras possuem filhos (84,1%) e a faixa etária dos guardiões encontra-se entre 30 e 49 anos, em consonância com outros estudos internacionais sobre o perfil dos acolhedores. (IPEA, 2013).

Entre as mulheres participantes, 27,3% tinham ensino fundamental incompleto e entre os homens, 20% apresentavam ensino superior. Com relação as atividades de renda, Martins et Al (2010) identificaram maior incidência de atividades autônomas para ambos os sexos e expressivo número de mulheres desenvolvendo atividades domésticas.

Apesar da abertura de grande parte dos SAF em acolher crianças e adolescentes, para o atendimento da faixa de pré-adolescência e adolescência mostra-se mais difícil a captação de famílias. O critério para o desligamento da criança do serviço que se mostra mais expressivo na pesquisa é o critério do tempo limite de permanência em acolhimento, e, conforme expresso nas normativas e o ECA, esse período não deve exceder os dois anos, salvo medidas consideradas excepcionais e privilegiando o maior interesse da criança. Com relação ao tempo médio do acolhimento familiar, os dados indicaram um ano e cinco meses.

O acompanhamento realizado pelas equipes técnicas prevê que as situações sejam trabalhadas no menor tempo possível, considerando a preparação de todos os envolvidos para cada encaminhamento (seja para reintegração familiar ou colocação em família substituta).

Sobre a oferta subsídio para a família acolhedora, afim de manter a qualidade do acolhimento e assegurar as famílias nas despesas frente as necessidades do acolhido, é assegurado por 90,3% dos municípios, sendo o valor mínimo deste repasse R\$341,70 e o máximo R\$419,20. A normativa Orientações Técnicas (BRASIL, 2009) prevê que a família voluntária receba um subsídio, que de forma nenhuma deve ser confundido com pagamento pelo serviço prestado. Tal auxílio deve estar previsto em lei municipal ou outros parâmetros locais, conforme orientações do GT Nacional e como forma de assegurar sua manutenção. Essa ação é avaliada como importante.

Trabalho de divulgação dos serviços enfrenta dificuldades e é apontado como precário, em que pese não consegue mobilizar a comunidade para a temática e trabalho desenvolvido.

Estratégias indicadas por um município pesquisado são as parcerias com outras instituições que possam auxiliar nesse processo, uma vez que há muitas atribuições previstas para serem executado em um pequeno espaço de tempo. As formas de divulgação utilizadas são variadas e ocorrem através dos jornais, rádios, tvs locais, site, outdoors entre outros. Destaca-se também a importância do processo permanente de divulgação.

Dificuldades para encontrar famílias interessadas:

Dentre as dificuldades para encontrar famílias acolhedoras que atendam aos requisitos do serviço são citados os seguintes aspectos: cultura de acolhimento informal; dificuldade em acolher crianças e adolescentes com comportamento difícil; mitos e preconceitos que cercam as crianças ou adolescentes disponíveis e sua família de origem; rotina intensa que se exige da família, que precisa ter disponibilidade afetiva e de tempo para acompanhar, educar e lidar com o processo pedagógico/educacional do acolhido; dificuldades das famílias em aceitar um acompanhamento sistemático por parte do serviço; e ideia preconcebida de que o acolhimento familiar é um caminho para adoção. (IPEA, 2013, p. 320)

Ainda sobre o perfil das famílias acolhedoras, o documento Orientações Técnicas (BRASIL, 2009) faz menção à algumas características que devem ser observadas durante o processo de estudo psicossocial de uma família interessada em desenvolver o acolhimento familiar, sendo estas: disponibilidade afetiva e emocional, padrão saudável nas relações de apego e desapego, relações familiares e comunitárias, flexibilidade, tolerância, capacidade de escuta, capacidade de pedir ajudar, aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes, dentre outras.

Dentre os principais motivos que impulsionam uma família a procurar pelo serviço, as autoras fazem destaque ao desejo de ser solidário por meio de ações que auxiliem crianças/adolescentes em vulnerabilidade. Como tratou-se de uma pesquisa documental, o estudo evidenciou a dificuldade de obter essa informação por meio de registros documentais.

[...] motivos variados que as levaram a ingressar no serviço: a chegada da aposentadoria, o desejo de cuidar, o vínculo religioso, a história familiar de acolhimento informal, o desejo de adotar, o episódio de crianças buscarem a família solicitando abrigo, o trabalho em serviço de acolhimento, o prazer de lidar com crianças, a vontade de ter a experiência da maternidade e da paternidade, a responsabilidade social e a história pessoal. (IPEA, 2013, p. 340).

Para as coordenadoras dos serviços de acolhimento, as características priorizadas na busca por famílias acolhedoras é a solidariedade, a afetividade, a não apropriação do acolhido, o cuidado com sua educação, saúde e socialização e a disponibilidade de tempo.

Nesse sentido, Franco (2014) aponta que os principais desafios para a avaliação dos pretendentes é:

[...] as tarefas de avaliar a motivação na busca pelo serviço, de levar essas famílias a identificarem seus limites práticos e subjetivos para o acolhimento; de levá-las à superação da visão caritativa e filantrópica, desenvolvendo olhar múltiplo para a proteção na perspectiva do exercício da cidadania e da integração das políticas públicas nessa área; de buscar na sua compreensão do processo de reintegração familiar e da importância da família de origem. Outro fator é primar pelo trabalho horizontalizado, elevando a relação de acolhimento ao patamar de parceiros entre o serviço e as famílias (Acolhedoras e de Origem), no compartilhamento das responsabilidades inerentes a essa atuação. (FRANCO, 2014, p.120).

O acolhimento de grupos de irmãos ou mais de uma criança por vez também é previsto pelas normativas e conforme Martins et al (2013) relatam que 23,9% das famílias participantes de seu estudo declaram aceitar receber mais crianças. Outro dado importante do estudo é de que 18,2% concordam em receber crianças com algum problema de saúde e 17% aceitam ser consultados quando houver a demanda.

Cabe destacar que o direito à convivência familiar e comunitária é previsto na Constituição Federal de 1988, enfatizando que as ações devem priorizar a manutenção de vínculos e o não desmembramento de irmãos. Atendendo a isso, uma família acolhedora pode acolher grupos de irmãos, desde que tenha sido avaliada como apta para tal função pela equipe técnica responsável pelo Serviço.

4 AS CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA: A TRANSMISSÃO DA CULTURA E OS PROCESSOS EDUCATIVOS NO ACOLHIMENTO FAMILIAR

Vygotsky (1993) tinha como grande preocupação a análise do comportamento humano capaz de incluir tanto as manifestações psicológicas elementares quanto as mais complementares, frisando que essa unidade analítica era o sentido, que desempenha importante papel na interligação das diferentes funções psicológicas e delas com o corpo e a sociedade.

O significado, enquanto princípio que organiza o desenvolvimento da consciência é inseparável da palavra, embora não se reduza a ela. Compõem a linguagem e concentra nela as riquezas do desenvolvimento social da cultura, permitindo a comunicação.

Esta seção tem por objetivo refletir sobre os processos de transmissão cultural que ocorrem, dialeticamente, entre a criança e o adolescente acolhidos e a família acolhedora. As

análises presentes neste estudo serão ancoradas nas contribuições de Vygotsky e seus colaboradores sobre o desenvolvimento humano.

O acolhimento familiar de crianças e adolescentes em família acolhedora ocorre em função de situações de violação de direitos aos quais a criança esteve submetida, sendo as mais frequentes: violência física, psicológica, abuso sexual, abandono ou negligência. Assim, podemos afirmar que o acolhimento é uma medida de proteção judicial de caráter provisório e excepcional.

O trabalho realizado pelas equipes técnicas desses serviços tem como principal objetivo viabilizar a reintegração familiar da criança em sua família de origem, o que o faz por meio de ações que possibilitem a superação da situação que engendrou o afastamento. (BRASIL, 2009).

No entanto, na impossibilidade de retorno à família de origem, as equipes direcionam-se a buscar na família extensa alguma alternativa para manter as relações familiares. E, uma vez esgotadas essas possibilidades, a criança é encaminhada para uma família substituta.

Destacando-se que as experiências vividas pela família acolhedora e pela criança/adolescente costumam apresentar-se, num primeiro momento, radicalmente diferentes em função de suas histórias de vida e condições objetivas, esta seção propõe refletir sobre a transmissão cultural através das contribuições de Vygotsky.

4.1 HOMEM ENQUANTO SER SOCIAL CONSTRUÍDO NAS E PELAS RELAÇÕES SOCIAIS

Vygotsky, ao formular a Psicologia Histórico-Cultural afirma que o homem é resultado do processo de desenvolvimento filo e ontogenético e é por meio dos processos de internalização da cultura que baliza a qualidade do seu desenvolvimento. (MARTINS, RABATINI, 2011; PINO, 2000; OLIVEIRA, 1997).

Para elaborar sua teoria sobre o desenvolvimento humano, superando as dicotomias entre individual/social que marcavam a ciência psicológica até aquele momento, Vygotsky assume que é por meio das relações sociais que ocorre a constituição do pensamento, da ação e da consciência humana. Há um processo articulado e interdependente entre a dimensão social e individual (PADILHA, s.d.). Nesse sentido, o essencialmente humano é internalização das atividades socialmente desenvolvidas ou, dito de outra forma, a incorporação da cultura.

Dessa forma, propõe pensar sobre essa formação através do fluxo entre sua estrutura e dinâmica, uma vez que a compreende como construção social e histórica que repercute na subjetividade, e não como etapa natural do desenvolvimento.

Dentre as contribuições vigotskianas para os estudos sobre desenvolvimento humano, destacam-se as três leis fundamentais que embasam a estrutura e dinâmica da personalidade:

1- O desenvolvimento do comportamento está estreitamente vinculado ao desenvolvimento histórico-social da humanidade, apoiado especialmente através da linguagem e sistema de signos;

2- As funções psíquicas superiores são produto das formas sociais coletivas do comportamento: o homem, ao nascer, reconhece-se enquanto humano na relação com o outro;

3- As formas superiores de conduta (memória, atenção, dentre outras) iniciam como operações externas para depois serem internalizadas, ou seja, o meio social se converte em meio de comportamento individual. (VYGOTSKY, 1996).

Desde o início da vida, os gestos da criança são interpretados pelos adultos do entorno e é por meio dessa mediação que o desenvolvimento humano é socialmente construído. Esse processo, denominado de hominização é resultante da organização das atividades socialmente compartilhadas. (PADILHA, s.d.).

A formação da consciência, por essa perspectiva, é mediada pelas ações do outro e a conduta do homem passa a ser produto de um amplo sistema de laços sociais. (PADILHA, s.d.; MARTINS, 2004).

A aprendizagem da criança começa antes de sua inserção no contexto da escola e, dessa maneira, a aprendizagem escolar não começa no vácuo, tendo ela uma pré-história e uma etapa do desenvolvimento já definida. Este período é marcado pela aquisição da linguagem e de outros conhecimentos que adquire através de suas relações (faz perguntas e recebe respostas, adquire hábitos referentes ao contexto em que vive etc). (VYGOSTKY, 2005).

Antes de ser inserida no sistema de educação formal, a criança recebe de outros adultos condições para aprender e se desenvolver. Comumente, esse papel é desempenhado por alguns membros da família ou cuidadores, no caso de crianças que se encontram acolhidas em instituições. Ao encontro disso, a Política Nacional de Assistência social reitera o papel da família como central dentro das políticas públicas, enfatizando por família conjunto de pessoas que se encontram unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade. (PNAS, 2004).

Para Berger e Luckmann (1985) o processo de socialização é um processo de internalização. Na socialização primária, o mundo social passa a ser internalizado pela criança através de uma construção social que se expressa na vivência individual de cada homem, conduzido pela família, escola e outras instituições. O mesmo ocorre com os adultos na socialização secundária quando se inserem em um contexto social diferente ou em um novo grupo. Em ambas as situações, trata-se de movimento que, por sua vez, nunca finda.

Vygotsky (2005) deixa claro que a aprendizagem deve apresentar grau de coerência com o nível de desenvolvimento da criança e para avaliar esses níveis, defende dois conceitos básicos: o nível de desenvolvimento efetivo (nível de desenvolvimento de suas funções psicointelectuais ou, de outra forma, sua atividade independente) e a área de desenvolvimento potencial (permite determinar a dinâmica de seu desenvolvimento através da observação de comportamentos de imitação, indicando o que produzirá no seu processo de maturação).

A lei fundamental do desenvolvimento deveria seguir a seguinte orientação:

Todas as funções psicointelectuais superiores aparecem duas vezes no decurso do desenvolvimento da criança: a primeira vez nas atividades coletivas, nas atividades individuais, como propriedades internas do pensamento da criança, ou seja, com funções intrapsíquicas. (VYGOTSKY, 2005, p. 38).

Cabe salientar que as funções biológicas não deixam de existir com a emergência das culturais, mas elas adquirem nova roupagem, sendo incorporadas na história humana (PINO, 2000). Para isso, a aprendizagem é absolutamente necessária e universal para o desenvolvimento na criança das funções humanas historicamente construídas. A organização correta desse processo conduz ao desenvolvimento mental na medida em que ativa um grupo de processos de desenvolvimento. A aprendizagem e o desenvolvimento não ocorrem em simetria, mas a aprendizagem dá condições para o desenvolvimento potencial. (VYGOTSKY, 2005).

Nesse passo, é possível destacar que a relação entre a criança acolhida e seus guardiões implica em um processo dialético de trocas, de tal forma que a aprendizagem se torna imprescindível para dar condições para o desenvolvimento potencial da criança e do adolescente.

Por meio do relato de um casal acolhedor vinculado à um programa de acolhimento familiar do estado de São Paulo⁹, evidencia-se em suas práticas o princípio do respeito à história de vida da criança e o destaque dado para o processo do acolhimento, no qual o acolhido deve ter oportunidade de conhecer outros modelos relacionais que não somente aqueles marcados pela violência intrafamiliar. O casal destaca que a prática deve ser sensível à necessidade da criança por meio de ações diferenciadas que a ajudem a se desenvolver.

Diante do exposto, podemos afirmar que os processos de aprendizagem impulsionam o desenvolvimento e isso acontece, primordialmente, a partir do contato das crianças com outras

⁹ Publicizado através da publicação no livro “Família acolhedora – As relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento” (2013).

pessoas. O aprendizado, dessa forma, passa a ser necessário e universal para que possamos desenvolver as funções psicológicas que a cultura organizou. (VYGOTSKY, 1998).

4.2 OS PROCESSOS EDUCATIVOS NO AMBIENTE FAMILIAR

Segundo Duarte (2004): A formação do indivíduo é sempre um processo educativo, podendo este ser direto ou indireto, intencional ou não-intencional (p. 51).

Para Martins (2004) a educação é condição para o desenvolvimento e é o que dá condições para que o indivíduo adquira atributos fundamentalmente humanos construídos ao longo do processo histórico social. A função básica do processo educativo é a humanização e o desenvolvimento das capacidades ontológicas essenciais e o processo de ensino pode ser compreendido pela apropriação das significações construídas e compartilhadas historicamente. (MARTINS, RABATINI, 2011).

Duarte (2004) caracteriza a dinâmica da atividade vital humana como um processo entre apropriação e objetivação, possibilitada pela formação dos instrumentos, pela linguagem e pelas relações entre os indivíduos. Para que o indivíduo se objetive em humano ele necessariamente deve estar inserido na história.

O processo de objetivação é, portanto, o processo de produção e reprodução da cultura humana (cultura material e não-material), produção e reprodução da vida em sociedade. (DUARTE, 2004, p. 50).

Enquanto gênero humano, no qual a vida individual e a vida genérica encontram-se imbricadas, o indivíduo expressa-se por meio das objetivações genéricas. As objetivações podem ser da ordem do em-si, objetivações do cotidiano ou do para-si, relativas à ciência, a arte, a moral.

Nesse sentido, o pleno desenvolvimento do humano consiste em superar as objetivações em-si pela genericidade do para-si, pressupondo a partir disso o homem enquanto ser universal. (MARTINS, 2004).

As objetivações, dialeticamente, revelam a dinâmica existente entre a subjetividade e as significações sociais, relação esta sempre mediada pelo outro.

No caso do acolhimento familiar, o distanciamento das tarefas do cotidiano pode acontecer de diversas maneiras, com destaque para os momentos anteriores ao acolhimento, no qual as famílias passam por um processo formativo para conhecerem a realidade e as implicações que as situações de violência podem provocar no desenvolvimento infanto-juvenil, conforme orientam os documentos normativos deste serviço. (BRASIL, 2009).

Ao longo do acolhimento, prevê-se que as famílias acolhedoras continuem passando por atendimentos regulares com a equipe técnica do serviço (assistentes sociais e psicólogos), de tal forma que as vivências e dificuldades que encontram para desempenhar os cuidados com a criança possam ser discutidos à luz do contexto que engendrou aquelas formas de se relacionar. Esses momentos de reflexão mostram-se potencialmente indicados para auxiliar as famílias à fazerem leituras mais ampliadas sobre a história da criança, desmistificando ideias e concepções equivocadas e refletindo sobre o seu papel e responsabilidade para com aquela situação.

Relevante apontar a importância das famílias acolhedoras que se colocaram nesse processo, pois nenhum serviço dessa natureza seria exequível sem a sua adesão. Essas famílias demonstram abertura para apreenderem a dinâmica e a lógica do trabalho protetivo, notadamente na superação de preconceitos na relação com as famílias de origem e extensa das crianças e adolescentes. (FRANCO, 2014, p. 124).

Com relação à cultura, Vigostki compreende-a como síntese de leis históricas determinadas pela existência humana em sua concretude, uma vez que o homem é produtor da cultura, mas também é resultado das relações sociais que, uma vez internalizadas expressam-se por meio das funções psíquicas superiores, ou, dito de outra forma, pelas significações. A cultura expressa o processo histórico que é construído a partir do trabalho humano. (MARTINS, RABATINI, 2011).

[...] em sentido mais amplo significa que todo cultural é social. Justamente a cultura é produto da vida social e da atividade social do ser humano, por isso a própria abordagem do problema do desenvolvimento cultural da conduta nos leva diretamente ao plano social do desenvolvimento”. (VYGOTSKY, 1995 apud MARTINS, RABATINI, 2011, p.349).

Dessa maneira, para que desperte no homem o autodomínio de sua conduta e o domínio da natureza a apropriação da cultura é um requisito inalienável do desenvolvimento. De outra forma, o homem não se tornaria inteligível e como consequência, não teria condições de promover uma ação intencional transformadora. (MARTINS, RABATINI, 2011).

Sobre a questão cultural, cabe um parêntese: há, na história do Brasil uma prática secular de institucionalizar a infância, especialmente a parcela pobre da população. (CRUZ, 2006; RIZZINI, 2011).

Nesse sentido, a questão cultural ultrapassa os limites do acolhimento em si e de alguns conflitos produzidos pelas diferenças relacionais entre os envolvidos.

Trata-se de um processo no qual, historicamente, a institucionalização era utilizada como alternativa unívoca à proteção de crianças e adolescentes, especialmente aqueles que se encontravam em situação de pobreza. (MDS, 2004).

O tema da desinstitucionalização tem sido amplamente discutido e alguma legislações já se ancoraram nesse princípio para formular suas diretrizes, como é o caso das Diretrizes Internacionais de Cuidados Alternativos para Crianças e adolescentes, que, em seu artigo 22: [...] deverão ser buscadas alternativas, no contexto de uma estratégia geral de desinstitucionalização, com objetivos e metas precisas que levem à gradativa desativação dessas instituições”.

Em consonância a isso, o relato de outra família acolhedora faz menção ao tempo histórico para as mudanças:

[...] contribuir para mudar a cultura de posse e de egoísmo com relação ao problema do outro. [...] prefiro olhar por esse lado da questão: o da contribuição que temos dado para a mudança de cultura. Isso, para mim, ainda me toca mais forte do que o fato de dar o cuidado momentâneo. (VALENTE, 2013, p. 166).

4.3 SIGNOS, INSTRUMENTOS E A MEDIAÇÃO SEMIÓTICA – ELEMENTOS DO PROCESSO DE HOMINIZAÇÃO.

A mediação (técnica ou semiótica) é uma intervenção que ocorre numa relação sendo, portanto, um elemento intermediário (PINO, 2000).

Esse elemento mediador, por sua vez, pode assumir os mais variados papéis, podendo ser um aviso, uma lembrança, uma foto, etc. Além disso, pode assumir o conceito de instrumento ou de signos. Vale destacar que os instrumentos são elementos que norteiam a relação do indivíduo com o objeto externo para transformá-lo (exemplo: martelo). Por essa perspectiva, compreende-se que toda relação humana é sempre mediada.

Os signos, por sua vez, são orientados ao psiquismo e ao comportamento (transforma o indivíduo autor e o espectador) e operam no campo da consciência, tendo de ser decodificado ou interpretado na relação com o outro. (PINO, 2000).

Além disso, têm a função de “tornar presente o que é da cultura e está ausente” e “dirigir a ação do outro (conteúdos culturais e práticas sociais) e as próprias ações (relações sociais)”. (PADILHA, s.d., p.2).

O trabalho desenvolvido pelas famílias acolhedoras é voluntário e parte da iniciativa de cada família interessada procurar o serviço para se submeter ao processo de estudo e avaliação para o acolhimento. Apesar disso, Valente (2013) sugere que a experiência revela que o efeito produzido pelo acolhimento nas histórias de vida de cada envolvido supera as expectativas iniciais de envolver-se no trabalho como forma de ajudar o próximo. Comumente os relatos dos guardiões enfatizam o quanto cada um foi impactado pelo processo, aprendendo outras maneiras de se relacionar, de educar e de oferecer afeto e cuidados integrais ainda que seja por tempo determinado.

Dessa forma, considerando que os sujeitos se constituem nas relações sociais, entende-se que são influenciados pelos diversos discursos, tais como o das instituições, percepções, silêncios, atitudes do outro etc. A mediação semiótica revela que o psiquismo humano está em constante processo de produção, influenciado pelo meio social, cultural e pelos demais indivíduos com os quais se relaciona. (PADILHA, s.d.).

Embora se apresentem por naturezas diferentes tanto os instrumentos quanto os signos se incluem no conceito mais generalizado de atividade mediadora. A mediação pode ser definida como uma condição em que um constitui o outro: o signo é constitutivo do sujeito assim como é constitutivo da realidade.

A mediação semiótica é capaz de explicar as formas como o social se converte em pessoal sem retirar do indivíduo sua singularidade.

Os elementos mediadores das relações interpessoais (instrumentos e signos) são produzidos nas relações entre os sujeitos, ao mesmo tempo que transformam essas relações. Assim sendo, a linguagem desempenha um papel fundamental, visto que permite o estabelecimento de significados e interpretações aos fenômenos do mundo e o intercâmbio social possibilita a organização do comportamento. (OLIVEIRA, 1997, VYGOTSKY, 1991; PADILHA, s.d.).

Para Leontiev (1978) o salto no desenvolvimento do homem com relação ao animal ocorreu em função do trabalho e da organização da vida em sociedade. O trabalho foi aprimorado pelos homens através do uso de instrumentos para modificar e controlar a natureza, característica não desenvolvida por outros seres e que conseqüentemente cristalizou a atividade humana em objetos.

Essa cristalização trouxe avanços significativos para a espécie humana, impulsionando a construção de conhecimentos e aptidões, processo esse que desencadeou no surgimento da linguagem. O autor destaca que os indivíduos aprendem a ser homens quando inseridos na

cultura e as características que os diferencia dos animais são adquiridas, uma vez que o que a natureza lhe fornece não o subsidia suficientemente para a vida social.

Conclui-se, portanto, que antes de dominar a linguagem, a criança cria meios de contato social através do alívio emocional, provocado pelo choro ou riso (comunicação difusa – chamada de linguagem pré-intelectual), indicando que essa necessidade humana pode ter desencadeado no surgimento da fala. Ainda nessa direção, pode-se dizer que o surgimento do pensamento verbal e da linguagem como signo indica o esforço dos indivíduos em transformar o biológico em sócio-histórico. (OLIVEIRA, 1997; VYGOTSKY, 1991).

4.4 A FAMÍLIA ACOLHEDORA E A DE ORIGEM: AS DESIGUALDADES E A EXCLUSÃO SOCIAL.

No lugar de nos perguntar como a criança se comporta no meio social, diz ele, devemos perguntar como o meio social age na criança para criar nela as funções superiores de origem e natureza sociais. (PINO, 2000, p. 52).

A qualidade das relações sociais será fundamental para o desenvolvimento da natureza psicológica do homem (PINO, 2000). À vista disso, Boff (1999) apud Valente (2013) destaca que o cuidado é uma característica ontológica dos seres humanos e que a humanidade tem sido construída com base na perspectiva do ser cuidado e cuidar.

O cuidado é condição fundamental para que uma família execute o acolhimento de uma criança e algumas situações parecem mobilizar os indivíduos para desempenharem-no: “preocupar-se com o outro, o incomodo provocado pela situação de desproteção, a capacidade de sair de si, de inquietar-se pela situação em que vivem as crianças e os adolescentes da sociedade brasileira”. (VALENTE, 2013, p. 238).

Dessa maneira, o documento Orientações Técnicas (BRASIL, 2009), do Governo Federal, traz algumas características que devem ser observadas durante o processo de estudo psicossocial de uma família interessada em desenvolver o acolhimento familiar, sendo estas: disponibilidade afetiva e emocional, padrão saudável nas relações de apego e desapego, relações familiares e comunitárias, flexibilidade, tolerância, capacidade de escuta, capacidade de pedir ajudar, aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes, dentre outras.

Nesse perfil, espera-se da família acolhedora condições para que possa preservar a história de vida da criança, dando a ela atenção individualizada e assegurando seus direitos, com destaque a convivência familiar e comunitária, conforme previsto no Plano Nacional pela Primeira Infância, de dezembro de 2010.

Para exercer os cuidados frente as três interfaces relacionadas ao acolhimento familiar: crianças/adolescentes, famílias e origem e acolhedoras, mostra-se necessário que todo o Sistema de Garantia de Direitos supere atitudes fragmentadas e parciais de base exclusivamente racional e estratégica para que se desenvolva uma compreensão da ação realizada como algo que influencia a vida em sua totalidade. (DALBOSCO, 2006 apud VALENTE, 2013).

Uma vez preservada a história de vida da criança, com a ajuda dos guardiões ela tem possibilidade de ressignificar suas vivências e desenvolver suas funções superiores inseridas em um contexto potencializador para seu desenvolvimento, que por hora, não era assegurado em seu ambiente familiar de origem.

Apesar do destaque dado para o papel da família acolhedora no cuidado à criança/adolescente acolhido, não foi ignorado o fator de influência da criança/adolescente na vida dos guardiões.

A engrenagem do cuidado à crianças e adolescentes, que envolve além dos serviços a sociedade em geral, pode desencadear na família acolhedora o sentimento de pertença à algo muito maior do que sua ação isolada, uma vez que ela oferece cuidado ao acolhido enquanto sua família de origem é amparada por outra parte: os técnicos. Trata-se, portanto, de uma teia de múltiplas relações que se influenciam e se redirecionam em cada etapa do acolhimento, tendo em vista, prioritariamente, o bem-estar da criança.

Diante do exposto deve-se evidenciar a importância dos guardiões terem clareza de seu papel social diante do acolhido, bem como da equipe técnica conhecer os sentidos do acolhimento para a família que se voluntária:

Toda ação verdadeiramente humana pressupõe a consciência de uma finalidade que precede a transformação concreta da realidade natural ou social e, desse modo, a atividade vital humana é ação material, consciente e objetiva, ou seja: é práxis. (MARTINS, 2004, p. 57).

Nesse passo, pode-se dizer que as relações sociais constituem um complexo sistema de posições sociais e papéis e são esses lugares que definem como os atores sociais irão se posicionar na relação com os outros dentro de uma organização social. Há que se considerar que existem expectativas de condutas ligadas a cada papel ocupado. (PINO, 2000).

Ancorado em Marx e Engels, Vigotski reitera que as relações sociais se dividem em dois planos: um atrelado a questões do plano estrutural, político e econômico da sociedade e outro baseado nos indivíduos concretos. (PINO, 2000).

O contexto em que se encontram as famílias de origem também merece destaque. Em pesquisa divulgada em 2013 pelo IPEA, os principais motivos que desencadearam no

acolhimento de crianças e adolescentes foram: negligência, abandono e drogadição por parte dos pais ou responsáveis. (BRASIL, 2013). Sabe-se que em sua maioria, são famílias pobres vivendo em precárias condições de existência e frequentemente sendo violadas pelo Estado através de políticas públicas que não existem ou que não são executadas em sua totalidade.

A Política Nacional de Assistência Social (2004) reconhece as pressões produzidas pelos processos de exclusão socioculturais que permeia o cotidiano de muitas famílias brasileiras, de tal forma que tem suas fragilidades e contradições acentuadas. Em virtude disso, essas políticas preveem a centralidade da família no âmbito das políticas públicas porque reconhece seu valor enquanto espaço privilegiado para a promoção de cuidados e que, na impossibilidade de exercê-los, deve ser cuidada e amparada pelo Estado.

Nesse contexto de exclusão e desigualdades, as intervenções dos técnicos do sistema de garantia de direitos e as ações da sociedade em geral, inspirados por Sawaia (2010), devem ser voltadas para a superação do sofrimento ético-político: A consciência/ sentimento de que nossa potência de passar da passividade à atividade só é possível por meio do outro nos torna comprometidos socialmente, não por obrigação, mas como ontologia. (SAWAIA, 2009, p 370).

Inspirada por Vigostki e Espinosa, Sawaia (2010) afirma que a emoção e a criatividade são as dimensões ético-políticas da ação transformadora voltada a superar a desigualdade. Os homens não estão reduzidos à sobrevivência biológica e a expansão do corpo e da mente em busca da liberdade/felicidades que completam o sentido de sua existência.

A motivação, compreendida por Vigostki como sendo a junção do desejo, da necessidade e da emoção é a base afetivo-volitiva da consciência e do pensamento humano, que impulsiona o indivíduo para construir suas ideias e agir. Nesse sentido, liberdade e criatividade, quando de mãos dadas, criam um poderoso espaço de transformação social. (VYGOTSKY, 1991; SAWAIA, 2009).

[...] a capacidade de criar significados é a atividade revolucionária por excelência, que torna a criatividade possível e transforma a determinação social e biológica em mediação. (NEWMAN & HOLZMAN, 2002 *apud* SAWAIA, 2010, p 369).

O acolhimento familiar pode ser identificado como privilegiado espaço para assegurar a qualidade da aprendizagem, e por consequência, do desenvolvimento de crianças e adolescentes que têm em suas histórias as marcas da violência. Ao longo do acolhimento, crianças, adolescentes e famílias revisitam suas expressões e concepções da realidade, construindo e

desconstruindo ideias, valores, noções de educação, de desenvolvimento e de relações familiares, afetivas e sociais.

Diante do exposto, a práxis humana, marcada pela atividade criativa do homem frente a realidade mostra-se como aliada no enfrentamento as desigualdades e injustiças sociais podendo ser um elemento de mediação dos processos.

É essa mesma capacidade humana, a criatividade, que deve nortear as práticas dos serviços envolvidos nos cuidados às famílias de origem, potencializando os indivíduos para que tenham acesso a aquilo que lhes é mais precioso: o direito a dignidade, a vida e a possibilidade de restituição de sua capacidade protetiva para cuidar do outro.

5 A PESQUISA

Para Vigostki, o método deve refletir a compreensão e o olhar do pesquisador sobre as questões propostas em seu estudo. Dessa maneira, os fenômenos humanos devem ser compreendidos em seu processo de transformação e mudança: “portanto, em seu aspecto histórico”. (FREITAS, 2002, p.27).

Segundo Freitas (2002), estudos orientados pela perspectiva sócio-histórica, conforme pretende o presente trabalho, deve procurar no particular a instância da totalidade social de tal modo que, ao compreender os sujeitos envolvidos, adquire condições para compreender o contexto.

5.1 O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada junto de um Serviço de Acolhimento Familiar localizado em um município do interior do estado de São Paulo. A pesquisadora deste trabalho está vinculada ao serviço de famílias acolhedoras atuando como psicóloga desde sua implantação, em meados de 2013.

Atualmente o município conta com duas modalidades de serviços de acolhimento: acolhimento institucional em abrigo e casas lares e acolhimento familiar, totalizando, aproximadamente 123 vagas.

A equipe técnica que executa as ações previstas para o serviço, de acordo com as Orientações Técnicas para serviços de acolhimento (BRASIL, 2009) possui uma equipe mínima formada por:

Quadro 2 – Equipe do Serviço de Famílias Acolhedoras

Função	Formação	Carga horária
Coordenação	Superior completo em Psicologia	40 horas
Psicóloga	Superior completo em Psicologia	40 horas
Assistente social	Superior completo em Serviço social	30 horas
Motorista	Ensino Médio Completo	40 horas
Auxiliar administrativo	Ensino Médio Completo	40 horas
Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo	40 horas

As ações executadas por este serviço atendem três interfaces, a família acolhedora, a família de origem e a criança/ adolescente acolhido e incluem: atendimento psicossocial, visitas domiciliares, articulação da rede de serviços e do sistema de garantia de direitos para o atendimento das demandas encontradas ao longo do acolhimento (saúde, educação, trabalho e renda dentre outras), elaboração de documentos, construção de plano de atendimento individual da criança/ adolescente e da família, divulgação de serviço para captação de novas famílias acolhedoras, capacitação para formação de famílias acolhedoras, construção de estudo psicossocial para cadastramento das famílias acolhedoras junto à Vara da Infância e Juventude da comarca local.

A implantação do equipamento aconteceu em outubro de 2013, inicialmente executado por psicólogos e assistentes sociais ligados a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social que organizaram uma capacitação para formar a primeira turma de famílias acolhedoras. Na ocasião, os estudos psicossociais, que incluíam atendimentos com a família e visita domiciliar aconteciam após a etapa de formação. Desta turma, 3 famílias mostraram-se aptas para o acolhimento familiar e vieram, posteriormente, a executar os acolhimentos.

A partir de janeiro de 2014, apesar do equipamento permanecer vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, que gerencia e repassa recursos, foi contratada uma equipe técnica especializada para o desenvolvimento das atividades previstas para o serviço, por meio de convênio com uma Organização Não-Governamental.

Por conta do objetivo do trabalho, neste momento, direcionar-se às famílias acolhedoras, optou-se por não discorrer amplamente sobre o acompanhamento e ações realizadas com a família de origem.

Com a nova equipe, alguns procedimentos relativos a formação do quadro de acolhedores foram modificados. A busca voluntária de uma família ao serviço configura-se como primeiro momento para esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de informações referentes ao trabalho. Se nesse momento a família manter-se interessada, ela precisa providenciar cópias dos

documentos pessoais de todos os membros da família residentes na casa (RG, CPF, certidão de nascimento, no caso dos filhos, certidão de casamento – quando houver), cópia de holerite, atestado negativo de antecedentes criminais e atestado de saúde física e mental realizado por médico que realiza o acompanhamento dos guardiões. Desde de esse contato, a família sabe que pode desistir do processo ou ser desligada por algum motivo identificado pela equipe técnica que desabone a possibilidade de acolhimento a ser realizada por esse núcleo familiar.

Após esse processo inicial, foram realizados atendimentos individuais e familiares com os guardiões e demais membros do grupo familiar. O número de atendimentos varia de acordo com a avaliação da equipe diante da necessidade da família. Também é realizada uma visita domiciliar a fim de identificar as condições habitacionais do ambiente, especialmente se atentando para possíveis espaços que possam expor determinadas faixas etárias à algum risco (por exemplo, crianças pequenas em um apartamento sem proteção das janelas).

No fim dessa avaliação prévia das possibilidades da família pretendente se tornar acolhedora, a equipe técnica organiza o processo de formação das famílias. Esse procedimento permite que cada grupo de formação de famílias acolhedoras tenha nuances diferentes, uma vez que são identificados alguns aspectos que poderão ser mais ou menos explorados nesse processo. Trata-se de encontros semanais organizados de acordo com a disponibilidade dos casais que estão sendo avaliados para tratar coletivamente de temas referentes ao acolhimento, sendo, atualmente, composto por sete encontros¹⁰:

Quadro 3 – Encontros de Formação de Famílias Acolhedoras

Encontro	Tema	Característica
1º	Troca de experiência entre famílias acolhedoras e famílias pretendentes	Famílias que já realizaram acolhimentos são convidadas para compartilharem suas experiências e tirarem dúvidas dos pretendentes quanto a realização do trabalho.
2º	Legislação e direitos da criança e do adolescente	Uma advogada voluntária é convidada para retirar dúvidas quanto a legislação que envolve o acolhimento familiar e discutir sobre direitos da criança e do adolescente.
3º	Desenvolvimento Infanto-juvenil	A equipe técnica discute junto aos casais o tema do desenvolvimento infanto-juvenil evidenciando os desafios a serem

¹⁰ É importante destacar que mesmo nos encontros em que outros profissionais são convidados, a equipe técnica participa ativamente das atividades, uma vez que o contexto da capacitação é compreendido como importante espaço de avaliação da família pretendente e como forma de identificar suas percepções em um contexto coletivo. A ordem dos encontros eventualmente sofre alteração bem como os profissionais convidados, que são voluntários.

		vivenciados pela criança e por seus cuidadores em cada etapa da vida. A intenção é poder ajuda-los a identificar períodos em que podem ter melhores condições de oferecer cuidados adequados à criança que deverá ser acolhida.
4º	Violência doméstica ou intrafamiliar	Uma técnica da Vara da Infância apresenta aos pretendentes o impacto que as vivências de violência (física, psicológica, negligência, abandono, abuso e exploração sexual) podem trazer ao desenvolvimento das crianças/ adolescentes, formas de identificar e oferecer proteção.
5º	História de vida	A equipe técnica do serviço monta junto com a família um álbum que posteriormente será preenchido com fotos, histórias e relatos da criança durante o período em que esteve acolhida com a família. Nesse encontro é feita uma discussão sobre a importância da escuta da criança, a valorização de sua história de vida e a possibilidade de ressignificação dos episódios de violência que tenha vivenciado.
6º	Saúde da Criança	Esse encontro foi recentemente incorporado ao processo de capacitação. Um médico, especializado em saúde da família, é convidado para falar sobre primeiros socorros, esclarecer dúvidas sobre alimentação, tratamentos que devem ser realizados com crianças que nasceram com algum problema congênito (sífilis, HIV, etc), dentre outros.
7º	Chegadas e Partidas	O último encontro tem sido desenvolvido por um arte-terapeuta para discutir a importância da vinculação afetiva com a criança e o preparo para a partida, ou por retornar a sua família de origem ou para seu encaminhamento à família substituta.

A última etapa da formação é feita por meio de um atendimento com os futuros guardiões, para fechar um perfil de criança/adolescente que melhor se adapta a rotina familiar (por exemplo: alguns casais trabalham em período integral e não contam com rede de apoio suficiente para acolher bebês recém-nascidos que não poderiam ir para a escola de educação

infantil). Diante de todas as informações coletadas ao longo dos atendimentos e encontros de formação, é finalizado o estudo psicossocial através da elaboração de um documento que será encaminhado a Vara da Infância e Juventude, validando o cadastro dos guardiões.

Quando o cadastro é validado e para assegurar o sigilo referente à identificação da família acolhedora, os guardiões recebem um código e é através dele que a família passa a ser referida em documentos elaborados pela equipe do serviço de acolhimento, quando necessário.

Após o cadastramento, a família passa a aguardar o contato do serviço de acolhimento para verificar a possibilidade de realização de acolhimento. O tempo de espera para realizar o primeiro acolhimento varia de acordo com a flexibilidade indicada pelos guardiões referentes ao perfil da criança.

5.2 PARTICIPANTES

Foram participantes deste estudo seis (6) famílias que fazem parte do grupo de famílias acolhedoras. A seleção priorizou os diferentes estágios do acolhimento em que se encontravam no momento da coleta dos dados, tais como: família que iria iniciar o processo de formação, famílias que já realizaram um ou mais acolhimentos e famílias que estão em processo de desacolhimento.

Essa diferenciação dos momentos do processo de acolhimento de cada família participante visou apresentar maior variedade interna no grupo a fim de contemplar os diferentes estágios das famílias dentro dos serviços.

A equipe técnica do serviço foi responsável por fazer as indicações e o convite feito aos guardiões foi estendido a outros integrantes que residam na mesma casa (filhos e demais membros).

Inicialmente, previa-se dividir os grupos focais em três:

- Grupo 1: guardiões e cuidadores adulto
- Grupo 2: filhos adolescentes das famílias acolhedoras
- Grupo 3: crianças acolhidas ou filhos dos guardiões (acima de 5 anos de idade).

Ocorre que ao longo do desenvolvimento da pesquisa, os grupos 2 e 3 foram repensados pela pesquisadora, que teve dúvidas se o procedimento de colocar as crianças acolhidas e os filhos dos guardiões para falarem sobre suas histórias de vida poderia trazer algum grau de sofrimento que não poderia ser devidamente cuidado pelas técnicas do serviço, uma vez que, no momento de execução dos grupos, as crianças mais velhas já estavam desacolhidas e só

havia bebês acolhidos. Nesse sentido, optou-se por formar um grupo com os filhos dos casais acolhedores, na faixa etária entre 7 e 12 anos.

A opção pelo uso dos grupos focais justificou-se por este ser um recurso que possibilita a discussão baseada nas experiências dos participantes, permitindo ao pesquisador compreender os processos de construção da realidade de determinados segmentos da sociedade, as práticas cotidianas, comportamentos e atitudes, percepções, crenças, preconceitos e linguagens construídas acerca do fenômeno estudado. (GATTI, 2005).

Para iniciar a coleta de dados, cada participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, documento construído com base nas Diretrizes e Normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (Resolução 466/2012) e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa – CEP, da universidade à qual esta pesquisa está vinculada. Esse documento foi lido e discutido com os participantes para que tivessem clareza sobre a pesquisa e para que pudessem expressar concordância ou não com os procedimentos.

No caso dos participantes do grupo 2, que envolviam crianças e adolescentes (membros com menos de 18 anos), o responsável legal assinou um TCLE, bem como o próprio participante, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

Somente foram incluídas as famílias em que o guardião/ casal guardião aceitaram participar da pesquisa, por meio de sua participação e ou de seus filhos nos grupos focais e/ou, eventualmente, através de entrevistas. Apesar de não ter acontecido, no caso dos guardiões que possuíam filhos adultos ou outros moradores da residência que participavam das atividades de cuidado da criança/adolescente acolhido, eles também seriam convidados para participarem, mas sua participação/não participação não comprometeria a inclusão dos responsáveis pela criança na pesquisa.

Destaca-se que os recursos metodológicos adotados neste trabalho buscaram abordar o fenômeno de tal forma que fosse possível compreender como as famílias acolhedoras respondem às diferenças relacionais, educacionais e culturais que surgem no decorrer do acolhimento, superando as aparências e apresentando seus processos constitutivos. As relações estabelecidas por esses sujeitos com o mundo (contexto social, histórico e cultural) também nortearam essas opções, uma vez que: “[...] entendemos que a compreensão do objeto investigado só ocorre quando o pesquisador se aproxima das determinações sociais e históricas desse objeto”. (AGUIAR et al, 2015, p.58).

5.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

O quadro de famílias que participaram da pesquisa configura-se da seguinte maneira:

Quadro 4 - Caracterização das famílias participantes

Participante	Acolhedora	Idade	Sexo	Profissão/Atividade laboral	Renda familiar	Escolaridade	Perfil de acolhimento
Gal	F-1	42 anos	Feminino	Professora	R\$3.000,00	E.S. completo	Ambos os sexos de 3 à 10 anos*
Chico		43 anos	Masculino	Vendedor		E.M. completo	
Rita	F-2	40 anos	Feminino	Vendedora	R\$5.000,00	E.M. completo	Ambos os sexos de 0 à 4 anos*
Caetano		44 anos	Masculino	Funcionário Público		E.S. completo	
Elis	F-3	54 anos	Feminino	Fisioterapeuta	R\$7.000,00	E.S. completo	Ambos os sexos de 0 à 5 anos*
Vinicius		51 anos	Masculino	Contador		E.S. completo	
Elza	F-4	57 anos	Feminino	Do lar	R\$4.000,00	E.M. completo	Ambos os sexos, 0 à 6 anos*
Jorge		58 anos	Masculino	Aposentado/ Tec. eletrônico		E.M. completo	
Clara	F-5	38 anos	Feminino	Administradora	R\$4.000,00	E.M. completo	Ambos os sexos, 0 à 2 anos*
Tim		39 anos	Masculino	Administrador		E.M. completo	
Maria	F-6	35 anos	Feminino	Do lar	R\$2.500,00	E.M. completo	Ambos os sexos, 0 à 10 anos*
Milton		38 anos	Masculino	Eletricista autônomo/ Pastor		E. T. completo	

*A família acolhedora possui abertura para receber crianças com doenças crônicas, tratáveis e que possuam outras especificidades, sendo possível contatá-los também nos casos em que houver deficiência física ou mental. Nessas situações a família avalia se consegue organizar sua rotina de modo a atender as demandas da criança, sempre sendo consultada anteriormente e avaliando o acolhimento em conjunto com a equipe técnica do serviço.

**Apesar de identificado um perfil que melhor se adapta na dinâmica da família acolhedora e que, dessa forma, poderá ser melhor atendido, esse perfil não impede que, diante da necessidade de uma criança e da possibilidade da família acolhedora, ocorra um acolhimento mesmo que fora dos critérios previsto inicialmente.

5.2.2 BREVE RELATO DO HISTÓRICO DOS ACOLHIMENTOS

O método adotado neste trabalho, ao afirmar a unidade de contradição entre sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, por meio da atuação do sujeito diante do objeto, que por sua vez está em constante transformação, pressupõe, necessariamente, a abordagem do objeto através do conteúdo histórico que o envolve.

Nessa perspectiva, para compreender a história humana e os conteúdos e ideias produzidos historicamente pelos indivíduos, necessariamente implica a compreensão das relações sociais que permeiam, determinam e são determinadas por suas ações. (ANTUNES, 2005).

Este subcapítulo tem como objetivo elucidar as histórias das crianças acolhidas pelas famílias que participaram da pesquisa, desde a chegada delas ao serviço até aproximadamente março do corrente ano. Cumpre mencionar que essas histórias seguiram o fluxo natural do tempo, e antes do término das análises, muitas tiveram seu desfecho concluído.

F-1

Composição familiar: Núcleo formado por um casal de guardiões Gal e Chico com dois filhos, Marcelo de 8 anos e Raul, de 1 ano e 4 meses. A guardiã é pedagoga e dá aulas na rede pública municipal em período integral. O guardião, por sua vez, é gerente de uma loja.

Histórico de acolhimento: O primeiro acolhimento do casal era de um bebê recém-nascido, Sodalita. Sodalita permaneceu com a família acolhedora por 4 meses e perto do desacolhimento, a guardiã descobriu que estava grávida. Pouco tempo antes de se tornar família acolhedora, era sofrera um aborto espontâneo e esse bebê trouxe bastante expectativa para a família.

Sodalita retornou para sua família de origem, no estado do Paraná, sob a guarda da avó materna e junto de sua mãe, que antes de seu nascimento viveu vários anos em situação de rua e uso abusivo de substâncias psicoativas, mas foi acolhida e cuidada por sua família após optar por deixar as ruas.

A segunda criança acolhida foi Opala, um bebê recém-nascido. Era início do primeiro trimestre de gravidez da guardiã e após uma semana, o casal percebeu que não conseguiria dar continuidade no acolhimento diante das demandas do bebê, que desgastavam especialmente a guardiã. Havia também o fato de que a guardiã perdera um filho durante os primeiros meses de

gestação um ano antes de realizar o primeiro acolhimento, o que parecia ter tornado o momento ainda mais difícil.

Passado o primeiro trimestre, a família acolheu Diamante, uma menina de 10 anos na época. Quando foi acolhida, Diamante se adaptou rapidamente e criou uma forte amizade com o filho do casal, Marcelo. Os dois tinham idades parecidas e tornaram-se grandes companheiros ao longo dos meses. Diamante não tinha perspectiva de retornar para sua família de origem: havia um quadro de graves violações sofridas por Diamante e sua irmã Safira, de 12 anos (violência física, psicológica, sexual, negligência), praticadas pelos tios maternos. A mãe das meninas falecera há quase seis anos e após o óbito, dois irmãos mais velhos ficaram sob a responsabilidade do genitor e elas foram levadas para a casa da tia em município afastado, o que resultou em ruptura de vínculos.

Relatos das irmãs, especialmente da mais velha, mencionavam a violência doméstica sofrida pela mãe e a falta de possibilidade do genitor assumir a guarda das filhas. Apesar de saber do acolhimento, nunca manifestou desejo de tê-las novamente sob seus cuidados. Frente à necessidade de acolhimento, Safira acabou sendo encaminhada através de guarda para uma família afetiva com quem estabeleceu forte vínculo por conta da igreja que frequentavam e Diamante, encaminhada para a F-2.

Foi realizado um trabalho com a família que acolheu Safira para tentar estabelecer vínculo entre elas com vias de que as irmãs permanecessem juntas, sem sucesso. As irmãs sempre mantiveram contatos regulares ao longo do acolhimento e a manutenção do vínculo sempre foi o fio condutor do trabalho, que durante os meses de acompanhamento, através dos contatos com as redes sociais e familiares da F-2, acabou possibilitando que Diamante conhecesse um jovem casal que desejou adotá-la.

Diamante esperava por uma família, como aconteceu com sua irmã e o casal, que já estava em processo de cadastramento para adoção, modificou o perfil de interesse para que pudessem adotá-la. Diamante continua tendo contatos esporádicos com a irmã e ela ganhará uma irmã porque no meio do processo de adoção, seus pais engravidaram

Após o desacolhimento de Diamante, o casal gradativamente afastou-se do serviço. Foram realizados alguns contatos mediante a necessidade de acolhimentos que surgiram, mas mostraram-se impossibilitados principalmente pelas dificuldades enfrentadas para conciliar os cuidados dos dois filhos e contar com a rede de apoio familiar em virtude de exercerem, os dois, atividades laborais formais.

F-2

Composição familiar: Núcleo formado por um casal, Rita e Caetano, pais de Vanessa. e Tiago, de 12 e 10 anos, respectivamente. O guardião é funcionário público municipal e a guardiã vendedora e trabalha em ambiente domiciliar. Ambos os guardiões desempenham ativamente o cuidado dos filhos e dos acolhidos.

Histórico de acolhimento: O primeiro acolhimento realizado foi de Quartz, na ocasião com aproximadamente 15 dias de vida. Os pais de Quartz eram usuários de substâncias psicoativas e apesar do trabalho realizado junto à eles, não foi possível assegurar a reintegração da criança com os mesmos. Durante buscas por família extensa, uma prima de 1º grau da genitora assumiu os cuidados do bebê, que foi desacolhido após 2 meses e meio de acolhimento. Na sequência, a família acolheu Citrino, de 5 anos. Citrino havia vivido até os 2 anos e meio com sua família de origem e após ser acolhido, foi encaminhado para uma família substituta. Com aproximadamente um ano em família substituta, voltou a sofrer violações de direito e denúncias graves envolvendo a capacidade do pai adotivo de assegurar cuidado e a proteção do infante. Em função disso, Citrino foi acolhido pela F-2. Apesar dos momentos de medo e intenso sofrimento por ter sido afastado de seu pai adotivo, Citrino adaptou-se e vinculou-se intensamente com a F-2. O acolhimento durou aproximadamente 8 meses, quando Citrino foi encaminhado para uma nova família substituta. Após o desacolhimento de Citrino, acolheram Topázio, de 15 dias. A mãe de Topázio chegou a ser abordada pelo serviço (vivia há muitos anos em situação de rua), bem como sua família extensa materna, no entanto, já haviam assumido a guarda de dois irmãos do bebê e encontravam-se impossibilitados de assumir essa responsabilidade. A família paterna de Topázio não foi encontrada porque a genitora recusou-se a identificar o genitor. Topázio permaneceu acolhido por 2 meses, quando foi encaminhado para uma família substituta.

O acolhimento seguinte do casal foi de outro bebê de poucos dias de vida, Turmalina. A infante foi acolhida porque seus pais eram usuários de substâncias psicoativas e estavam em situação de rua há muitos anos. Turmalina tinha outros irmãos, por parte de mãe, que já haviam sido encaminhados para família substituta.

Assim que foi acolhida, a equipe do serviço realizou inúmeras buscas e tentativas de desenvolver um trabalho com a família de origem, sem sucesso. Não haviam familiares maternos

que pudessem assumir os cuidados do bebê e apesar da tia e avó paterna inicialmente mostrarem-se interessadas, voltaram atrás na decisão por terem medo dos comportamentos agressivos que o pai da criança poderia ter se soubesse onde ela se encontrava. Essa situação desencadeou no encaminhamento do bebê à família substituta.

A família está acolhendo um bebê de 7 meses, Jade. Jade passou os primeiros três meses de vida em um serviço de acolhimento institucional. A genitora foi detida logo após deixar a maternidade após ser flagrada furtando uma loja. Seu companheiro e genitor do bebê foi detido pouco tempo depois, enquadrado em descumprimento de medida de afastamento da genitora. Em função das detenções, tiveram um contato com a filha em meados de julho de 2016, pouco antes da criança ser encaminhada à F-2.

Pouco depois do acolhimento, a genitora e o genitor estão detidos novamente. Ambos vivem há muitos anos em situação de rua e fazendo uso abusivo de substâncias psicoativas. A família extensa materna não tinha condições de assumir os cuidados de Jade, sendo a avó materna guardiã da irmã da criança e os demais irmãos estão sob cuidados de outros familiares. Inicialmente, um estudo psicossocial avaliou positivamente a família paterna, que vive no interior do estado de MG.

Diante disso, a chegada da tia paterna na cidade de P. para realizar o desacolhimento de Jade revelou as reais condições da família extensa para receberem a criança. Os relatos da tia indicaram as inadequações da avó paterna, que seria a guardiã da criança, no trato com os outros netos, o que incluía situações de grave negligência afetiva. Outros pontos tais como o fato de que a avó vinha, eventualmente, para a cidade onde a neta estava acolhida mas nunca procurou conhece-la e depois justificou que não teria condições de buscar Jade foram reforçando esse distanciamento afetivo.

Frente à isso, foi tomada a decisão de que a criança permanecesse acolhida até que pudesse ser encaminhada para uma família substituta.

F-3

Composição familiar: Núcleo formado por um casal, Elis e Vinicius que residem sozinhos em sua casa. Vinicius tem um filho de 24 anos, fruto de seu primeiro casamento, mas que participa pontualmente do acolhimento das crianças. Elis é fisioterapeuta e trabalha em clínica particular e Vinicius é contador.

Histórico do acolhimento: A primeira criança acolhida foi Ágata. Ela era portadora do vírus HIV. A genitora de Ágata nunca foi abordada pelo serviço, apesar das diversas tentativas realizadas e dessa forma, ela não chegou a visitar a filha no período do acolhimento. A família extensa paterna era desconhecida e após buscas pela família extensa materna, Ágata foi encaminhada para uma prima de 1º grau de sua genitora. Ágata, ao longo de todo acolhimento, realizou tratamento preventivo para conseguir estabilizar sua carga viral e não apresentou maiores complicações de saúde em virtude disso. A criança esteve sob os cuidados da F-4 por aproximadamente 5 meses.

Após dois meses do encerramento do acolhimento, a F-3 acolheu dois irmãos: Cristal, de 3 anos e meio e Esmeralda, de 9 meses. O acolhimento das crianças ocorreu emergencialmente, mas na primeira busca, o Conselho Tutelar, junto de oficial de justiça, conseguiu acolher apenas Cristal. Na ocasião, o genitor de Esmeralda (não era o genitor de Cristal), fugiu com a criança. Dez dias depois, Esmeralda também foi acolhida em um serviço de acolhimento emergencial, até que pudesse ser transferida para a F-3. Nesse período, ficou hospitalizada por 1 semana em função de problemas respiratórios e ao receber alta, foi encaminhada para a F-3. 36 horas após o acolhimento dos irmãos pela F-3, Elis observou que a criança estava respirando com muita dificuldade e levou-a para atendimento emergencial, onde ficou hospitalizada por 15 dias e por muito pouco, não foi encaminhada para Unidade de Terapia Intensiva.

Após o acolhimento foi possível verificar que os problemas respiratórios de Esmeralda eram mais graves do que o que se sabia até aquele momento. A criança, aos 9 meses, já havia passado por 5 graves internações para cuidar de seus problemas respiratórios e não havia clareza dos serviços de saúde e nem da família de origem sobre o real diagnóstico. Posteriormente, soube-se que se tratava de um quadro de bronquiolite severo, que poderá ser minimizado após a criança completar dois anos de idade. Esmeralda passou a demandar cuidados integrais da F-3, não podendo ser inserida na escola, apresentando diversas restrições alimentares, exigindo cuidados redobrados com o espaço físico em que estava, etc. A complexidade do quadro fez com que a F-3 não desse conta de cuidar também de Cristal, que claramente não se adaptou ao ambiente da família acolhedora e acabou sendo transferido para uma casa lar. Cristal permaneceu pouco tempo acolhido porque seu avô materno pleiteou a guarda para assumir os cuidados da criança.

A saúde de Esmeralda era monitorada o tempo todo através de idas ao pediatra, fisioterapeuta respiratório, nutricionista, etc. Em um serviço de acolhimento institucional tradicional a criança provavelmente não conseguiria se manter assistida da forma como demandava. Nenhum outro

familiar mostrou-se apto ou interessado em assumir os cuidados de Esmeralda e enquanto os genitores eram fortalecidos para poderem reassumir os cuidados da filha, tiveram outro bebê.

O outro bebê, apesar do monitoramento constante da rede, acabou sofrendo uma fratura de fêmur antes de completar 60 dias e, apesar dos relatos familiares pouco precisos, tudo levava a indicar que a criança sofrera uma queda por conta de episódio em que a mãe foi agredida pelo companheiro (a genitora nega essa versão dos fatos). Esmeralda ficou acolhida por cerca de 11 meses com a F-3 e, quatro meses após a realização do grupo focal, acabou sendo encaminhada para família substituta junto de sua irmã mais nova. Embora houvesse a indicação de que a transição da criança para a família substituta fosse gradual e atendendo o tempo da criança, a postura de técnicas da Vara da Infância foi de promover o desligamento rápido da criança do serviço de acolhimento, não considerando a complexidade do quadro de saúde de Esmeralda.

O casal que adotou as duas irmãs não desejou manter qualquer contato com a família acolhedora, argumentando que o distanciamento era necessário para que a criança estabelecesse com eles, um relacionamento. Embora aspectos sobre a importância da manutenção das figuras afetivas da criança fossem apontados como importantes para a criança, o casal não apresentou mudança de postura. O acompanhamento técnico que sucedeu ao acolhimento foi pontual, visto a recusa explícita da família substituta. Cumpre mencionar que apesar de ser um trabalho previsto para ser oferecido às famílias substitutas, ele é de responsabilidade da Vara da Infância e Juventude até que seja realizada a finalização do processo de adoção dos infantes.

A posição da família acolhedora e da equipe técnica não era a mesma do casal, mas a decisão foi respeitada. O distanciamento de Esmeralda produziu muito sofrimento ao casal, que se preocupava se a criança estava bem, se tinha suas necessidades de saúde atendidas integralmente além, é claro, da intensa saudade que sentiam da criança.

Desde o desacolhimento de Esmeralda, o casal acolhedor enfrentou, além do afastamento e das dificuldades enfrentadas para lidarem com essa ruptura, problemas de saúde com outros familiares também fragilizaram as condições da família para realização de outros acolhimentos.

F-4

Composição familiar: Núcleo composto por um casal, Elza e Jorge, pais de dois filhos adultos: um mora fora do país e outro é casado e vive com a esposa. Pouco antes de se tornar uma

família acolhedora, Elza tinha uma loja de roupas, mas decidiu fechar o negócio. Jorge trabalha com conserto de eletrodomésticos e já é aposentado no ramo da metalurgia

Histórico do acolhimento: O casal acolheu Ametista, na época com 3 meses de idade. Ametista foi acolhida perto de completar um mês de vida após denúncia de que havia abandonado o bebê na casa de uma família desconhecida. O genitor de Ametista é desconhecido e a genitora nunca aceitou falar sobre ele. A genitora, por sua vez, era natural de um estado da região Norte do país, onde vivia com seus pais e irmã antes de trancar a faculdade e vir tentar outra vida na região sul do país. Nessa transição, teria se tornado hippie, fazendo artesanatos para manter alguma renda e transitando por diversos municípios e estados. Por conta do movimento da genitora, a equipe do serviço tinha dificuldade em encontra-la pelas ruas da cidade e após os dois primeiros contatos que aconteceram, logo após a transferência de Ametista do serviço de acolhimento institucional para a F-4, a genitora não foi mais vista. Diante dessa situação, a equipe tentou buscar pela família através de contatos com a rede de serviços da cidade de origem da genitora, sem sucesso. Os endereços declarados pela genitora não correspondiam, o que dificultou a busca pela família extensa, que só ocorreu seis meses após o acolhimento da criança. Após a família extensa ser encontrada, o fórum da cidade realizou estudo psicossocial e indicou que a família estava apta à ficar com a criança. O desacolhimento de Ametista aconteceu cerca de dois meses após a realização do segundo grupo. Após a decisão judicial que deferiu pelo encaminhamento de Ametista aos cuidados dos avós maternos, a avó da criança, residente na região Norte do país, veio acompanhada de sua filha mais nova, uma jovem de 20 anos, ao primeiro encontro da neta, possibilitado por Elza e Jorge, que espontaneamente arcaram com parte dos custos da passagem, que não poderiam ser assegurados nem pela família de origem e nem pelo Estado. Muito preocupados com a reação da criança ao aproximar-se de uma família com a qual nunca havia se relacionado, abriram as portas de sua casa e de seu coração para acolher a família de origem da menina por alguns dias.

Ametista, sua avó e sua tia tiveram oportunidade de estreitarem suas relações antes da partida definitiva para seu local de origem. Desse encontro, a relação entre os acolhedores e a família de origem se fortaleceu e permitiu que Elza e Jorge percebessem que, mesmo com a fragilidade da situação socioeconômica dos avós, o melhor lugar para Ametista era junto de sua família. A afetividade transmitida pela avó e pela tia para a criança ao longo dos dias em que estiveram hospedadas na casa do casal acolhedor acalentou a dor da despedida. Embora houvesse

uma grande preocupação dos acolhedores se esse cuidado de fato seria assegurado com o distanciamento da família acolhedora ou se teriam o compromisso de impedir, por exemplo, que a genitora tentasse levar a filha embora, caso voltasse para a casa, ao longo dos meses, através dos contatos telefônicos e virtuais, foram sentindo-se mais tranquilos. Em fotos, frequentemente reiteravam a alegria transmitida pela criança.

No início de 2017, o serviço de famílias acolhedoras foi acionado para acolher um bebê filho de uma mãe de 11 anos que sofrera um estupro do genitor. O parto, que havia sido realizado em casa pela genitora da menina, sucedeu no abandono do bebê em uma mala. Na ocasião, havia uma determinação para acolher em serviços diferentes a mãe e o bebê, dada a complexidade da situação e as diversas versões do caso reportadas aos serviços e a polícia. Elza não havia se recuperado totalmente de seus problemas na coluna, mas sensibilizada com a situação e pela ausência de outros acolhedores disponíveis, acolheu Âmba. O bebê tinha cerca de uma semana de vida.

Em início de março do mesmo ano, ainda aguardávamos uma decisão do processo judicial, que caminhava para o encaminhamento do bebê para adoção. O genitor, que havia sido preso desde o início das investigações, teve sua paternidade confirmada por meio de exame de DNA. A menina e mãe do bebê, embora demonstrasse o desejo de ficar com seu filho, não tinha apoio de nenhum familiar que assumisse Âmba. Aos poucos, foi sendo atendida e preparada para despedir-se do filho, compreendendo que aquela decisão seria importante para os dois.

No final de março, Elza sofrera um infarto fulminante e veio a óbito minutos depois de ser socorrida. No mesmo dia em que Elza partiu, recebemos a decisão judicial que determinava o encaminhamento de Âmba para uma família substituta. Ela não pode compartilhar em vida, desta decisão, mas sabemos o quanto a mesma lhe traria alegria, uma vez que desejava que seu pequeno acolhido tivesse o quanto antes, sua vida acertada. Jorge, por conta disso, não realizou mais acolhimentos.

F-5

Composição familiar: Clara e Tim são pais de Nara, de 17 anos, Gilberto e Renato gêmeos adotivos de 7 anos. Os guardiões têm uma empresa, o que facilita que possam operar a rotina familiar com os acolhimentos que realizam no momento.

Histórico do acolhimento: Tim e Clara acolheram inicialmente Jaspe, de seis meses, após o bebê ter passado seus quatro primeiros meses de vida em acolhimento institucional por conta da ausência de vagas em família acolhedora. A genitora, que havia completado 18 anos, egressa de serviço de acolhimento institucional e sem um guardião, não realizou o pré-natal adequadamente, tendo comparecido à uma consulta no final da gestação. Nos serviços de saúde, ela declarava que o bebê ficaria sob os cuidados do pai, e quando a criança foi acolhida, manteve esse discurso para os demais moradores na comunidade onde vivia, apesar de saber que o bebê se encontrava acolhido. No período inicial do acolhimento, houve a compreensão, por parte do judiciário, de que ele deveria ser encaminhado para família substituta, mas após cerca de 3 meses, optou-se por abrir as visitas para a genitora e a partir disso, avaliar suas reais possibilidades de assumir os cuidados de seu bebê.

Cabe salientar que não haviam familiares extensos com possibilidade/desejo de assumir a guarda de Jaspe, uma vez que nenhum familiar assumira a jovem mãe após seu desligamento da instituição de acolhimento. O trabalho vinha sendo realizado no sentido de fortalecer a genitora para que possa desenvolver os cuidados parentais, mas ela abandonou o acompanhamento, apesar das tentativas reiteradas.

Após cerca de um mês do primeiro acolhimento, a F-5 acolheu Turquesa. Turquesa tem 10 meses e desde seu nascimento estava sob os cuidados de sua genitora, também uma jovem mãe egressa de serviço de acolhimento institucional. Turquesa tem um irmão acolhido há 4 anos, nascido no período em que sua mãe era uma adolescente acolhida. Há um ano o irmão de Turquesa recebeu uma medida de afastamento de sua genitora, avaliada por equipe técnica do judiciário e pelo serviço de acolhimento institucional, naquele momento como impossibilitada de cuidar da criança. A mãe de Turquesa passou cerca de 7 meses de sua gestação em um serviço de acolhimento para gestantes vítimas de violência, em outro município, retornando para onde vive hoje perto de dar a luz. Morou por alguns meses com duas irmãs, com quem possui relação intensa e conflituosa.

O histórico de vida familiar é marcado pela violência e pelo abandono, no qual a mãe de Turquesa e todas as suas tias passaram quase a vida toda institucionalizadas e expostas a graves violações de direito em abrigos. O acolhimento de Turquesa foi muito motivado pelas vulnerabilidades as quais a genitora também estava exposta. Houve um empenho grande da genitora reverter esse acolhimento e durante meses ela esteve acolhida em uma República para jovens egressas do serviço de acolhimento tentando organizar sua vida para que possa cuidar da

filha e afastar-se do ex-companheiro, que a violentava. Alguns meses depois, reatou um relacionamento, casou-se e aos poucos, reorganizou sua vida.

Jaspe foi o primeiro a ser desacolhido, justamente na semana do falecimento de Elza, situação que mobilizou todo grupo de famílias acolhedoras e a equipe técnica. O encaminhamento da criança para família substituta produziu diversos sentimentos contraditórios para os acolhedores e seus filhos que, embora aguardassem por esse momento, estabeleceram com Jaspe um vínculo muito forte, especialmente pelo detrimento de contato da criança, ao longo dos meses, com quaisquer familiares e pelo fato das sucessivas situações em que vinha visitar a mãe biológica mas não a encontrava porque ela não comparecia.

Ao chegarem para conhecer Jaspe, os pais adotivos evidenciaram diversas inseguranças, inclusive se desejavam adotá-lo. Essa insegurança e a própria dificuldade da criança para aceitar aproximar-se de outros pares que não os da família acolhedora fez com que os guardiões se desestabilizassem, entrando em conflitos recorrentes com a equipe técnica deste serviço. Não aceitavam orientações, sentiam que a criança não estava feliz ao ver as dificuldades para aproximar-se dos pais, temiam que pudesse ser devolvido.

Ainda que em meio a tantas incertezas, a equipe técnica da Vara da Infância manteve a colocação da criança sob a responsabilidade do casal. Embora inicialmente tenham mostrado-se abertos a possibilidade de manutenção de vínculos, logo após o desacolhimento afastaram-se dos acolhedores.

Apesar de diversas situações atravessadas que permearam o processo e produziram, com legitimidade, inseguranças para os acolhedores, diante das dificuldades enfrentadas pelo casal para atender as solicitações e orientações da equipe técnica do serviço, foram realizados momentos de reflexão sobre a própria prática de acolher e sobre os objetivos deste trabalho.

Aos poucos, Clara e Tim reviram posturas adotadas, entendendo inclusive os limites dos técnicos do serviço para intervirem em algumas situações e, mais do que isso, sobre a própria conduta quanto a dificuldade para deixar que Jaspe seguisse.

Esse processo de transformações foi importante para prepará-los para o desacolhimento de Turquesa. Turquesa acabou retornando aos cuidados de sua mãe, que, empenhada, conseguiu ir reorganizar sua vida especialmente após começar a se relacionar-se com um novo companheiro. A mãe da criança casou-se, foi acolhida pela família do marido e construiu uma rede de apoio que possibilitou que Turquesa fosse reintegrada. Família acolhedora e família de origem hoje possuem

uma relação muito próxima, na qual os acolhedores atuam como rede de apoio para ajudar o casal no exercício da parentalidade.

Status Atual: A F-5 acolhe temporariamente os dois bebês, que interagem e participam ativamente da vida familiar. Ainda não há uma decisão judicial envolvendo os dois bebês. No período da coleta de dados, o casal havia acabado de completar o período de preparação para se tornarem acolhedores.

F-6

Composição familiar: Maria e Milton são casados e tem um filho adolescente, Rodrigo. Há três anos, perderam um filho, D., vítima de uma doença degenerativa rara e que não teve seu diagnóstico concluído. Ambos são pastores e os trabalhos religiosos que desenvolvem mantem a família.

Histórico do acolhimento: O primeiro acolhimento de Maria e Milton foi o de uma criança de 1 ano, Berilo. A mãe de Berilo é uma jovem egressa de serviço de acolhimento institucional, onde passou praticamente 17 anos de sua vida. Quando Berilo nasceu, a genitora estava cumprindo medida socioeducativa na Fundação CASA. Ao deixarem a instituição, mãe e bebê foram acolhidos institucionalmente por 6 meses, até que a genitora fugiu da instituição com Berilo, expondo-os a situações de risco. A jovem mãe tinha histórico de evasões, um quadro de saúde mental agravado pelo uso de substâncias psicoativas e ao longo da adolescência sempre demonstrou intenso sofrimento por conta das diversas e graves violações que sofreu ao longo de toda sua história de vida.

Desde que foi acolhido, Berilo não teve contato com sua genitora e há uma medida de afastamento que impede que um trabalho tenha sido desenvolvido pela equipe do serviço junto à genitora. Ao longo do acolhimento não aconteceram intercorrências sérias visto que Berilo se adaptou rapidamente ao contexto da F-6. Os cuidados de Berilo são desenvolvidos pelos dois guardiões, que trabalham em casa. Berilo e Rodrigo, filho do casal, eram próximos e Rodrigo verbalizava brincar com o acolhido nas horas em que não estão na escola.

O acolhimento de Berilo estava em dias de completar um ano quando a decisão judicial definiu a colocação da criança em uma família substituta. Gisele e Marcelo mantem regularmente alguns contatos com a família substituta, que não adotou postura de romper com a relação estabelecida com os acolhedores, o que tornou o desacolhimento um momento menos doloroso para todos.

Rodrigo vivenciou com tranquilidade a despedida da criança assim como seus pais, possivelmente em virtude do comportamento amistoso e receptivo oferecido pela família substituta. Dois meses depois acolheram um bebê recém-nascido. Ainda não há uma avaliação das reais perspectivas do caso.

5.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após o procedimento de discussão dos TCLE e TALE, foi levantado junto aos núcleos familiares os horários e datas disponíveis para participarem dos encontros em grupo e elaborado um cronograma de encontros.

Para assegurar a qualidade do material coletado, foi utilizado para a realização dos 3 grupos (dois com adultos guardiões, um com filhos dos casais acolhedores), além do uso do áudio-gravador e do facilitador, dois relatores, que construíram cada um seu diário de campo, que auxiliou a condensação dos dados em momento posterior.

A discussão do grupo foi norteada por meio de um roteiro que procurou oferecer suporte ao facilitador, neste caso a pesquisadora, durante a aplicação do instrumento e garantir que as principais temáticas relacionadas aos objetivos do trabalho fossem abordadas.

O facilitador do grupo, conforme orienta Gatti (2005), procurou conduzir a sessão através de postura que despertasse empatia e segurança entre os participantes, sem engessar as discussões, mas preocupando-se com a proposta a ser desenvolvida naquele momento. Sua postura também procurou ser cuidadosa de forma a não se relacionar com os participantes de forma inquisitória, mas sim propondo ideias, fazendo sínteses ou fechando discussões.

Como sugere Gatti (2005), a intenção do facilitador procurou moderar o tempo, assegurar a participação de todos os integrantes, fazer ligações entre as sequências e lembrar aspectos que foram problematizados anteriormente. Antes do final da sessão, o facilitador informou aos

integrantes sobre o término para que todos possam, gradativamente, ir equacionando suas últimas participações.

De acordo com o que foi exposto anteriormente, além do uso de áudio-gravador, os grupos focais contaram com o diário de campo ou como sugere Aguiar et al (2013), um plano de observação. Tratou-se de uma ferramenta indicada para registrar situações/informações das quais o áudio-gravador não é capaz, como por exemplo as expressões faciais e corporais, falas prejudicadas pela interferência de ruídos ou de verbalizações sobrepostas entre os participantes e outros aspectos que podem fundamentar com maior clareza as informações. Esse recurso foi utilizado de maneira complementar aos dados coletados, servindo como relato escrito, preferencialmente descritivo, que propicia “captar o contexto e significado da entrevista”. (RIZZINI et al., 1999, p. 73).

Os encontros do grupo focal foram realizados na sede do Serviço de Acolhimento, considerando a adequação do espaço para tal procedimento de forma que garante a preservação do sigilo, silêncio, ambiente agradável e sala ampla de para que os participantes ficassem dispostos em círculo, facilitando a interação entre estes. Há que se considerar também que o espaço escolhido era de fácil acesso e de conhecimento de todas as famílias indicadas. Antes de iniciar esta etapa do procedimento, a equipe gestora da Instituição foi consultada e permitiu o uso do espaço físico institucional.

Cada encontro aconteceu dentro de aproximadamente 2 horas, sendo que a ampliação desse período poderia provocar desgaste dos participantes, prejudicando assim os objetivos do trabalho. (GOMES et al., 2009; GATTI, 2005). Tendo em vista os objetivos da pesquisa, o facilitador orientou a condução através de um roteiro. (RIZZINI et al., 1999).

Alguns passos foram previstos, com base nas sugestões de Gatti (2005) para a sessão inicial do grupo, tais como: 1) abertura e pactuação das datas, duração, solicitar que falem um por vez (em função da áudio-gravação); 2) breve apresentação dos participantes; 3) esclarecimentos sobre os objetivos; sobre a seleção dos participantes e formas de registro/sigilo; 4) explanação sobre a importância de todas as opiniões e da não busca por consenso e por último, 5) elucidação o papel do facilitador.

No primeiro encontro foi realizado um aquecimento inicial após uma pergunta disparadora relacionada ao tema da pesquisa: “o que é ser família acolhedora para você?”. Na sequência, será

iniciou a discussão. O mesmo aconteceu no segundo encontro, quando a pergunta inicial abordava o tema da infância.

Após a finalização dos grupos focais, todo material coletado pelo áudio-gravador foi transcrito e aproximado às informações contidas no diário de campo.

Cabe mencionar que as transcrições obedecem a proposta de normas prevista pela Norma Urbana Linguística Culta (NURC).

Para a análise do material elaborado, o referencial teórico adotado teve por base as contribuições da Psicologia Sócio-Histórica e suas implicações para análise dos sentidos, inspirado em estudos realizados por Aguiar et al (2006) e Aguiar et al (2013, 2015) e na perspectiva Vigotskiana sobre a construção dos sentidos e significados.

Este recurso perspectiva auxiliar na apropriação das significações construídas pelo sujeito no contexto onde se insere, ou seja, sua realidade, considerando que os elementos determinantes que incidem sobre a forma de significar a realidade não estão ao alcance imediato do pesquisador a priori.

“[...] nos apropriar das significações necessário se faz apreender não sua unilateralidade, mas suas relações, qualidades, contradições, isto é, as mediações sociais e históricas que as configuram como unidades dialéticas da fala e do pensamento. (AGUIAR et al, 2015, p.60).

A adoção do referido procedimento metodológico buscou superar a essência da palavra, seu significado, para sua dimensão mais concreta e mais próxima dos sentidos. Para tanto, consistiu em propor uma análise dos sentidos pautadas no empírico enquanto ponto de partida, mas assegurando a superação das aparências e da mera descrição factual e buscando compreender como este objeto é constituído historicamente.

Nessa concepção orientadora, o homem é compreendido em sua totalidade na relação dialética com estabelece com o social e histórico, tornando-se único, singular e histórico. Em sua expressão, o homem carrega consigo os significados sociais e sentidos subjetivos.

Dessa maneira, para se apropriar das significações faz-se necessário apreender as relações, as qualidades e contradições através das “mediações sociais e históricas que as configuram como unidades dialéticas da fala e do pensamento”. (AGUIAR et al, 2013, p.61).

Para tanto os autores propõem algumas categorias de análise, sendo as principais: contradição, mediação (superação da dicotomia objetivo/subjetivo e seu centro organizador),

historicidade (compreender a gênese e processo de transformação dos objetos), sentido (necessidades mobilizadoras do indivíduo) e significado (conteúdos instituídos).

Aguiar et al (2013) adverte que este procedimento perde o potencial de penetração na realidade ao afastar-se do método histórico-dialético “por conta do enfraquecimento da compreensão das categorias metodológicas, de apreender e explicar as determinações da totalidade que a engendram”. (AGUIAR et al, 2013).

Nossa tarefa, portanto, é apreender as mediações sociais constitutivas do sujeito, saindo assim da aparência, do imediato, indo em busca do processo, do não dito, do sentido. (AGUIAR et al, 2013. p. 303).

A primeira etapa, o levantamento dos pré-indicadores ocorreu após a transcrição minuciosa de todo material coletado através dos áudio-gravadores durante a realização dos grupos focais e foram destacados conteúdos de fala que indicavam maior carga emocional ou ambivalências.

Segundo Aguiar et al (2015), as palavras revelam aspectos de um modo de pensamento e de sentir mediado pela história e pela cultura, de tal forma que os significados que carregam, compõem a unidade da contradição entre o pensamento e a linguagem. Trata-se de uma função que é tanto semântica quanto psicológica.

Esses pré-indicadores (palavras, frases e expressões) compõem os significados e expressam a totalidade do sujeito sendo, portanto, uma unidade de pensamento e linguagem, são compreendidos como construções culturais que revelam as mediações pelas quais os discursos são marcados: artefatos culturais, históricos, sociais e afetivos. (AGUIAR et al, 2006; AGUIAR et al, 2013).

A construção dos pré-indicadores foi apresentada no corpo do texto, através de destaques realizados no discurso dos acolhedores. Foram filtrados com base nos objetivos específicos e organizados de forma a revelar maneiras de pensar, sentir e agir mediado pela história e marcado pela cultura, que converte esses processos em funções psicológicas. Não se trata apenas de palavras, mas de expressões articuladas que “compõem um significado” (AGUIAR et al, 2015, p. 62).

Nesse sentido, o levantamento dos pré-indicadores sinaliza a busca do pesquisador pelas “teses” que se expressavam através do discurso dos sujeitos, embora as “antíteses” também já integrem esse discurso, ainda que não reveladas.

Após esse procedimento, os dados foram aglutinados de acordo com similaridade, complementaridade ou contraposição formando os indicadores. (AGUIAR; AGUIAR, 2006, 2013). Posteriormente a autora deste trabalho retornou ao material inicial dos grupos como forma de esclarecer os indicadores.

A terceira e última etapa foi a de construção dos núcleos de significação, que foram articulados através de conteúdos semelhantes, complementares ou contraditórios e que revelam as transformações e contradições, desvelando também as condições subjetivas, contextuais e históricas. Trata-se do momento em que o pesquisador mais se aproxima da realidade concreta, conhecendo os sentidos atribuídos pelo sujeito para a realidade na qual está inserido. (AGUIAR; AGUIAR, 2013; AGUIAR et al, 2015).

O movimento analítico interpretativo buscou não se prender a fala do participante, mas ultrapassá-la na medida em que se considera o contexto social, político e econômico para apreensão de uma totalidade. (AGUIAR, 2006).

Apesar da sistematização dos núcleos ocorrer em etapas, procuramos entendê-lo dialeticamente, considerando alguns princípios, tais como:

[...] a totalidade dos elementos objetivos e subjetivos que constituem as significações produzidas pelo sujeito, as contradições que engendram a relação entre as partes e o todo, bem como deve considerar que as significações constituídas pelo sujeito não são produções estáticas, mas que elas se transformam na atividade da qual o sujeito participa. (AGUIAR et al, 2015, p.63).

Dessa maneira, o movimento analítico orientado pela apreensão dos núcleos de significação é um processo de contínuo fazer-refazer. (AGUIAR; AGUIAR, 2013).

A análise dos dados pretendeu responder a principal problemática da pesquisa, a luz dos constructos da psicologia sócio-histórica: conhecer as diferenças relacionais, educacionais e culturais que surgem no processo de acolhimento e os impactos que produzem nas histórias de vida dos membros da família acolhedora.

6 DESVELANDO AS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

6.1 GRUPO FOCAL ADULTOS – 1º ENCONTRO

Quadro 5 – Participantes

Rita	F-2	40 anos	Feminino
Caetano		44 anos	Masculino
Elis	F-3	54 anos	Feminino
Vinicius		51 anos	Masculino
Elza	F-4	57 anos	Feminino
Jorge		58 anos	Masculino
Clara	F-5	38 anos	Feminino
Tim		39 anos	Masculino

O convite para participarem da pesquisa foi feito inicialmente por telefone, para verificar a abertura das famílias acolhedoras F-1, F-2, F-3, F-4 e F-5 para participarem da pesquisa e na sequência, um contato pessoalmente durante as atividades desenvolvidas pela pesquisadora junto aos casais, tal como entrega de uma criança que havia realizado visita para sua família, visita domiciliar entre outros. Após a verificação inicial das possíveis datas para o agendamento dos grupos, foi agendado o primeiro encontro do grupo.

Importante mencionar que, conforme exposto anteriormente, buscou-se organizar grupos de características heterogêneas, permitindo assim diferentes nuances acerca dos objetivos pretendidos por este trabalho.

Na ocasião do primeiro encontro, em abril do corrente ano, a F-1 acabou não participando por questões familiares, justificando a ausência perto do horário do grupo, o que impossibilitou que outra família acolhedora pudesse ser convidada para integrar o grupo. Apesar de nos últimos meses a F-1 estar mais distante do serviço de acolhimento familiar por ter tido um bebê ao longo do último acolhimento, ela foi convidada para participar especialmente por ser a única família cadastrada a ter acolhido uma criança nos últimos anos da infância (compreendendo aqui infância com o período temporal estabelecido pelo ECA que vai até os 12 anos incompletos).

A F-2, por sua vez, foi convidada por ter realizado diversos acolhimentos sequenciais, incluindo bebês recém-nascidos e estava acolhendo Turmalina, de 2 meses.

A F-3 estava acolhendo Esmeralda, de 1 ano e 3 meses e foi selecionada para integrar o grupo focal por já terem acolhido crianças com demandas complexas de saúde (Ágata, portadora do vírus HIV e Esmeralda, com bronquiolite crônica). Neste dia, quase não puderam participar do grupo porque Esmeralda estava apresentando uma piora em sua condição respiratória, situação que aconteceu reiteradas vezes ao longo do acolhimento, apesar de todos os cuidados recebidos, o que mobilizava os guardiões e as vezes, repentinamente, provocava mudanças na rotina familiar.

A F-4, além de serem mais velhos do que outros guardiões, estavam em processo de finalização de um acolhimento, aguardando a avaliação final do fórum de outro estado acerca da possibilidade de Ametista, bebê acolhido, retornar para sua família de origem. Essa situação mobilizava-os intensamente, que tinham medo do afastamento, dos cuidados que a criança poderia não receber, da entrega do bebê e do afastamento, dentre outros.

A F-5¹¹, por sua vez, acabava de participar do processo de formação para se tornar família acolhedora e ainda não havia acolhido, além de ser a única família cadastrada a ter passado pela experiência de adoção.

O grupo iniciou com uma breve apresentação da proposta do trabalho e a pesquisadora explicou aos casais que dessa vez, estava como pesquisadora e faria o mínimo de intervenções, ou seja, apenas aquelas importantes para a condução do grupo aos objetivos. Quase todos os membros se conheciam, o que produziu um ambiente descontraído ao longo do início.

Foi realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e esclarecimento de dúvidas dos participantes.

Antes que a pesquisadora iniciasse formalmente a primeira pergunta apresentada pelo roteiro norteador, as famílias começam a falar sobre apego e o quanto isso é utilizado por outras pessoas para justificarem a inaptidão para desenvolver o acolhimento familiar.

6.2 GRUPO FOCAL ADULTOS – 2º ENCONTRO – FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Quadro 6 – Participantes

Rita	F-2	40 anos	Feminino
Caetano		44 anos	Masculino
Elis	F-3	54 anos	Feminino
Vinicius		51 anos	Masculino
Elza	F-4	57 anos	Feminino
Jorge		58 anos	Masculino
Clara	F-5	38 anos	Feminino
Tim		39 anos	Masculino

No último encontro, antes da discussão do grupo ser finalizada foi proposto um novo encontro dos participantes para a semana seguinte. Todos concordaram e confirmaram presença.

¹¹ Conforme exposto anteriormente, durante a coleta de dados o casal ainda aguardava pelo primeiro acolhimento.

Foi realizado um novo convite para a F-1, que justificou que não poderia participar porque era aniversário da guardiã.

Minutos antes do início do horário agendado para o segundo encontro, a F-2 entra em contato para informar que havia batido o carro enquanto estava a caminho do grupo. Justificou que precisaria realizar boletim de ocorrência e não conseguiria chegar a tempo de participar. A F-2 colocou-se totalmente a disposição para próximos encontros ou outra atividade que por ventura venha a acontecer dentro da pesquisa.

A F-3, por sua vez, ao longo do dia entrou em contato informando que Esmeralda precisaria fazer aspiração de catarro e se não melhorasse até o final da tarde (a criança havia tido uma nova crise respiratória desde o último encontro) ela não iria, mas confirmou a presença de seu esposo. Temia que se Esmeralda não melhorasse, ela precisasse ir para o hospital e não queria deixar a criança sob os cuidados de outra pessoa caso essa intervenção fosse necessária.

No dia anterior ao 2º encontro, a F-4 recebeu a notícia de que a família de Ametista havia sido encontrada pela equipe do fórum no estado do Pará, onde viviam. Soube que os avós declararam desconhecer a situação em que a filha estava e que não sabiam do nascimento da neta. Também foi informada do desejo apresentado pelos mesmos de ficarem com a guarda da criança, o que produziu grande sofrimento aos membros da F-4. Elza e Jorge sentiram-se incomodados e temerosos, porque não queriam que a criança precisasse ir para tão longe e notadamente se espelhavam em experiências de famílias acolhedoras que puderam manter contato com os acolhidos mesmo após o desligamento mas sabiam que pela distância, os contatos seriam muito mais difíceis de acontecerem. Tinham dúvidas se a família de origem dizia a verdade quando declarou não ter conhecimento sobre a situação da filha, o que os deixava ainda mais ansiosos e angustiados.

Essa situação mobilizou bastante o grupo e desencadeou, em diversos momentos, uma reflexão coletiva a partir das falas amarguradas que o casal trazia.

6.3 NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

Núcleo 1 - A vivência dos contraditórios: sentimentos da família acolhedora na experiência do apego e desapego

INDICADORES
Apego é fundamental
Desapego traz sofrimento
Desapego é a preocupação inicial das pessoas que ouvem sobre acolhimento familiar
Pensar na criança primeiro e depois no próprio sofrimento
Pessoas se preocupam com o acolhedor, não com a criança
Desapego dos filhos era uma preocupação
Medo do desapego antes de acolher
Primeiro impacto do relato sobre desacolhimento: susto inicial e a percepção de que é possível.
Compreensão de que o espaço do fórum não é adequado para a acolhida da criança
O sofrimento da despedida é esperado por quem nunca acolheu
Noção de transitoriedade da situação por não serem pais, serem tios
Sentimentos diante do primeiro acolhimento: sensação de medo, insegurança, satisfação, ansiedade, incapacidade
Pessoas justificam não participar porque se apegam as crianças, ignorando o apego dos acolhedores
Pessoas entendem como coragem ou loucura o fato de uma família se tornar acolhedora
Limites para o acolhimento: falta de paciência, sofrimento que a situação produz para o acolhedor
Necessidade de identificar os limites de cada família, mas a restrição excessiva dificulta o acolhimento das crianças que realmente precisam.
O sofrimento provocado para a acolhedora era maior do que aquilo que ela acreditava ser capaz de oferecer para a criança.
Reconhecer os limites daquilo que é capaz de suportar pode tornar o acolhimento familiar bem-sucedido.
A curiosidade das pessoas pode ser uma possibilidade de apresentar o serviço a outras que desconhecem.
Receio da criança adoecer ou ter algum problema de saúde que impeça a família acolhedora de estar com seus filhos.
Medo de acolher uma demanda que prejudique seus filhos.
Medo de não conseguir realizar o acolhimento por nunca ter tido filhos
Falta de condições para acolher uma criança com marcas da violência no rosto.

A discussão sobre a vivência dos contraditórios parte do princípio de que, ao longo de todo o acolhimento, os acolhedores sentem a experiência vivenciada atravessada por diversos sentimentos: medo, insegurança, insatisfação, incapacidade, sofrimento e limites. Essa vivência os coloca frente a situações esperadas, no sentido do rito processual da prática (acolher/desacolher) e a situações inesperadas, como por exemplo, como irão reagir com cada momento, as limitações apresentadas para lidar com algumas situações, o impacto delas para a vida familiar.

Diante disso, pode-se constatar que o percurso atravessado pela medida protetiva é permeado por emoções que se expressam de maneiras múltiplas para cada indivíduo.

Segundo Vigotski (1993), ao longo da história, instintos e emoção eram confundidos como modalidade de comportamento. Através de seus estudos, o autor busca embasar algumas diferenças entre eles, fazendo uma diferenciação: as emoções são uma subclasse dos comportamentos instintivos e essa diferenciação ocorre por meio do desenvolvimento cultural. Através da educação, se dá um processo de enriquecimento do caráter vivencial das emoções e pluraliza suas manifestações comportamentais.

Junto de Luria (1996), os autores reportam os instintos como forma hereditária de comportamento, “separando-os das emoções nos sistemas culturizados”, ou seja: as emoções são funções psíquicas superiores. (TOASSA, 2011, p.95)

Por serem sociais, as emoções são fenômenos históricos e seus conteúdos e qualidade estão em frequente transformação. Dessa maneira, emoção e sentimento não são entidades lógicas que afetam o psiquismo, mas significados construídos no cotidiano e que afetam o sistema psicológico na mediação intersubjetiva. Nos processos psicológicos, organismo biológico e relações exteriores se conectam por meio de mediação semiótica dando substrato aos motivos, compreendidos como estado portador de valor emocional, desencadeadores da ação e do pensamento. (VYGOTSKY, 1993).

Compreende-se que os sentimentos expressos pelos acolhedores ao longo dos encontros dos grupos focais não emergem de maneira natural: se constroem através das relações que estes estabelecem com as crianças, dialeticamente. Essa concepção desnaturaliza a ideia de que os sentimentos que orientam a relação dos pais com os filhos, em especial das mães com os filhos, sejam instintivos ou atrelados à fatores biológicos como, por exemplo, o fato de mulheres gestarem os bebês.

Elza, por exemplo, expressa claramente que o sentimento que desenvolveu na relação com os filhos biológicos não aconteceu imediatamente, embora essa construção tenha sido rápida e posterior ao nascimento. O mesmo ocorre com a criança acolhida, mas soma-se a isso uma expressão maior de medo de que algo ocorra à ela por não ser sua filha.

Elza - Olha... eu não sei dizer como é que é... sentimento não bate assim na hora. Na verdade, nem quando meu filho nasceu! Eu olhei e falei: ‘Não sinto nada por isso, por essa coisinha!’ Não é aquela coisa que todo fala: “Assim que você olha, já sente” . Não! Eu não sentia nada! Mas no dia seguinte já tá

sentindo tudo né! TUDO! Agora, **com uma criança assim que não é sua, a única coisa é preocupação. Preocupação: “Não posso deixar afogar, pelo amor de Deus!”**. Pus pra dormir no meu quarto no carrinho. Ela se mexia eu já tava ali... **era muito medo! MUITO MEDO justamente porque ela não era MINHA!** E ela tinha refluxo ainda... nossa...

Historicamente, o sentimento que atrela o cuidado dos filhos ofertado pela família, com destaque para a figura dos pais, é oriundo dos processos de nuclearização familiar, impulsionada pelo advento das sociedades capitalistas e da Revolução Industrial. Nessa conjuntura de mudança nos padrões de relacionamento familiares e sociais, nos quais a mulher passa a assumir o papel de cuidadora dos filhos e do lar e o homem o de provedor, os pais passam a organizar-se no entorno das crianças e a ideia de perdê-las sem dor é inadmissível, diferente da relação que estabeleciam na Idade Média, quando haviam altas taxas de mortalidade infantil e por isso, maior distanciamento afetivo entre os pais e os filhos. Somado a isso, no período medieval haviam práticas comunitárias de cuidado entre os demais familiares e este momento da vida era compreendido como frágil e exposto a um regime degradante de relacionamento. (ARIÈS, 1981; REIS, 1989; PATTO, 1990).

Nesse sentido, pode-se observar que os receios de Elza com relação a vida da criança atrelam-se ao fato de que a chegada de Ametista reorganiza toda a dinâmica familiar: ela passa a ser o centro das preocupações do casal, que há mais de 22 anos não tinham um bebê em casa sob seus cuidados. O medo de perdê-la e a própria análise da participante sobre a construção da afetividade evidencia a particularidade e a historicidade de um sentimento que se manifesta e fortalece através da relação e não se dá a priori, nem com os filhos biológicos. Elza apresenta elementos sobre o quanto o amor é uma construção social.

Para além disso, é possível refletir também que, numa sociedade de viés capitalista, nos quais há um esforço do mercado para instaurar nos indivíduos o desejo de consumir e acumular bens materiais, o serviço de acolhimento apresenta-se na contramão do individualismo produzido por esse *modus operandi* de relacionamento: doe-se na relação com uma criança, mesmo sabendo que esse relacionamento será transitório e correndo o risco de ser abruptamente rompido. Ametista não é sua filha e isso é claro para Elza e por não ser sua filha, sente-se ainda mais responsável em assegurar a plena proteção da menina. Dito de outra forma: não é a biologia que assegura esse sentimento de responsabilidade, mas um compromisso assumido a partir do momento que se dispôs a cuidar do acolhido nas condições propostas pelo serviço.

Rita, por outro lado, revela uma experiência diferente. Apesar de seus filhos terem nascido grandes e “criados” (sic.), seu primeiro acolhimento foi de um bebê com menos de dois kilos. Expressa não ter medo de que algo acontecesse com a criança assim como não tinha medo que acontecesse com seus filhos, uma vez que cuida deles igual. Sua fala expressa satisfação em vivenciar esses cuidados, dez anos após o nascimento de seu segundo filho.

Rita - Mas é importante! **Que nem, eu tenho uma moça de treze anos agora e um de dez anos. E a minha preocupação era essa!** Eu sou adulta e eu sei do que eu sou capaz. **Eu sei que o desaparego é difícil, mas que eu vou desaparecer.** Eu entendo o meu propósito nesse programa. É ajudar quem está precisando naquele momento, que no caso hoje é ela. É que assim, eu tô cuidando mas ela tem uma família. Mas assim... ela vai ter uma família! **A minha preocupação mesmo era com meus filhos. Tem todo um acompanhamento delas (equipe do serviço) né? Tanto é que quando nós pegamos o maiorzinho, era que nem irmão: brigavam. Mas daí vinha conversar com elas... mas, eles entendem né? A gente já ia conversando antes de pegar nos encontros... E é tão legal, porque na escola, eles se sentem orgulhosos sabe? De falar pra professora.... quando chegou ela nova, bom toda vez é assim, eles falam então a escola inteira quer ver, conhecer, saber. Qualquer trabalhinho... meu filho ele veio me mostrar: “Olha, mãe, o que a professora escreveu no meu caderno!” Porque tinha que escrever uma redação e ele escreveu exatamente sobre o programa. Família acolhedora. Explicou E-xa-ta-men-te! Daí a professora ainda não sabia e veio me perguntar exatamente o que era... Daí eu expliquei na escola... e ele fala: “Ah! Eu tô ajudando, eu tô cuidando, porque ela não tem mamãe..”, a gente não fica entrando em detalhe, “então minha mãe tá cuidando dela até ela encontrar uma família”, mas é:: o valor que a gente passa pra eles...**

A guardiã apresenta outro ponto de vista: havia uma preocupação em como os filhos lidariam com essas rupturas pressupostas no ato de acolher, no entanto, entende essa experiência como uma maneira de ensinar valores aos filhos. Ariès (1981) aponta que esse lugar de afeição entre cônjuges e filhos promoveu, na idade moderna e contemporânea, uma preocupação dos pais com os processos educativos dos filhos incidindo, inclusive, na redução da natalidade, o que permitiria maior possibilidade de atenção à cada membro. Se no passado, os cuidados com a prole eram compartilhados entre diversos indivíduos do contexto social em que se encontrava a família, com a nuclearização ele passa a ser muito mais exclusivo as figuras parentais. Desse modo, cada família organiza seus espaços de socialização com base naquilo que avalia ser importante para a construção da identidade de seus membros, o que inclui, por exemplo, valores que pretende transmitir. Há um aspecto intencional, ou seja, que não é neutro e que é mediador quando os pais selecionam o que compreendem ser relevante para a educação dos filhos.

Conforme sugere Martins et al (2011), a educação é uma condição para que os indivíduos se apropriem dos atributos fundamentalmente humanos, ou seja, é em si o processo de humanização que dará condições para que desenvolva suas capacidades ontológicas essenciais.

Elis, por não ter filhos, sentiu-se apavorada no momento em que foi informada de que o acolhimento aconteceria. Sentiu-se incapaz, suas pernas tremiam.

Elis - [[Isso! Um dano maior! Então eu acho que, a gente tem essa preocupação...**que nem, a Ágata, quando veio com a gente, o Vinícius não estava, ele estava viajando.** E a gente já tinha falado para as meninas e não tinha uma previsão certa. **O Vinícius falou: “Olha eu tô com uma viagem programada para essa data..” “Nã::o Vinícius, dá pra ir. Mantem... pode ir. Se acontecer, a gente dá todo apoio.”** E o Vinícius foi tranquilo. **Ele saiu na quinta-feira, na sexta-feira a P. (coordenadora do serviço) me ligou: “Elis, a nenê chegou.”** Eu não conseguia... **eu realmente não conseguia responder. A minha sensação foi de falta de ar na hora. E a minha perna começou a tremer a sensação de uma incapacidade. Eu tava sozinha em casa, e daí eu vou receber uma nenê? Eu não era mãe. Eu nunca tinha sido mãe. Eu tinha sido tia, mas eu nunca tinha cuidado de uma pequena, dar banho.**

A referência de não ter sido mãe e por isso ter mais medo de cuidar indica que a guardiã apresentava receio do papel que assumiria na relação com a criança por não ter atravessado aquilo que imagina ser a maternidade. Esse sentimento do que é ser mãe, historicamente construído, parece indicar uma visão idealizada da maternidade que, embora em termos práticos, o fato de ter cuidado de outras crianças possa facilitar a execução de tarefas objetivas como o banho, a troca de fraldas e a alimentação, ignora que em cada relação, algo de novo nos é colocado e só a partir desse contato poderá se constituir. A vivência como “mãe acolhedora”, como as vezes costumam se intitular, aos poucos desmistificou suas próprias inseguranças, haja vista que além de ter acolhido Ágata e posteriormente Esmeralda, percebeu que deu conta de assegurar, da melhor maneira, o amplo cuidado do qual as meninas necessitaram.

Observa-se, nesse sentido, que mesmo para as mães que já haviam passado pela experiência de cuidar de seus filhos enquanto bebês ou aquela que nunca havia tido essa experiência, a maneira de vivenciar esse processo ocorre de maneiras distintas e com cada criança acolhida, algo novo será construído através dessas trocas relacionais.

Ainda sobre o escopo da construção das emoções, Vigostki aponta que:

A Psicologia ensina que as emoções não são uma exceção, diferente de outras manifestações da nossa vida mental. Como todas as outras funções mentais,

emoções não permanecem na conexão em que são dadas inicialmente em virtude da organização biológica da mente. No processo de vida social, sentimentos se formam e antigas conexões desintegram-se; emoções aparecem em novas relações com outros elementos da vida mental, novos sistemas desenvolvem-se dentro de enquadramentos especiais, interdependências, formas especiais de conexão e movimento são dominantes. (VIGOTSKI, 1999c, p.244 apud TOASSA, 2011, p. 101).

Os estudos produzidos pelo autor sobre as emoções, que partem de negar o materialismo e expor seu dualismo, propõe uma análise que integra filosofia, fisiologia e psicologia clínica na resolução de problemas oriundos do âmbito das emoções.

É unânime no discurso de diversos participantes do grupo o sentimento de apego, relacionado ao afeto que desenvolvem pela criança no processo do acolhimento. Existe um reconhecimento do afeto como expressão fundamental da relação e que orientará todo o acolhimento da criança e que esse sentimento, assim como aquele que construíram na relação com os filhos, se dá no movimento.

Apesar do destaque atribuído pelos acolhedores sobre a necessidade de ajudar à criança acolhida e desse ser o objetivo do trabalho, as famílias relatam que a preocupação de familiares e pessoas próximas ao núcleo perpassam pelo possível sofrimento provocado pela transitoriedade da estadia do acolhido e não pela experiência de amparo que decidem oferecer, em detrimento do próprio sofrimento. Reconhecem que as maiores vítimas da situação de acolhimento e do sofrimento que a mesma desencadeia, são as crianças.

Elis - [Olha, o meu pai, quando ele falou aquilo, acho que ele pensou muito em mim, porque eu não sou mãe, né? Então, eu acho que ele ficou com medo de eu me apegar DEMAIS, e depois quando essa criança fosse, que eu sofresse DEMAIS. E um outro lado que é dele, né? Porque eu cuidava de todas as coisas dele]]

Nesse sentido, apesar do medo e das fantasias sobre o desacolhimento que sentem por si e pelos filhos, reiteram que há um interesse e uma necessidade maior do que o próprio sofrimento que será vivenciado. Não negam a expectativa e a existência desse sentimento frente à despedida da criança, mas percebem aos poucos que é possível fazê-lo. Os demais acolhedores, ao ouvir o relato de Rita e Caetano durante o processo de formação e terem contato com a vivência dos filhos do casal, que enfrentaram os desacolhimento sem prejuízos, sentem-se mais seguros para encará-lo.

Jorge - eu não sabia ... aí ele fala assim: “Você tem dois filhos, né? **Como que seus dois filhos estão reagindo a isso?**”. **Você lembra disso (perguntando à Caetano)? Ele falou que estava tudo bem, que as crianças estavam ajudando e papapapá.. e daí eu vi que pera... não é assim um bicho de sete cabeças.** Não é assim bicho de sete cabeças.

Nessa perspectiva, observa-se que a experiência do outro acerca dos desafios e superações pode apresentar-se como elemento mediador que altera, inclusive, os significados que atribuíam ao desacolhimento. Mais uma vez, isso reflete um processo educativo que só é possível através das trocas estabelecidas com o outro, numa relação dialética na qual o discurso, baseado na experiência vivenciada, medeia e dá elementos que sustentam uma nova reflexão acerca do desacolhimento para os que ainda não passaram por ele. Contradição que possibilita que essas teses e antíteses se desvelem em novas sínteses.

Clara, que ainda não havia acolhido no momento em que o grupo foi executado revela que as experiências familiares atravessadas junto de sua mãe, que acolhia muitas pessoas em sua casa, facilitará seu processo, apesar de reconhecer que a despedida será um momento difícil:

Clara - E assim.... **sinceramente eu cresci nisso! De ter gente na minha casa.** Minha mãe sempre acolheu. Sempre acolheu. Eu tenho um irmão adotado e ele também (referindo-se ao esposo)! **Então já vem isso de família. Então assim, eu não tenho medo de me apegar! Eu sei que vou me apegar...** que nem, essa bonequinha dela.. ela falou que é um bebê. Meu Deus... pra tirar... JESUS!

Para as famílias que possuem filhos crianças, existe também a preocupação de que a demanda do acolhido possa prejudicá-los: por exemplo, se o acolhido possuir problemas de saúde complexo e que signifique a necessidade dos guardiões se ausentarem da casa e das atividades com os filhos biológicos para oferecer esse cuidado. Observa-se também que esse receio pode se referir a experiências vivenciadas pela criança acolhida que não fazem parte do universo dos filhos, tais como os próprios episódios de violência e os impactos que poderiam trazer para a relação das crianças com seus pares. Apesar dessa situação não ter sido abordada abertamente por nenhum dos acolhedores, há que se considerar um esforço dos pais de poupar os filhos, uma vez que há, no imaginário de muitos, concepções do senso comum relacionadas às más influências que podem ocorrer na relação das crianças com seus pares.

Clara - [[Você já procurou saber se ela tivesse morrido o que iria acontecer pra falar pra mim? Não é verdade? **Porque eu passei por quatro entrevistas dentro**

do fórum pra saber se eu aceitava uma criança com mil e um problemas que eu não sabia que existia na minha vida, mas não pra ficar dois anos e sim até que a morte os separe (referindo-se aos dois anos que a criança pode ser acolhida pela família). **Essas doenças que já tem, eu sei de todas (com relação as doenças indicadas no cadastro da adoção)! Então é por isso que hoje eu falo isso pra você, passando o que vocês estão passando, escutando os problemas que vocês passam... eu hoje falo: “Não... eu tenho DOIS PEQUENOS. Eu quero AJUDAR! Eu quero dar AMOR para essa criança”.**

Elis - **[É, mas não dá pra tirar isso daqui e poder dar ali.**

Clara - **Eu não posso não escutar o que você está falando...**

Elis - **Não adianta desvestir um santo pra vestir outro**

A própria família pretendente vai apontando, neste caso, suas ressalvas quanto o acolhimento de quaisquer demandas, uma vez que ela incidirá diretamente na relação do casal com as crianças.

Ainda sobre aspectos relacionados à afetividade, conforme aponta Sawaia (2014), durante muito tempo as ciências humanas a conceberam enquanto fonte de desordem, obscura, fenômeno depreciável e incontrolável do ponto de vista moral. Afetividade, neste estudo, vem sendo compreendida como:

[...] tonalidade e a cor emocional que impregna a existência do ser humano e se apresenta como: 1) sentimento: reações moderadas de prazer e desprazer que não se refere a objetos específicos. 2) Emoção, fenômeno afetivo intenso, breve e centrado em fenômenos que interrompem o fluxo normal da conduta. (SAWAIA, 2014, p. 100).

As prerrogativas para análise do sofrimento ético-político, inspiradas em Heller, Espinosa e Vigostki subsidiam a perspectiva de aprofundamento psicossocial sobre a afetividade, uma vez que não é compreendida como antagônica à razão, mas como fenômeno contingente, produto da cultura e da linguagem ou, ao contrário, fenômeno biológico que se expressa a partir da provocação de estímulos exteriores (SAWAIA, 2014)

Dor é compreendida como algo inerente à vida humana e diz respeito a capacidade de sentir, afetado corporalmente na relação com outros corpos e equivale a estar implicado em algo, ou seja, em ser afetado.

O sofrimento, por sua vez, refere-se a dor mediada pelas injustiças sociais, “é o sofrimento de estar submetido a fome e a opressão e pode ou não ser sentido como dor por todos”. (SAWAIA, 2014, p.2014). A dor, neste caso, poderia ser sentida somente por aqueles que vivem as situações

de exclusão ou por aquilo que Heller refere como humano genérico - uma vez que todos deveriam senti-lo para que houvesse, de fato, implicação com a causa da humanidade.

Nesse sentido, embora os acolhedores não vivenciem diretamente situações de violação de direitos ou de exclusão, deparam-se, cotidianamente, com essas histórias a partir do momento que se abrem à possibilidade de acolher uma criança. Essa possibilidade pode assegurar algum grau de desenvolvimento da consciência enquanto humano genérico – condição vivenciada por indivíduos que “se relaciona conscientemente com a genericidade e se indigna com o mundo e consigo mesmo por questões universais” (SAWAIA, 2014, p. 113) e apontam que muitos estranham o acolhimento familiar justamente por não serem capazes de pensar para além do próprio sofrimento.

Dessa forma, ao atravessarem o sofrimento provocado pela partida da criança e adentrarem no universo que envolve as situações de violência que as mesmas foram submetidas, percebem a complexidade do trabalho e reconhecem não estar preparados para todas as possibilidades, apesar de sensibilizarem-se com estas. Expressam que havia certo desconhecimento, inclusive, de que situações graves acontecessem na cidade, uma vez que através da mídia, essas histórias foram remetidas aos grandes centros urbanos metropolitanos.

Elis – [...]Então, quando as meninas me falaram dos dois irmãos e que a Esmeralda tinha um probleminha respiratório, elas me perguntaram: “você acolhe?”. “Acolho!” E porque que a gente pensou no acolhimento? Porque é o que eu falei pras meninas: **se você começar a restringir muito, a demanda é muito grande e é claro que a gente tem dentro do limite e hoje eu concordo com a Elza, cem por cento. A gente tem que abrir, porque a necessidade é muito grande (referindo-se ao fato de que a demanda das crianças para serem acolhidas é grande). Quando eu entrei no projeto eu não imaginei que a coisa em Piracicaba era tão grande (referindo-se as situações das crianças na cidade). Me assustou bastante.**

Vinícius - **A família acolhedora trabalha com criança que sofre maus tratos! Não é com crianças que as vezes foi abandonada, ou que a mãe não pode cuidar e entrega no abrigo. São crianças que já passou por um trauma. Então a gente achava...EU achava! não porque o projeto é novo e tal, mas porque eu achei que Piracicaba era aquela cidade ainda pequena que eu cresci, que eu nasci. Tudo bem que a violência tá grande, mas não nesse sentido que vemos!**

Elza - [[É... **eu também fiquei chocada!**

Elis - **Eu achei que essas coisas fossem de Campinas, São Paulo, Rio, né? Que você sempre ouve. Mas não na cidade em que eu cresci!** E quando as meninas, logo já ligaram e que daí você passa a vivenciar essa famílias, e **você vê a demanda, você fala...a necessidade é MUITO grande!**

Em diversos momentos dos encontros nos grupos, uma das famílias, que vivenciou o desacolhimento de uma criança para o abrigo, pelas dificuldades enfrentadas pelos acolhedores para atenderem as necessidades apresentadas pelos dois irmãos que ali se encontravam, aparece como um pesar, evidenciando sentimento de culpa pela ruptura, especialmente para a guardiã.

A dificuldade para lidarem com Cristal aos poucos mostrava para a família acolhedora que a criança reproduzia aquilo que tinha tido oportunidade de conhecer até aquele momento, especialmente os hábitos ligados à vivência de rua, não aceitação de regras que eram impostas, etc. Essa situação provocou sentimento de impotência e fracasso na família acolhedora e em especial, para Elis. Destaca-se também que esse sentimento é muito mais penoso para a guardiã do que para o guardião, possivelmente pelo grau de envolvimento da mesma para com os cuidados das crianças enquanto o companheiro estava trabalhando.

Utilizando como base a sua própria experiência, Elis e Vinícius criticam a falta de informações fornecidas pelo serviço quando acolheram Esmeralda, situação essa que dificultou um melhor preparo da família acolhedora e que poderia, inclusive, ter inviabilizado o acolhimento destas.

Para Esmeralda, a permanência no acolhimento familiar mostrou-se como elemento fundamental para avanços no prognóstico da criança, o que seria difícil de ser assegurado plenamente em uma instituição, dada a complexidade dos cuidados e as dificuldades das instituições de acolhimento atenderem principalmente os bebês. No caso da cidade estudada, cada criança de 0 a 2 anos acolhidas institucionalmente são contabilizadas como duas vagas, uma vez que o número de educadores que trabalham no exercício do cuidado destas mostra-se, quase sempre insuficiente frente as demandas e inconstâncias das rotinas do cotidiano dos abrigos. Cumpre mencionar que os debates sobre os limites do acolhimento institucional para o atendimento da demanda de crianças de 0 à 2 anos é frequentemente reportado em reuniões técnicas envolvendo os equipamentos da alta complexidade do referido município, o que possibilita que a pesquisadora possa ponderar sobre essa realidade.

Isso corrobora com a ideia de que, embora haja a contraditória separação dos irmãos em um dado momento, para manter algum grau de qualidade de vida para a menina, essa decisão precisou ser sustentada contrariando inclusive alguns artigos do ECA (BRASIL, 1990), mas preconizando através do princípio do “melhor interesse da criança”.

Em termos práticos, a dinâmica que atravessa essas histórias é permeada por expressões sociais [C1] de diversas ordens: históricas, culturais, políticas, sociais e afetivas e equacioná-las é um processo que envolve tanto os gestores, técnicos e as famílias. Curiosamente, esse princípio, num serviço em que prioritariamente acolhe crianças de 0 à 3 anos, acaba sendo sempre representado por adultos, que exercem a tarefa de auxiliar o Poder Judiciário na avaliação do melhor desdobramento para cada situação.

Essa experiência sensibilizou para que muitos acolhedores apontem outras situações das quais não se sentem plenamente preparados para enfrentar, quase sempre baseados naquilo que compreendem poder suportar emocional e objetivamente, variando para cada família o próprio limite. Apontam algumas dificuldades com episódios de abuso sexual, crianças acolhidas após adoções malsucedidas e exposição à novos episódios de violência, problemas graves de saúde ou deficiências, o acolhimento de dois irmãos, dentre outros. Compreendem que o excesso de restrições dificulta que as crianças que mais precisam possam ser acolhidas, mas problematizam o quanto pode ser nocivo um acolhimento do qual não são capazes de dar conta da demanda.

Mediador - Vocês tiveram todas experiências muito intensas, né? Ou com adoção ou acolhimento. **Vocês se acham capazes de acolher agora qualquer situação que a criança tenha passado? Qualquer tipo de violência? Abuso sexual... violência psicológico... violência física...**

Elza - **Eu acho que eu não estou.**

Joao - **Eu também não. Me falta paciência.**

Elza - Não.... não é uma questão de paciência. **Eu sofro de ouvir as histórias. As histórias.... a história do Citrino.... nossa... eu sofri com aquela história, eu fiquei arrasada...** Então, eu acho que eu não estou preparada pra isso, sabe? **Eu acho masoquismo.** Eu acho que falar... “ah! Eu tô preparada pra qualquer coisa!” Eu lembro daquela menina que o pai mordeu. E eu conheci aquela menina no dia em que eu fui buscar a Ametista.

Elis – [...]Então, quando as meninas me falaram dos dois irmãos e que a Esmeralda tinha um probleminha respiratório, elas me perguntaram: “você acolhe?”. “Acolho!” E porque que a gente pensou no acolhimento? Porque é o que eu falei pras meninas: **se você começar a restringir muito, a demanda é muito grande e é claro que a gente tem dentro do limite e hoje eu concordo com a Elza, cem por cento. A gente tem que abrir, porque a necessidade é muito grande (referindo-se ao fato de que a demanda das crianças para serem acolhidas é grande). Quando eu entrei no projeto eu não imaginei que a coisa em P. era**

tão grande (referindo-se as situações das crianças na cidade). Me assustou bastante.

Elza, por exemplo, ponderou uma situação vivenciada ao longo do período anterior a chegada de Ametista, na qual teria ido ao abrigo visitar a menina, dias antes do acolhimento, e encontrou uma garotinha de 3 anos com o rosto com cicatrizes. A criança havia sido mordida pelo pai, que lhe arrancou uma parte da pele, o que submeteu a infante a diversas cirurgias de reconstituição facial. A cena marcou profundamente a guardiã, que expressou no grupo seu sofrimento diante do que viu:

Elza - E se você olha pra ela, **ela é linda, um lado dela é lindo. Esperta! Peralta!** Ela viu, eu fui lá com a Soeli (amiga de Elza que a acompanhou durante o acolhimento de Ametista) aquele dia... **ela pulou no colo da Soeli e perguntou: “O que você veio fazer aqui? Eu quero ir embora com você!”.** E ela queria sabe? **Daí eu fico pensando... se eu pego uma menina como aquela, TODO MUNDO vai ficar olhando pra ela.** TODO mundo vai ficar perguntando o que aconteceu? Essa menina vai sofrer e eu vou ver esse sofrimento e eu não aguento isso! Eu não aguento ver esse sofrimento, né? Pode ter outros problemas com ela também... se o pai mordeu, pode ter outros problemas com ela também, né? Problema... sei lá! Vai saber o que aconteceu na vida dela? **O que é visível é que o pai mordeu e que todo mundo ia perguntar. E eu fico pensando: “como eu vou lidar com isso?”** Como eu vou explicar pra essa criança, porque tem que ensinar ela a mentir, porque ela não pode falar que foi o pai que mordeu. Fala assim: “o cachorro me mordeu!”. Então, eu vou estar ensinando essa menina a mentir!

Mediador - Por que você acha que precisaria estar ensinando ela a mentir?

Elza - **Porque TODO mundo iria perguntar pra essa menina o que aconteceu e ela precisa dar uma resposta igual pra todo mundo! Ela vai falar: “ah, meu pai me mordeu?”** Você acha que é justo isso?

Naquele momento, observa-se que a falta de recursos emocionais para sustentar tal situação. A gravidade do que havia acontecido à criança faz com que Elza acredite que seria melhor negar à ela sua própria história e ensiná-la uma nova versão para justificar a violência que vivenciara. Essa maneira de manejar uma situação que imaginou que poderia acolher, provavelmente desencadearia em outros problemas para a infante, uma vez que o adulto enquanto mediador de sua relação com o mundo (e podendo este ter se feito na relação dela com Elza), teria provocado outros sofrimentos à menina: vergonha ou sentimento e culpa pela situação que a vitimizou.

Durante o grupo, emergem sentimentos expressos através de medo, sensação de incapacidade e culpa.

Os aspectos que envolvem a categoria contradição, baseada nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, permitem aprofundar estas análises na medida em que esta compreende o real enquanto uma unidade de contrários que incorpora diversas totalidades. As análises dos fenômenos que ignoram a contradição são sempre unilaterais, uma vez que os contrários não existem um sem o outro: “Dessa forma, o mundo das relações é um todo dialético que se constitui de vários fenômenos que se ligam a todo momento e não estão isolados”. Por esse viés, apenas a contradição gera a possibilidade de superação e dá origem a uma nova síntese. (SOUZA et al, 2012, p. 9).

Ao compreender as contradições vivenciadas no processo de acolher, tem-se a possibilidade, por exemplo, de construir junto com as famílias acolhedoras aquilo para o que se sente apta a oferecer, de tal forma que a mesma não se sinta pressionada a dar conta de todo universo de possibilidades que envolvem a condição das crianças afastadas de suas famílias de origem. Evidenciar esses sentimentos contraditórios também revela a humanidade e o esforço desses indivíduos para darem o melhor de si diante das situações de sofrimento ético-político que envolvem tantos outros indivíduos.

Com isso, não se pretende ignorar o fato de que as relações só poderão se estabelecer ao longo do cotidiano e que, embora reconhecidas as fragilidades e potencialidade de cada família, algumas situações de embate e de dificuldade só se desvelam na prática e para isso, as equipes técnicas precisam estar atentas as necessidades de mediar conflitos e encontrar, junto com os guardiões, formas de lidar com as experiências vivenciadas. Para isso, a ampliação máxima de informações que antecede o acolhimento pode favorecer a preparação das famílias acolhedoras.

Por essa perspectiva, o núcleo 1 reforça a concepção de que as emoções e os afetos construídos histórica e socialmente no acolhimento familiar, por meio da relação mútua estabelecida entre acolhido e acolhedor, é parte de um contexto multideterminado permeado por objetivações de diversas ordens: o desconhecimento do universo que envolve as violações de direitos contra crianças e adolescentes, a ruptura da concepção do amor atrelada a maternidade biológica, o medo do sofrimento e da morte e os limites de cada família/indivíduo para lidar com as demandas oriundas de cada situação. Essas objetivações, que por sua vez gestam contradições, norteiam a constituição de sentidos de todos os sujeitos envolvidos, orientados pela principal característica dessa modalidade que é a capacidade de estabelecerem e de reinventarem-se nas relações de apego e desapego.

Núcleo 2 - Desacolhimento: dilemas entre a despedida e a manutenção do vínculo

INDICADORES
Sufrimento da família acolhedora em pensar que pode não ver mais a criança
Se o sofrimento for insuperável, é difícil para a família conseguir acolher novamente
Reconforto quando a criança desacolhida expressa algum afeto ou lembrança do período em que esteve com os acolhedores.
Medo da criança esquecer dos acolhedores ao ter sua situação definida
Acreditam que mesmo com as crianças pequenas, há um registro, uma marca que remete às lembranças boas do passado e que pode ser reforçada pela família que está com ela.
O desacolhimento desperta sofrimento para os acolhedores e temor de que a criança também sofra.
As famílias que tiveram experiências positivas após o desacolhimento procuram acolher o sofrimento e a angústia das outras.
Preparação da criança para a despedida independente da idade
Inserção escolar como forma de driblar a vinculação exclusiva da criança com a família acolhedora
Os filhos dos casais acolhedores devem ser preparados para a transitoriedade do acolhimento.
Os filhos dos acolhedores podem ajudar os pais e compreender que a criança acolhida precisa ainda mais de atenção diante do que já viveu.
As crianças acolhidas também precisam ser preparadas para a transitoriedade.
O casal que nunca acolheu fantasia sobre como fará para preparar os filhos para o acolhimento, através de conversas.
Há receio do acolhimento produzir sofrimento para os filhos do casal após o desacolhimento.
O aprender a se despedir da criança é algo que ocorre gradualmente.
Receio da dificuldade dos filhos para desacolher a criança

Ao longo dos encontros, as falas dos acolhedores foi revelando o medo de serem esquecidos pelas crianças quando ocorre o afastamento natural após o desligamento do acolhido. Essa situação parece, inclusive, sugerir que grande parte desse sentimento se atrela ao receio de que a criança os esqueça ou que haja total ruptura de contato entre a família acolhedora e os responsáveis que a assumirão. Além disso, enfatizam a preocupação de que a criança desacolhida também sofra com esse distanciamento, uma vez que consideram que, ainda que bebês, possuem um registro das experiências vivenciada com os guardiões.

Vinícius - Olha, eu vou dar um testemunho pra você do que é essa criança: **a gente tá ficando muito tempo sem ver ela em detrimento da Esmeralda.** Então quando vai lá, ela olha pra gente, ela fica olhaaaando...**você vai pegar ela, ela vira, não quer. Daí, você vai com jeitinho: “Vem aqui princesa...”**. Daí **você vai e pega ela no colo! Daí eu acho que o chip dela vira do avesso e ela tá**

sentada assim ela abraça assim... porque é o que ela fazia em casa. De madrugada, ela levantou pra tirar foto! Porque eu durmo numa rampa porque eu também tenho problema respiratório...

Elza - Você tem apnéia?

Vinícius - Não, pelo menos o cara do sono disse que eu não tenho...quase. E eu durmo na rampa. **Aí as vezes colocava ela na rampa e ela dormia do meu lado. E toda vez que colocou ela, ela parecia uma cobrinha: ela ia virando, virando... quando ela encostar a cabeça na minha cabeça, aí ela dormia.** E eu tenho foto disso. Então eu falo pra Elis que eu acho que ela lembra... ela fica no colo e ela fica olhando... olhando... daqui a pouco...

Elis - **[[Daqui a pouco você vê que ela se aninha...Ela abraaaaça... abraça...**

Vinícius - É o que vai acontecer com a Ametista...

Vinícius - Então **mas a Ametista ela vai lembrar muito mais de vocês...**

Elis - **É como a Esmeralda com nós.**

Elza - **Eu tenho medo dela esquecer.**

Vinícius - **Não, mas vocês marcaram a vida dela!**

Elis - **ela não vai lembrar de sofrer. Vai ser uma lembrança muito boa!** E não é um negócio....uma lembrança que a gente fala: aiii gente...eu não tenho mais aquilo...

Elza - É que ela não tem essa maturidade na cabecinha dela...

Elis - **[[Não, não...na cabecinha dela ela vai ter uma lembrança. Num dia que você vier a encontrar ela, esse colo, vai remeter a essa lembrança. Entendeu?**

Vinícius - E mesmo **que você ache que ela vai esquecer, eu acho que a própria avó não vai deixar ela esquecer. A avó vai escolher vocês como a parte da história delas.**

Elza - Eu aceito isso, desde o início eu imaginava que isso ia acontecer. Desde o início. **Mas é que ela cresceu junto com a gente, a gente se apegou, ela se apegou. Então a gente tem essa preocupação com o sofrimento dela.**

O desacolhimento é um tema recorrente no diálogo dos acolhedores, expresso nos momentos que antecedem, durante e após o desligamento da criança. A experiência da pesquisadora junto a este serviço permite inclusive ressaltar este como sendo um dos pontos mais polêmicos e causador dos maiores temores acerca dessa modalidade de atendimento, apontada como sua grande fragilidade e que faz com que comumente, pessoas expressem suas ressalvas sugerindo que a criança sofreria menos caso acolhida em um serviço de acolhimento institucional.

O desconhecimento sobre o acolhimento familiar faz com que haja uma associação entre desacolhimento e sofrimento vinculados a um possível sentimento de abandono experienciado pela criança, uma vez que existe o risco do vínculo estabelecido ao longo do processo não ser assegurado posteriormente, seja por desejo das famílias de origem, extensas ou adotivas. Embora raro, o receio de contato com a família de origem, por parte dos acolhedores, nos casos em que houve reintegração familiar da criança, também pode ser apontado como situação que desencadearia na ruptura do vínculo.

Essa contradição, que contorna o medo, o sofrimento e as expectativas contidas nas falas dos participantes é vivenciada “a flor da pele” e, embora destaquem com angústia a possibilidade de serem esquecidos, por serem adultos e para manter-se numa postura mais altruísta, procuram salientar que a preocupação maior é com a dor que isso pode provocar para a criança.

Ao discutir sobre adoção tardia e parentalidade, Costa e Rossetti-Ferreira (2007) trazem à tona uma importante discussão sobre as expectativas que muitas vezes atravessam a adoção (na perspectiva dos pais, técnicos entre outros) e um esforço de apagar a história pregressa da criança, uma vez que essas lembranças podem envolver situações de abandono, negligência, rupturas, perdas e violências. Nesse sentido, esses pais empenham-se em produzir uma tentativa de oferecer algo como um batismo, uma vida nova que as tiraria do limbo.

Essa análise sugere que de fato, o principal receio dos acolhedores quanto a ruptura com um passado do qual eles fazem parte, pode ocorrer e ser inclusive de desejo dos pais adotivos quando o desligamento da criança do serviço ocorre através da adoção, considerando que para algumas dessas famílias, tais sentidos “atribuídos ao passado da criança dificultam o processo de adoção e de constituição de maternidade e paternidade” (p.433). Na contramão disso, há que se considerar os impactos emocionais acerca da omissão da origem da criança adotada, evidenciado no artigo 48 do ECA (BRASIL, 1990), que visa assegurar o direito dos infantes de acessarem sua história e origem biológica.

Isso reforça a importância de grupos de apoio à adoção, além dos trabalhos das equipes técnicas das varas da infância em realizarem o acompanhamento desses processos de forma atenta e reflexiva, de tal forma que esses pais também possam ressignificar as experiências, medos e mitos que rodeiam a posição de pais adotivos. Mais uma vez, afirma-se a necessidade de uma prática educativa que desconstrua paradigmas e preconceitos atrelados ao desenvolvimento da parentalidade no contexto da adoção, o que deverá resultar, sem medo de errar, em colocações cada vez mais adequadas, protetivas e potencializadoras do pleno desenvolvimento das crianças sob cuidados de pais adotivos.

O período de transição e adaptação de crianças acolhidas, principalmente as mais velhas, para as famílias substitutas mostra-se como um momento que exige cuidado. Essa travessia, que deve em primeiro lugar respeitar o tempo da criança para equacionar as rupturas e apropriar-se de sua nova condição, enquanto filho e do novo universo que se coloca, deve ser monitorado com cautela pelas equipes técnicas das Varas da Infância e Juventude. O monitoramento regular da colocação

de crianças em família substituta pode ser considerado inclusive uma estratégia que minimize o risco de experiências malsucedidas que revitimizem esses infantes e os coloque, novamente, em situação de acolhimento, como foi o caso de Citrino. Além disso, embora não seja condição obrigatória para os casais adotantes, o incentivo à participação destes em grupos de apoio para pais adotivos mostra-se como privilegiado espaço educativo, auxiliando-os a enfrentarem os desafios do exercício da parentalidade.

Apesar do foco deste trabalho não ser, a princípio, a percepção da família de origem sobre o acolhimento, cumpre mencionar que, no que tange as reintegrações familiares das crianças para os pais ou familiares extensos/ampliados, essas rupturas são mais raras de acontecer, ao menos junto do serviço estudado. A experiência da pesquisadora neste equipamento tem permitido observar a recorrência do que parece ser um sentimento de agradecimento de algumas famílias de origem para com os acolhedores, nos quais não ocorrem cenas de disputa do afeto da criança, mas reconhecimento do amparo assegurado aos filhos por esses guardiões até que eles, os pais, pudessem reaver seus locais como protagonistas do cuidado (sejam eles irmãos mais velhos, tios, primos ou outros).

Esse sentimento, por outro lado, não se dá desde o início: em geral, as famílias de origem se mostram temerosas quando sabem que a criança está sob os cuidados de outros adultos, principalmente pelo medo de que o casal acolhedor queira adotar a criança, o que rapidamente é desmistificado na medida em que não há essa previsão, legalmente falando. Outros pontos apresentados aos pais para auxiliá-los a lidar com essas angústias é o fato de que muitas famílias acolhedoras já acolheram e desacolheram outras crianças, o que facilita a compreensão da função temporária que estes irão desempenhar na vida de seus filhos.

Além destes, ao se problematizar as rupturas de vínculo no âmbito do acolhimento familiar, cumpre destacar que ela ocorrerá com qualquer criança que tenha sido afastada do convívio de sua família de origem, extensa ou responsáveis em geral. Uma vez que recebe uma medida protetiva para ser acolhida, familiar ou institucionalmente, em menor ou maior escala, essa criança será afastada, temporária ou definitivamente, de seus pares.

Ao adentrar em um serviço de acolhimento institucional, a criança lidará também com outras rupturas: os profissionais trabalham em turno, não podendo dedicar-se exclusivamente à uma única criança, o que pode significar lidar, nos momentos de sofrimento, com a ausência daqueles que lhes são mais próximos; a alta rotatividade de funcionários em virtude das condições precárias de

trabalho associada aos baixos salários, além dos constantes desligamentos de outros acolhidos com quem convivem as vezes durante anos, experienciando frequentemente despedidas enquanto permanecem acolhidos, as vezes, sem outras perspectivas.

Corroborando com nossa percepção Vargas (1998) (apud COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2007) na qual crianças institucionalizadas também constroem vínculos no abrigo com outros acolhidos e podem sofrer ao serem afastadas destes, inclusive desencadeando em sentimento de culpa por acreditar que foi escolhida em detrimento da rejeição dos demais.

Nesse sentido, levanta-se a questão sobre o que vem sendo compreendido como ruptura de vínculos, uma vez que esta ocorre, talvez em frequência mais intensificada, quando a criança é acolhida institucionalmente. Por outro lado, estando em uma família acolhedora, teria que lidar com rupturas mais específicas de algumas figuras, tais como os guardiões, seus filhos e demais figuras próximas.

Nas falas dos acolhedores esta dimensão não parece evidente. Existe um destaque para o rompimento do vínculo na situação específica do acolhimento, mas parecem desconsiderar tantos outros rompimentos já vivenciados pelas crianças: com os pais, outros familiares, escola, comunidade, entre outros.

Essas observações e contradições precisam ser evidenciadas inclusive para que se torne possível uma reflexão sobre práticas de cuidado que minimizem os efeitos dessas discontinuidades, sejam elas oriundas de qualquer modalidade de acolhimento, uma vez que, sempre que se mostra necessária a retirada da criança do seio de sua família, na maior parte das vezes o que se desvela é a ineficiência do Estado em assegurar a plena efetivação dos direitos previstos constitucionalmente para todos os cidadãos.

Essas análises sugerem que, uma vez afastadas de suas famílias, situações que deveriam ser excepcionais e associadas ao esgotamento de todas as possibilidades que poderiam garantir a permanência da criança junto de seu núcleo familiar, a prática do acolhimento acaba apresentando-se quase como redução de danos ou, dito de outra forma, para a redução dos impactos provocados pelas situações de violência e ruptura.

Vinícius e Elis falam sobre o dano provocado pelo acolhimento:

Elis - E eu também penso nisso. É claro que a criança que foi pra adoção também...ou foi deixada ou retirada...mas eu vejo que as crianças que vêm

com a gente, elas são RETIRADAS. Eu acho que é um aperto... existe uma perda...

Vinícius - [[**Um dano!**

Elis - [[Isso! **Um dano maior!**

Isso não significa permitir que crianças em situação de grave violência permaneçam, a qualquer custo, sob o cuidado de seus responsáveis em detrimento do acolhimento, uma vez que aceitar essa situação significaria submetê-las a prejuízos emocionais, sociais e psicológicos graves. Tem-se por objetivo apenas apontar o quanto a medida deve ser excepcional e a clareza dos acolhedores nesse sentido, além de cuidados com a criança, no sentido de reconhecê-la como sujeito neste processo. Entende-se, inclusive, que as políticas públicas para a prevenção de acolhimentos deveriam dar conta do cuidado e amparo às famílias de origem antes do agravamento das situações que culminam em acolhimentos. Essa perspectiva do cuidado poderia, a longo prazo, tornar os serviços de acolhimento menores e menos necessários – o que evidenciaria importantes avanços sociais e versaria sobre o um compromisso a ser assumido pelo Estado para equacionar os efeitos perversos produzidos pelas situações de desigualdade social.

Tim e Clara, ponderam que percebem que os filhos, mesmo transcorrido anos desde a adoção, tem certa dificuldade para despedir-se dos pais:

Clara - [eu to lá deitado e grita: “ooo mãe! Fica com Deus mãe, te amo”. Na escola, **quando eu deixo, eles ficam: “mãe, você vai ficar bem? Vai com Deus, te amo!”.** “Vem buscar mãe?” “Vou buscar!”. Por isso que eu falo que essa parte do tchau pra eles é muito marcante.

Érick - **Eles têm isso ainda.** É até gozado. Quando a gente foi buscar eles com oito meses, eles já eram meio grandinhos até...em termos de...por ser gêmeos. **E o Gilberto, já chegou no sábado, fui pegar ele no colo, o Gilberto já tacava a mãozinha no portãozinho, agora fechou né mas antes era um portãozinho. E ficava assim com o cadeadinho que tinha lá...e ficava com o cadeadinho, olhando né? “Vai embora?”** (sugerindo que a criança pensava isso). É até hoje assim na escola, **ele fica olhando assim com a mãe dele, com aquela carinha triste: “vai me deixar...vai voltar?”**

Clara - **“Você vai voltar né?”** (imitando a expressão do filho)

Elis - É aquele olhar assim: **“Você vai voltar né?”**

Clara - E todo dia é a mesma coisa!

Tim [[E infelizmente **essa parte assim de contar tudo, pesa um pouquinho. Porque eles tem essa sensibilidade, que foi deixado...**

Elza - [[Não tem como né?

Tim - [[Mas de outra forma eles não foram separados também né?

Elis - Mas eu acho que isso, **com o passar do tempo deve ir diminuindo...**

Elza - [[E o bom é que são dois né?

Elis - [[Então um tá sempre sendo o apoio do outro!

Apesar da dificuldade de poder falar sobre a história pessoal dos filhos, o casal respeita o direito dos meninos, mesmo que isso signifique ter que lidar com marcas deste passado. Cabe observar que a crença de que não falar pode apagar a história, o que não ocorrerá, tendo em vista que a experiência da criança é parte de seu processo histórico de constituição do eu. Ponderam, por outro lado, que com o tempo esse sentimento que parece indicar o medo de serem abandonados, tende a diminuir.

Ao encontro disso, e considerando as situações de exclusão e de sofrimento ético-político as quais estão expostas as famílias de origem, com destaque para as crianças, este serviço mostra-se como potencial articulador de duas estratégias apontadas por Sawaia (2014) como potencializadoras da práxis da Psicologia Social:

[...] é preciso associar duas estratégias para o enfrentamento da exclusão: uma de ordem material e jurídica e outra de ordem afetiva e intersubjetiva [...] A 1ª estratégia é de responsabilidade do poder público, a 2ª depende de cada um de nós. Unindo essas duas dimensões, as políticas públicas se humanizam, capacitando-se para responder aos desejos da alma e do corpo, com sabedoria. [...] (SAWAIA, 2014, p. 116).

Não se pretende, com isso, dimensionar que o acolhimento familiar será capaz de abarcar toda e qualquer situação que desencadeie no acolhimento de crianças e adolescentes, em que pese as próprias famílias ainda sentirem-se limitadas para lidarem com algumas situações que podem ser demandadas. Objetiva-se, apenas, desconstruir o paradigma de institucionalização como alternativa unívoca para a oferta de cuidados à crianças e adolescentes que, vitimizados por situações de violência das mais variadas, precisaram ser afastados de suas famílias. Por essa perspectiva, o cuidado, compreendido na ordem dos afetos, apresenta-se como recurso ofertado pelos acolhedores que pode proporcionar apoio para que as crianças encontrem recursos para lidar com suas histórias de vida e, porque não, com os sofrimentos atravessados.

Conforme aponta Costa e Rosseti-Ferreira (2009), diversas teorias, especialmente amparadas pela Psicologia do Desenvolvimento foram utilizadas ao longo da história para justificar o direito à convivência familiar e comunitária e a importância da manutenção dos vínculos afetivos com as figuras parentais para o desenvolvimento saudável da criança. Dentre essas teorias, destaca-se a teoria do apego, desenvolvida por Bolwby durante a década de 1960, nas quais argumentava que a privação materna favorecia a origem de psicopatologias, associando-as a privação e

institucionalização. Essa correlação entre psicopatologia, privação parental e orfandade era uma concepção quase hegemônica neste momento histórico e pouco se problematizavam as péssimas condições institucionais as quais as crianças estavam submetidas. Como discutem as autoras:

[...] tal concepção sobre o desenvolvimento humano coloca o contexto familiar como o *locus* privilegiado para o estabelecimento de relações de apego, contexto em que a criança teria um cuidador individualizado. Também apresenta uma tendência a patologização de contextos coletivos de desenvolvimento[...] [...] nesse caso, pouco valor é dado para o estabelecimento de vínculos afetivos com outros cuidadores que não a mãe ou substituta, ou mesmo, com coetâneos. (COSTA; ROSSETI-FERREIRA, 2009, p.115).

A partir de Lewis, Costa e Rosseti-Ferreira (2009) indicam uma nova perspectiva para analisar o tema, de modo mais contextual e sistêmica, criticando teorias do desenvolvimento que relacionam causalidade ao passado e que esta atua sobre o presente e o futuro, através de um modelo organicista que quase sempre considera a criança apenas no processo de vir-a-ser. Para o autor, se mostra necessária a adoção de um modelo contextual do desenvolvimento que considere a natureza do ambiente onde a criança cresce e a rede social em que está inserida, inclusive para se falar sobre desenvolvimento afetivo. Nesse sentido, as políticas públicas não deveriam se orientar pela ótica da cura, mas do cuidado às famílias, considerando o momento presente.

Em consonância com essas ideias, consideramos que para se compreender o desenvolvimento afetivo e o apego é necessário desfocar das relações diádicas e buscar apreender a rede de relações (e significações) em que a criança está imersa, a partir de uma perspectiva processual, relacional, situada e discursiva. Entendemos que o apego é construído nas e pelas relações recíprocas, que ocorrem em contextos específicos. (COSTA; ROSSETI-FERREIRA, 2009, p. 116).

Com isso, a questão do afeto ultrapassa os limites do acolhimento, mas a manutenção das figuras de cuidado vivenciadas ao longo do acolhimento familiar, quando mantidas, fortalecem a segurança da própria criança durante o processo de estabelecimento das novas relações, nos casos de adoção, ou da retomada, pautada agora por outros modelos relacionais, do contato com seus pais. Essa dimensão precisa ser compreendida pelas famílias acolhedoras como possibilidade de entendimento do desapego não como ruptura de vínculos, mas como uma marca concreta que permanecerá ressignificada na história da criança. Como a vivência anterior ao acolhimento

permanecerá na história da criança, também a experiência do acolhimento se constituirá significativamente para sua história, mesmo que fisicamente distante.

Durante o segundo encontro do grupo focal, Elza havia recebido a notícia de que a avó de Ametista, por quem o serviço procurou durante meses e não a encontrava porque a mãe da criança informava o endereço errado nos equipamentos pelos quais passava, manifestou profundo desejo de assumir a guarda da neta.

Naquele momento, sabia-se muito pouco sobre as reais condições dos avós de ficarem com a guarda da infante, mas que haviam chances disso acontecer, o que significaria que a criança poderia afastar-se fisicamente dos acolhedores indo viver em outro estado, na região norte do país. Nesse contexto de inseguranças, os demais acolhedores vão apontando a ela as possibilidades de manutenção do contato, mesmo que por meios virtuais, para enfrentar a distância, que além de tê-la deixado bastante tensa durante todo encontro, evidenciava sentimento de preocupação e incomodo com o aparecimento da família de origem, pela própria descrença inicial de sua capacidade protetiva (discussão abordada no Núcleo 3).

As experiências positivas frente ao desacolhimento também são relevantes para a discussão, inclusive, em diversos momentos os acolhedores procuram oferecer essas histórias positivas para amenizar as preocupações de Elza:

Rita - **[[Ai mas não se martirize por causa disso!** (referindo-se as preocupações de Elza). **A experiência QUE NÓS TEMOS DE ACOLHIMENTO,** com os três primeiros acolhimentos, nossa, meu Deus...**a gente tem contato hoje.** A Leila, que ficou com o Topázio, você conhece né? (perguntando pra mediadora) eu encontro... eu encontrei com a Leila...

Caetano - **[[Meu Deus do céu, tem que ver ela com aquele bebê. Ela conversa o tempo inteiro, ela cuida, sabe?! Pelo menos os três que nós acolhemos, puxa vida...** (demonstra satisfação com os desfechos das histórias).

Rita - **[[Os TRÊS! Reforçando a satisfação da fala do marido.** Ela largou tudo pra ficar com ele (falando do trabalho da mãe adotiva)

Caetano - Olha, **a gente tem contato e tão muito bem tratados... são famílias excelentes!** E acho que vai ser assim com essa também. (referindo-se a Luisa, que estava acolhida). Acho que a tendência é fortalecer.

Como parte do trabalho da equipe técnica do serviço de acolhimento, e considerando a maneira como compreendem esse processo – que pode inclusive diferir sobre a prática de outros equipamentos, sempre que possível, é feita uma reflexão com os casais adotantes/famílias de origem/extensa sobre a importância da manutenção de figuras de afeto que foram significativas nos

momentos iniciais da vida da criança, inclusive enquanto recurso que favorece a preservação de sua história de vida. Apesar de não tão recorrente, as vezes algumas rupturas acontecem.

Esse período de desligamento, para os pais que tem filhos, gera algumas preocupações sobre como lidarão com essa passagem, conforme expressa Tim:

Tim - Eu fico pensando quando isso acontece, **como é que a gente ia ser na idade deles! Imagine meus filhos hoje e uma criança de seis anos em casa. E eu tô preparando ele pra uma família! Mas e a cabecinha dos dois? Depois de dois anos juntos com ele, como vai ser?**

Contando um pouco sobre sua experiência, Elis apresenta estratégias que encontrou para fazer a preparação das crianças que acolhe:

Elis - Então... mas eu acho assim.. é claro que essa...essa.. **quando começar esse desapego, não é que as meninas virão pra você hoje e amanhã já vai. As coisas vão começando a acontecer.** Então, você vai se preparando. **Não vou dizer que não vai sofrer... quer dizer, já começa a sofrer por antecipação, mas é o tempo que a gente começa a preparar também a criança. Essa coisa do “tio” e “tia” já soa que não vai ser permanente. Porque senão seria mãe e pai, né?! Eu tô fazendo assim com a Esmeralda: “Olha... vai ter uma casa, você vai ter uma família...”** Vamos começar a transmitir! **“Ah! Mas ela não tem essa noção. Mas inconscientemente ela vai se preparando e vai preparar esse consciente. Ela vai sofrer. LÓGICO! Disso você não tenha dúvida. Mas ela vai desapegando!**

Elis -

[É! Isso é uma coisa que eu faço! Fiz com a Ágata. A Ágata veio bebezinha. Foi embora com cinco meses. E faço isso com a Esmeralda todas as noites. Quando a gente termina de rezar, eu falo: “A gente precisa estar sempre rezando, pedindo pra Nossa Senhora arrumar uma mamãe, um papai só pra você.... a casa da tia Elis e do tio Vinícius vai estar aqui para quando você precisar... a tia Elis vai estar sempre aqui PRONTA! A tia Elis vai estar SEMPRE PERTO! E esse perto não é, Elza, em distância, mas um perto... bom, eu tenho certeza de que a Esmeralda vai embora com essa certeza! No coração dela... que TEM ALGUÉM! Como a Ágata também tem! E a gente vai.... vai através do projeto. Quando a Ágata foi eu tinha uma preocupação enorme, porque ela tinha esse problema do HIV, ela tinha que pertencer ao CEDIC, o médico tinha me dito isso, eu queria que a moça que ficasse com ela tivesse o mesmo cuidado que eu.

O processo que envolve essa preparação para a ruptura favorece um movimento dialético entre a família e o acolhido, uma vez que ao preparar a criança para o desligamento, os guardiões têm a possibilidade de vivenciarem as próprias angústias e expectativas para esse momento. Essas expressões, asseguradas pelo uso da linguagem, tais como se apresentarem como tios e não como

pais pode auxiliar no desenvolvimento dos sentidos que a criança constrói ao longo do período em que está acolhida. Por outro lado, durante o primeiro encontro do grupo focal, Rita, enquanto acolhia Citrino, reflete que mesmo apresentando-se como tia, eventualmente a criança a chamava de mãe.

Isso esclarece que, apesar do grau de consciência que é possível ser construído com as crianças mais velhas, delimitando os papéis que ocuparão os guardiões, na prática, esses sentimentos se misturam e quando a convivência se mostra significativa para a criança, é esperado que apresente, em alguns momentos, o desejo de permanecer ou, ainda, a ambivalência entre querer estar perto dos pais ao mesmo tempo que deseja estar perto dos guardiões.

Nessas situações, a manutenção dos vínculos, reiterando os próprios desejos expressos pelos acolhedores, de fato parece apresentar-se como melhor recurso para enfrentar, mesmo que pontualmente, a ruptura do relacionamento.

Núcleo 3 - Valorização versus Desconfiança e culpabilização: sentimentos contraditórios frente a capacidade de proteção da família de origem

INDICADORES
Desacolhimento X manutenção daquilo que foi oferecido
Desacolhimento X medo/ insegurança de que a criança não receba o mesmo cuidado e afeto que recebe acolhida
Sentimento ambivalente sobre a possibilidade da manutenção dos cuidados na família de origem.
Desconfiança na capacidade de proteção da família de origem
Identificação de bons cuidados na família substituta/ extensa
Valorização da família extensa ou substituta
Dificuldade de aceitar que a família de origem tenha direito a ver a criança acolhida
A família acolhedora utiliza exemplo para mostrar que nem sempre é possível responsabilizar a família quando um filho envolve-se com drogas, por exemplo.
Culpabilização da família de origem
Dificuldade quando a família de origem começa a demonstrar mudanças na dinâmica após diversos filhos estarem afastados
Pouca esperança de que a família possa reorganizar a dinâmica para ver o filho
Ponderam sobre até que ponto é possível ajudar os genitores
Criam ideias de como são os genitores, tentam imaginar o que pensam ou sentem
Acreditam que possa existir falta de apoio das famílias para que consigam sair das situações que vivem
Aposta de que a mudança só acontece através do desejo do outro

Preocupação/dúvida dos acolhedores quanto a manutenção dos cuidados de saúde que eram oferecidos ao longo do acolhimento.
Dúvidas se a família de origem assegurava alimentação e cuidado adequado, como entendem que acontecia ao longo do acolhimento
Embora o cuidado seja diferente após o desacolhimento, não deixará de ser ausência de amor.
A alegria expressa pela criança revela os bons cuidados que recebe.
Grande preocupação que seja oferecida alimentação como a providenciada ao longo do acolhimento bem como uma rotina.
Algumas famílias reforçam a necessidade de que tudo seja seguido a risca no cuidado com a criança
Uma família compreende que não há necessidade de ser tão rigorosa, baseando em sua experiência pessoal com os filhos e de vida.
Outras famílias compreendem que as orientações devem ser seguidas a risca.
Elis admite que mesmo sem sua “neurose” de cuidado, a criança está muito bem.
Valorização da consanguinidade para justificar retorno para família extensa
Avós asseguram bons cuidados aos netos por já terem sido pais.
Retorno para família extensa pode oportunizar a manutenção de vínculos com os irmãos, apesar de nem sempre ocorrer
Desejo de saber mais sobre a família de origem
Desejo de conhecer a família de origem quando vai para adoção
Curiosidade e compreensão do direito da criança de conhecer a própria história
Criança adocece por um cuidado inadequado da família
Sentimento de injustiça frente ao adoecimento da criança
Após contato com a criança, sentem mais raiva da família de origem
Quando a criança acolhida apresenta problema de saúde que poderia ter provocado sua morte, acolhedores percebem o tamanho da responsabilidade.
Demora para superar o susto de poder perder a criança.
Problemas de saúde das crianças acolhidas despertam constante preocupação nos acolhidos, inclusive após o acolhimento
Contradição ao anterior – expectativa que a mãe da criança acolhida se reorganizasse
Diante da história da criança, sentem o desejo de cuidar da genitora
Questionamentos frente a possibilidade da genitora da criança acolhida ter sido abandonada pela família

Em alguns momentos, os acolhedores percebem a possibilidade de manutenção dos cuidados pela família de origem/ extensa, mas em geral, sentem-se inseguros se de fato o que é oferecido ao longo do acolhimento conseguirá ser mantido, especialmente no que tange a qualidade dos cuidados, embora reconheçam que mesmo com cuidados diferentes, a criança possa ficar bem. A fala dos guardiões também revela a dificuldade para acreditarem na mudança da dinâmica da família de origem e há uma tendência a culpabilização, individualizando as questões sociais que envolvem o quadro que culminou no acolhimento.

Quando a família de origem apresenta dificuldades no processo de reorganização de suas relações durante o acolhimento, alguns acolhedores não aceitam muito bem a ideia de que as crianças mantenham visitas para os pais, compreendendo o direito à visita como exclusivo dos pais e não da criança. A suspensão da visita também pode sugerir a intenção de punir os genitores por não conseguirem superar seus próprios conflitos ou o momento de crise. A fala de Vinícius demonstra claramente essa percepção:

Vinícius - [[Eu acho que nesse aspecto, eu não to nem falando que alguém é culpado, ou vocês da família acolhedora. Não é isso! às vezes, e eu estou colocando isso entre aspas, tá? A assistente social do fórum ela deve tá tratando aquilo como um pacote. Então, ela pega e fala: “Vamos embora, vamos resolver que eu tenho mais coisa pra fazer...” então talvez não tenha... o processo tem que dar uma repensada. **Ou o próprio juiz, por exemplo a Esmeralda que ta com essa problemática toda aí e talvez não volte mesmo pra família dela. EU SOU CONTRA o pai e a mãe irem visitar ela. Se ele já não vai voltar, eu acho que...Eu já penso assim: se já foi tirado porque não cuidou então você não vai mais ver. O juiz tinha que ter esse entendimento. Aí tem essa coisa de: “Ah! Mas é um ser humano”. Não tem essa. O cara quando vai preso, vai preso! É a mesma coisa. Foi tirado de você? Foi! “Então você se emenda e a hora que você se emendar, você vem aqui!” É uma forma da gente pressionar a família, não é?**

O fato de Ágata ter nascido portadora de HIV pela recusa de sua mãe para realizar o tratamento preventivo ao longo da gestação também causa grande comoção para Elis, uma vez que a postura da mãe não permitiu que a doença fosse negatizada:

Elis - [[É... essa também foi um acolhimento onde eu briguei muito com as meninas (referindo-se a equipe e seu desabafo quanto a injustiça que recaía sobre a criança). A C. (pesquisadora) me escutou bastante, porque eu não achava que era justo. Que era um negócio que era um absurdo. **Você se revolta e pensa: “Essa mulher deveria estar na CADEIA. Ela não tem que ter nada! Ela tem que estar presa porque se recusou** (referindo-se a recusa da genitora de realizar o tratamento contra o HIV durante a gestação!)” **E na hora você só vê a fragilidade da criança, do bebê.** E depois você vai vivendo, vai conversando com as meninas, e vai cuidando e vai vendo a graciosidade, né? [...]

Situações como essa tendem a provocar tensionamentos na relação e percepção dos acolhedores sobre as famílias de origem e suas potencialidades, as vezes difíceis de serem ressignificadas pela profundidade da marca deixada na vida do acolhido.

Clara - [[**Por que a gente fala só de nós...mas e ela** (referindo-se a criança)? E também tem o caso dele. O caso de vocês também não é fácil não...pelo amor de Deus! Então a mãe dos meninos, a mãe biológica dos meus. Ela tem três antes dos meus (o esposo corrige dizendo que são dois)...dois antes dos meus. Um menino e uma menina. Daí ela teve os meus gêmeos. Só que aí nasceram e ficaram com a vó. Ficou quatro meses com a vó. E na véspera de Natal foram entregues aqui no Lar. E depois logo deles, quando o fórum foi lá pra passar o nome deles, o fórum pra passar o nome, a assistente social falou: “Ah! Eu tenho recado pra você: tem uma mãe que adotou o irmãozinho deles. E você quer passar o telefone, porque ela quer falar sobre casos de saúde, se era bom ou se não era bom. E eu falei: “Não! Pode passar!” e foi uma mulher da minha família que adotou eles e a gente nem sabia. Ela é minha cunhada. **Agora, eu entrei no fórum porque ela tá falando dessa menina que foi separada do irmão (referindo-se ao caso de Cristal e Esmeralda) e até então, quando eu adotei, não podia separar irmãos... NÃO PODIA! Eu ainda leio bastante sobre adoção e a não ser que forem mais que três irmãos, pode separar, mas têm que ser no mesmo estado e tal. Eu até tô abismada de ver que separaram irmãos! Eu acho muito triste isso.** E daí eu fiquei sabendo que ela teve mais um e eu perguntei pro pessoal do fórum. Eu passei o nome dela e falei: “E aí? Os meus filhos têm mais irmãos? Ou não tem?” “Sim! Nasceu mais um menininho que está com ela, porque ela fez o tratamento de droga, né? De usuária... e agora o juiz deixou essa criança ficar lá com ela! Olhe só! Eu não acho certo também!

Embora Clara aponte que a mãe de seus filhos, após ter tido outras gestações, realizou tratamento para dependência química, entende que, em função de seu histórico anterior, não deveria ter direito a exercer os cuidados do filho, mesmo estando em um momento diferente daquelas que provocaram seu afastamento das demais crianças.

Essa postura reforça as concepções estereotipadas e a descrença dos guardiões nas possibilidades de mudança dos pais das crianças. A emergência dessa contradição é importante, inclusive, para considerar qual será a conduta destes diante do acolhimento familiar, uma vez que a perspectiva que deve ser esgotada é a reintegração familiar e, casos como o descrito pela participante, são bastante comuns.

Tim, em outro momento da reunião do grupo focal, pondera expressando um aspecto contraditório à fala da esposa:

Elis - [[**Você corre o risco de alguém da família aparecer. É isso?**

Tim - [[**Se com um ano e onze meses a mãe chegasse e falasse assim: “Eu tenho condições hoje e eu quero meus filhos de volta.”**

Clara - [[Daí acho que eu MATAVA o juiz (interlocutor ri)

Vinícius - [[**E você acha certo isso?**

Tim - Eu **não acho certo, mas é a LEI! Mas é assim, a gente tem que entender o seguinte, que ela pode consertar a vida dela também...é difícil, é difícil, mas...**

As histórias envolvendo as famílias de origem também despertam grande curiosidade nas famílias acolhedoras. Como técnica do serviço, é possível apontar que essa curiosidade, muitas vezes, é parcialmente sanada com buscas por redes sociais, uma vez que mesmo que não se conheçam, num primeiro momento, os guardiões possuem os documentos das crianças, facilitando essas investigações.

Observa-se também que há uma propensão a confiar mais em uma família substituta, por compreender que esta aguarda ansiosamente para o momento de se tornarem pais, o que não ocorreria com a família de origem, uma vez que essa deixou de executar como devia seu papel na proteção do infante e isso desencadeou no afastamento. Conforme aponta Caetano:

Caetano - E **uma família que está na fila de adoção há anos...** ou mesmo uma parente... **que se prontifica assumir essa criança e pra adotá-la...** Não é acolher... é ADOTAR, ne? **Tem condições pra isso. São famílias que também estão carentes. Então, elas não vêm a hora de adotar uma criança!** Elas não vêm a hora, **vão fazer até mais do que a gente!** Elas estão... eu acredito que sim.

De acordo com Camargo (2005), as principais motivações que levam um casal a adotar uma criança muitas vezes são permeadas por interesses próprios, preenchimento de vazios trazidos pela perda de algum filho biológico, dificuldades para gerar uma criança, complementar identidade pessoal, caridade, dentre outras. O reconhecimento dessas motivações mostra-se relevante na medida em que, uma vez esclarecidas durante o processo de avaliação dos pretendentes pelas equipes técnicas das Varas da Infância e Juventude podem minimizar os riscos de colocações malsucedidas de crianças em famílias substitutas.

Essas falas que expressam maior confiança nos pais adotivos pareciam colocá-los em uma posição quase ileso de assumirem posturas inadequadas diante do cuidado dos filhos, uma vez que aguardaram para desempenhar o papel parental as vezes durante anos. Contrariando essas percepções, Citrino foi adotado por um pai, devidamente avaliado e cadastrado para tal feito, o que não impediu que a criança fosse exposta a violações de direitos e um novo acolhimento. Essa discussão não será esgotada neste núcleo, mas ocorre que, segundo pesquisas realizadas a partir do CNA (Cadastro Nacional da Adoção), entre 2008 e 2015¹², 130 crianças retornaram aos

¹² Ver mais em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/mae-que-adotou-criancas-devolvidas-diz-que-experiencia-exige>

acolhimentos após a adoção, seja no período do estágio de convivência ou após findar o processo. Nessas situações, a criança passa por um processo de revitimização e reedição das histórias de abandono e ruptura, produzindo a intensificação do sofrimento.

A despeito de posições conflitantes sobre a reintegração das crianças para as famílias de origem, pelo medo das situações de violência reincidirem e a supervalorização das famílias substitutas, há uma expectativa também mais positiva no que se refere as famílias extensas. Ainda que muitas vezes as famílias extensas vivam em um contexto socioeconômico parecido com o das famílias de origem, destacam que preservar essa relação assegura que a criança se mantenha próxima de seus pares, que as vezes são os próprios irmãos, primos, avós, etc. Há também um destaque dos casais para o fato de que são famílias que apresentam dinâmicas diferentes daquelas vivenciadas pela família de origem, embora possuam laços consanguíneos.

Rita - [[**E pra ele foi ótimo, porque ele não perdeu o vínculo com os primos...tem o sangue... é uma festa com ele lá** . Ele é uma benção de criança!! Afff Maria!!! Ela tá realizada né? Porque nem sonhava que essa prima tava grávida. O sonho dela era ter um menino... para entrar na fila né? No mínimo....e o dela ainda foi rápido, né? Que nem, entrar na fila, pegar dois assim é mais difícil, né? (referindo-se a Clara). Poucas as pessoas que assumem isso né? Pegar gêmeos ainda...

Vinícius - [[**No caso da Ágata, ela vai conviver com o irmão**

Elis - [[**Não, não com o irmão...Ela tem a POSSIBILIDADE de ainda conviver com o irmão...** Por enquanto não tá porque o irmão nem sabe

Rita - [[Sim! É, o Sebastian está com uma tia hoje. Que nem sabia da existência da gravidez da prima. Porque era uma pessoa que...a prima morava na rua, né? E ela não tinha...e é prima de primeiro grau né? E na hora em que eles ficaram sabendo porque foram procurar a família estendida, ela sumiu! Ela já tinha uma menina de quinze anos e ela queria ter um menino, só que ela não conseguia. Não conseguia ter... e já estava com quarenta anos e surgiu a oportunidade. É legal porque assim, existem casos e casos. Hoje ele está dentro da família... ele está com a avó... não, com a tia-avó, né? Porque é assim: a mãe da moça que adotou é irmã da avó dele. **Então, ele não perdeu o laço familiar, mas ao mesmo tempo não tem contato nenhum com a mãe porque a mãe... Ele tem um ano e sete meses e ela...não tá nem aí...**

Caetano - [[**a mãe não quer nem saber... usa droga**

Rita - [[**Ela realmente não tá nem aí! Nunca foi atrás...**

Caetano - [[A gente não conheceu pessoalmente a mãe biológica, mas sabe da história de drogas e tudo mais. Ela não tem nada a ver! **Então, a gente não pode achar que “Ah mas é prima dela, vai ser tranqueira”. Não quer dizer nada! E nesse caso, o irmão dela é meu amigo, meu conhecido, trabalha comigo.** Não tem nada a ver.

Por outro lado, com as famílias extensas a maior dificuldade relaciona-se ao medo de que a família, ao assumir os cuidados do acolhido, acabe entregando para os pais biológicos:

Jorge - [[mas assim, encontrou a vó, a tia e não sei quem...: **“Ah! Daqui que eu cuido.”** Aí um dia a mãe aparece. Eu faria: **“toma! Que a filha é SUA!”**. Ah! **Pelo amor de DEUS!**

Elza - Eu tinha medo disso: **que eu encontrasse a avó da Ametista e que de alguma maneira essa menina chegasse perto dela e de repente a filha aparece e ela fala: “Olha! Você fez uma filha e agora você vai cuidar!”**. Porque essa gente não quer saber de papel bonito, de juiz, de advogado! Não quer saber de nada...

Aos poucos, a própria experiência atravessada por alguns casais na relação com familiares extensos dos acolhidos contraria os juízos provisórios que fazem sobre esses indivíduos e vai oferecendo a possibilidade de reflexão sobre a função que ocupam no acolhimento familiar, uma vez que a prioridade da medida deve ser a reintegração familiar e a postura de não apostar nessa perspectiva é uma contradição vivenciada no cotidiano da prática de acolher.

A angústia do desacolhimento aos poucos é confortada quando identificam que a criança está bem, criando condições para que superem a ideia de que o que poderá faltar para ela é material (principalmente quando retornam para família de origem ou extensa) e passam a compreender que o mais importante é o cuidado que irão receber. A fala de Elis revela o quanto o cotidiano permite uma nova organização de suas percepções:

Elis - E a médica falou: “Não dê gelatina, porque tem corante, tem açúcar e criança abaixo dos dois anos não precisa”. Ela comeu no hospital porque no hospital vinha, mas depois... Enfim, mas **na hora do parabéns, Elza, a mãe e o pai chamou eu e o Vinícius, porque nós somos padrinhos de batismo e ela nos chamou por consideração, porque NÓS somos os PAIS da Ágata quando ela saiu do hospital**. Então ficou nós quatro e a Ágata. **Mas se você visse... eu não tenho isso filmado... mas a alegria, o êxtase dela quando viu todo mundo cantando parabéns pra ela. A felicidade ESTAMPADA no rostinho dela de UM ANO!** Eu não aguentei! **Eu comecei a chorar porque eu sou muito chorona**. Eu olhei pro Vinícius e falei: **“Bom, eu to realizada porque ela está FELIZ!”**. **E uma criança não podia estar feliz se ela não estiver bem cuidada! Ela pode não estar sendo cuidada na neurose minha**, mas ela tá feliz! Aquilo foi ESPONTÂNEO dela! E eu vim tão em paz daquele aniversário, gente. Pra mim valeu a pena!

Novamente, evidencia-se o quanto a categoria do materialismo histórico-dialético contradição ajuda-nos a ponderar sobre os sentimentos dos acolhedores com relação às apostas que

são capazes de fazer diante das famílias de origem e extensas. A exemplo disso, as guardiãs verbalizam que quando se deparam com as histórias das mães biológicas das crianças, sentem o desejo de cuidar delas no momento posterior ao acolhimento, inclusive criando narrativas imaginárias nas quais acolheriam essas mulheres em suas casas. Isso evidencia os sentimentos contraditórios entre a culpabilização da mãe biológica e a vontade de cuidar dessa mãe.

Algumas vezes apresentam hipóteses que tentam encontrar para justificar as situações que viviam essas mulheres, como por exemplo, a possibilidade de terem sido abandonadas por suas famílias. Esse sentimento se contrapõe ao desejo de puni-las quando avaliam os prejuízos provocados pelos pais para a criança e apresenta um componente que resgata a historicidade dos processos formativos que atravessam esses sujeitos, uma vez que também são resultado de uma história que, quase sempre, é permeada pela violência.

Apesar de sensíveis à situação das crianças e mobilizados em assumi-las em detrimento, às vezes, do próprio sofrimento, o estudo revela que há dificuldade dos acolhedores para compreenderem de forma mais ampla os contextos que envolvem o universo das famílias de origem e o impacto da estrutura histórica, social, política e econômica na vida destes.

Embora genericidade e socialidade ou sociabilidade pareçam, à primeira vista, idênticas Heller (apud Oliveira, 2005) destaca que a sociedade, em geral, não encarna plenamente todo o desenvolvimento do gênero humano e as vezes nem parcialmente. Por outro lado, concretizar a experiência enquanto gênero humano só acontece através do processo concreto de sua sociabilidade, ou seja, dentro da estrutura social a qual pertence.

Dentro da sociedade capitalista, Marx aponta para o rápido desenvolvimento da genericidade. Apesar de cada vez mais livre e universal, a liberdade e a universalidade não tem sido asseguradas para a grande maioria dos indivíduos singulares: “Quer dizer, hoje já existem objetivações genéricas (objetivações do gênero humano) que resolveriam grandes problemas da humanidade, mas a estrutura da sociedade em que vivemos não permite que a grande maioria dos indivíduos tenha acesso a elas. Nesse sentido, esses indivíduos estão alienados frente a esses produtos da atividade humana”. (OLIVEIRA, 2005, p. 5/21).

Outrossim, a alienação está também relacionada a observações imediatas do pensamento que não captam as conexões mediadoras desse processo, quase sempre pouco visíveis imediatamente. Dessa maneira, o indivíduo não consegue perceber as distorções que ocorrem no processo de captar a realidade, sem levar em conta as determinações histórico-sociais que a envolve, como parece ser

a situação dos guardiões frente as mazelas vivenciadas pelas famílias de origem. (OLIVEIRA, 2005).

Por estarmos em uma sociedade de classes, os pólos que envolvem a relação indivíduo-sociedade estão em posição antagônica, refletindo as relações sociais de produção que fomentam a subordinação e o domínio. Esse raciocínio restringe-se aos fenômenos imediatos dados, pensados ou sentidos, colocando a vida do homem singular como contraposta à totalidade social, ignorando o impacto das mediações sociais que numa sociedade de classes, são alienantes e alienadoras. (OLIVEIRA, 2005).

O sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetida à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos. É experimentado como dor, na opinião de Heller, apenas por quem vive a situação de exclusão ou por “seres humanos genéricos” e pelos santos, quando todos deveriam estar sentindo-o, para que todos se implicassem com a causa da humanidade. (SAWAIA, 2014 p.104).

Sawaia (2014) propõem uma análise do sofrimento ético-político em uma perspectiva epistemológica que supera o uso normatizador de conceitos que culpabilizam os indivíduos por sua situação social e legitimam as relações de poder. Nessa perspectiva, o sofrimento não tem a gênese no indivíduo, mas nas relações intersubjetivas delineadas socialmente e, estudar a exclusão pelas emoções, permite uma reflexão sobre a forma como o Estado “cuida” de seus cidadãos. Pode indicar o (des)compromisso com o sofrimento do homem, tanto pelo aparelho Estatal quanto pela sociedade civil.

Embora ressalte a potência da análise da exclusão por essa direção, a autora faz um contraponto importante quando sugere a superação do sofrimento ético-político através da afetividade: no atual momento histórico, a subjetividade e seus correlatos, a emoção no sentido pessoal são supervalorizados. Em contraponto da valorização do afeto e da sensibilidade individual, assiste-se a banalização do mal do outro, a insensibilidade ao sofrimento do outro.

Nesse sentido, a proposta de compreender a afetividade na análise e na prática do enfrentamento da exclusão colocaria a felicidade como critério de definição da cidadania e do cuidado que a sociedade e o Estado assumem para com o cidadão, “sem cair no excesso de negar as determinações estruturais e jurídicas, e enaltecer a estatização individualista, promovendo o enfraquecimento da política e das ações na esfera pública e aprisionando homens em egos escravizados pela tirania do narcisismo e da intimidade”. (SAWAIA, 2014, p. 117).

Permeado por sentimentos contraditórios, compreende-se que os indivíduos se objetivam enquanto seres humanos a partir de sua inserção na história. A dinâmica entre apropriação e objetivação ocorre sempre em condições que são históricas e a generacidade se constrói a partir do contato deste indivíduo com as objetivações resultantes das atividades das gerações passadas. Vida individual e vida genérica passam a se relacionar de forma imbricada uma na outra. O gênero humano, por essa perspectiva, é resultado da história social posta sob a forma de objetivações genéricas. (MARTINS, 2004).

Ocorre que, conforme apontado anteriormente, parte significativa das objetivações humanas que poderiam resolver graves problemas que acometem a possibilidade de estar no mundo da maior parte das populações, tais como a ausência de acesso à alimentação, água potável, serviços de saúde, educação, moradia e saneamento básico, culpabilizar as famílias pobres pelas situações em que vivem significa ignorar um contexto muito mais amplo que produz esse sofrimento.

Segundo Oliveira (2005), a relação indivíduo-sociedade, nessa perspectiva teórica-metodológica só pode ser compreendida enquanto parte de uma relação mais ampla. O singular refere-se a relação do homem com o gênero humano, ou seja, as relações de cada indivíduo com as objetivações humanas concretizadas através da história pelos homens ao longo das gerações e da história da humanidade. Em cada contexto, o indivíduo se apropria de algumas objetivações fundamentais para dominar aquele sistema de referências do qual faz parte, podendo então objetivar-se como sujeito ativo e potencialmente transformador.

Apesar de haver, no discurso das famílias acolhedoras, alguns aspectos que apontam as contradições vivenciadas pelas famílias de origem, há uma tendência pouco reflexiva que parte primeiro do sofrimento que a criança possa ter vivenciado enquanto esteve sob os cuidados de seus pais/responsáveis. Nesse passo, a contradição de conseguir colocar-se no lugar das famílias de origem evidencia algum grau de alienação que desconsidera a totalidade da estrutura social que produz esses sofrimentos e as violações que submetem esses indivíduos cotidianamente, produzindo sentidos que individualizam ou criminalizam questões referentes a diversos outros determinantes sócio-históricos.

Dessa forma, conforme aponta Sawaia (2014), desconsidera-se os impactos dessas situações sobre as possibilidades de estar no mundo vivenciadas por esses indivíduos:

O sofrimento ético-político abrange múltiplas afecções do corpo e da alma e mutila a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada

e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. [...] retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica [...] Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana, da desigualdade social, da negação imposta socialmente as possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto.” (SAWAIA, 2014, p. 106).

Pontualmente, as análises dos grupos focais demonstram que existe uma tendência dos acolhedores que torna a experiência vivenciada pelos demais membros do grupo de famílias acolhedoras elemento que media as próprias percepções que constroem sobre o desacolhimento. Dessa maneira, é possível compreender que a linguagem opera como mecanismo que permite que se identifiquem com a história do outro, que se reconheçam enquanto indivíduos de um determinado grupo social e que por isso, atravessam situações parecidas.

Nesse passo, é através da linguagem, que possibilita a transmissão das representações e dos conhecimentos produzidos pelo homem, os indivíduos têm condições de refletir sobre o mundo, estruturando sua consciência. Essa estruturação é mediada pelas ações de outros indivíduos em condições históricas. (MARTINS, 2004).

Belfort et al (2015), em estudo realizado junto à profissionais que trabalham na rede de atendimento de crianças e adolescentes acolhidos, sobre as representações sociais das equipes com relação às famílias dos acolhidos, revelou que o principal conceito destacado na fala de todos situa a família como “base de tudo” (p.46).

As principais funções destacadas pelos profissionais foram as de assegurar direitos, educar, orientar, disciplinar e formar cidadãos. Além disso, assegurar afeto, doação e dedicação. O referido estudo também indicou a existência de um ideal de família que se difere daquele que encontram na prática profissional, especialmente quando se referem às famílias em situação de vulnerabilidade social.

As representações acerca dessas famílias referiam-se a elas como desestruturadas, desprovidas de recursos materiais e afetivos e conflituosas. Desestrutura está atrelada a situações nas quais estariam envolvidas com o uso de drogas, problemas conjugais, organizadas em arranjos familiares diversos, divórcio, falta de amor e cuidado, desencadeando em um processo de culpabilização da família. (BELFORT, 2015).

Com frequência, essas características eram associadas a possíveis problemas que as crianças e adolescentes pudessem desenvolver, como rebeldia, conduta antissocial e problemas escolares,

atrelando-as ao que compreendem como despreparo das mães para impor limites e/ou ausência da figura paterna. Na contramão disso, havia a expectativa de que pudessem assumir um papel privilegiado na reintegração de seus filhos. (BELFORT, 2015).

O ideal de família apresentado pelos profissionais versava sobre uma família romantizada, na qual existiria afeto, estrutura, disciplina e convivência harmônica entre seus membros.

Essas concepções elucidadas por Belfort et al (2015) aproximam-se das que os acolhedores possuem sobre a família de origem e, paradoxalmente, na forma como percebem as próprias famílias. Há que se considerar também que o campo das relações familiares foi se alterando nas últimas décadas, assegurando a coexistência de diversos arranjos: famílias monoparentais, nucleares, recompostas, ampliadas, formadas por casais homossexuais, etc. É importante que essas transformações sociais, em uma relação dialógica, possibilitem a ressignificação e a produção de novos sentidos de maternidade e paternidade. (COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2009).

Dessa maneira, não é difícil que passem a perceber seus próprios cuidados como mais adequados para assegurar plenamente o direito da criança e seu desenvolvimento bio-psico-social. Conforme aponta Belfort et al (2015, p.48):

Constata-se que os discursos dos profissionais revelam um olhar romântico, idealizado e a-histórico da família que nega a existência de conflitos e que responsabiliza os pais pelos problemas das crianças e dos adolescentes, negligenciando as complexas relações das famílias com diferentes contextos. Isso posto, pode-se supor que a representação social de família, ancorada no modelo nuclear tradicional, contém elementos de idealização que orientam práticas que negligenciam as dinâmicas, os contextos e as histórias, sobretudo de violação de direitos, das famílias com as quais lidam no âmbito profissional.

Com isso, é possível problematizar que, embora não seja possível uma generalização absoluta sobre a representação social de profissionais do sistema de garantia de direitos acerca do tema em questão (BELFORT et al, 2015), observa-se uma tendência, que também envolve os participantes deste trabalho, de referir-se à essas famílias de origem baseados em conceitos orientados pelo senso-comum, sem que haja uma reflexão sobre a macro estrutura social e econômica e a contextualização histórica que engendra essas desigualdades e por consequência, vitimiza e fragiliza as possibilidades existenciais de tantos indivíduos.

Concordamos com Belfort et al (2015) quando propõe que sejam criados “espaços para a reflexão sobre os processos familiares, ressaltando os vários determinantes como pobreza, direitos sociais básicos não contemplados, violência, entre outros.” (p. 49).

Para Sarti (2015) um aspecto importante dentro dessa discussão quando menciona uma tendência que coloca o discurso da família enquanto ignorante, negando a possibilidade de diálogo entre pontos de vistas diferentes. Tende-se a desqualificação do outro, que será mais forte quanto mais baixo for o local de pertencimento daquela família na hierarquia, o que promoveria mecanismos que reproduzem e instituem a desigualdade social.

Essas discussões, embora contempladas durante o processo de formação de famílias acolhedoras desse grupo estudado, aparentam ser insuficiente para superar o paradigma da criminalização da pobreza e exige novas estratégias das equipes para produzir reflexões sobre a atual conjuntura política e social do país, onde acompanhamos o desmonte de direitos duramente conquistados após a “abertura democrática” do país, na qual a mídia vem operando para legitimar, junto a população, práticas higienistas como, por exemplo, a internação compulsória de pessoas em situação de rua¹³ e (possível) quadro de dependência química, criminalização de práticas de manifestação popular, reintegração de posse e novos episódios de famílias abandonadas sem local para viver, genocídio da população jovem, pobre e negra, entre outros. Essas situações marcam um momento histórico de muitas fragilidades, incertezas e reforça estereótipos sobre as famílias em situação de pobreza.

Esse núcleo permite indicar que deve haver um compromisso ético-político por trás desse debate, que deve voltar-se para a superação de paradigmas higienistas e segregadores para a real construção de uma sociedade mais humana, inclusiva e justa socialmente, compreendendo que a leitura que os acolhedores fazem do mundo é a mesma que norteará sua conduta juntos aos processos educativos que são promovidos na relação com as crianças.

Núcleo 4 – Educação: entre a culpabilização e a superproteção.

INDICADORES
Crianças com comportamentos desafiadores

¹³ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-pede-a-justica-internacao-compulsoria-de-usuarios-de-drogas.ghtml>
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-jovens-sao-as-maiores-vitimas>

Esforço para tentar compreender os comportamentos da criança
Criança como reflexo do meio
Criança acolhida desobedecia às regras para ter a atenção.
Criança acolhida era considerada hiperativo: poderia fazer coisas boas, mas fazia coisas erradas.
Criança acolhida não se dava ao direito de receber amor/carinho.
Criança acolhida apresentava dificuldades para confiar nos adultos.
Criança acolhida percebia diferença no tratamento oferecido para a irmã e por isso tentava ter atenção.
Diferença de idade entre irmãos acolhidos dificultou o acolhimento
Elis pontua a falta de experiência com algumas situações por não ter tido filhos
A atenção direcionada à Esmeralda não permitiu que a família conseguisse atender Cristal.
Os comportamentos de Cristal irritavam o guardião.
Ciúmes e disputa de atenção dos pais é apontado como algo natural, inclusive na relação com alguns adultos.
Nem sempre ter crescido em um meio violento determina reprodução da história.
Retirada da criança da família de origem provoca dano
O acolhimento de irmãos desencadeia na necessidade de grandes mudanças na rotina da família acolhedora, não previstas antes.

Quando a criança acolhida se comporta de maneira desafiadora, observa-se que independente de se sentirem preparados ou não para atendê-la, ponderam o quanto suas ações revelam a influência do meio em que ela vive. Se, por um lado, o comportamento desafiador da criança faz com que os acolhedores reconheçam a influência do contexto social e seus próprios limites para lidar com algumas situações, observa-se que ainda centralizam a crítica no acolhido: hiperativo, escolhia fazer coisas ruins, disputava a atenção com a irmã mais nova etc. Existe uma dificuldade que atravessou todos os momentos dos grupos, que é o de resgatar a historicidade dos processos para pensarem sobre eles – ou seja, em que contexto e possibilidades relacionais, essas crianças puderam aprender? Iniciar a construção de suas identidades?

Joao - E nessa experiência com ele, a gente via que **ele não se entrega numa brincadeira, com essa liberdade!**

Elis - [[Ele **não se dava o direito de receber amor!**

Vinícius – [[Sabe? De confiar em todo mundo que tava ali?

Elis – [[A gente **ia agradar o Cristal e ele aprontava alguma coisa** para você ficar bravo com ele. **Ele não se admitia receber carinho. Nem amor!**

Elza - Ele achava que **chamava mais a atenção fazendo coisa errada.**

Elis - Talvez sim...!

Elza - [[**É uma forma dele falar: eu existo!**

Cumpre mencionar que esse diálogo foi para mim, enquanto pesquisadora, um dos mais intensos e mobilizador de sentimentos. As dificuldades da família acolhedora para atravessar o

período de adaptação dessa nova realidade se mostrou tão intensa que os sofrimentos dos envolvidos se misturavam ao ponto de que havia uma descrença na capacidade do outro para receber amor.

Levando isso em consideração, segundo Pino (2000), em evento determinante da história humana, da qual também faz parte a história da criança, é a criação dos mediadores semióticos que operam nas relações dos homens com o mundo, tanto físico como social. Através da instalação dos mediadores nos sistemas de sinalização natural, eles os tornam espaços representacionais, possibilitando a emergência do mundo simbólico ou, em outras palavras, das significações.

A significação confere ao social seu caráter humano, transformando sociabilidade animal em sociabilidade humana (forma como os membros da espécie humana organizam sua convivência). Essa convivência humana rege-se, dessa forma, por leis históricas e não naturais.

“Nós nos tornamos nós mesmos através dos outros”, diz ele repetidas vezes, vendo neste princípio a essência do processo de desenvolvimento cultural na sua forma puramente lógica (1989, p. 56). Não se trata de fazer do *outro* um simples mediador instrumental[...]. A mediação do *outro* tem um sentido muito mais profundo, fazendo dele a condição desse desenvolvimento. Segundo Vigotski, o desenvolvimento cultural passa por três estágios ou momentos, lembrando a análise hegeliana⁷: o desenvolvimento *em si*, *para os outros* e *para si*. O primeiro momento [...] realidade natural ou biológica da criança enquanto algo que está dado. É o momento teórico que precede à emergência do estado de cultura. O segundo momento é aquele em que o “dado” em si adquire *significação* para os *outros* (para os homens, em sentido de coletividade ou *gênero*, como diz Marx). [...] emergência do estado de cultura; [...] o terceiro momento é aquele em que a significação que os outros atribuem ao “dado” natural se torna significativo *para si*, ou seja, para o indivíduo singular. É o momento da constituição cultural do indivíduo quando, através desse *outro*, ele internaliza a significação do mundo transformado pela atividade produtiva, o que chamamos de mundo cultural. [...] Fica claro que a *significação* é a mediadora universal nesse processo[...] (PINO, 2000, p. 66).

Essa discussão traz outro aspecto fundamental para a análise do desenvolvimento humano das funções psicológicas superiores e o papel das relações na constituição cultural do homem, que é o mecanismo de conversão. Entende-se por conversão o mecanismo que assegura a transformação das relações em funções do indivíduo e em sua estrutura.

O outro é, ao mesmo tempo, objeto e agente do processo de internalização na medida em que é internalizado e que medeia esse processo: “eu me relaciono comigo mesmo como as pessoas se relacionam comigo” (VIGOTSKI, 1989, p. 57 *apud* PINO, 2000, p. 67).

Esses constructos permitem refletir sobre a relação estabelecida entre Cristal¹⁴ e os acolhedores. Destaca-se a necessidade de pensar no desenvolvimento da criança a partir de sua relação com a sociedade e as condições históricas e concretas que são determinantes de seu processo de hominização. Ao se relacionar com seus pares através da violência, a criança apresentava certa desconfiança dos adultos, possivelmente impactado pelo fato de que até o momento do acolhimento, aqueles que deveriam se responsabilizar por ele eram os que o submetiam à episódios de sofrimento.

Considerando que o processo de conversão é um processo também de mediação, ele se mostra um importante recurso para a ressignificação das relações entre os homens e destes com o mundo. Os entraves enfrentados por Cristal a partir da chegada na casa dos guardiões dificultaram a construção de uma relação mais estável e afetiva com estes adultos, que naquele momento, também por força de outras variáveis, como o adoecimento de Esmeralda, não conseguiram oferecer ao menino a segurança e a paciência necessária para ajudá-lo a passar pelas travessias. Ao individualizar a dificuldade de receber afeto, parecem desconsiderar todo o processo educativo até então vivenciado pela criança e sua potencialidade em apreender outras formas de relações humanas.

Quando os oficiais de justiça foram em busca de Cristal, aplicando a medida protetiva que recebera pouco antes, conforme melhor explanado na página 69, a criança enfrentou uma situação de profundo sofrimento: seus familiares fizeram a entrega dele ao oficial de justiça enquanto o padrasto do menino fugiu com sua irmã, impedindo-a de ser levada para o serviço de acolhimento. Cristal se viu sozinho e possivelmente, percebeu o esforço da família para impedir que sua irmã fosse levada, o que não aconteceu com ele.

Somado a tudo que vivenciou desde esse momento, sua história pregressa junto da família biológica, já era marcada por episódios de abandono, o que fazia com que passasse boa parte do tempo sozinho pelas ruas do bairro onde morava. Segundo relatos contidos no processo judicial, era cuidado por pessoas que ali residiam, uma vez que nem sempre seus pais lhe asseguravam alimentação e outros cuidados. Havia episódios em que era agredido pela mãe e pelo padrasto no meio da rua, quando, por algum motivo, encontravam a necessidade de reprimir a criança.

¹⁴ Este núcleo deu destaque para o caso específico de Cristal em virtude dos conflitos provocados a partir da relação do menino com os guardiões e seu desacolhimento precoce. Tem por intuito evidenciar também fragilidades do processo de acolhimento, uma vez que se tratou de uma das situações mais extremas enfrentadas por um casal durante a medida protetiva e também para o próprio serviço.

Durante o período em que esteve sob os cuidados de Elis e Vinícius, o menino pedia muito para estar na rua. Relatava seu desejo de “fugir”. Sempre que algo era oferecido à sua irmã, perguntava aos “tios” se ele também iria receber: “e eu, tio?” (sic). O diálogo entre os acolhedores vai dando as nuances de como faziam a leitura acerca das reações de Cristal e de suas vivências:

Elza - **Eu conheci o menino aqui.... MEU DEUS!** (nesse momento, Elza fala de um jeito assustado em decorrência dos comportamentos que certo dia presenciou)

Elis - **[[É.... o Cristal não é um menino ruim....**

Rita - **Nããão... de forma alguma!**

Elis - **Ele só precisava de uma atenção só pra ele...**

Rita - **Ninguém colocou limite, ninguém colocou regra pra ele. Ninguém que colocasse o certo e o errado.** Eu percebi isso, né? Ele ficou aqui comigo. Ele dormiu, tomou banho... eu dei banho nele. **É uma criança doce, só que ele não tinha ... ele tava ali, o que você falasse ele ia fazer. Ou se não tava afim, não ia.**

Caetano - **[[Mexia em tudo.... então, do jeitinho dele, mas não que fosse ruim.**

Rita - **[[Tudo era curioso né?**

Elis - **[[De forma alguma ele era** (referindo-se ao ser um menino ruim)! **Mas ele precisava de uma atenção especial pra ele.**

Vinícius - **[[Com a gente não deu muito certo porque a Esmeralda demandava muito ...**

Elis - **[[É que a coisa já chegou mais complexa, né?**

Vinícius - **Você fazia alguma coisa com ela, por exemplo, você deitava no chão pra brincar com ela ele deitava do seu lado e falava: “e eu tio, e eu?”. E se você não fizesse aí ele daí ele aprontava...**

Elis - **[[Na verdade ele era um bebê. Só que um bebê num tamanho maior. Só isso! Então pra nós foi uma experiência bastante difícil.**

Elis - **É.... O Cristal já veio com uma carga de sabedoria de rua,** por exemplo, que ele dava de dez a zero em mim, né? Então, eu tenho algumas coisas que eu acho o **Cristal um pouco dissimulado.** Em algumas situações.... então, ele veio, mas não era porque ELE ERA. Porque a personalidade dele ERA! **É porque ele adquiriu isso!** O mundo exigiu que ele adquirisse isso...

Os diálogos acima evidenciam que os comportamentos de Cristal eram percebidos, pelos acolhedores, como ausência de limites. As situações de maior dificuldade eram aquelas nas quais o menino não aceitava as regras colocadas pelos adultos para a convivência familiar. Desafiava-as fazendo xixi e coco pela casa, escândalo quando contrariado, dentre outros. Neste cotidiano conflitivo entre o que se considera adequado, os guardiões não conseguiam refletir sobre a necessidade de ressignificar seus comportamentos como decorrentes de um processo educativo. Todos aprendem, em qualquer meio social, a como se comportar. Se até então a criança vivia pelas ruas, não poderia ter internalizado regras de convivência social não vivenciadas/ensinadas a ele.

Enquanto a irmã esteve hospitalizada, Cristal ficou sob o cuidado das técnicas do serviço em alguns momentos. Essa prática, que nunca acontecera antes desse momento e não é prevista que aconteça, possibilitou que ele transitasse por diversas casas. Com a pesquisadora deste trabalho, Cristal estabeleceu uma relação um pouco mais próxima e demonstrava maior confiança. Nesses momentos, observava Cristal como um menino de três anos conhecendo o mundo: testava se o cachorro iria mordê-lo, chorava por mais de uma hora seguida se fosse contrariado por não ter o iogurte que desejava, se batia, jogava no chão. Muitas vezes precisava de contenção física dos adultos para se acalmar enquanto tinha crises de choro. Gostava de jogar bola, acordava sorridente, as vezes fazia xixi na cama mesmo quando retirado para fazer ao longo da madrugada, ficava calado. Gostava de assistir televisão, mas se interessava mais por atividades ao ar livre. Amava parquinhos. Recusava alguns alimentos e aceitava outros. Falava palavrões para verificar as reações que aquilo causava. Cristal evidenciava profundo sofrimento pelo afastamento de seus pares, independente da complexidade das situações de risco aos quais esteve exposto. Apesar de toda a dificuldade dos guardiões para enfrentar esses episódios, Cristal reconhece que há um fundo de sofrimento na reatividade da criança:

Vinícius - Olha... **eu vou falar um pouquinho Cristal**, mas acho que todo mundo vai concordar comigo. Que é uma criança de três anos que tá começando a infância...vamos dizer **assim. A gente via que o** tempo que ele tinha pra BRINCAR e CURTIR, ele procurava o enfrentamento. Ele **queria mostrar que era ele que iria fazer o que ele quisesse**, então acabou! Então ele não brincava! **Ele só ficava procurando coisinha. Por quê? Porque eu acho que ele sofreu MUITO. Sofreu MUITO!**

Elza - O **fato dele ser hiperativo** pode ser que seja uma **característica dele mesmo!** Mas a hiperatividade pode ser hiperativo pra coisa legal! **Pode ser pra mexer em vídeo game, pra aprender a escrever logo... pra fazer coisas... BOAS! Mas no caso dele.... foi pra fazer coisas.... erradas** (diminui consideravelmente o tom de voz).

Elis - Então, **mas foi o que ele recebeu...ele só ficava na rua** então ele **só aprendeu e só viu coisas que talvez não devesse para a idade dele né?** Eu acho um pouco disso.

Embora reconheçam algum grau da historicidade e das mediações que possibilitaram seus processos formativos, oriundas daquilo que havia estabelecido com as pessoas com as quais convivia quando estava na rua, por exemplo, Elza acreditava que Cristal escolhia fazer coisas erradas, culpabilizando/biologizando seus comportamentos/escolhas. Observando as análises dos casais durante os grupos, parecem reportar ou esperar um grau de consciência de uma criança muito

mais velha, mas Cristal só tinha 3 anos de idade. Provavelmente pelas experiências de sobrevivência na rua em oposição às suas necessidades de cuidados afetivos.

Quando Esmeralda deixou o hospital, com inúmeras recomendações médicas, a relação da criança com os acolhedores foi se tornando cada vez mais difícil. Cristal se relacionava bem na escola, mas ao chegar na casa dos guardiões, tornava a fazer os enfrentamentos que tanto desestabilizavam o casal, que se reconhecem como parte significativa para a não adaptação:

Vinícius - **Pro Cristal faltou o Vinícius!** Não o Cristal menino, o Vinícius, Vinícius (ele verbaliza que faltou a parte dele diante do acolhido). Acho que faltou isso pra ele. **Se eu tivesse sido um pouco mais com ele...e foi um reboliço!**

Elis - [[Acho que essa desestrutura...

Elza - [[Mas é porque não deu tempo...

Elis - **O Vinícius já chega mais tarde, cansado, com a cabeça cheia de...]]**

Elza - [[E já tem a outra menininha doente...

Elis - [[**E já tem a Esmeralda doente, eu cansada...as coisas dando um nó.**

Houve uma tentativa do casal em adaptá-lo a nova realidade. Essa tentativa de apresentar e assim mediar novas possibilidades de estar no mundo fez com que Cristal precisasse se apropriar de muitas transformações rapidamente. Mais rápido do que sua capacidade de processá-las, ressignificar suas experiências anteriores e dar a elas um novo sentido. O mesmo ocorreu com o casal acolhedor que, na sobrecarga de Elis pelas demais atividades, especialmente os cuidados de Esmeralda, sentiu-se esgotada para oferecer a ele recursos para melhor lidar com as mudanças que a situação implicou. O guardião reconhece a falta dele neste processo.

Elis - [[**Muito tumultuados! Eu acho que o Cristal se sentiu um pouco jogado.** E isso me doía ainda mais o coração...e quando a gente veio pra casa com a Esmeralda com uma problemática inteira e o Cristal que é uma outra problemática. E deu no que deu.

Analisando criticamente esse caso, ao que parece, a Casa Lar que acolheu a criança após seu desligamento do serviço de famílias acolhedoras parecia apresentar algo mais próximo daquilo que ele vivia antes do acolhimento: menos regras, mais liberdade, contato com mais crianças (embora quase todas fossem mais velhas do que ele).

Vygotsky (1996), ao produzir críticas a psicologia tradicional que estudava o desenvolvimento infantil e o desenvolvimento das funções superiores reitera o quanto, até aquele

momento, eram desconsideradas as condições objetivas da organização social e cultural e o lugar ocupado por elas nas relações sociais. Dessa maneira, evidentemente que o desenvolvimento de uma criança que cresceu em uma sociedade urbanizada será diferente do desenvolvimento de uma criança que cresceu em alguma tribo primitiva, assim como se difere das demais que existiram em outros tempos históricos.

O autor, por essa perspectiva, difundiu seus estudos através do constructo de homem enquanto ser social, contrariando concepções nas quais os sujeitos são apreendidos através de etapas do desenvolvimento, onde compartilhariam, além de determinada idade, comportamentos semelhantes, num processo atrelado à aspectos biológicos. Vygotsky (1996) preferiu denominar os processos de desenvolvimento humano como “etapas de transição” (VYGOTSKY, 1996), sendo essas etapas marcadas por conflitos que permitem a superação qualitativa. A esses conflitos que permitem qualitativamente a superação ele nomeou por crise, marcada por seu contexto cultural, social e histórico e não naturalizada e universais. Desta forma, qualquer caracterização dessa crise deve ser contextualizada com a história da criança e com as relações que estabelece com seus pares e com o meio.

Sem esgotar as complexas discussões que envolvem as etapas de transição, há alguns períodos em que o autor atribui maior destaque, sendo estes: crise pós-natal; primeiro ano de vida; crise do 1º ano; primeira infância; crise dos três anos; idade pré-escolar; crise dos sete anos; idade escolar; crise dos 13 anos; puberdade e crise dos 17 anos. Em cada período, ocorre um salto que se dá a partir do acumulo de experiências/ mudanças quantitativas e graduais para qualitativas. Esse processo reestrutura as necessidades e interesses da criança na relação com o meio. (PASQUALINI, 2009).

Pasqualini (2009), a partir dos estudos sobre as idades de transição propostas por Vygotsky, aponta quatro conjuntos de sintomas apresentados pelo autor para a chamada crise dos três anos: negativismo (oposição a tudo que é imposto por adultos); teimosia (exigência de ser atendida naquilo que ela exigiu) e rebeldia (protesto dirigido não às pessoas, mas às normas educativas impostas) e por último a insubordinação (aspiração da criança em ser independente e fazer tudo sozinha). Outros aspectos secundários seriam os protestos violentos, despotismo e ciúmes. Esse período coincide com a mudança da relação da criança com seus afetos, já que agora consegue agir contra os próprios desejos e essa é uma das conquistas da criança, uma vez que não pode mais ser

totalmente dominada pelo afeto. Afeto e atividade formam agora uma unidade e suas reações nem sempre tem relação com a situação presente.

A autora descreve que Vigotski não apontou uma estratégia que pudesse melhor se adequar para enfrentar esses desafios, possivelmente em decorrência de sua morte precoce que impossibilitou alguns aprofundamentos, mas pontua ser um período difícil para se educar. Sinaliza também que os educadores precisam ter conhecimento desse processo de reestruturação interna da personalidade, de tal modo que possam ajudar as crianças com atitudes adequadas que fortaleçam a autonomia e independência da criança, minimizando, dessa forma, possíveis inadequações as expectativas sociais. (PASQUALINI, 2009).

Assim, se para Vygotski (1996) as forças motrizes do desenvolvimento da criança acabam por negar e destruir a própria base do desenvolvimento da idade anterior, determinando, como necessidade interna, o fim da *situação social de desenvolvimento* vigente em direção à etapa seguinte, na análise de Leontiev (2001) a mudança de atividade principal ocorre quando “surge uma contradição explícita entre o modo de vida da criança e suas potencialidades, as quais já superaram este modo de vida. De acordo com isso, sua atividade é reorganizada e ela passa, assim, a um novo estágio no desenvolvimento de sua vida psíquica.” (p.66). (PASQUALINI, 2009, p. 39).

Com isso, não se pretende afirmar que todos os aspectos apresentados por Vigotski e seus colaboradores servem para enquadrar todas as crianças, uma vez que os próprios autores destacam que esses estudos direcionam-se as condições histórico-sociais da União Soviética. Por outro lado, apresentam recursos importantes para reflexão sobre o desenvolvimento infantil na medida em que apresentam um método que contextualiza historicamente as condições sociais que atravessam o processo de hominização.

Cristal apresentou, ao longo deste período, algumas características aproximadas daquilo que essa teoria do desenvolvimento da personalidade da criança apontava. Nesse sentido, é possível dizer que, em ambiente que pudesse ter recebido apoio para atravessar seus processos, em breve, apresentaria um salto qualitativo podendo ressignificar esse momento de sua história, encontrando novas formas de se relacionar com o mundo e com o outro. Além disso, esses apontamentos possibilitam distinguir que alguns comportamentos não eram direcionados ao casal como necessidade de desafiá-los, como eles sentiam, mas sim de explorar um novo universo que estava sendo apresentado. Somado a isso, tratava-se de uma situação envolvendo uma criança que apresentava intenso sofrimento e uma família fragilizada pelas condições vivenciadas com

Esmeralda para poder, com mais paciência, acolher, de fato, as necessidades de Cristal. Esperar que uma criança de três anos compreenda a necessidade da irmã, é adultizar a criança que também apresenta necessidades e interesses que carecem de mediação do outro, neste caso, do adulto a que está sob cuidados.

Essas análises não pretendem apontar culpados para o desacolhimento de Cristal, mas refletir sobre estratégias que podem ser adotadas para melhor amparar as crianças que enfrentam esse processo, assim como sugere Leontiev (2001 apud PASQUALINI, 2009) “[...] que o professor conheça profundamente o processo de desenvolvimento infantil e suas forças motrizes, para que possa estabelecer finalidades e objetivos pedagógicos adequados e organizar atividades de ensino que Promovam o desenvolvimento da criança” (p.39). Para além dos professores, que os profissionais desses serviços possam se instrumentalizar e com isso, construir junto com as famílias acolhedoras alternativas para os momentos de maior dificuldade relacional e que elas sejam histórica e socialmente contextualizadas e compreendidas como parte de um processo que é, em sua base, dialético e educativo.

Há que se considerar também que a postura de Vinícius (acolhedor), muitas vezes apresentava-se de forma quase repulsiva, inclusive sinalizando a ausência dele próprio no processo de amparo a Cristal, expressando que ao não conseguir encontrar recursos para lidar, tinha vontade de bater no menino, revelando a indisponibilidade para promover esse suporte.

Vinícius - [[É, porque veja só! Quando eu chegava em casa, **ela tava cuidado da Esmeralda, e eu tinha que cuidar da comida, ver o que eu ia dar pra ele, tinha que dar banho no Cristal, tem que fazer não sei o que... e ele não queria tomar banho e já começava aquela birra e eu não conseguia dar atenção pra ele.** Tanto é que teve vez que a Esmeralda **as vezes estava deitada no chão e abraçava ela.** E eu falava “Vem aqui”, e rolava no chão com ela (Vinícius adulto deitava com Esmeralda para brincar). Daí colocava ela no chão de novo e sentava e ele deitava no chão e rolava e falava: **“E eu tio? E eu tio?” E eu falava: “Sai daí”. E quase batia nele.**

Essa fala revela que na ausência de outros recursos, o guardião sente vontade de bater na criança. Embora sejam esclarecidos sobre os efeitos da violência durante o processo de formação de famílias acolhedoras e se mostrem contrários a diversas condutas apresentadas pelos genitores, numa situação que seus impulsos de desconforto e porque não, raiva, são mobilizados, podem ocupar o mesmo lugar dos agressores.

O reconhecimento da própria fragilidade e de se ver sem outros instrumentos diante das cenas de enfrentamento provocadas pela criança pode ser pensado como elemento mediador que apresenta, aos casais, a própria humanidade, justamente naquilo que apontam como sendo aspecto apenas do outro: o outro que é agressivo, o outro que viola o direito do filho, o outro que não possui recursos para educar uma criança.

Para além disso, essa ponderação também apresenta uma variável que, embora se busque minimizá-la de todas as maneiras ao longo dos processos de formação, pode ocorrer, inclusive, no contexto do acolhimento familiar. Isso evidencia que as práticas que se utilizam especialmente da violência física ainda fazem parte do repertório de muitos indivíduos e a discussão sobre recursos da parentalidade para educar uma criança devem procurar oferecer aos pais e cuidadores alternativas para evitar a incidência desses episódios limítrofes, ainda tão corriqueiros quando analisados os gráficos que revelam as situações de violência doméstica envolvendo crianças e adolescentes.

No que tange ao lugar social ocupado pelas famílias pobres, a violência sempre os expõe muito mais diretamente à uma intervenção do Estado do que quando se trata de uma família com uma condição socioeconômica mais privilegiada, como é o caso dos acolhedores. Nesse sentido, não se nega que tais episódios possam acontecer durante o acolhimento, muito menos que as cenas que envolvem violência estejam restritas as periferias e camadas mais pobres. Ocorre que, historicamente, conforme apresentado nos capítulos iniciais deste trabalho, as famílias pobres sempre tiveram sua capacidade de assegurar os cuidados de sua prole questionados e associados ao fracasso e a produção de indivíduos com condutas dissonantes e marginais, ignorando os limites socioeconômicos que em diversos momentos fragiliza a condição de proteção que poderiam ofertar aos filhos. Essa conjuntura corroborava para que o Estado intervisse, quase sempre através da institucionalização, por meio de ações higienistas e supostamente civilizatórias. (BAPTISTA et al, 2008; CRUZ, 2006; RIZZINI, 2011; SARTI, 2003).

O caso de Cristal ajuda-nos a pensar sobre diversas outras questões que envolvem os processos educativos e constitutivos, históricos e sociais pelos quais todos os indivíduos atravessam em seus processos de hominização. Um campo de contradições, desafios e mediado por diversos conteúdos e relações, mas que se faz presente ao longo de toda vida. Quando a dificuldade vivenciada pela criança para adaptar-se a uma nova realidade é compreendida de maneira individual, existe a tendência a naturalizar algo que foi construído e que, assim como se mostra, é

capaz de modificar-se. E, mais do que isso, ao desacreditar da potência da criança, como podem acreditar na mudança dos adultos? Em suas capacidades de ressignificar suas histórias e romper com ciclos de violência?

Nesse sentido, o acolhimento familiar não deve perder de vista seu potencial enquanto processo educativo que reflete na relação de todos os envolvidos: crianças, guardiões, pais e sociedade, superando a culpabilização ou a superproteção para desenvolver-se enquanto práxis formativa e transformadora da cultura.

Núcleo 5 - Parentalidade: conflitos e possibilidades permeados por preconceitos, medo curiosidade e amor.

INDICADORES
Incomodo de pais adotivos frente ao relato do menino que estava em família substituta e foi novamente acolhido
Separação de irmãos provoca incomodo e questionamento na família adotiva
A dificuldade de adotar gêmeos e os receios do processo de acolhimento
Acolhimento desperta sentimento de maior responsabilidade do que adoção pela transitoriedade.
A importância de se falar a história verdadeira sobre a adoção aos filhos.
Adoção, quando não revelada ao filho adotivo faz com que a descoberta seja considerada uma mentira dos pais.
Tim verbaliza história de adoção em sua família, no qual houve uma aproximação dos envolvidos com a família biológica na vida adulta e a relação é harmônica.
A família adotiva revela casos de adoção bem-sucedida.
Motivação para a adoção pode definir os rumos da mesma: necessidade de fazer pelo outro e não só uma realização pessoal.
Pais adotivos relatam sentir-se mais amados pelos filhos adotivos e com mais facilidade para educá-los.
Filhos adotivos apresentam insegurança para se despedirem dos pais, como para ir à escola, por exemplo.
O abandono da família de origem pode ter desencadeado o sentimento de medo de passarem novamente pelo abandono dos pais.
A família sente-se invadida quando tem questionado a legitimidade de serem pais dos gêmeos pela diferença na cor da pele.
Uma família pontua que entende que a curiosidade é natural das pessoas.
O incômodo com a curiosidade das pessoas sobre como se organiza aquela família: se se trata de adoção, acolhimento, se são filhos do mesmo pai.
Recusa em dar satisfação a terceiros sobre a adoção, acolhimento.
A curiosidade especialmente sobre os gêmeos, que são negros, pode provocar desconforto para as crianças, uma vez que a maternidade e a paternidade do casal é questionada por terceiros.
A curiosidade das pessoas pode ser uma possibilidade de apresentar o serviço a outras que desconhecem.
Por ter um irmão que envolve-se com o uso de drogas e faleceu jovem, família é questionada sobre adotar dois homens.

Machismo e a ideia de que meninos dão mais trabalho e são mais propensos a envolver-se em problemas.
Muitas pessoas criticam a adoção por medo de que a família adotiva tenha problemas com esses filhos no futuro.
Pessoas se focam em experiências malsucedidas para criticarem o ato de adotar.
Caso a adoção seja má sucedida, teme arrependimento.
Mãe adotiva não sente diferença entre os filhos biológicos e adotivos.
A tomada de decisão para a adoção é mais difícil
O cuidado entre o filho biológico e o acolhido é o mesmo
Adoção de crianças maiores é mais difícil pela carga que carregam.
A história de vida da criança adotada é entendida com um peso que ela carrega e pode estar associada as adoções que não dão certo.
Aspectos biológicos para justificar ser mais fácil lidar com o problema de um dos filhos.
Adoção de crianças mais novas associadas à noção de que é mais fácil adaptarem-se na família
A provisoriidade do acolhimento sucinta no casal que nunca acolheu sentimento de que a dificuldade é maior do que na adoção.
Pai adotivo reconhece o risco da família de origem aparecer durante o período de espera pela adoção definitiva dos filhos, mas compreende que esses familiares podem ter condições de consertarem suas vidas.
A noção de quem em algum momento os filhos deixam a casa dos pais para seguirem suas vidas é consenso, embora haja a crença de que com filhos adotivos isso pode ser mais forte e eles desejem buscar por sua família biológica.
Filhos adotivos podem desejar ou não estabelecer algum contato com a família biológica quando são adultos.
Casal adotivo relata que o perfil indicado no cadastro de adoção era amplo, incluindo adoção tardia e irmãos.
Os gêmeos adotados pelo casal pretendente foram rejeitados por quatro casais até chegar neles
O casal compreende o processo de adoção como uma benção divina, no qual antes de conhecerem os filhos, haviam pensado em dar à eles o mesmo nome dado pela mãe biológica.
Adoção de crianças maiores é mais difícil pela carga que carregam.
Rede de atendimento reforça que o melhor é ir para uma família substituta
Cogitar adotar a criança acolhida
Criança pedir para ficar com a família acolhedora
Contradição sobre desejo de adotar
A história de acolhimentos informais na família de Clara

Alguns temas ainda não faziam parte do universo de Tim e Clara, que no momento do grupo estavam em processo de capacitação para se tornarem acolhedores. No entanto, o casal já havia passado, sete anos antes, pelo processo de adoção dos filhos mais novos, que são gêmeos.

Ao se depararem com a informação de que uma criança acolhida, Citrino, já havia ido para uma família adotiva e precisou ser novamente acolhida, sentiram-se muito mobilizados. Discorreram sobre o medo de que tinham de que seus filhos pudessem ser retirados deles antes de todo processo de adoção ter sido finalizado, como ocorreu com Citrino, apesar do fato ter acontecido em circunstâncias completamente diferentes:

Clara - A capacidade a gente tem né? É por isso que a gente tá aqui, né? Mas o receio de acontecer alguma coisa, e você sabe que estava mexendo com o Fórum, no meu caso adoção...então eu ficava bem receosa. Tanto que não aconteceu nenhum problema com meus filhos, né? Graças a Deus! **Mas que nem esse problema do menininho que foi tirado do pai adotivo. Isso eu tinha muito medo, porque eu li muito sobre adoção pra mim entrar na adoção, então eu tinha medo dessa parte, da devolução. Eu nunca pensei em eu devolver, mas eu tinha muito medo de pegar uma criança devolvida!** (EI) Então eu tinha medo de EU pegar uma criança devolvida! **Porque essa reação é muito dolorosa. Eu não sei como eu, ou a assistente social, psicóloga...eu como alguma coisa...teria coragem de tirar.** A não ser que seja por maus tratos. Né...

A separação dos irmãos Cristal e Esmeralda também os mobilizou e foi necessário que compreendessem que Esmeralda provavelmente não teria sobrevivido se estivesse em um serviço de acolhimento institucional em função da alta e complexa demanda de cuidados que ela inspirava.

Assim como apresentado no núcleo 3, nos casos do exercício da parentalidade através da adoção, também é feita menção sobre o desejo da criança que foi adotada conhecer a família de origem. Clara e Tim, pais adotivos, evidenciam levar essa possibilidade de desejo dos filhos com naturalidade, inclusive enfatizando que adoções tardias podem dar certo quando é possível conversar abertamente sobre a adoção.

Clara - [[Nossa! **Tentei achar ela pelo face, eu tenho os papéis do fórum todos guardados**, inclusive as primeiras certidões que inclusive erraram várias vezes. Como são gêmeos, erraram a hora de nascer...erraram várias coisas. **Então eu guardei tudo porque é DELES. É direito DELES. Então eu sempre tive vontade de conhecer ela. Nossa! Eu ia no shopping com os dois e como eles são mais moreninhos que eu, qualquer pessoa que olhava pra eles assim meio negra eu já pensava: “Oh! É a vó! É a mãe, tá olhando muito!”** E assim, eu trabalho numa empresa no Caxambu, um quarteirão do posto de saúde onde eu já levei eles pra tomar vacina e realmente a carteirinha deles era de Caxambu. **Então, eu tinha muito medo mesmo disso, mas ao mesmo tempo eu queria muito conhece-la.. Eu queria VER ELA! Porque ela me deu o maior presente do MUNDO! Né? E eu guardo tudo isso, porque se um dia eles falarem: “Mãe, que quero conhecer ela.... vai conhecer filho!”**

O casal levou à discussão do grupo a história de quando contaram aos filhos sobre a adoção e a rápida aceitação das crianças. O assunto é abordado livremente na casa, inclusive quando as crianças desejam falar sobre o passado. À exemplo disso, Clara relata as falas do filho apresentando a eles sobre as possíveis dificuldades que a avó biológica materna devia passar antes deles serem acolhidos.

Tim - **Em caso de adoção... que nem tinha aqui em Rio Claro o apoio à adoção.** A gente participava e tinha muito pai adotivo já. Então eles davam seus testemunhos de vida com seus filhos. **E teve um testemunho lá... o cara tinha três, né? TRÊS filhos! E que um tinha a vontade de conhecer...a menina. E foram buscar e buscar e acharam a família bem longe. Be::m longe! Alugaram carro pra ir buscar** (pra não saberem a placa – Clara interrompe). E eu ficaram desesperado: “Nossa! Será que se ela ver a mãe, as irmãs... será que vai querer voltar?”. Aí eles falaram que não! Que ela chegou, olhou pra mãe, beijou a mãe a irmã... almoçaram juntos e foram embora. Seis aninhos! “Eu conheci quem eu queria conhecer!”

Elza - **Acho que nessa idade é difícil eles terem interesse em conhecer a mãe. Maior né? Quando fica maiorzinho...Adolescente...**

Clara - **Não sei...eu acho que... Na minha família tem bastante filho adotivo já grande. Eu acho que quando a pessoa nasce com a curiosidade já, que já vem dele a curiosidade, logo já quer saber. Por que o meu é tão amoroso, o Gilberto, ele fala assim: “Nossa, a minha avó deve ser bem pobrezinha....né?” Aí que dó gente. E se a gente tá aqui é porque a gente tem amor. Então como a gente.... É lindo o que vocês falaram que se pudessem até ajudar a mãe da menina. Gente....Coisa mais linda do mundo.**

Clara - **Eles sabem tudo e foi lindo.** Eu vou só falar a frase que ele falou... No dia em que eu falei, **na noite em que eu falei, eu chorava muito na frente deles.** Eu não consigo, eu choro mesmo! **E eu sorria muito também.** E o Renato ele ficou mais calado assim, quieto olhando, né? E o Gilberto falou: “Ah! Que lindo nascer na parte mais linda do corpo que é o coração.” E isso aí foi tudo pra mim!Eu não tinha dúvida que era um dos meus filhos mesmo!

Quando falam sobre a origem da parentalidade com os filhos, permitem que acessem suas próprias histórias, a valorizem e tenham condições de construir, a partir disso, as relações intrafamiliares. Nesse modelo relacional, a adoção não é tratada como um tabu, como um segredo que deve ser guardado, mas como uma situação concreta que, apenas a partir dela, foi possibilitada todas as experiências e histórias que construíram enquanto família. Um não teria sido sem o outro.

Ponderam que se sentem capazes de lidar com a possibilidade de os filhos expressarem desejo de conhecer suas origens. Por terem participado durante muitos anos de grupos de apoio à adoção, tiveram contato com histórias nas quais as famílias adotivas facilitaram esse encontro da criança com os pais biológicos, o que pode indicar que esses espaços, além de mediar condutas que nem sempre ocorreriam de maneira espontânea, apresentam-se como espaços formativos, reflexivos e, porque que não, educativos para o desenvolvimento de uma parentalidade mais consciente e menos estigmatizada, fomentando a ruptura de paradigmas concebidos ao longo do tempo.

Em alguns momentos, a discussão sobre adoção ora evidenciava os sentimentos que surgem ao longo do acolhimento, no sentido dos guardiões desejarem adotar a criança acolhida, ora as

análises que fazem a partir desse desejo, considerando que possuem consciência de que essa não é a proposta do trabalho:

Elis - Olha, **o Vinícius também falou de adotar a Esmeralda**. Eu falei, viu, na situação da Esmeralda **...olha, sinceramente, hoje emocionalmente, financeiramente...de estrutura de tudo ali. HOJE, eu não tenho condições...mas o Vinícius também levantou isso...**Mas quando ela tiver com 20 anos, nós estaremos com 70 e pouco...

Elza - [[Uma graça, ela reconhece tudo!

Jorge - [[Quer dizer... daí sua cabeça já começa a girar tudo!

Elza - [[**Ele fala que ele queria ficar com ela!**

Conforme aponta Camargo (2005), desde o início da história da humanidade, o tema da adoção se faz presente. A história das civilizações, especificamente aquelas que vão discorrer sobre a instituição familiar, ou mesmo em análises da mitologia e tradições religiosas oriundas de diversas culturas, o gesto de adotar define-se como um traço específico no paradigma dos papéis parentais e de filiação, uma vez que carrega a perspectiva da criação do vínculo afetivo que, enquanto tal, assemelha-se à qualidade do vínculo biológico e seus desdobramentos (sentimento de pertencimento, afeto, apego, dentre outros).

A questão dos mitos, medos e expectativas de casais que adotaram ou estavam preparando-se para a adoção foram amplamente percorridas no trabalho de Camargo (2005), revelando que a adoção positiva e propensa ao êxito estava relacionada às dificuldades ou facilidades dos casais e famílias para atuar com a revelação da origem, do passado e do futuro da criança, muito atrelado ao paradigma biologizante que atribuía “laços de sangue” como privilegiados em detrimento aos demais, reforçando a concepção de que crianças recém-nascidas teriam necessariamente mais facilidades para integrarem-se as famílias adotivas.

Nesse sentido, algumas falas destacadas pelos acolhedores reiteram as fantasias e os mitos que impedem, dificultam e as vezes resultam em adoções malsucedidas e supervalorizam aspectos biológicos em detrimento de outros para pensar sobre os motivos que impactam diretamente os cuidados parentais de crianças mais velhas, ultrapassando inclusive o contexto da adoção. Resistem, inclusive, a ideia de que o afeto por um filho adotivo ou biológico em nada tem a ver com a condição pela qual eles se tornam filhos:

Elza - [[Mas não é... a gente tem os filhos! **E a gente quer tanto ter os filhos e tudo e às vezes alguma coisa não dá certo e você fica imaginando: “Não são meus filhos... e se não der certo mais tarde? Eu vou me arrepender?”.** Então, eu acho que é um **peso muito maior do que ter filho.. adotar** uma criança! Eu acho que é um peso muito grande!

Clara - É... **eu não olho para os meus e assim... eu não consigo sentir NADA de diferente!**

Elza - [[Mas eu não estou falando de sentimento.

Clara - [[Sim, mas é que **eu vejo TUDO IGUAL!** Pela Nara e pelos dois. Graças a Deus eu tive a opção de ser as duas mães: do coração e biológica, né?

Elza - [[**Você tem condição de comparar e ver que é tudo igual. E eu comparo a minha pretinha que eu tô cuidando como se fosse um dos meus filhos. É a mesma coisa! Eu ENTENDO que seja a mesma coisa. Mas eu falo, a pessoa tomar a decisão de adotar. Principalmente crianças maiores que já vem com essa carga, precisa assim ter um coração MUITO preparado. MUITO preparado!** Porque muita coisa pode não dar certo mais tarde... então, é disso que as pessoas têm medo!

Mediador - Mas será que a gente têm esse controle de quando a criança NASCEU de dentro da gente...

Elza - [[É o que eu to te falando...não tem! Mas é o que eu tô te falando: **quando a gente tem os filhos e às vezes alguma coisa não dá certo e você já fica assim, se questionando. Imagina quando é uma adoção! Então eu acho que fica mais difícil ainda! As pessoas têm medo!**

Elis - A Elza tá falando que tem **um peso maior...**Eu acho que é assim: **quando você tem seu filho, eu ACHO...** imagino que seja dessa forma... você fala: **ai, onde será que eu errei?**

Elza - [[**É! É seu! Você pôs no mundo!”**

Atualmente, vive-se, no Brasil, um momento em que a legislação tecnicamente se coloca a serviço da criança e do adolescente, especialmente a partir da promulgação do ECA e posteriormente, por meio das alterações oriundas da lei 12.010/2009. Por outro lado, algumas práticas culturais permanecem marginalizando e excluindo algumas crianças: ou quando crianças, com alguma possibilidade de serem adotadas e na impossibilidade de reintegração as suas famílias ou, quando mais velhas, estão fadadas à uma vida institucionalizada ou nas ruas pela morosidade ou ausência de ações efetivas que definam formalmente seus destinos (ao menos no que tange ao direito à convivência familiar e comunitária).

Outro aspecto importante relaciona-se aos motivos que engendram o acolhimento de tantas crianças no país e, como aponta Justo (1997) apud Camargo (2005, p. s/n):

As instituições asilares estão ainda presentes na sociedade porque se tornaram mecanismos de uma pseudo-ação de cuidado do Estado para com a infância

brasileira. Elas cumprem um papel que a família deveria cumprir se não fossem os muitos absurdos políticos, econômicos e sociais que assolam nosso país e afetam a família de modo direto: a desigualdade social, os anos de política neoliberal, principal promotora do desemprego e da exclusão social; a fome; a miséria; a falta de assistência à saúde da mulher e de programas de informação quanto às possibilidades de planejamento familiar e contracepção; a violência sexual, etc.

A realidade, compreendida aqui enquanto “unidade de fenômenos contraditórios” (AGUIAR et al, 2015) permite que algumas discussões, que as vezes perpassam por mais de um núcleo de significação, deem a tônica que nos aproxima das zonas de sentido construídas pelos acolhedores sobre a prática desempenhada. Esse aspecto também revela a indissociabilidade do método adotado neste trabalho e o quanto alguns conteúdos que se desvelam no processo e são mais enfaticamente abordados pelos participantes, orientam-nos para uma análise que articula histórica e socialmente aspectos dessa realidade.

Nesse intento de articular os conteúdos e nos empenhando para resgatar a historicidade dos processos que envolvem o acolhimento de crianças e adolescentes, alguns desses aspectos também se apresentam na organização do Núcleo 3. Dessa forma, conforme apontado por Rizzini (2011), a prática de institucionalização das crianças oriundas de famílias pobres é uma intervenção estatal secular no Brasil e durante alguns séculos, a adoção esteve a serviço único e exclusivo de higienizar a sociedade, nas quais essas famílias teriam consigo uma carga genética propensa aos vícios e aos crimes e por isso, deveria ser submetida a intervenção do Estado. Essa história revela, portanto, que o próprio exercício da parentalidade era negado às famílias pobres e, em alguns momentos, a postura dos acolhedores corrobora para manutenção de tais paradigmas ainda na atualidade.

Ocorre que, desde a antiguidade, a transferência de crianças entre grupos esteve associada a situações de desigualdade sociais e políticas. Um estudo realizado por Judith Modell apud Fonseca (2006), nos Estados Unidos, após um grande contingente de crianças havaianas sendo colocadas em famílias substitutas, encontrou em sua raiz uma recusa de permitir que os havaianos criassem sua prole e perpetuassem seu modo de vida, uma vez que estavam acostumados, de longa data, a lidarem com a circulação de crianças no quadro de seu sistema tradicional de clãs.

Durante a década de 1980 o Brasil ocupava o quarto lugar no ranking de países que “fornecia” crianças para adoções internacionais, ficando atrás apenas da Coreia, Índia e Colômbia. Esse fluxo permaneceu até meados de 1993, quando entre as taxas declinam, especialmente em função do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e da Convenção dos Direitos da Criança

das Nações Unidas de 1989 e outros documentos lavrados no mesmo período. Diante disso, ocorre um aumento do controle do Estado na transferência de crianças entre uma família e outra no país.

Em 1981, Fonseca (2006) produziu um estudo¹⁵ junto à bairros periféricos na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Na capital, deparou com o alto índice de crianças que circulavam entre as camadas populares da cidade. Das 70 mulheres entrevistadas, mais da metade havia entregue seus filhos sob os cuidados de famílias substitutas ou para a FEBEM. Anos depois, realizando a pesquisa em um bairro mais abastado da mesma cidade, descobriu que um número significativo de famílias havia criado uma criança que não era sua, enfatizando a existência de diversas pessoas que viveram em algum momento de suas histórias, sob os cuidados de madrinhas, avós e mães de *criação*, sem que houvesse em qualquer um dos casos, adoção legal. Dentre os problemas encontrados de imediato, permeando as relações dos participantes da pesquisa, Fonseca (2006) revelou que a colocação se dava como estratégia de sobrevivência e em muitas situações, desencadeou na disputa de mulheres pela mesma criança:

Neste sentido, a circulação das crianças também serve, como no caso de Dona Joana, para estender o grupo de parentesco a vizinhos, quando, pela partilha de responsabilidades parentais, transforma as afinidades momentâneas em relações que duram por toda a vida. Enfim, neste circuito de reciprocidade, as crianças transferidas (objetos de troca portadores de memória) garantem a perpetuação da relação entre as diferentes unidades domésticas, combatendo as forças centrífugas que ameaçam constantemente a solidariedade do grupo. (FONSECA, 2006, p. 20).

Essa análise permite, inclusive, ponderar o quanto o desejo de permanecer próximo do acolhido desemboca nos medos expressos pelas famílias acolhedoras quando, por desejo dos pais biológicos, em caso de reintegração familiar ou pais substitutos, no caso da adoção, eles se manifestam contrários a manutenção do vínculo da criança com os acolhedores. Trata-se de mais um aspecto relativo as diversas contradições atravessadas ao longo de todo acolhimento.

Fonseca (2006) apresenta, por esse viés, o quanto as práticas de circulação de crianças evidenciavam o empenho da comunidade em se organizar para oferecer algum tipo de proteção a suas crianças. Essa análise permite, inclusive, um olhar que descriminaliza atitudes de pais que, sem outros recursos para o enfrentamento das dificuldades oriundas da própria condição

¹⁵ Esse estudo foi amplamente apresentado no livro “Caminhos da adoção”, publicado em 1995 pela mesma autora.

socioeconômica, realizavam a entrega dos filhos na perspectiva de poderem em algum momento reativarem esses vínculos e enquanto ausentes, assegurarem aos filhos uma condição de vida melhor do que aquelas que se via apto a oferecer.

Inês, a personagem da narrativa real de Fonseca (2006) não foi a única filha que foi criada por outras pessoas. Ela e mais seis, de seus quatro, de seus sete irmãos vivos foram criados por outras figuras de cuidado (alguns ficaram anos desaparecidos, dois com a mãe de criação de Inês, um roubado pelos avós paternos, etc). Ainda assim, em determinado momento da pesquisa, a pesquisadora deparou-se com todos juntos novamente, quase todos no quintal da casa de Inês. Expressavam que o “sangue puxa” (p.21) para justificar as reaproximações, veiculando a ideia de uma parentalidade atrelada aos laços consanguíneos, que por sua vez não são voluntários, mas existem como algo que está dado.

As próprias dificuldades sugeridas por Elza e Jorge, denotam essa concepção do sangue:

Elis - **“O que eu fiz demais? Fiz de menos? Fui chata demais, ou não, fui bondosa demais?” É SEU! Tá ali! Quando é adoção, você...o negócio pesa um pouco na criança, né? Que ela vem com aquela bagagem e o peso seu fica maior!**

Elza - [[Mas eu acho que as pessoas têm muito medo da adoção por conta DISSO!

Vinícius - **A responsabilidade PESA um pouco MAIS! Ela é um pouco MAIOR! No caso da adoção eu veria assim: a partir de quando você adota, você ASSUME aquilo como SEU.**

Jorge - É seu! Você fala e assume como se fosse seu.

Vinícius - **É seu!**

Jorge - **É da sua linhagem!**

Elza - Mas é **por isso que todo mundo quer adotar os pequeninhos né...**

O contexto do exercício da parentalidade junto das famílias pobres brasileiras sempre foi permeado por contradições que, além das precárias condições de vida das famílias, fazia com que muitas mulheres exercessem atividades laborais para a manutenção de “crecheiras” cuidando de seus filhos. Por “crecheiras”, entendia-se mulheres que trabalhavam desenvolvendo os cuidados dos filhos de outras mulheres. Quando, por algum motivo, o compromisso do pagamento deixava de acontecer, essas mães de criação, muitas vezes, passavam a ter a impressão de ter adquirido direitos maternais. Em compensação, quando essas transições aconteciam de maneira voluntária, muitas vezes eram estabelecidos laços duradouros entre uma família e outra. (FONSECA, 2006).

Além disso, muitas mães, ao entregar seus filhos às instituições, como a FUNABEM, ao retornarem, eram surpreendidas com a notícia de que a criança havia sido encaminhada para

adoção. Essas mulheres expressavam surpresa com a situação, certas de que nesses locais, encontrariam as mesmas relações estabelecidas com as crecheiras ou mães de criação, nas quais os filhos partem, mas voltam. Às vezes, as próprias mães não necessariamente viam essas práticas de entrega como abandono, mesmo que significassem separações longas.

Esses aspectos foram brevemente apontados por Elza e Jorge quando afirmam que talvez o afastamento da mãe de Ametista das visitas tenha acontecido quando a jovem viu os bons cuidados da filha:

Jorge - Eu falar uma coisa pra você: eu não sei se você sabe, **mas a mãe da Ametista, teve encontro aqui duas vezes.** A gente já conversou em casa. **Ela veio a primeira vez, deu o endereço...que pra nós foi falso. E continuou na rua. Ela viu que a criança estava sendo bem cuidada, bem tratada...melhor ficar lá do que ficar comigo!... ela precisava ter procurado a família dela pra adotar essa criança, pra ir pra família estendida.**

Elza - [[Ela tinha preocupação. **Ela tinha preocupação com a Ametista** então ela veio...**mas ela viu que a menina estava arrumadinha, estava boa e não procurou mais.**

Nesse mesmo contexto em que famílias enfrentavam diversas dificuldades para cuidarem de seus filhos, muitas histórias envolvendo adoções a brasileira aconteciam. Muitas mães, sem condições de assumir os cuidados da prole, optavam por fazer a entrega da criança, principalmente a algum familiar ou conhecido. Essa manobra, além de permitir que ela tivesse papel ativo na escolha desses pais, de alguma forma, permitia que a mesma acompanhasse, mesmo que de longe, o desenrolar da vida da criança. De outro lado, supõe-se que ao evitar o serviço público, essas mães afastavam-se também de serem estereotipadas pela imprensa brasileira como as mães “abandonantes”. (FONSECA, 2006).

A partir do ECA ocorre uma condenação mais expressiva de práticas envolvendo as adoções a brasileira além de um esforço de proteger mulheres pobres de “traficantes de bebês”.

O estudo acima apresentado configura-se como uma referência em termos de análise antropológica sobre adoção à brasileira e circulação de crianças entre as camadas mais pobres e apresenta uma característica bastante próxima ao que hoje, compreendemos por acolhimento familiar. Como apresentam Costa e Rossetti-Ferreira (2009), tratam-se de situações de acolhimento informal.

A política pública, ao encontro disso, aos poucos absorveu uma prática conhecida e com certa legitimidade dentro da sociedade brasileira e amparou, em termos legais e técnicos, essas ações, embora esses equipamentos já tenham reconhecimento internacional há mais de um século, como é o caso de países europeus como França e Inglaterra.

Nos relatos das famílias acolhedoras participantes desse grupo, apenas Clara mencionou a história de sua mãe de acolher pessoas que precisavam de cuidados, o que, em alguns momentos, incluía não apenas crianças. Além desse relato, vale dizer que outras famílias vinculadas ao mesmo serviço de acolhimento, histórias de acolhimento informal marcaram as relações familiares: ou por terem acolhido, ainda que temporariamente, algum sobrinho ou por terem vivenciado sido temporariamente acolhidos.

A primeira família acolhedora participante do equipamento que foi lócus dessa pesquisa, mas que não participou do grupo focal, por exemplo, vivenciou uma situação de adoção tardia na qual uma vizinha, filha de seus vizinhos, foi deixada pela família quando os mesmos se mudaram de cidade. O que inicialmente seria uma estadia temporária, foi se prolongando e a família acolhedora pediu a guarda da jovem, que a tem como grande referência de afeto e apoio. Com o passar dos anos, a guarda tornou-se adoção. Embora saiba sobre seus pais biológicos, os contatos se tornaram escassos.

Gal e Chico não puderam participar do grupo focal, apenas seu filho, Álvaro. Também possuem em sua história o acolhimento de uma sobrinha de Gal, que na adolescência, por dificuldades de relacionamento com os pais, morou alguns anos com a família. Elza e Jorge também acolheram por algum período um sobrinho que morava na capital e veio para o interior.

Junto das famílias de origem, essas histórias eram ainda mais recorrentes: Diamante, acolhida por Gal e Chico, após o falecimento de sua mãe passou a viver sob a guarda dos tios durante alguns anos. Essa situação, apesar de legalmente regulamentada através de guarda conferida à família extensa não impediu que graves violações de direitos acometessem a criança e sua irmã, Safira. No grupo realizado com as crianças, Álvaro traz alguns elementos que evidenciam os sofrimentos de Diamante e que foram sendo revelados ao longo do acolhimento.

Quartzo, acolhido por Rita e Caetano tinha irmãos sob os cuidados de outros familiares que não os pais biológicos. Rita e Caetano também acolheram Topázio e a irmã do bebê, na época do acolhimento com cerca de seis anos, vivia sob os cuidados da avó e bisavó materna, além de seu irmão mais velho, com oito anos, que estava sob os cuidados da avó paterna. Jade, outra acolhida

do casal também tem uma irmã biológica sob os cuidados da avó materna e outros irmãos divididos entre os cuidados de familiares extensos e madrinhas.

Ágata, acolhida por Elis e Vinicius tem um irmão mais velho que vive sob a guarda do avô materno e de sua irmã. A criança, por sua vez, foi desacolhida para uma prima de sua genitora.

Também é comum, no relato dos pais biológicos das crianças, histórias nas quais relatam ter vivido temporária ou definitivamente sob o cuidado de familiares extensos ou conhecidos de seus pais, ou em virtude da impossibilidade dos mesmos assumirem seus cuidados, por adoecimento, situações de pobreza ou falecimento.

Nesse sentido, as práticas evidenciadas por Fonseca (2006) mostram-se ainda bastante corriqueiras dentro do universo das famílias mais vulneráveis indicando que, em muitas situações, trata-se de uma estratégia de sobrevivência da prole esse cuidado compartilhado com outras pessoas.

Vale dizer também que dentro do serviço de acolhimento também tivemos contato com uma história em que haviam claros interesses de uma burla ao cadastro nacional de adoção e possível compra da criança, negociada pela família de origem junto de uma pessoa desconhecida e sem laços de afeto ou que justificassem o encaminhamento deste bebê sob seus cuidados. Essas situações, ao menos neste equipamento, foram excepcionais e as buscas por seguir as normativas no que diz respeito a prioridade de manutenção das crianças em família extensa antes do encaminhamento para a adoção também bem sendo preservados.

Núcleo 6 – Cotidiano do acolhimento e a manutenção de papéis sociais: o feminino e o cuidado frente às facilidades, dificuldades e redes de apoio.

INDICADORES
Movimentação das redes sociais e de apoio após a chegada da criança
Reconhecem que as vezes, o contexto externo pode ser um facilitador/dificultador para que o casal desempenhe o cuidado com a criança.
A proposta do trabalho sensibiliza e mobiliza as pessoas, embora algumas só possam ser apoio, e não família acolhedora.
Falta de familiares e rede de apoio torna o acolhimento mais difícil.
Criança acolhida é compreendida como parte da família.
Flexibilidade no horário de trabalho e pessoas que podem dar algum suporte facilita a execução do acolhimento.
Algumas famílias optam por contar aos familiares quando já estavam cadastradas no serviço e em vias de acolher pelo questionamento que a decisão costuma mobilizar em terceiros.

A atenção que antes era oferecida à outros membros da família fica comprometida após o acolhimento pela priorização dos interesses da criança.
--

Algumas pessoas próximas tendem a temer que a família acolhedora sofra com o acolhimento e por isso inicialmente, resistem à ideia.

Esse núcleo, em específico, destaca as possibilidades articuladas pelas famílias acolhedoras através de suas redes sociais de apoio, que envolvem em geral familiares, amigos e vizinhos, a partir do momento que se tornam acolhedoras.

Mais do que a oferta material de uma estrutura necessária para desempenharem os cuidados dos infantes, como berço, roupas, fraldas, em diversos momentos essa rede assegura apoio concreto para situações de dificuldade oriundas do processo de acolhimento, tais como quando os casais possuem compromissos em que não podem levar junto de si a criança, ou no caso de hospitalização e as vezes da própria rotina de trabalho.

Frente a isso, discorre-se sobre o próprio envolvimento da comunidade que acerca as famílias acolhedoras, o que faz com que os efeitos e o impacto dessa experiência seja vivenciada para além dos limites de cada grupo familiar:

Elza - [[É, **todo mundo se sensibiliza mesmo!** (com a proposta do trabalho)

Elis - **Todo mundo se sensibiliza! Todo mundo vem participando, de uma forma ou de outra... e hoje todos querem saber da Ágata. “Ah! como é que está a Ágata? Como é que ela tá? Ela tá bem? Tá precisando de alguma coisa?” Então, eu acho que é um ganho para as crianças e para a gente também.**

Apesar de apontar que há um envolvimento de terceiros, Elis afirma que ao acolher duas crianças sem ter uma pessoa que a ajudasse nos cuidados de Cristal e Esmeralda fez com que a adaptação de Cristal ficasse comprometida ao longo da hospitalização da irmã, uma vez que ele passava muito tempo fora da casa dos acolhedores justamente em um período no qual estava se apropriando desta nova realidade. O mesmo vale para o casal, que também não conseguia dedicar-se para construir uma relação com o menino:

Elis - **E daí desestruturou um pouco, porque a gente não tinha ajuda lá em casa né? Se eu tivesse uma funcionária talvez o dia todo, o Cristal iria pra casa, passava o dia com a moça, estaria na mesma casa constantemente. O Vinícius (marido) chegaria em casa a noite, eu estaria em casa. Talvez a estrutura fosse outra... No momento a gente não tava...mas...**

A falta de auxílio para o desempenho dos cuidados dos filhos é uma realidade bastante comum nos casos de crianças acolhidas, inclusive não é raro que irmãos mais velhos, em detrimento de outros adultos que possam desempenhar essas funções, assumam-se como responsáveis pelos mais novos. A rede de apoio para as famílias de origem pode ser um elemento protetivo, assim como aparece para as famílias acolhedoras. A dificuldade apontada por Elis, por esse viés, é a realidade vivenciada por muitas mães que se assumem como arrimo de família para sustentar seus filhos e, através de um exercício de colocar-se no lugar do outro, os acolhedores podem desenvolver posturas mais empáticas quando pensarem sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias dos acolhidos.

Elza, que também não possui muitos familiares na cidade destaca que sem a parceria do esposo, não conseguiria realizar sozinha o acolhimento. Embora distantes fisicamente, esses familiares participam do acolhimento indiretamente e revelam algum grau de importância da criança acolhida para as relações familiares quando, por exemplo, deslocam-se de cidade para poder participar do aniversário de um ano de Ametista.

Clara, por sua vez, deixa clara a dificuldade enfrentada durante o processo de adoção dos filhos gêmeos, quando percebeu que sua vida, diferente da de seu esposo, sofreria mais com os impactos da maternidade, uma vez que algumas atividades de cuidado ficaram mais direcionadas à ela. Isso evidencia o modelo patriarcal ainda dominante nas sociedades contemporâneas e sustentadas pela lógica capitalista.

Destaca-se também nesse grupo uma característica marcante entre, especialmente, as guardiãs, no que diz respeito a rotinas de trabalho flexíveis. Clara tem a possibilidade de levar os filhos para a empresa da família, Elis suspendeu parcialmente as atividades como fisioterapeuta para conseguir se dedicar mais intensamente aos cuidados de Esmeralda, Elza é aposentada e não exercia atividades laborais remuneradas e Rita realiza seu expediente como vendedora direto de sua casa.

Segundo a fala das guardiãs, o acolhimento traz implicações diretas à condição das mulheres enquanto trabalhadoras. Enquanto Elis reduz ao máximo sua carga horária para melhor atender Esmeralda, ela e Clara revelam o sentimento de se sentirem penalizadas ao verem que os esposos permanecem com a rotina quase que sem alterações.

Elis - [[A Esmeralda não dá pra ir pra escola por causa da parte respiratória. Então a médica pediu que ela não vá senão a possibilidade dela precisar ser internada é maior. **Então, eu me desfiz do trabalho por um tempo, de tudo, para que eu tenha essa melhor condição de ficar em casa... pra que ela VÁ numa condição de ficar com uma saúde melhor.**

Clara - [[Então... ele falou, mas como será depois né? Como que vai ser depois que entregar a nenê né? Será que vão cuidar bem? Eu não esqueço! Ao mesmo tempo que o médico rasgou a minha barriga para tirar minha filha, eu não mês esqueço o dia que a mulher trancou com cadeado e falou “Tchau!”...né, no Lar. Eu não consigo! Eu não esqueço essa cena na minha cabeça. E aí eu pensei: **“Nossa! Como é que vai ser?” Com os dois no carro sentados: ele (marido) na frente pensei: “como é que vai ser?”. E nessa hora da vida você leva um susto. Um SUSTO! É que nem ela (Elis) falou: a nossa vida acabou. Você pára tudo! Tinha época que ele ia pra academia e eu ficava chorando: “Por que eu, né?” Você leva um susto.** E quando eu entrei com um e o outro na porta de casa, eles ficavam assim ó.... olha::ndo, sabe? No que eu abri a porta, acho que eles viram tudo colorido..., com cor...dali em diante meus filhos não choraram nunca a noite. NUN-CA! Nunca precisei correr com eles em pronto-socorro. NUN-CA! Dali em diante eu determinei que eles são meus filhos. Demorou três anos pra passar o nome pro nosso, mas eu nunca tive dúvida de que eles eram meus! NUNCA! Eu mudei de casa, porque eu tinha piscina, escada e eu morria de medo: “Ah! A mãe adota a criança e a criança morre na piscina!” (todos riem com a hipótese) Eu já vou prevenir isso! Porque eu escolhi isso.

Esse contexto, do cuidado atrelado à figura feminina faz, ainda, alusão ao modelo burguês de organização familiar, na qual as mulheres permanecem ocupando papéis de maior destaque no cuidado dos filhos e dos lares. Corroborando com essa discussão, Borsa e Nunes (2011), em estudo sobre aspectos psicossociais da parentalidade identificam que ainda há uma forte tendência a associar cuidados de crianças à figura das mães. Dessa maneira, embora tenha se livrado parcialmente da clausura doméstica e em virtude das mudanças ocorridas nos papéis sociais e dinâmicas familiares, muitas mulheres seguem o curso da história como as principais cuidadoras.

Não raro, e conforme apontado em capítulo na introdução deste trabalho, mesmo quando as mulheres possuem participação ativa na economia familiar (IBGE, 2010) e a despeito da consolidação de seu papel no mercado de trabalho, a divisão de tarefas igualitárias de cuidados do lar e da prole ainda não apresentam mudanças significativas, o que reforça a associação entre gênero feminino e cuidado.

Ao encontro disso, analisando a característica das famílias participantes deste estudo, observa-se essa mesma tendência nas quais as mulheres assumirem o protagonismo de cuidados e terem os companheiros como apoio. Algumas delas, em função de não exercerem atividades laborais extra-domiciliares remuneradas (frisa-se aqui que o trabalho doméstico é compreendido

enquanto trabalho, independente de não estar atrelado a condição de assalariado) ou pelo trabalho que permitiu algumas flexibilizações, assumiram integralmente o cuidado da criança. Por outro lado, em nenhum momento os guardiões apontam quaisquer impactos para suas rotinas laborativas, embora relatem assumir jornadas noturnas de cuidado com os bebês menores.

Zola (2015), refletindo sobre as políticas sociais públicas para famílias aponta que em diversas cidades europeias, ações foram implantadas a título de facilitar o equilíbrio nas tensões familiares provocadas pela divisão nas tarefas de cuidados com os filhos, sendo estas a mudança da licença maternidade para licença parental, conciliadas com as políticas de trabalho (flexibilização nos horários dos pais, alternância entre pais e mães no período da licença, dentre outras).

Essas medidas, apesar de difíceis de serem aplicadas no contexto do acolhimento familiar em função da transitoriedade da medida e pelo fato de que sucessivos acolhimentos inviabilizariam o retorno dos guardiões ao trabalho, caso sempre recebessem a licença, sinalizam alternativas para promover práticas que fomentem equidade de gênero no exercício dos cuidados parentais. Por essa perspectiva, tais disposições se apresentam com forte potencial educativo na desconstrução dos lugares sociais historicamente reservados as figuras femininas, lugares esses que extrapolam os pertencimentos de mulheres de classes sociais diversas, apesar de vulnerabilizar em maior intensidade aquelas que já se encontram à margem.

Essa discussão se mostra importante também quando refletimos sobre as vivências das famílias de origem das crianças. Cumpre mencionar que a mesma dinâmica observada entre os acolhedores, em geral, ocorre entre os pais biológicos ou familiares extensos dos acolhidos quando, por exemplo, há uma recorrência muito mais significativa de mães realizando visitas à sua prole.

Borsa e Nunes (2011) ressaltam que alguns estudos sobre o desenvolvimento infantil e papéis maternos, especialmente produzidos pela Psicologia e Psicanálise foram construídos para dar conta de uma realidade existente e imperativa, mas ao mesmo tempo acabaram reforçando a díade mãe e bebê e atribuindo menor importância aos pais. Dessa maneira, apesar de tantas mudanças nas configurações familiares contemporâneas, orientadas pelas demandas sociais do tempo atual, ainda há a necessidade de ampliar os debates sobre a figura paterna, parentalidade e o impacto disso para as famílias e para a sociedade.

Essa discussão também atravessa uma perspectiva de gênero e incide diretamente na forma como os acolhedores e os pais vão orientar a educação dos filhos para superar esses papéis ou para reproduzi-los.

Outro aspecto relacionado ao cuidado é apontado por Elza em determinado momento do grupo, uma vez que, segundo sua percepção, Jorge cuida melhor de Ametista do que cuidava de seus filhos quando estes eram crianças. É possível inferir que a própria condição de privação afetiva e do contato com outros familiares de origem, com destaque os pais, desencadeia um movimento dos acolhedores de tentar oferecer à essas crianças modelos reparadores de relacionamento, nas quais são colocadas enquanto prioridade de todos os membros do grupo familiar. Esse sentimento, apesar de fundamental para o desenvolvimento emocional das crianças, as vezes faz com que, na ânsia de protegê-los, desacreditem nas condições da família de origem de manter essa mesma dinâmica, como apontado no núcleo 3.

Nesse sentido, é possível fazer correlações sobre fatores que podem facilitar ou dificultar o exercício do cuidado das famílias para com as crianças: ausência de rede social de apoio, jornadas de trabalho incompatíveis com as rotinas de cuidado, tendência ao isolamento feminino e as mulheres abdicarem de suas funções profissionais com mais frequência do que os homens, etc. No que diz respeito às famílias de origem, essas situações apresentadas costumam ser intensificadas por uma série de outros agravantes como o desemprego, a dificuldade de manutenção econômica da família, adoecimentos, a frequente ausência de um companheiro que compartilhe os cuidados e responsabilidades junto dos filhos, dentre outros.

A ausência de políticas públicas que facilitem a esses pais desempenharem o cuidado de sua prole é atravessado por outros agravantes: não conseguirem acessar serviços, inserir-se no mercado de trabalho formal ou ao menos em condição de empregabilidade menos precárias, possuírem habitação incompatível com suas necessidades, através de espaço seguro e protegido, dentre outros. Isso revela que quando se comparada a situação que pode ser ofertada por uma família acolhedora para a criança em relação à que pode ser assegurada pela família de origem, identifica-se uma teia de privilégios que permite à estas desenvolverem com mais tranquilidade, o exercício de cuidado.

Cumprе mencionar aqui que as famílias acolhedoras recebem um subsídio de aproximadamente R\$730,00 ao mês por criança acolhida, o que possibilita que tenham os gastos oriundos do acolhimento arcados pelo poder público. Esse valor é utilizado de acordo com as

necessidades de cada guardião: alguns preferem pagar escola particular, outros convênios médicos, fraldas, leite, atendimentos especializados que eventualmente precisem utilizar, etc.

Na contramão, as famílias de origem, quando participantes dos programas de transferência de renda, sendo o Bolsa Família o mais conhecido e amplamente acessado no país, recebem cerca de R\$35,00 por criança de 0 à 15 anos e um adicional de R\$77,00 reais para os indivíduos em situação de extrema pobreza que possuem renda per capita menor que R\$ 77,00 ou aquelas em estado de pobreza, que possuem renda per capita de R\$ 77,01 a R\$ 154,00. Observamos que o valor pago às famílias acolhedoras é bem superior à renda da família de origem, na maioria dos casos.

Esses valores, expressivamente mais baixos, indicam o quão mais vulneráveis à situações de dificuldades estão expostas as famílias de origem. Embora não se trate apenas de aspectos socioeconômicos, essa discrepância seria reduzida caso os membros do grupo familiar de origem pudessem acessar os mesmos direitos e condições concretas assegurados aos acolhedores. A situação socioeconômica, para além dos limites vivenciados pelas famílias de origem, as vezes incide sobre a condição das famílias extensas quando a mesmas possuem recursos sociais e psicológicos para exercerem o cuidado do acolhido, mas não conseguem assegurar recursos financeiros para manutenção de todos os membros do grupo familiar.

Por essa perspectiva, o subsídio, que em algumas situações assegura a manutenção do acolhimento pela família acolhedora poderia ser pensado como aquilo que dá qualidade de vida para a criança se ela estivesse com sua família. Alguns municípios brasileiros, como forma de driblar novos acolhimentos e como forma de evitar o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias de origem ou extensão quando esta atrela-se à uma questão socioeconômica, desenvolvem programas de guarda subsidiada.

Os programas de guarda subsidiada provisória são pouco comuns no Brasil, mas existem iniciativas pontuais espalhadas por diversos estados brasileiros (Araguaína, Tocantins – TO, Santos – SP, dentre outros) e em geral, preparam familiares, como avós, tios, irmãos adultos ou madrinhas e padrinhos para assumirem a guarda da criança em situação violação de direitos enquanto seus responsáveis são amparados para superarem os episódios nos quais o cuidado da criança/adolescente esteve comprometido¹⁶.

¹⁶ Alguns municípios ainda utilizam a expressão guarda subsidiada para referir-se ao acolhimento familiar, nos mesmos moldes previstos pelas diretrizes normativas que amparam essa política. Neste caso, em específico, me refiro aos programas de guarda subsidiada em que há priorização da manutenção dos laços familiares e de afeto anteriores ao acolhimento, tal como implantado na cidade de Santos, litoral do estado de São Paulo

Muito parecido com a proposta de acolhimento familiar em família acolhedora, esse recurso deveria ser amplamente discutido quando se compreende a importância da manutenção da criança junto de seus pares, considerando que, de modo geral, tratam-se de famílias que já vivenciam dificuldades para assegurar a qualidade de vida de seus membros e o subsídio pode apresentar-se como mais uma ferramenta de enfrentamento nas situações em que se mostre como principal impedimento para uma reintegração familiar. Se observamos que a atenção de profissionais ocorre diretamente às famílias acolhedoras, a mesma dinâmica poderia estar presente para as famílias de origem, como um subsídio e menor dano, considerando e respeitando o melhor interesse da criança, conforme previsto no ECA. Apesar do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente assegurar que nenhuma criança deve ser afastada do convívio de sua família exclusivamente pela questão econômica, na prática, o programa de guarda subsidiada possibilitaria a manutenção ainda mais próxima dos vínculos entre os pais e os filhos que, por mais que haja um esforço para ser preservado durante o acolhimento familiar ou institucional, esse vínculo sofre impactos.

Não obstante de mostrar-se como potencial, os programas de guarda subsidiada também precisam ser devidamente implantados e acompanhados, de tal forma que não se torne apenas uma fonte de recursos temporária para a família e que após o período de vigência, caso abruptamente rompido, as situações de vulnerabilidades se intensifiquem e impeçam que os familiares continuem exercendo os cuidados das crianças.

Além disso, outras políticas, como os programas de aluguel social, que poderiam assegurar habitação adequada para famílias que não possuem rendimentos para comprar ou manter o aluguel de um imóvel também precisam ter devido destaque nessas discussões. Esses aprofundamentos precisam fazer parte dos debates junto aos orçamentos públicos municipais, que poderão prevêê-los enquanto política pública que assegure o direito à moradia atrelada ao direito à convivência familiar.

Essa reflexão sobre as condições enfrentadas pelas famílias de origem para exercerem cuidados sobre os filhos se mostra fundamental durante todo processo de formação e ao longo do acolhimento, uma vez que núcleos de significação anteriores revelaram que embora os guardiões reconheçam algumas dessas dificuldades, há uma tendência à minimizá-las e atribuir os pais a culpabilização pela situação às quais os acolhidos estão expostos.

Dessa maneira, a partir do momento que os guardiões reconhecem próprios limites ou as dificuldades que enfrentaram para cuidar das crianças e observam a condição de privilégio que ocupam no sentido dos agentes facilitadores que possuem para tal feito, podem desenvolver postura mais empática com o outro, especialmente com a família de origem, uma vez que compreendem que as vezes é difícil superar as crises pelas quais passa uma família e, como abordado no Núcleo 3, superarem assim uma postura de culpabilização dos genitores.

Núcleo 7 - A produção de significados e sentidos - Aprender e ensinar

INDICADORES
Mudança na forma de ver o mundo depois de passar pela experiência do acolhimento.
Acreditam que as crianças aprendem durante o acolhimento aquilo que eles se dispõem a ensinar, especialmente sobre amor, cuidado, valores, proteção, respeito e limites.
Guardião verbaliza sentir que aprendeu muito mais do que ensinou, reconhecendo inclusive que é muito egoísta.
Guardiã relata ter aprendido a amar além do sangue.
O reconhecimento do receio de não conseguir fazer ao acolhido aquilo que conseguia realizar com os filhos: amar profundamente, trocar fraldas, limpas vômitos etc.
A experiência de adoção revela à mãe adotiva que o amor associado a consanguinidade é muito relativo
Relatos do cotidiano revelam a construção do afeto entre a criança e os guardiões: rituais matinais, brincadeiras, beijos e abraços.
Experiência positiva frente à angústia do desacolhimento
Conforto após ver o desfecho favorável para a criança acolhida
Ver a criança bem ajuda a superar o afastamento
Ver a criança bem após ser desacolhida remete a noção de “missão cumprida”
Gratificação – sentimento de missão cumprida após definição da situação da criança
Possibilidade de passar valores aos filhos
Clareza dos filhos acerca do trabalho desenvolvido
Acolhimento familiar como possibilidade de melhorar o mundo
Importância de ensinar sobre solidariedade aos filhos

As famílias presentes no encontro são enfáticas em dizer que muitas coisas mudam após tornarem-se famílias acolhedoras, inclusive discorrendo sobre o fato de não imaginarem que na própria cidade aconteciam situações tão complexas envolvendo a violação de direitos de crianças e adolescentes e comovendo-se com cenas que passam a sensibilizá-los desde então. À luz dos objetivos deste trabalho, esse núcleo permite levantar alguns aspectos sobre os impactos do acolhimento para os membros da família acolhedora. Conforme ilustram os diálogos:

Jorge - Eu não sei se com vocês aconteceu a mesma coisa, mas a gente quando entrou nesse projeto, a gente fica muito...sensível. Você vê coisa na rua que

você não via. E você passa a ver. Esses dias vi um cara com um menino na rua....o menino não obedece, arrasta ele na calçada. Essa aí não é nada minha e eu cuido como filha...

Elza - Filha não! Filha é muito melhor do que você cuidava dos seus filhos.

Outro diálogo revela as mudanças nas formas de enxergar a realidade:

Vinícius - Você não sabe o que eu passei na prefeitura....um sol, mas um sol...uns caras fazendo malabares no semáforo. **A Moça sentada com um carrinho no sol com uma nenezinha maior que ela...cheguei em casa e falei Elis...é bem isso que você falou (referindo-se à Jorge). Você tá vendo como é...pensando nas meninas lá em casa. Tinham passado por isso (referindo-se a Ágata e Esmeralda)...**

Jorge - **Você fica com mais critério nas coisas, sabe? Você começa a assimilar coisa que antes você...deixava pra lá...**

Elis – **Você fica com um olhar mais sensível...**

Tornar-se acolhedor parece apresentar aos casais facetas de uma realidade que sempre esteve ali, mas o distanciamento que ocupavam frente aos problemas sociais que essas cenas evocam fazia com que não se sentissem mobilizados ou em condições de agir para alguma mudança. Essa relação estabelecida com o entorno pode ser analisada como um processo de alienação que, ao ser confrontado através das contradições que se desvelam, tais como as violências que permeiam essas histórias, constroem um outro sentido para o próprio sentimento, encorajados à fazer algo por um bem maior.

O acolhimento, por essa perspectiva, é em si um elemento mediador das famílias para com aspectos da realidade que, de modo geral, são invisibilizados, com destaque para a violência e a pobreza.

Nessa perspectiva, alguns acolhedores apontam motivações variadas para terem ingressado no serviço

Elza - [[**Mas você já está pondo na cabecinha deles a solidariedade...** ajudar o outro...

Clara - [[Foi **por isso que eu entrei** também!

Rita - [[Isso **não tem preço!**

Mais uma vez, a prática de acolher atua como mediador dos processos educativos que compreendem que devem transmitir aos filhos. Parece ser um movimento de ensinar e aprender, em um processo dialético, contraditório, múltiplo e mutável.

De acordo com Gimeno (2010) apud Delgado (2010), o acolhimento familiar, apesar de permeado por um contexto de rupturas, distancias, mudanças e contatos com o desconhecido, pode ser uma experiência que assegura a criança contatos com uma vida familiar diferente, novas experiências relacionais e de aprendizagem e a possibilidade de ressignificar episódios de sua história. O mesmo potencial existe para as famílias que acolhem, produzindo novas significações sobre o cuidado, sobre educar e o ser pais.

Dessa forma, cumpre mencionar que há uma escassez de estudos e pesquisas brasileiras que façam análises mais aprofundadas sobre as relações estabelecida no âmbito dos serviços de acolhimento familiar. Isso posto, embora as produções de Kuabara et al (2016) partam de outros referenciais teóricos e metodológicos, especificamente a partir da Psicologia do desenvolvimento de base psicanalítica, ela foi, segundo as buscas realizadas por esta pesquisadora, o único material que analisou especificamente o processo de vinculação das crianças junto aos acolhedores. Conforme já mencionado, tecemos algumas reflexões do quanto tais teorias, no passado, fomentaram discussões acerca da figura materna e suas relações com o adoecimento psíquico de crianças e adolescentes, desqualificando ou dando menor ênfase as figuras paternas e outras perspectivas de cuidado através de modelos variados de parentalidade que não a díade mãe-bebê. Acreditamos que em uma perspectiva que considere a dialética entre o histórico-social, podem se apresentar elementos importantes para desconstruir preconceitos e indicar novas possibilidades relacionais que abarquem a multiplicidade da realidade concreta que nos cerca.

As entrevistas realizadas por Kuabara et al (2016) durante a produção da referida pesquisa evidenciam parte do universo relacional circundante do acolhimento familiar, com destaque para alguns pontos fundamentais: atitudes da vida cotidiana, como ser levado para atividades de lazer, buscar na escola, levar às aulas de teatro e as brincadeiras com a família acolhedora e seus filhos é compreendida como uma troca afetiva e bastante valorizada pelos acolhidos.

Essas tarefas da vida cotidiana permitem supor, assim como os acolhedores também destacam em nossa pesquisa, o quanto a construção dos vínculos afetivos ocorre a partir de uma disponibilidade afetiva, emocional e fundamentalmente relacional oportunizada por ações nas quais há um investimento e ambos se sentem reciprocamente sustentados pelas trocas estabelecidas. Nomeiam o que aprenderam através dessa experiência:

Elza - No meu caso, **eu aprendi que você pode amar muito além de sangue.** Quando a Ametista veio pra mim, eu pensei: “eu nunca vou dar um beijo nessa menina.” E eu resisti por alguns dias. Mas eu não aguento.

Vinícius - [[Mas **ninguém aguenta!**

Elza - Eu **achei que fosse ter nojo de limpar o nariz dela. Nojo de limpar o cocô dela. Mas é igualzinho dos meus filhos. (todos riem)**

Elza - **Só faltou vomitar na minha boca. Mas foi igual com meus filhos. Então, eu aprendi isso. Que não precisa ter sangue igual pra você amar profundamente uma pessoa.**

Elza - Eu acho que elas aprendem bastante. Eu não vou dizer o que elas aprendem, porque depende de cada criança. Depende da idade da criança. **Mas o que elas aprendem é o que você se dispõe a ensinar. Assim, eu acho que elas aprendem aquilo que você ensina com facilidade, porque você está demonstrando carinho, atenção. Então, eu acho que eles aprendem tudo!** Tudo que é permitido na idade deles!

Elis - **Eu acho que o que ela me ensinou...elas (corrigindo a fala)... é que eu dou conta!** Que eu tenho mais coragem do que eu imaginei! Sou mais capaz do que eu imaginei (interlocutor se emociona enquanto fala). (depois de uma longa pausa, Elis quebra o silêncio): **Já com o Cristal não, era outra situação...mas delas, sim! (Elis se emociona bastante e fica um silêncio)**

A experiência de acolher Ametista contradiz a própria posição de Elza quando, no núcleo que analisa aspectos sobre adoção, tem dificuldade de imaginar a parentalidade biológica ou por adoção na mesma intensidade. Ao referir-se ao amor profundo que sente pela acolhida, independente da consanguinidade, revela que ele foi construído assim como aconteceu com seus filhos. Evidencia-se, por essa perspectiva, a construção social e histórica do afeto e do cuidado.

Elis, por sua vez, apesar de se sentir, em diversos momentos do grupo focal, ainda fragilizada por terem interrompido o acolhimento de Cristal, entende que, mesmo com esse episódio, aprendeu o quanto é corajosa e capaz. Esse novo sentido atribuído a experiência, que pode ter sido ressignificado ao longo dos dois encontros do grupo focal, haja vista que em momento anterior expressou sua insegurança por não ter sido mãe antes de acolher dois bebês. Compreender as próprias limitações e dificuldades constitui-se em um aprendizado e novas significações como humano genérico.

Dessa maneira, assim como Elza, Elis, talvez em decorrência das reflexões que ocorreram nos momentos dos grupos focais, vão apresentando outros sentidos que constroem para as experiências atravessadas, evidenciando o movimento dialético e a beleza da possibilidade de sermos, concretamente, seres em constante transformação.

Quando questionados sobre o que acreditam ter ensinado para as crianças, opinam de maneiras variadas:

Elis - **Eu acho que é amor sim... eu acho que é bem isso! Uma harmonia...** nem sei se esta é a palavra certa, **mas ela aprende um valor ali, uma proteção.** É uma sensação assim, que acho destes pequenos: no caso do Cristal eu não chego a conclusão nenhuma. Gostaria de que ele tivesse aprendido o amor, o respeito. Eu gostaria que ele tivesse aprendido isso na minha casa, mas não sei se deu tempo. E pro Joao faltou um pouco de nós dois.

Jorge - Vinícius! Agora, vamos falar sério: o **que eles aprendem com a gente? Carinho....** é ter amor ...

Clara - **[[Respeito** né?

Jorge - **é respeitar** tudo, sabe? É ter um pouquinho de horário com alguma coisa.

Elza - **[[Limite** né? Outro dia, **eu falei pra ele que eu bati nela e ele quase me bateu!** Eu falei: **“Eu bati na Pi! Fala pro tio por que você apanhou hoje.”** “eu não acredito que você bateu nela!”. Bati nela...se acha que eu bati nela? (negando a afirmação anterior) **E ela fica assim na minha cara: “Não... não pode (Ametista bate no rosto de Elza)!”** Daí eu fiz assim nela (mostrou como se desse um tapa de leve na mão da criança) e ela chorou (imita um choro artificial). **E porque ela chorou? Porque ela sabe que não pode.** Ela percebeu que eu revidei. No que eu falei pra ele, ela vai e dá um tapa na cara dele! PÁ! Daí eu falei: **“Não pode! Não pode!”**. Daí eu não sei o que foi, acho que ele foi tirar o suor dela, e fez assim no rosto dela. Ela entendeu como um revide! ** (som de choro de criança). Então por quê? Porque ela sabe que não pode! **Ela sabe que tá errada! Então, você tem que impor limite.** Nessa idadinha, ela já entende que não é assim! Que não pode! Você tem que ensinar desde pequena! Agora se você deixa...**Que nem, ele falou: “Ah! Não pode bater nela! Ah! Você bateu!”.** **Ela me dá um montão de tapa na cara e fica por isso mesmo?**

Elis - Não, **mas não é esse bater...**

Elza - **[[Mas bater foi modo de dizer, né?**

Elis - **[[Que nem a Esmeralda, já apanhou na mão...várias vezes.**

Vinícius, por sua vez, acredita que aprendeu muito mais do que foi capaz de ensinar, inclusive apontando alguma consciência do lugar de privilégios que ocupa socialmente:

Vinícius - Agora, eu vou responder a sua pergunta: **eles me ensinaram que eu reclamo muito da vida! Porque todo o problema que eles viveram, eu não tive.** E que eu descobri que sou egoísta pra cacete. Porque até hoje eu reclamo da minha vida lá antes deles.

Jorge - Mas você não sente que você fez a diferença pra alguém?

Vinícius - Não, eu sinto. **Mas eu acho que ele ensinou muito mais pra gente.**

No contexto dessa discussão, Elza e Jorge dão um depoimento dos rituais afetivos que construíram junto de Ametista. Para além das demonstrações de carinho, comportamentos são ensinados ao longo dessas trocas:

Jorge - [[Nossa, **hoje nosso beijo de manhã?** Conta como que é!
 Elza - É! **A gente dá um beijo paçoca todo dia de manhã. E ele vem! E a gente dá três beijinhos, um de cada lado. Um.... dois... três!**
 Jorge - **E ela fica...fica....fica...**(imitando a cara de satisfação da criança ao receber o carinho)
 Jorge - **Mas você vendo lá no final o que vê o que você fez e como ela vai de volta... é muita coisa! Nossa Senhora! É show de bola**
 Rita – **É gratificante demais!!**
 Jorge – **É muito bonito!!**

Comparando os dados deste estudo com os encontrados por Kuabara et al (2016), um dos adolescentes entrevistados parece não se sentir pertencente à família acolhedora e isso dificulta o estabelecimento de relações afetivas recíprocas, uma vez que destaca não gostar tanto da família e sentir que a mesma também não gosta dele. Outro adolescente entrevistado passou por uma reintegração familiar malsucedida na qual a mãe teria o rejeitado, desencadeando em novo acolhimento e em problemas comportais e emocionais oriundos dessa situação. Kuabara et al (2016) revela que a postura dos guardiões foi fundamental para oferecer a ele recursos para superar o abandono, entendendo que a disponibilidade e dedicação afetiva foram os fatores primordiais para ressignificar o próprio sofrimento.

Esses apontamentos elucidam o quanto a construção do afeto é fundamental para auxiliar as crianças e adolescentes a enfrentarem os sofrimentos produzidos por essas situações e que, embora as vezes os casais acolhedores estejam disponíveis para realizar o cuidado, essa construção não acontece de maneira natural e nem se dá a priori: é intencional. As marcas deixadas pelas situações de abandono e o medo de outras rupturas podem produzir sentimento de desconfiança e dificultar a construção desses laços, caso os adultos do entorno não estejam devidamente preparados para assegurar o suporte necessário aos acolhidos e atravessarem, juntos, esse momento. Essa reflexão complementa e vai de encontro aquelas realizadas no Núcleo 4.

A situação vivenciada pelo adolescente do estudo acima mencionado, que não se sente pertencente à família aproxima-se do que ocorreu com Cristal. No caso de Citrino, o momento em que esteve sob os cuidados de Rita, Caetano e seus filhos, mostrou-se fundamental para que ele conseguisse, aos poucos, preparar-se para a entrega afetiva dos pais adotivos. Tratava-se de um processo educativo que apresentava para a criança outras possibilidades relacionais dentro de uma família, diferente daquelas que havia experimentado até o momento em que fora acolhido pela segunda vez.

Na mesma direção, os acolhedores têm a possibilidade de reverem os próprios princípios que orientam o processo de educarem os filhos e os acolhidos, uma vez que mediante os conflitos que emergem nas relações, revelando contradições, precisam encontrar novas estratégias de cuidado e amparo e, porque não, a própria revisão daquilo que compreendem ser fundamental para o desenvolvimento destes enquanto “gênero humano”.

Isso posto, compreende-se que as relações intrafamiliares que envolvem o acolhimento familiar precisam superar os entraves que romantizam o cuidado da criança “abandonada” ou “violentada”, atrelando-o a práticas caritativas e trazer à tona as contradições que esse processo, que é dialético, evidenciam. Quando uma família se dispõe a se tornar acolhedora, essas experiências difíceis e nem sempre bem-sucedidas precisam ser explicitadas inclusive para que possam refletir sobre possíveis condutas e caminhos a serem adotados e, para além disso, ter espaço para que o sofrimento do acolhido seja revelado e dessa maneira, possa receber os amparos e reparos que se façam necessários. O processo é constante: não se finda e precisará ser reinventado a cada novo acolhimento e a cada nova necessidade.

Cavalcante et al (2008), apud por Kuabara et al (2016), pesquisando sobre a importância da figura materna na promoção da saúde mental através de sua relação com os filhos, enfatizaram que essa função não tem relação direta à vínculos biológicos e que seu papel se atrela a ato de cuidar, que é por si só um fator facilitador da construção do afeto. Além disso, uma das adolescentes entrevistadas aponta que o carinho e a atenção que tinha com os acolhedores não é como os que encontra na figura da mãe, compreendendo que o que tem junto dela é mais frágil, mas analisa que a mesma poderá superar sua tristeza e assumir outro papel na relação de cuidados dos filhos se conseguir reaver a guarda do filho mais novo, que ainda permanecia acolhido.

Também foi apontado como fator importante algumas interdições feitas pelos acolhedores, nos quais a capacidade de continência e dedicação se mostram favoráveis para que o acolhido se sentisse seguro e, de fato, acolhido. Além disso, outros aspectos foram destacados como importantes para garantir a manutenção de cuidados para além daqueles estabelecidos com bebês (aos quais se referem como objetos libidinais e que neste trabalho, entenderemos por sentimentos atrelados ao ato de cuidar e facilitadores da construção do afeto): [...] a segurança, o cuidado, a função materna¹⁷ de ajudar a construir e organizar a realidade, o apoio emocional, dedicação,

¹⁷ Também discordamos do destaque oferecido exclusivamente à essa relação, uma vez que na atualidade, discute-se mudanças nos arranjos familiares e possibilidades parentais mais ampliadas do que as restritas as figuras maternas.

confiança, amor, e outros diversos [...] (CAVALCANTE et al (2008) apud KUABARA et al, 2016, p.360).

Outro ponto importante apresentado na fala das crianças e dos adolescentes foi de que os acolhedores não substituíram as relações das crianças com suas mães e que, apesar de alguns relatarem desejo de se manterem sob os cuidados dos acolhedores, falam com carinho sobre as mães biológicas. (KUABARA et al, 2016).

Esses relatos também são importantes para que as famílias acolhedoras adotem uma postura de respeito às histórias das crianças e de suas famílias, mesmo quando nem sempre conseguem confiar na possibilidade dos grupos de origem se reorganizarem para assumir novamente os filhos. Os apontamentos realizados no Núcleo 3, sobre as impressões construídas pelos acolhedores sobre as famílias de origem indica que a maneira estereotipada que enxergam os pais dos acolhidos e, caso isso seja exposto para a criança, tem-se inevitavelmente dois riscos: a fragilização do relacionamento dos acolhidos com as famílias de origem ou a tentativa da criança de romper com a relação estabelecida com os acolhedores, defendendo os pais ou outros responsáveis, situação esta que comprometeria o principal objetivo deste trabalho que, a priori, é a reintegração familiar.

Nesse sentido, as relações sociais enquanto estruturas da sociedade e as relações sociais enquanto estrutura da personalidade possuem relação de equivalência e não de identidade. A qualidade das relações sociais se torna, portanto, fundamental para o desenvolvimento da natureza psicológica do homem. Com isso, permite ampliar as concepções dos acolhedores de que as crianças são reflexo de seu meio, mas que podem, na medida em que adentrarem outras possibilidades relacionais, apreenderem outros modelos e construir outros modos de ser e estar no mundo. Aqui, cumpre mencionar a importância de uma reflexão que não associe um passado em que a violência esteve presente de um futuro na qual ela irá ser reproduzida. Concomitante a isso, os acolhedores e seus pares também se deparam com a oportunidade de construir novos modos de ser e estar no mundo, explicitando a riqueza da condição humana de reinventar-se, o tempo todo.

Considerando que ao longo do processo de acolhimento a criança é, então, submetida a um novo modelo relacional, existirá para ela também um outro discurso sobre o que vem a ser a família. A linguagem estabelecida com esses pares, enquanto afastada de sua família, produzirá novas referências, que, dialeticamente também incidem sobre as construções realizadas pelas famílias acolhedoras quando compreendem a importância de seu lugar social e sobre os próprios constructos que vão sendo organizados a partir disso.

Destaca-se, nesse sentido, que o componente simbólico apreendido pela linguagem não apenas integra a vida humana, mas é seu elemento constitutivo (SARTI, 2015). Ou seja, a linguagem é uma categoria central que permeia todo processo educativo que orienta o acolhimento e ela dá condições para que todos os envolvidos revisitem os sentidos e significados que são produzidos ao longo do caminho.

De acordo com Sawaia (2005) e fazendo um paralelo sobre o ato de acolher, quando se ultrapassa a prática do individualismo e do corporativismo para abrir-se à humanidade, sente-se aquilo que chamou de felicidade ético-política. Para Simone Weil e Hanna Arendt, há uma distinção entre compaixão e piedade. A primeira, trata do sofrimento que permite desencadear numa ação social, podendo ter caráter público e unificador dos homens em torno de um projeto social. A piedade seria a paixão pela compaixão, sentimento que encontra em si mesmo seu próprio prazer, aprisionando o homem em torno de seu próprio sentimento. (SAWAIA, 20015).

Nessa linha de discussão, Elis expressa seus intentos:

Elis - E depois eu penso assim... se a gente quer um mundo diferente pros filhos pequenos que vem vindo, né? Os meus sobrinhos netos..o filho do Vinícius que um dia vai casar e ter os filhos dele. Eu só quero, mas não faço nada? Quando chega o convite...porque acho que o convite chega e eu acho que ele não chega a toa! Né? Bate na porta e não é a toa. A gente não pode virar as costas e falar “Isso não é pra mim! Esse problema não é comigo.” Eu quero um mundo diferente então eu tenho que fazer a minha parte porque são cidadãos que vem vindo, os filhos, que estão recebendo e que vai fazer esse negócio mudar porque senão...

Dessa maneira, compreender os atravessamentos, contradições, afetos, sentidos e significados do acolhimento familiar reitera o quanto aprender e ensinar são vias de mão dupla, nas quais um existe porque o outro existe através da permeabilidade dos papéis ocupados por todos os envolvidos: eu não ensino porque sou adulto nem aprendo porque sou criança, mas aprendo-ensino na medida em que me disponho a estar com o outro, aberto para todas as revoluções que este contato poderá desencadear para nós. O acolhimento, quando vivenciado por uma perspectiva que entrelaça histórica e socialmente os aspectos da realidade, parece resgatar processos que constituem as relações humanas e, além disso, indicar as potencialidades e os desafios a serem superados por essa medida protetiva.

6.4 GRUPO FOCAL COM CRIANÇAS – 1º ENCONTRO

Este grupo contou com participantes na faixa etária entre os 8 e 13 anos e foi estruturado com base nas idades dos filhos das famílias acolhedoras cadastradas no momento em que foi executado. O conteúdo analisado a partir das falas das crianças foi organizado a partir dos pré-indicadores, posteriormente aglutinados em sete indicadores e um grande núcleo de significação.

Quadro 7 – Crianças Participantes Grupo focal

Participante	F. Acolhedora	Idade	Sexo
Marcelo	F-1	9 anos	Masculino
Tiago	F-2	10 anos	Masculino
Rodrigo	F-6	12 anos	Masculino
Vanessa	F-2	13 anos	Feminino

6.5 DESVELANDO AS CRIANÇAS ACOLHEDORAS

Núcleo de Significação – Ser crianças em família acolhedora, processo educativos, de mudança e de sentimentos: satisfação, medo, saudade, tristeza, alegria, amor, educação e proteção.

INDICADORES
Satisfação em dispender cuidados à criança acolhida
Satisfação em ver as mães prepararem a casa e a rotina para a chegada do acolhido.
Clareza dos objetivos do acolhimento e tentativa dos guardiões de facilitar a dimensão transitória para o acolhido.
Os conflitos aparecem no decorrer das relações, independentemente da idade da criança acolhida, mas perpassam pelo amor construído.
Medo, saudade e tristeza são experienciados pelo acolhido, mas gradativamente são reparados.
Desacolhimento como momento de experienciar tristezas
Família e família acolhedora como espaço de união, respeito, amor, educação e proteção à crianças vítimas de violência e o acolhido enquanto membro do grupo familiar.

O início das atividades no grupo das crianças começou através da orientação sobre produzirem, artisticamente e da forma como achassem melhor, o que entendiam por família, em metade de um papel A3. As crianças estavam um pouco tímidas e quase não interagiram nos primeiros momentos. Apesar de se conhecerem, os contatos são eventuais e mediados pelas festas e eventos do serviço de acolhimento, ocasiões em que se encontram.

A pesquisadora preparou para eles um café da manhã com a intenção de que esse recurso pudesse ir aproximando-os e favorecendo as expressões dentro do grupo. Rapidamente se apropriaram da tarefa e começaram a construí-las. O assunto foi iniciado através de relatos das crianças sobre episódios envolvendo os acolhidos que estavam sob a responsabilidade de seus pais. No período do grupo focal, Marcelo e sua família estavam há alguns meses sem realizar novos acolhimentos, o que não impediu que trouxesse histórias envolvendo suas experiências anteriores.

Durante o encontro, expressavam satisfação em dispender cuidados à criança acolhida e destacaram que há um empenho de todos os membros do grupo familiar para participar dessa função junto ao acolhido, o que inclui participar de brincadeiras e da execução de tarefas da rotina, tais como banhos, trocas de fralda, etc.

Tiago - Que nem...a gente **foi numa chácara esses dias e levou a nenê**. Daí tava **jogando truco todo mundo e a nenê começou a chorar e voou os quatro em cima**. (todos riem)

Vanessa - **Porque eu tava lá em cima**. Tem uma mesinha de DJ do meu primo e ele fica tocando música. E **eu tava lá em cima, minha mãe e meu pai jogando truco**, Tiago... onde você estava?

Tiago - Jogando truco também.

Vanessa - Tava jogando truco também! (risos) **A nenê chorou... foi muito engraçado... a nenê chorou, correu os quatro em cima! Foi nossa... muito....**

É possível identificar esse exercício do cuidado e de zelo quando, por exemplo, mostram-se atentas aos gostos e aos aprendizados apresentados pelo acolhido durante o acolhimento:

Mediador - E você? **Do que que Berilo gosta de brincar?**

Rodrigo - De **Galinha Pintadinha, de bola**.

Rodrigo - É. **Ele chama minha mãe de “Bu!”**

Mediador - De BU? Ele não tá falando ainda , então?

Rodrigo - Ele **tá falando “oi”, “cocó”]**

Marcelo - **[[COCORICÓ!**

Rodrigo - Ah... tá falando isso! **Ele fala “não”**.

As experiências narradas pelos participantes evidenciam a disponibilidade destes para as mudanças oriundas da decisão de acolher uma criança. Vale dizer que antes de realizarem o acolhimento, todos haviam sido atendidos pela equipe técnica ao longo do processo formativo de suas respectivas famílias, de tal forma que puderam expressar-se livremente, tirando dúvidas e concordando ou não com o desejo dos pais de se vincularem ao equipamento.

A questão do cuidado chama a atenção porque explicita o sentimento de bem-estar das crianças ao acolherem e poder fazer parte dessa rede que ampara o acolhido. Exceto Diamante, que era um pouco mais velha do que Marcelo, todas as crianças acolhidas eram mais novas do que os participantes. Essa diferença nos momentos do desenvolvimento pode, de alguma forma, facilitar esses relacionamentos na medida em que a dependência do acolhido está atribuída, na maior parte do tempo, aos adultos, uma vez que a maioria eram bebês e demandam certo tipo de cuidado de responsabilidade dos guardiões, como: acordar de madrugada, trocar fraldas, dar banho, etc.

Por outro lado, o cuidado do outro é apreendido através da relação com o acolhido e com o adulto, que atua como mediadora das aprendizagens oriundas desta atividade. O próprio ato de reconhecer as necessidades do outro, mesmo as mais operativas é resultado de um processo educativo de humanização, que se refere a apropriação das significações construídas historicamente e possibilita aos indivíduos o desenvolvimento de atributos que são fundamentalmente, humanos. (MARTINS, RABATINI, 2011).

Considerando esses atributos, que oferecem a possibilidade de produção e reprodução da cultura (DUARTE, 2004) e, portanto, a própria vida em sociedade, ao longo do acolhimento familiar modelos de relacionamentos são apropriados e reproduzidos por todos os envolvidos, desencadeando novos sentidos para a vivência.

Dessa maneira, o sentimento de satisfação expresso pelas crianças pode relacionar-se com o fato de que, ao reconhecerem a necessidade do outro, desenvolvem a própria consciência, ultrapassando aspectos da vida individual para uma prática altruísta e socialmente comprometida.

Segundo Leontiev (1978, p.7), “[...] a consciência deve ser considerada, não como um campo contemplado pelo sujeito no qual suas imagens e conceitos são projetados, mas como um movimento interno específico gerado pelo movimento da atividade humana”.

Por essa perspectiva, a linguagem é um elemento que possibilita as crianças estabelecerem relações com seu entorno social, modificando esse cenário. Trata-se do processo de desenvolvimento da consciência do eu, que atravessa o desenvolvimento psíquico e coincide com

a relação estabelecida com os objetos, marcando uma nova situação para a criança. A partir disso, as generalizações deixam de estar dependentes do pensamento prático concreto, organizando e reorganizando o psiquismo para a tomada de consciência da realidade circundante. Frente a isso, destaca Souza (2007):

[...] na primeira infância, a criança vive transformações engendradas pelo conjunto de situações provocadas pelas pessoas, pela atividade e pelo uso dos objetos, que a leva à apropriação de várias habilidades como a constituição da linguagem verbal, a consciência de si e as relações com seu entorno, entre outras apontadas aqui. Essas modificações, compreendidas como possibilidades criadas pelo mundo da cultura, permite-nos considerar que a educação, neste momento do desenvolvimento, deve conter o reconhecimento dessas novas possibilidades da criança frente ao mundo e, a partir disso, criar, por meio do educador, novas situações que a instiguem e promovam o desenvolvimento complexo das premissas para o seu pleno desenvolvimento psíquico. Tendo em vista uma perspectiva que aponte para uma concepção de criança a partir do Enfoque Histórico-Cultural, nomeamos a relação atividade/mediação/entorno como o caminho para uma nova maneira de ver e compreender a criança e seu desenvolvimento, possibilitado pelas contradições que ela vivencia em sua infância. (SOUZA, 2007, p. 115).

Ao encontro disso, observa-se a avaliação dos guardiões quando compreendem que o acolhimento é uma maneira de transmitir valores aos filhos. Isso implica dizer que os sentidos atribuídos pelos pais acerca do acolhimento familiar, além de educativo, infere que ele será importante para o próprio processo de humanização das crianças e possivelmente, para um determinado modelo de sociedade que anseiam viver.

Outro aspecto indicado pelas crianças e compartilhado no grupo focal revela o sentimento de satisfação em ver as mães prepararem a casa e a rotina para a chegada do acolhido e revelam que o primeiro contato com a ideia de realizarem o acolhimento de uma criança também foi apresentada através delas. Ao se depararem com essa possibilidade, os participantes do grupo mencionam ter achado a proposta “legal” e terem ficado “ansiosos”.

Tiago - Eu fiquei um pouco em dúvida no dia, porque eu não sabia o que era. A gente tinha acabado de sair da igreja e a gente foi até em casa, e ela foi explicando, e eu achei legal também.

Rodrigo - Eu achei legal quando minha mãe falou pra mim...e eu fiquei super ansioso.

Vanessa - É... foi bem assim... nossa... porque a gente tava na igreja e aí falaram isso... falou da família acolhedora. Daí a minha mãe começou a falar que era isso que ela queria fazer, que a minha vó ia ficar super orgulhosa dela e tal. Daí ela falou que queria fazer isso e.... nossa... ficou falando do carro

até em casa, ficou falando uma semana disso! Falou que queria, porque queria fazer isso... e daí a gente correu atrás e nossa foi (expressão de contentamento no rosto de Vanessa)]]

Durante e posterior ao processo de formação das famílias acolhedoras, ocorre um momento de espera, no qual os guardiões passam a organizar roupas, fraldas, lenços e promover modificações nas residências de tal forma que acomodem mais um membro. Esse processo, que gera uma “bagunça”, é experimentado de maneira carinhosa, como um ritual que organiza os recursos concretos que possibilitam o acolhimento.

Mediador - Como é que vocês se preparam para recebe-la?

Vanessa - Nossa... a gente arruma a casa! (Vanessa ri)

Tiago - [[Minha mãe fica a semana inteira procurando roupa

Rodrigo - [[Fralda, lenço, sabonete...

Tiago - [[Fica entrando naquele site de desapego. Compra um monte de coisas..

Dialeticamente, o esforço de preparar o espaço físico parece indicar a própria tentativa de autopreparação das famílias para a experiência a ser atravessada.

Os aspectos apontados neste indicador corroboram com a discussão levantada pelos adultos e apresentada no Núcleo 6 – Cotidiano do acolhimento e a manutenção de papéis sociais: o feminino e o cuidado frente às facilidades, dificuldades e as redes de apoio. Identifica-se que, além do fato das mães serem as primeiras a proporem o acolhimento familiar como atividade a ser desempenhada pela família, são elas que norteiam essa espera, preparando o espaço e os membros do grupo para vivenciarem esse processo. Isso delineia que de fato há sobre as figuras femininas uma maior associação destas ao exercício do cuidado, nas quais o tempo todo aparecem como protagonistas, independente do lugar que ocupam no acolhimento: sejam elas as guardiãs ou as próprias mães das crianças.

Conforme apontado por Sarti (2003), para a mulher cabe o papel que assegura a unidade do grupo familiar, através do zelo e do cuidado, enquanto ao homem caberia a manutenção da respeitabilidade familiar. Esses papéis sociais, construídos historicamente, vão sendo reforçados e perpetuados no cotidiano das famílias acolhedores e seguem como modelos tanto para os acolhidos quanto para os filhos dos casais.

Essa discussão reforça a necessidade de romper com o paradigma que atrela os cuidados das crianças às mães/ figuras femininas, construindo uma nova perspectiva de cuidado orientada pela

parentalidade, na qual ambos os responsáveis desenvolvem, de maneira complementar, à atenção dedicada aos processos educativos e afetivos junto dos filhos/acolhidos.

Embora este não seja, a priori, o objetivo deste serviço, a revisão dessas funções sociais pelos acolhedores possibilitaria, às crianças envolvidas, construir seus processos educativos sob uma nova perspectiva que incidiria diretamente na forma como irão apropriar-se dessas relações ao longo do tempo e, em especial, na vida adulta. Trata-se de romper com padrões relacionais desiguais entre os gêneros que desembocam na sobrecarga de atribuições às mulheres, que se perpetua desde os primórdios da história da humanidade.

Os participantes do grupo também demonstram clareza dos objetivos do acolhimento e tentativa dos guardiões de facilitar a dimensão transitória para o acolhido, que deve voltar-se primeiro para a reintegração familiar do acolhido e, excepcionalmente, seu encaminhamento para adoção.

Vanessa - Triste e feliz ao mesmo tempo. **Porque esse é o objetivo dela, que arranjem uma família pra ela!** Então... é os dois!

Marcelo - **[[Ou os pais voltam pra criança! É a mesma coisa que aconteceu com a Ana Vitória**

Rodrigo – [...] **A função da família acolhedora é acolher crianças que eram maltratadas com a família. E a família é recuperada para recuperar a criança de volta. [...]**

Nesse sentido e considerando a perspectiva transitória já pressuposta neste trabalho, as guardiãs, mães dos participantes do grupo, tem a preocupação de frisar aos acolhidos, quando são chamadas de mães, que são suas tias.

Essa reação indicar um empenho das guardiãs em oferecer ao acolhido a possibilidade de destacar que, em algum momento, outra pessoa assumirá aquela função por hora desempenhada por elas, seja no papel da mãe biológica, adotiva ou outras figuras parentais que se responsabilizarão pelos cuidados daquele infante.

Tiago - Também acho que é uma preparação, porque tem o Citrino. **Quando ele tava em casa a minha mãe não deixava ele chamar mãe pra ela. Tinha que ser tia.**

Rodrigo - **[[Ah! Minha mãe também!**

Tiago - **[[Tinha que ser TIA, porque a mãe que acolher ele vai ser mãe mesmo.**

Vanessa - Adotar...

Tiago - **É, adotar!**

Vanessa - Com o Citrino, **tinha uma situação assim, toda hora: “Oooo Mã... desculpa! TIA!”**, porque a minha mãe ficava falando: **“Não é mãe... é tia! Aqui a gente tá preparando você para uma família melhor, uma família que vai ficar com você, que vai cuidar de você. Agora, aqui não é mãe, porque mãe é a família que você vai ir. Porque a tia vai ficar só um pouquinho com você pra cuidar. Depois vai trocar”**

Mediador - **E você passou essa situação do Berilo chamar a sua mãe de mãe?**

Rodrigo - **Aham. ***

Mediador - E como que sua mãe faz?

Rodrigo - Ah... **ela falou que não pode chamar, porque ele não pode se apegar, porque a gente não é a família DELE mesmo. Ele tem outra família e pode demorar pra se acostumar.**

Mediador - Você lembra o que ela fala quando ele chama a sua mãe de mãe?

Tiago - **Que é do coração...**

Rodrigo - Ela fala: **“Tem que chamar de TIA, Berilo!”**

As crianças também exprimem suas impressões sobre as fragilidades que podem ser vivenciadas pelos acolhidos, quando temem que se “apeguem” e depois precisem ir embora ou que fiquem “confusos”, justamente por se tratar de uma situação transitória. Essa situação delinea a preocupação que possuem com o bem-estar do infante e sinaliza que também temem o efeito do acolhimento para eles.

Mediador - **E como você acha que ele se sentia assim?**

Vanessa - Ah... sei lá... **acho que ele ficava meio confuso. “Eu tô com eles, mas vou pra outra família?” Sei lá... acho que ele ficava meio confuso.**

Nesse sentido, não é apenas o fato de precisarem ressignificar o momento do desacolhimento, mas como as relações estabelecida entre os acolhedores com a criança se dará e a contradição entre os guardiões desempenharem papéis parentais, embora não sejam pais. Existe um esforço de ensinarem conceitos para a criança para explicitar o papel que assumiram, embora no campo dos afetos esses sentimentos se misturem e as vezes se mostrem ineficientes.

Dessa maneira, entende-se que, mais importante do que a forma como a criança irá nomear os guardiões, seja chamando-os de pais, tios ou pelo próprio nome, são os recursos que podem ser ofertados para ajudá-la, gradativamente, a ressignificar esse período e abrir-se para outros relacionamentos que serão estabelecidos após o acolhimento e, por que não, ao longo de toda sua vida.

Outro indicador menciona que conflitos aparecem no decorrer das relações, independentemente da idade da criança acolhida, mas perpassam pelo afeto construído.

Esses conflitos, narrados pontualmente pelos participantes, expunha que as crianças acolhidas, especificamente nesse caso referindo-se ao contato com crianças na faixa etária entre 1 e 2 anos, batiam neles. Outra queixa apontada foi quanto a bagunça inicial provocada pelo acolhido, dando indícios de que, até se apropriar de algumas regras quanto a manutenção da organização da casa dos acolhedores, desorganizam brinquedos, mas não os guardam, desencadeando que os guardiões solicitem que os filhos procedam com a tarefa. Reconhecem que aos poucos, os acolhidos apropriam-se dessas funções. Como proposto nos objetivos deste trabalho, as crianças, com mais diretividade que os adultos, permitem que se desenhe aspectos do processo educacional que ocorre ao longo do acolhimento:

Tiago - [[**mas ele fazia bagunça.**

Vanessa - [[**É! Ele arrancava tudo os brinquedos do armário e depois que arrancava ia assistir TV.**

Tiago - [[**É! E minha mãe mandava eu guardar e eu ficava com raiva!** Porque ele que pegava tudo (Tiago ri lembrando da situação)

Marcelo - [[**Comigo era a mesma coisa!**

Mediador - Daí não tem jeito. E você, Tiago? **Como que você fazia quando a sua mãe mandava arrumar a bagunça do Citrino?**

Tiago - **Arrumava, ué!** ** (interlocutor faz um som de desgosto com a boca)

Mediador - E o Citrino não ajudava?

Vanessa - **Às vezes minha mãe fazia ele ajudar, mas raramente, porque no começo foi duro...**era uma loucura, né?

Tiago - **Ele guardava um e falava que já tinha ajudado.**

Vanessa - **É! Ele arrancava todos os carrinhos e depois punha um ou dois na ordem e saía.**

Através da revelação desses episódios, os participantes ilustram que há um choque inicial entre as regras que a criança acolhida havia se apropriado no contexto da família de origem e aquela que precisará apropriar-se no contexto do acolhimento. As falas revelam uma maior flexibilidade dos guardiões nos momentos iniciais do acolhimento, compreendendo que o processo de apropriação não é imediato. Além disso, ao utilizarem-se do pedido de que os filhos procedam com a ação, podem utilizá-las como mediadores para os hábitos de organização que desejam que a criança desenvolva.

Essa discussão ajuda-nos a analisar, inclusive, a situação vivenciada por João e amplamente percorrida pelos adultos no Núcleo 4 – Educação: entre a culpabilização e a superproteção. Se, naquela situação, observa-se que o tempo para apropriação das novas regras de convivência social mostrou-se insuficiente para o acolhido, por outro lado compreende-se que é a mediação do outro

a própria condição para o desenvolvimento cultural dos indivíduos (PINO, 2000). Nesse sentido, as crianças precisam de um tempo para ressignificarem suas experiências anteriores para que novas possibilidades relacionais possam ser construídas, inclusive no que diz respeito à internalização de novas regras para a convivência social.

Um dos participantes do grupo acredita que sua mãe era mais dura com a criança acolhida, embora relate que ele deveria ter mais responsabilidades por ser mais velho. Nesse contexto, o diálogo das crianças refere-se as intervenções dos pais para repreensão quando o acolhido faz algo que não deveria:

Mediador - E me digam uma coisa, quando os **pais de vocês vão chamar a atenção**, é diferente com a criança acolhida? Ou é igual?

Marcelo - **[[Um pouco igual.**

Mediador - Um pouco igual?

Rodrigo - **[[Diferente!**

Mediador - Diferente? Por que você acha que é diferente, Rodrigo?

Rodrigo - Minha mãe fala que...Não sei falar...

Mediador - Lógico que sabe! Você tava falando! Você já percebe que é diferente. E porque você acha que é diferente?

Rodrigo - **Porque ela fala que eu tenho menos responsabilidade do que era pra eu ter, daí ela briga mais com o Berilo.**

Mediador - Daí ela briga mais com o Berilo?

Rodrigo - Aham.*

Quando o acolhido possui alguma autonomia para brincar, explorar o mundo e dizer sobre suas vontades, mencionam haver mais possibilidade de entrarem em conflito. Destacam que o amor que sentem pela criança é independente da idade.

Mediador - Vocês **acolheram algumas crianças pequenas, bebês, e outros maiores. É muito diferente?**

Vanessa - Ah! Já **muda um pouco, né? Porque a criança maior já fala, já sabe falar “não”, já sabe dar um conflito ali.** (EI) e bebezinho não. Acho que é só isso que muda, **porque já de estar se comunicando, de saber falar, não fica quieto.** Grita o dia inteiro! Mas acho que é só isso que muda, **porque o amor assim, é o mesmo**

O período inicial do acolhimento de Citrino, junto da família de Vanessa e Tiago, passou por alguns momentos de tensão, uma vez que só haviam acolhido bebês, até aquele momento. Através do relato dos pais, que procuravam a equipe técnica do serviço para pedir orientação sobre como proceder com a criança, observava-se que Tiago sentia ciúmes de Citrino. Essas situações faziam com que a família tivesse grande preocupação se aquele acolhimento poderia prejudicar seu filho,

que passou a expressar-se de forma arredia com os pais, demonstrar irritabilidade, o que não ocorreu ao longo do acolhimento anterior e não era um comportamento que haviam observado até aquele momento.

Através de orientações e atendimentos pontuais de Tiago, a criança passou a se relacionar com Citrino de outra forma, compreendendo a necessidade de ele ser amparado por sua família. Cumpre mencionar que essa tensão inicial vai sendo superada ao longo da aproximação das crianças e do acolhido com os acolhedores. Ao longo de diversos momentos do encontro, Tiago aponta os bons momentos que teve com Citrino, inclusive verbalizando a falta que sente dele, em específico. Ou seja, Tiago aprendeu a reconhecer a importância de sua família para Citrino, que, por sua vez, também foi aprendendo a ocupar um lugar no seio dessa família ao apropriar-se desses relacionamentos e regras.

Isso também indica a importância da conduta dos adultos responsáveis mediando os episódios de conflito que possam ocorrer.

A chegada da criança para o acolhimento, apesar de esperada com alegria pelos acolhedores, é também marcada pelo sofrimento da ruptura do acolhido com seus pares e referências. Sentimentos como medo, saudade e tristeza são experienciados pelo acolhido, mas gradativamente são reparados.

Apesar de haver uma incidência maior de acolhimentos de bebês, pela especificidade deste serviço, dois participantes do grupo, que realizaram o acolhimento de crianças mais velhas expressam que em alguns momentos, os acolhidos falavam sobre suas histórias passadas, uma para falar sobre a saudade que sentia da mãe falecida e da irmã, que se encontrava sob os cuidados de outra família e outro para dizer, ao ser questionado, sobre o medo que tinha do retorno do pai adotivo.

Mediador - Vocês lembram de **algum momento que a criança estava triste com vocês?**

Vanessa - **Não.**

Tiago e Rodrigo - **Não.**

Marcelo - **Eu sim.**

Mediador - Você lembra?

Marcelo - **É. A Diamante sentia falta da mãe.**

Mediador - Às vezes ela falava disso?

Marcelo - **Sim. E da irmã.**

Mediador - E da irmã também? E como é que vocês faziam nessas situações?

Marcelo - Eu não me lembro muito disso.

Diamante também passou por episódios, ao longo do acolhimento, de profunda tristeza. Sua mãe havia falecido anos antes e após a perda, passou a ser cuidada pelos familiares extensos, sob anos de violência cometida contra ela, sua irmã e primos. A criança, que não apresentou qualquer dificuldade para se adaptar ao contexto do acolhimento familiar, declarava sentir falta de sua irmã e de sua mãe. Nesses momentos, cumpre mencionar que havia uma postura muito aberta e acolhedora da família para com seu sofrimento, permitindo que a mesma falasse sobre as ausências e encontrasse nos acolhedores, a possibilidade de se sentir protegida.

Mediador - E você tava falando do Citrino... **você nunca escutou dele isso?**

Vanessa - **Não. Ele nunca falou.**

Tiago - **Ele nunca falou. Ele se apegou tanto a gente. Ele gostava tanto que...**

Vanessa - Teve **só uma vez que a minha mãe perguntou e ele falou.**

Tiago - [[Mas foi só no primeiro dia.

Vanessa - [[Não foi no primeiro dia. Teve uma vez que minha mãe falou: **“Mas ô Ga, fala pra tia que eu preciso saber: do seu pai. Se ele bater na porta, eu posso abrir pra ele?”** Ele ficava quieto e muda e mudava de assunto. Daí ela falava: **“Então, eu posso abrir a porta pro papai?” “NÃO, NÃO, NÃO, TIA! POR FAVOR, NÃO FAZ ISSO!”** E toda vez que ela perguntava, ele mudava de assunto. **Ele não gostava de falar do pai dele. Nossa eu ficava arrasada.**

Tiago - [[**Da vó também não, né?**

Vanessa - **Da vó também não.**

Com Citrino, a situação era diferente. A criança não falava sobre seu passado e quando questionado sobre, após o acolhimento, passou a revelar medo de encontrar-se com o pai adotivo que era seu responsável. No período em que o episódio aconteceu, a equipe do serviço foi avaliando que a criança, ao receber cuidados adequados e sentir-se de fato protegido, conseguiu observar a inadequação dos familiares anteriores no desempenho de sua proteção, uma vez que, segundo informações encontradas no momento anterior do acolhimento, o menino era apontado pela família adotiva como aquele que deveria aprender a cuidar de sua casa para poder cuidar da avó adotiva quando a mesma estivesse mais velha, transmitindo a dimensão de que a criança era compreendida como servente as necessidades dos adultos e não ocupava um lugar privilegiado de afeto nessas relações.

Percebem que os bebês, ao chegarem em um novo ambiente, também se mostram chorosos e com medo, o que gradativamente muda a partir do momento que começa a reconhecer as novas referências de cuidado, superando as condições iniciais. Esse aspecto aponta para a plasticidade das relações humanas, que se reinventam, dialeticamente, o tempo todo enquanto nos relacionamos.

Rodrigo - **Que ele chegou dormindo né? Você trouxe ele. A mãe dele tinha fugido com ele, né? Fomos nos aproximando, pegamos uns brinquedos. Minha mãe correu lá comprar uma roupa, porque não sabia que ele vinha.**

Mediador - [[Não sabia, né? Ele veio sem nenhuma roupinha, né? Você acha que ele ficou assustado?

Rodrigo - **Ele veio com a roupa do corpo. Ah... na primeira noite ficou! Ele chorou bastante. Mas depois passou.**

O acolhimento de Citrino foi marcado por uma cena de desespero da criança ao ser afastada de sua família. Como bem relatam Tiago e Vanessa, a criança chorava copiosamente e naquela ocasião, nem as técnicas do fórum, que já o conheciam, nem da equipe do serviço de acolhimento avançaram muito na tentativa de acalmar Citrino. Os acolhedores, que aguardavam para conhecer a criança do lado de fora da sala, estavam muito ansiosos e tensos com a situação.

Tiago - **Eu lembro que no dia minha irmã estudava de manhã e eu de tarde. Daí eles já estavam lá na parte de fora, esperando (referindo-se a espera dos pais no fórum, na ocasião do acolhimento). Daí meu pai foi me buscar na escola de moto e eu cheguei lá com capacete na mão. Foi só a gente entrar lá, que a minha mãe começou a conversar com ele, e ele parou de chorar. Daí ficou tudo bem. Daí ele ficou conversando com a gente, a gente contou como era a casa, dos carrinhos Hot Wheels que ele gostava de brincar e foi.... foi fácil até...**

Mediador - [[Vocês conseguiram acalmar ele.

Vanessa - Só do pai dele que era difícil de falar, e a única vez que ele falou foi porque minha mãe tocou no assunto.

Tiago - **Só da gente entrar lá, ele percebeu que ia ter um novo lar e já ficou melhor**

Como frisam Tiago e Vanessa, assim que conhece os acolhedores, em especial Rita, Citrino começa a se acalmar. Na leitura de Tiago, o acolhido conseguiu ficar melhor quando percebeu que teria um lar.

Conforme a experiência da pesquisadora neste serviço, o fato das crianças falarem sobre suas dores, angústias e poderem revelar violências também é um aspecto que provoca receio nos acolhedores de acolherem crianças mais velhas, uma vez que essas revelações podem acontecer para seus filhos e isso iria expô-los à uma situação que acreditam não fazer parte do universo representacional destes. As crianças, por outro lado, revelam postura empática com os acolhidos, sensibilizados com o sofrimento do outro.

Segundo Vigotski (1935), o universo circundante da criança tem um papel central no seu desenvolvimento, indicando a necessidade de que tenha reconhecido seu significado e influência

para a criança. Com isso, o autor não pretende dizer que esse entorno determina de maneira objetiva o desenvolvimento, mas indica que há uma determinação no desenvolvimento psíquico provocada pela relação estabelecida entre a criança e esse entorno.

Em assim sendo, para a família acolhedora, conhecer a história de vida do acolhido é fundamental para que possam reconhecer as determinações produzidas através destas relações, que não são estáticas e modificam-se o tempo e apresentam-se como substrato para a formação do psiquismo.

Conforme reitera Souza (2007), as formas mais complexas de pensamento se apresentam no final da primeira infância, amparados pelo desenvolvimento da função semiótica ou simbólica da consciência. Nesse contexto, em que as generalizações atingem seu ápice, os objetos passam a ser usados como forma de substituição de outros, mudando qualitativamente a maneira como se relaciona com o entorno. Essa nova situação social em que se insere dá condições para que a criança atribua sentidos e significados às situações que a rodeiam.

Essa nova situação social da criança com seu entorno pode ser compreendida como momento peculiar do seu desenvolvimento psíquico, no qual, novas possibilidades éticas, estéticas, afetivas e intelectuais se organizam. (SOUZA, 2007, p. 114).

Nessa perspectiva, considerando os possíveis impactos negativos produzidos pelo acolhimento familiar, conforme apresentado pelos adultos na análise do “Núcleo 1 - A vivência dos contraditórios: sentimentos da família acolhedora na experiência do apego e desapego” (ver página 84), uma preocupação recorrente entre acolhedores que tem filhos versa sobre o medo de produzirem situação de sofrimento à eles quando a criança acolhida for embora.

A dimensão revelada na análise das falas do grupo focal com as crianças desmistifica esse temor, que também é recorrente entre os diversos pretendentes, quando procuram o serviço para se informar sobre o trabalho desenvolvido pelas famílias acolhedoras: “esses casais tem filhos?”, “como fica a cabeça das crianças quando os acolhidos vão embora?”.

O desacolhimento apresenta-se como momento de experienciar tristezas, e é, na perspectiva das crianças, o período mais delicado desses processos para todos os envolvidos.

Como pondera Vygotsky (1993) os sentimentos e as emoções de constroem a partir do cotidiano, mediando a construção dos sentidos e significados. Dessa maneira, a possibilidade de estar em contato com as crianças acolhidas desencadeia no desenvolvimento de relações de afeto

que, embora reconheçam a transitoriedade da passagem do acolhido, não deixam de estabelecê-la e passam a fazer parte dos processos constitutivos de cada participante.

Evidenciando os aspectos contraditórios experimentados ao longo da medida protetiva, uma das crianças do grupo menciona, o sentimento de alegria ao saber que a situação do acolhido foi resolvida de forma definitiva.

Mediador - **Como é que vocês ficam quando a criança vai embora?**

Marcelo - **Triste**

Tiago, Rodrigo e Vanessa - **[[Triste!**

Mediador - Triste?

Vanessa - **Triste e feliz** ao mesmo tempo. Porque esse é o objetivo dela, que arranjam uma família pra ela! Então... é os dois!

Marcelo - **[[Ou os pais voltam pra criança!** É a mesma coisa que aconteceu com a Ana Vitória

O acolhimento, e porque não, o desacolhimento, produzem marcas concretas na vida de todas as crianças, sejam acolhidos ou acolhedoras, alterando suas histórias e sendo constantemente ressignificadas a partir das experiências. O sofrimento aqui não é o único parâmetro apontado pelas crianças durante o desacolhimento, mas há expressão de felicidade ao saber que a situação do acolhido foi resolvida definitivamente. Há que se considerar que a própria fala de Vanessa sobre esse aspecto pode ter efeito mediador que apresenta aos demais uma outra reflexão importante: de que há, para além dos próprios sofrimentos e tristezas experimentados, o sofrimento e as tristezas dos acolhidos, que precisam da resolução de suas situações para poderem seguir o fluxo de suas próprias histórias de vida.

Nessa perspectiva, a manutenção dos vínculos pós acolhimento apresenta-se como recurso facilitador para o enfrentamento do desligamento, embora ele nem sempre seja preservado, como destacado:

Mediador - E você lembra **quando ela foi embora?**

Marcelo - **Foi triste.**

Mediador - Foi triste? E **vocês se veem?**

Marcelo - **Não. Só uma vez que a gente se viu.**

Mediador - É mesmo?

Marcelo - Foi um churrasco na casa da vó dela.

Mediador - **Faz tempo, então.**

Marcelo - **É!**

Mediador - **E você sente falta?**

Marcelo - **Sinto!**

Tiago - Que nem eu. **A minha mãe tem um apego com o Topázio. Ela gosta do Topázio bastante...mas ela gosta dos outros também.** Daí eu falo: **“Mãe vamos visitar o Citrino, ... vamos visitar o Quartzo.** E ela sempre fala do Topázio. Daí, às vezes ela chama eles pra vir em casa.

Vanessa - É porque a **L. é um grude com a gente!** (referindo-se a relação construída entre a mãe adotiva e a família acolhedora)

Mediador - Mas você acha que é por isso que ela tem mais contato com Topázio?

Vanessa - Acho que sim porque....**ela manda foto todo dia (L. envia fotos para Rita). “Bom dia tia Rita”, “Boa noite tia Rita”. “Olha o que eu aprontei hoje...” É tudo assim. Aí ela convida pra ir lá e não sei o que...**A Josi faz um tempinho que eu não falo com ela.

Tiago - **Foi na festa junina a última vez que vimos eles..**

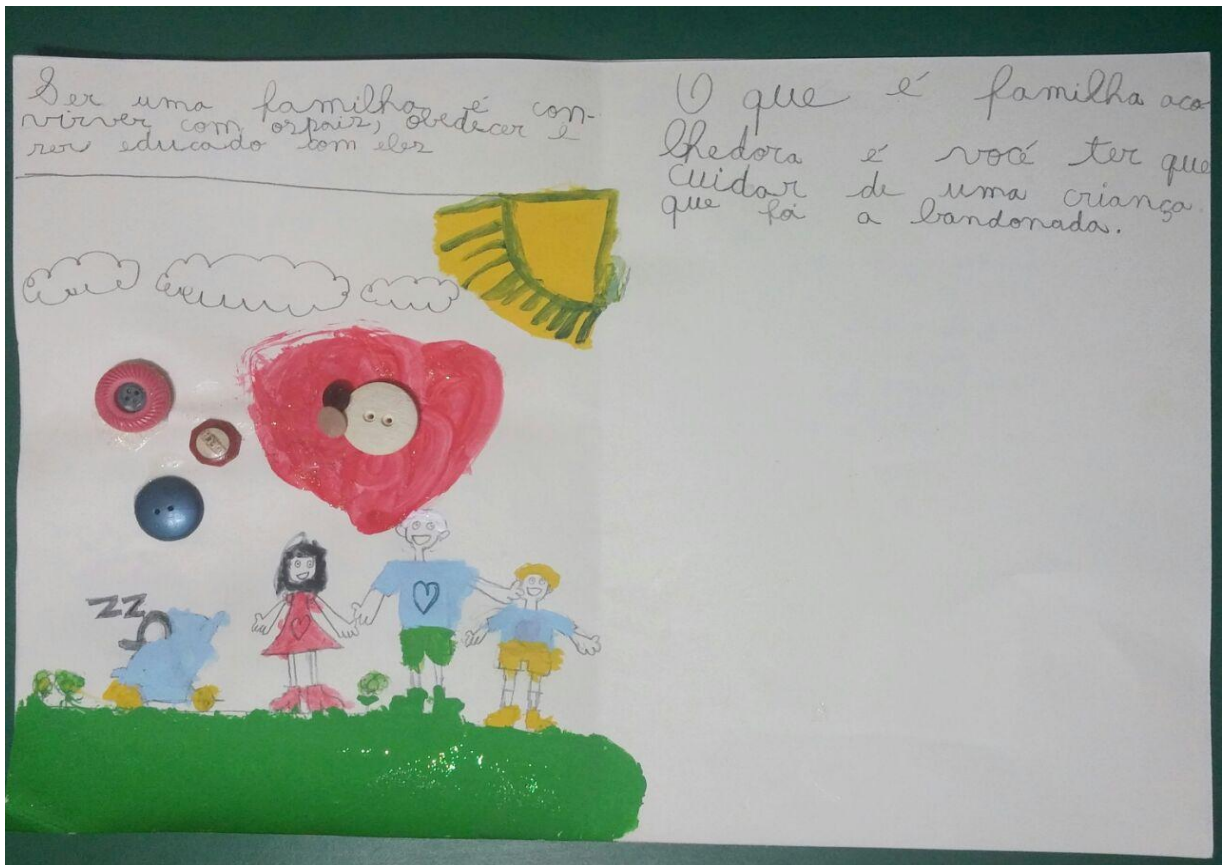
Esse sentimento é o mesmo compartilhado pelos guardiões, reiterando que o desejo de permanência dos vínculos atravessa os afetos construídos nessas relações por todos os envolvidos.

Observa-se também que os participantes têm clareza quanto aos objetivos do trabalho desenvolvido pelas famílias acolhedoras, quando apontam, por exemplo, que a proposta do trabalho prevê a transitoriedade da situação vivenciada ao longo dos meses. Evidenciam, nesse sentido, que aprendem a ocupar os lugares que ocupam na relação com o acolhido.

As análises do grupo também apontaram que compreendem a família e a família acolhedora como espaço de união, respeito, amor, educação e proteção à crianças vítimas de violência e o acolhido enquanto membro do grupo familiar. Nesse sentido, o acolhimento das crianças que sofreram situações de violência por famílias acolhedoras seria um caminho para assegurar amor, cuidado, carinho e afeto, visando preparar a criança para o futuro, ainda que naquele momento não se tenha claro qual ele seja.

Observa-se, também, que se baseiam na própria organização familiar quando relatam as vivências do que é ser uma família, o que revela uma forma e um lugar social que configura essas percepções. União, amor, respeito, educação e proteção são adjetivos atrelados à essa família bem como o cuidado, do qual mencionam, dentro de suas possibilidades, participarem.

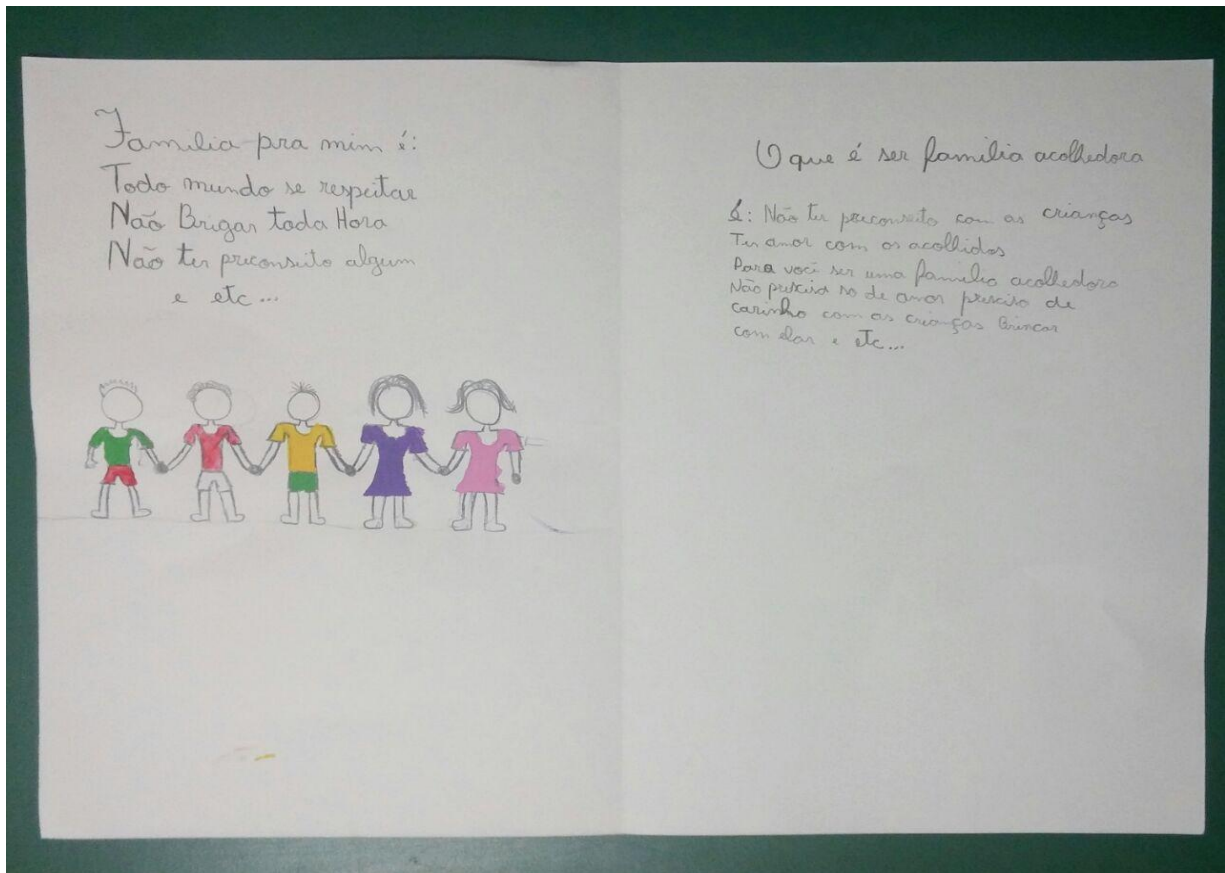
A seguir, apresentamos as produções realizadas pelas crianças ao longo da atividade do grupo focal:



Marcelo - **“Ser família pra mim é conviver com pais.... obedecer.... enfim... e ser educado como eles!”**

Marcelo - **“O que é uma família acolhedora: É você ter que cuidar de uma criança que foi abandonada.”** Eu esqueci de falar tudo o que eu pensei. (todos riem)

Marcelo apresenta no desenho sua referência de família. Os traços e personagens indicam seus pais, ele e seu irmão mais novo, reiterando o quanto o imaginário remete ao lugar social de sua própria família. No momento, talvez pelo fato de não estar acolhendo nenhuma criança, não as reporta na imagem. Ao pensar sobre o acolhimento familiar, destaca a questão do abandono e, considerando que também pode ser um aspecto que elucida um determinado tipo de violação de direitos contra crianças e adolescentes, indica ter se apropriado, dentro de suas condições e momento do desenvolvimento, do universo circundante e que desencadeiam no afastamento dos acolhidos de suas famílias de origem.



Tiago - Pode ser? Eu fiz esse desenho pra mostrar que pra acolher, a família tem que ser tudo unida pra poder cuidar da criança. E é isso. [[É que todo mundo tem que se ajudar, ajudar a criança. Todos tem que querer, pra ninguém ficar incomodado. E também pra ninguém ficar com ciúmes.

Tiago - “Família pra mim é: todo mundo tem que se respeitar, não brigar toda hora e não ter preconceito algum.” – leitura da frase que escreveu para ilustrar o desenho

Mediador - O Tiago também tem várias pessoas aí na família, né?

Tiago - **Eu fiz cinco!**

Mediador - Ah! Que legal! **Porque vocês são em quatro]]**

Vanessa - **[[E TEM CINCO!**

Tiago - **[[É! É um menino ACOLHIDO!**

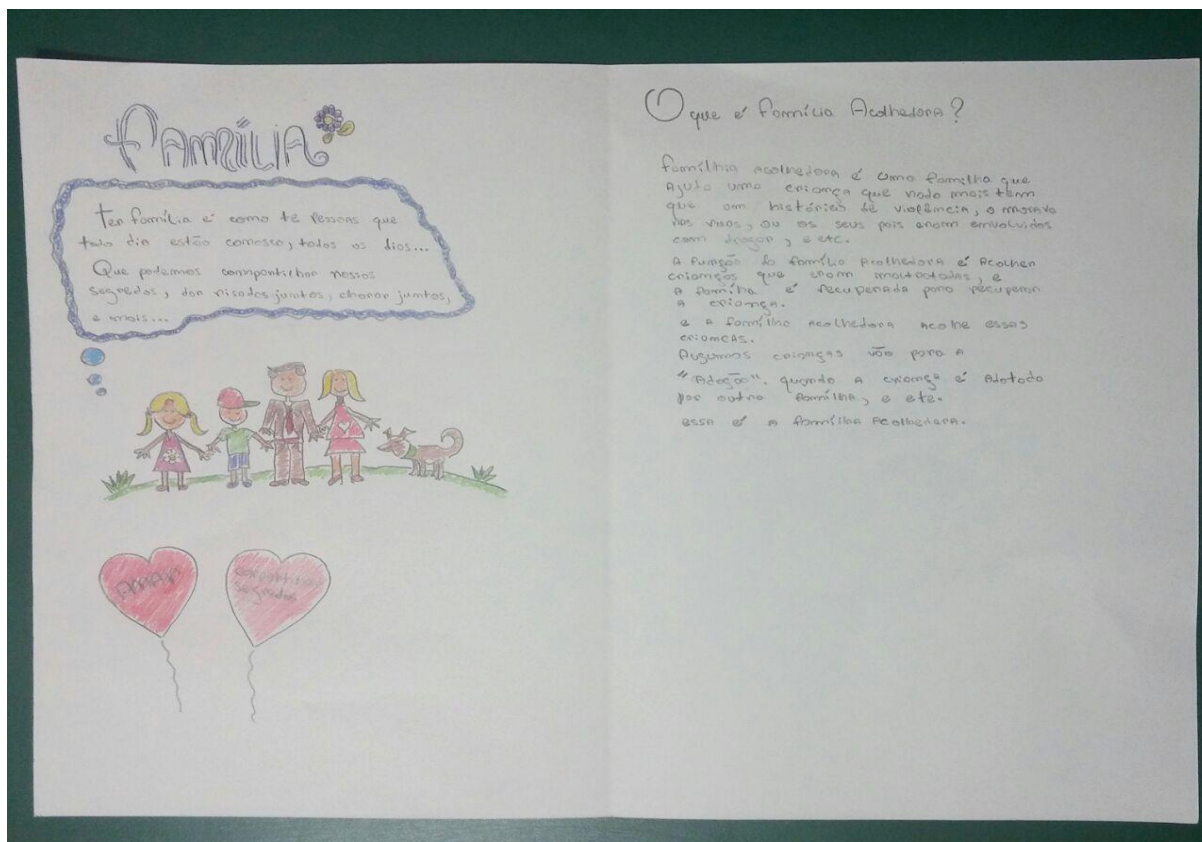
Tiago - O meu é: “Família acolhedora é **não ter preconceito com as crianças, ter amor com os acolhidos.** Para ser uma família acolhedora, **não precisa só de amor. Precisa de carinho com as crianças, precisa brincar com elas.** É isso.”

Tiago, por sua vez, aponta diversos aspectos que compreende ser importantes para a vida familiar, com destaque para aspectos coletivos e de ajuda mútuas. Quando fala sobre o ciúme,

possivelmente remete a própria vivência que teve com Citrino, conforme ponderado ao longo da discussão do indicador que remete aos conflitos existentes ao longo do acolhimento. A criança, ao indicar esse aspecto, sugere algum grau de tomada de consciência quanto ao próprio comportamento, explicitando ter atravessado um processo educativo que já superaria tais condutas em outras situações.

Além disso, o acolhimento faz-se tão presente na vida da criança que a própria representação de família já inclui uma criança acolhida, evidenciando o próprio lugar de pertencimento do outro em sua vida e da prática de acolher. Quando fala especificamente sobre a família acolhedora, aponta aspectos centrais como a não existência de preconceitos, discussão que foi amplamente realizada junto dos adultos no Núcleo 3 - Valorização versus Desconfiança e culpabilização: sentimentos contraditórios frente a capacidade de proteção da família de origem e explicitou diversos momentos em que o preconceito produz estigmas sobre os fracassos das famílias pobres em desempenharem seus papéis parentais.

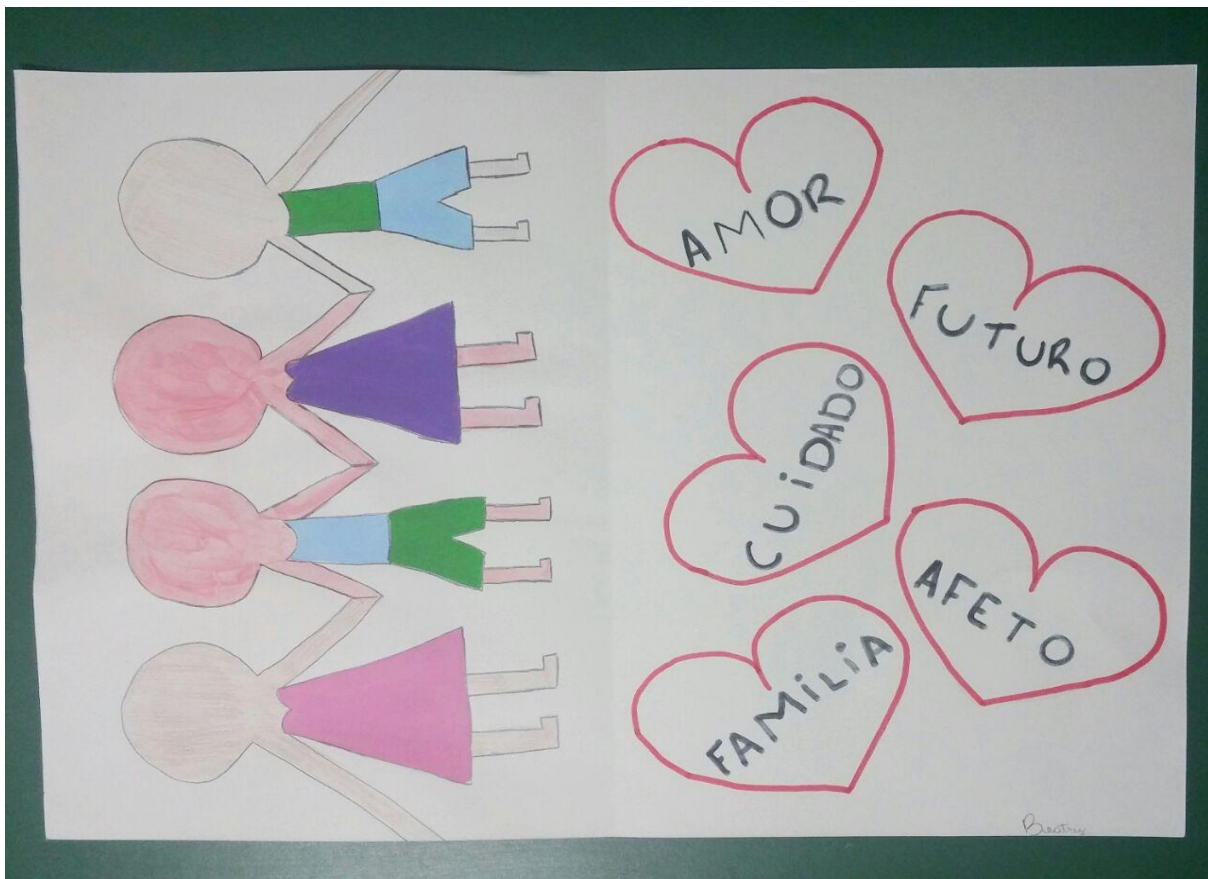
As falas de Tiago, mais do que explicitarem o grau de compreensão da criança sobre esta modalidade de serviço, indica a própria condição humano genérica que já se manifesta em suas percepções e posições diante da realidade que o cerca.



Rodrigo - **“Ter família é como ter pessoas que estão conosco todos os dias. Podemos compartilhar nossos segredos, dar risada juntos, chorar juntos e amar, compartilhar segredos”** – leitura da frase que escreveu para ilustrar o desenho

Rodrigo - **“Família acolhedora é uma família que ajuda uma criança que nada mais tem do que um histórico de violência, ou morava nas ruas, ou seus pais estavam envolvidos com droga e etc. A função da família acolhedora é acolher crianças que eram maltratadas com a família. E a família é recuperada para recuperar a criança de volta. E a família acolhedora acolhe essas crianças. Algumas crianças vão para adoção. Quando a criança é adotada, é por outra família. E etc. Isso é uma família acolhedora.”**

Rodrigo também faz uma ilustração bastante similar aos aspectos de sua própria família. Quando se refere à família acolhedora, traz uma riqueza de detalhes para explicá-la, em termos de processo e de compreensão do que desencadeia tanto os acolhimentos quanto o que promove os desacolhimentos. A explicação feita por ele facilmente poderia ter sido apresentada por um adulto e também reforça outros pontos destas análises no que tange à sua clareza sobre os objetivos desta modalidade de serviço. Para além disso, família é entendida como as pessoas que compartilham seus afetos e estão juntos todos os dias.



Vanessa - [[É... então... é isso.... **que família não ter cor... assim, não ter cor DEFINIDA....família é família....** tá... calma...

Mediador - Fique à vontade!

Vanessa - Eu não sei explicar... eu pensei... eu pensei... mas eu não sei. Eu sabia o que ia falar, mas agora deu branco.

Mediador - Qual é o sentimento que você tem pensando sobre família?

Vanessa - Acho que **acima de tudo é o amor, união. Eu acho assim... que a criança que vem COMPLETAR a família. Não é assim: a nossa família cuida de uma criança. A criança ENTRA na nossa família. Nossa... a família inteira... fica doida com as criancinhas...**

Vanessa - Eu coloquei **algumas palavras que são chave pra mim!** Que é: “amor”, “futuro”, “cuidado”, “afeto” e “família”. E.... nossa.... **família acolhedora foi uma coisa que mudou mesmo a nossa vida... e o “amor” aumenta assim que.... nossa! O amor que as crianças têm com a gente é igual o meu com meu pai e com todo mundo. E é uma coisa assim.... “futuro” é... é que encaixa bem assim. “Cuidado” é porque tem que cuidar das crianças.... assim... ensinar, PREPARAR, pro mundo, pra tudo! “Afeto”... é uma coisa assim que a gente tem MUITO com as crianças e “família” que.... nossa..... família é uma coisa que em casa pra gente é assim....a gente é unido em tudo!** E nisso **principalmente, agora que a gente tá.... tá.... a gente tá junto nessa pra cuidar DE QUEM VIER! Da criança que vier! Pra quem precisar.**

Assim como o irmão, Vanessa compreende os acolhidos como membros do grupo familiar. Destaca que há um lugar privilegiado para o acolhido dentro das relações familiares, nos quais ele é desejado e amado, ou seja, um lugar de pertencimento. Independente da transitoriedade, ele é parte desta história familiar.

Os sentimentos desenvolvidos na relação com o acolhido são comparados aos que sentem pelos pais e Vanessa relata o quanto a experiência de acolhimento foi transformadora. Há que se destacar, neste caso também, a condição privilegiada que se revela para a menina para o desenvolvimento de sua consciência e o quanto isso inevitavelmente reverbera em suas relações com o mundo e com o outro.

Concordamos com Sarti (2015) quando compreende que família se delimita simbolicamente baseada no discurso que constrói sobre si própria. Não se nega que há uma construção cultural instituída, mas aponta-se a sua singularidade: “cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida” (p. 28) a partir de uma realidade vivida que tem base em elementos objetiva e subjetivamente possibilitados na cultura em que se inserem.

Pretende-se sugerir, assim, uma abordagem de família como algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos, ao longo do tempo, desde que nascem, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida e ressignificada, à sua maneira, dados os seus distintos lugares e momentos na família. Dentro dos referenciais sociais e culturais de nossa época e de nossa sociedade, cada família terá uma versão de sua história, a qual dá significado à experiência vivida. (SARTI, p. 27, 2015).

Apontam que o amor é o mesmo que possuem por outros familiares e se destina a quem dele precisar, no sentido de que também não sabem quem serão as crianças que poderão chegar. Com o acolhimento, narram aprender sobre amor e cuidado para os acolhidos, que são apresentados como membro da família.

Em diversos momentos ao longo do encontro, é possível perceber o quanto as histórias vivenciadas durante esse processo, marcam também as histórias pessoais, uma vez que consegue resgatar da memória as experiências que enfrentaram junto de cada criança. Essas histórias, por sua vez, são o tempo todo ressignificadas e deixam marcas concretas na vida das crianças que acolhem e das acolhidas.

Novamente, explicita-se que processos educativos atravessam todos os momentos dessa experiência na medida em que as crianças aprendem, ensinam e reinventam o que é ser família, ser família acolhedora, atravessar dificuldades, além de mediar, em suas outras relações, aspectos dessa vivência. Nessa perspectiva, não há como negar o impacto produzido na formação desses indivíduos e o quanto esses processos podem ser importantes para seu desenvolvimento enquanto gênero humano, atribuindo a essa existência novos sentidos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho consistiu em analisar e apreender aspectos educacionais, culturais e relacionais que surgem no processo de acolhimento e os impactos que produzem nas histórias de vida dos membros da família acolhedora. Além disso, buscou-se compreender as significações que as famílias constroem sobre as famílias de origem, sobre a violação de direitos que culminou no acolhimento e apreender sobre os processos de vinculação e ruptura de vínculos.

O papel das mulheres para o desenvolvimento dessa prática é um dos pontos que merece destaque para se analisar as relações estabelecidas no contexto do cuidado no acolhimento familiar. Assim como as crianças acolhedoras reiteram a importância das mães, desde o início, para voluntariarem-se, no decorrer do trabalho explicitam claramente as múltiplas funções que ocupam para garantir o bem-estar dos membros da família, às vezes em detrimento de outras atividades que poderiam desempenhar. O mesmo pode ser observado no contexto das famílias de origem e até mesmo em pesquisas apresentadas nos capítulos iniciais dessa dissertação, como as de Fonseca (2006), confirmando o quanto o exercício do cuidado dos filhos, pelas famílias pobres, também sempre esteve atrelado as figuras femininas.

Esses aspectos exprimem a necessidade de reflexões sobre equidade de gênero, compreendendo que para as crianças acolhedoras e para os acolhidos, esse debate tem um grande potencial educativo para a superação de padrões historicamente determinados que atribui os cuidados às mulheres, mantendo a engrenagem nas quais elas seguem ao longo do tempo assumindo um acúmulo de tarefas e na construção de modelos de masculinidades que os aproxima de práticas parentais saudáveis juntos aos filhos/irmãos/sociedade.

É possível refletir também sobre a incidência de diversos determinantes históricos, sociais, políticos e culturais, que escancaram as desigualdades sociais, salientam a má distribuição de renda no país e principalmente a ausência do Estado em fazer cumprir aquilo que é direito assegurado constitucionalmente: emprego, moradia, acesso à educação, saúde, cultura, lazer, dentre outros. Esses direitos, negados às famílias pobres e de fácil acesso dos acolhedores precisam ser compreendidos enquanto condições objetivas que possibilita que ocupem outros lugares sociais, protegidos por uma série de privilégios que favorecem o exercício da parentalidade. Essa tomada de consciência pode oportunizar aos guardiões análises que rompam com a individualização e criminalização dos problemas sociais que as famílias de origem são vítimas, mediando o desenvolvimento da condição humano genérica.

A emergência dessas antinomias, ou seja, a emergência de contradições se mostra imprescindível para a construção de subsídios para enfrentá-las, reconhecendo os mecanismos quase invisíveis que produzem as misérias, a privação e, inevitavelmente, tantos sofrimentos.

Nessa conjuntura, que impede que os mínimos sociais sejam ratificados para que os sujeitos tivessem melhores condições de vida, aponta-se outra grande contradição frente aos próprios princípios que orientam o acolhimento familiar: a reintegração familiar.

Na medida em que não é possível garantir o pleno acesso aos direitos para as famílias de origem, o que poderia favorecer a superação das situações que engendram a medida protetiva, a própria reintegração familiar pode ser comprometida por conta da fragilidade/ausência/ineficiência das políticas públicas.

O cotidiano do acolhimento também indica que as condições objetivas vivenciadas pelas famílias acolhedoras, com destaque para suas redes sociais de apoio que incluem as vezes familiares extensos ou amigos dos casais, são fundamentais para melhorar as condições do exercício desse cuidado, o que nem sempre pode ser assegurada no contexto das famílias de origem.

Análogo à isso, a prática do acolhimento familiar informal, historicamente é um tipo de organização da comunidade para oferecer cuidados parentais às crianças que por algum motivo, não podem permanecer com seus pais/responsáveis. Ocorre que, com as normatizações das práticas socioassistenciais ao longo das últimas décadas, há uma institucionalização desses cuidados que, em grande parte, passam a ser organizados e gerenciados pelo Estado e sociedade civil organizada (ONGs, OSCIPs dentre outros), no intuito de assegurar melhores condições para as crianças que precisassem desse recurso.

Nesse sentido, embora carregue em seu cerne a mesma base – a do cuidado das crianças – conforme exposto, o discurso dos participantes da pesquisa em alguns momentos apresenta aspectos alienados quando não conseguem identificar os mecanismos que fragilizam a capacidade da própria família para organizar-se e desempenhar a proteção de sua prole. No passado o acolhimento informal apresentava um caráter caritativo e solidário e porque não, menos culpabilizador. Atualmente, o caráter caritativo e solidário também mobiliza os indivíduos para a ação, mas ainda parecem orientados pela individualização do problema que limita concretamente o pleno exercício dessa parentalidade para determinados segmentos da população.

Conforme os fundamentos teóricos e metodológicos adotados nesta pesquisa, reiterados pelos construtos apresentados ao longo do texto, seria um equívoco ignorar que a relação entre as pessoas nada tem a ver com a estrutura social e que esta mesma hierarquiza e define os locais e papéis sociais que cada um desempenha. Ou seja, não ignoramos que o lugar social dos acolhedores, em diversos momentos, faz com que percebam as famílias de origem como menos capazes do que eles próprios, apenas pontualmente discursando sobre as contradições que os pais das crianças experimentam, não reconhecendo que algumas situações operam quase enquanto estratégias de sobrevivência.

Além desta contradição, destaca-se o fato de que, uma vez que fossem asseguradas políticas públicas de prevenção aos agravamentos das situações de violência, o número de acolhimentos poderia ser reduzido significativamente. Em nossa percepção, serviços de acolhimento devem trabalhar para que, no futuro, e com a esperança de um amadurecimento da sociedade em prol do cuidado integral de seus cidadãos, eles deixem de se fazer necessários.

Não temos, com isso, a intenção de dizer que este serviço pode ser único para dar conta da complexidade das formas de estar no mundo, mas ele mostra-se enquanto possibilidade, ele se apresenta como princípio que questiona o paradigma da institucionalização, da consanguinidade e oferece a corresponsabilidade entre Estado e sociedade, terreno possível para a construção de uma sociedade mais justa e responsável pelo seu maior bem: a humanidade.

Pensar o sujeito enquanto transformador da realidade não significa reduzir a importância e o papel do Estado enquanto regulador, mas assumir que o Estado é também um conjunto de indivíduos que deve, coletivamente, construir estratégias para o enfrentamento das mazelas produzidas principalmente pelas desigualdades, sejam elas econômicas, sociais, culturais.

Compreendemos o homem enquanto sujeito ativo, transformador e protagonista de sua própria história e da história de sua sociedade.

Reflete-se também sobre o quanto essa condição dos acolhedores é indicativa de um processo cultural que acomete a sociedade frente aos problemas sociais. Como apontam no Núcleo 1, os guardiões revelam desconhecimento acerca das situações de graves vulnerabilidades envolvendo as crianças vítimas de violência e não imaginavam que ocorriam na cidade onde viviam. Esse aspecto pode revelar que talvez uma parcela significativa da população – ou seja, aquela que não vivencia tão diretamente as mazelas produzidas pelo sistema econômico vigente – também desconheça os mecanismos perversos que as produzem.

Por essa perspectiva, reconhece-se o potencial dos processos educativos, formais, não formais ou informais, para problematizar junto aos sujeitos os efeitos das desigualdades sociais para a vida em sociedade. Essas reflexões, que ultrapassam o campo da educação escolar, mas permeiam a própria assistência social e demais espaços coletivos, pode ser apontada como recurso possível para evidenciar todas as rachaduras da tessitura social que precisam ser transformadas através da organização coletiva dos cidadãos para que, quem sabe desta forma, possamos produzir um novo relacionamento entre a sociedade e o Estado.

Uma educação que se aponte emancipatória o suficiente para preservar que o maior bem da humanidade seja o norte para tudo que se desenvolve: o próprio homem.

Dessa maneira, o nível de socialidade oriundo do fato do homem nascer e viver em sociedade encerra as possibilidades para as objetivações genéricas em-si, compreendidas através das atividades do cotidiano. Para além dessas objetivações, seu pleno desenvolvimento enquanto gênero humano demanda a superação da genericidade em-si pela genericidade para-si, que envolve aspectos da arte, da ciência e da moral. Dito de outra forma, o pleno desenvolvimento do gênero humano demanda desse movimento, pressupondo, a partir disso, o homem como ser universal e livre. Ao que nos parece, quando não há empenho em horizontalizar o acesso aos bens produzidos socialmente pela humanidade, já há uma restrição quanto a todas as potências que poderiam ser desenvolvidas por todos os indivíduos que delas pudessem usufruir.

Ao serviço de famílias acolhedoras, talvez reste enquanto tarefa construir, em maior intensidade, espaços educativos continuados que possibilitem a suspensão do cotidiano, que vale tanto para as famílias de origem quanto acolhedoras, no sentido de auxiliá-los a perceber com mais clareza as afetações oriundas das injustiças sociais e das condições histórico-sociais para que,

talvez coletivamente, possam desenvolver ações de enfrentamento que superem os lugares muitas vezes quase intransponíveis que estão submetidos à ocuparem na organização social. O bem-comum precisa ser o que assegura a plenitude da vida dos homens enquanto seres universais e livres.

No que tange as dimensões dos sentimentos, ao longo do processo de acolhimento, os guardiões vão indicando o quanto a construção do afeto e do amor que sentem pelo acolhido ocorre através das trocas vivenciadas, sendo, portanto, uma construção social. Essa discussão é importante porque desnaturaliza as concepções que atrelam aspectos biológicos da maternidade, por exemplo, ao afetivo, ponderado pelos casais em alguns momentos quando revelam que não sabiam como seria a relação que conseguiriam estabelecer com a criança acolhida. Além disso, reflete-se o quanto a relação estabelecida no âmbito do acolhimento familiar, dado o lugar ocupado pelas famílias acolhedoras na organização social, aproxima-se ainda dos modelos burgueses de relacionamento, o que pode acentuar as diferenças que observam na relação da criança com seus pais/responsáveis, uma vez que utilizam como parâmetro suas próprias vivências para compará-las.

Nessa perspectiva e frente à relação de afeto construída, uma grande contradição versa sobre o fato de que a medida protetiva é transitória e prevê que a criança se despeça dessa família em um determinado momento, o que causa estranhamento para muitos ao se depararem com a proposta do trabalho. Considerando que vivemos em uma sociedade que valoriza o acúmulo de bens materiais, a lógica da afetividade sem posse parece, em si, uma expressão antagônica à esse princípio, embora revele as próprias dificuldades daqueles que se dispõem a acolher para lidar com esses atravessamentos.

O desacolhimento, por constituir-se em um campo de contradições, é experimentado através de sofrimentos pelos guardiões, que às vezes ignoram que além de seu sofrimento com a situação, um muito anterior já havia acontecido: o que provoca a ruptura da criança com seus pais, com seus irmãos, familiares, escola e comunidade. Nessa perspectiva, o recurso apresentado para diminuir o desconforto do desacolhimento é a possibilidade de manter-se em contato com a criança, que também se apresenta como possibilidade de ajudá-la a preservar sua história e as figuras de afeto que foram importantes em um momento delicado de sua vida.

Por outro lado, embora se tratem de histórias de vida marcadas por rupturas e reconstrução de vínculos, é importante destacar que as histórias de cada indivíduo podem e são, sob

determinadas condições históricas e sociais, ser ressignificadas. Esse pode ser apontado como um aspecto fundamental a ser trabalhado junto aos envolvidos, que atrela-se a nossa capacidade de nos reinventarmos frente as dificuldades que nos são colocadas cotidianamente.

Em consonância ao que foi apontado até aqui, evidencia-se a desvalorização dos vínculos com os pais biológicos, compreendidos como aqueles que praticaram a violência contra o acolhido, existe uma expressão de confiança maior nos pais adotivos. Esse discurso, além de reforçar estigmas atrelados as famílias pobres e sua suposta incapacidade de prover cuidados parentais adequados a prole, revela os efeitos históricos que repercutem até hoje, orientados por um paradigma higienista que desconsidera as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos para sobreviverem em meio à tantas privações.

Quando o acolhido apresenta comportamentos que desafiam as normas sociais estabelecidas no contexto da família acolhedora, às vezes essa experiência tende a atribuir para a criança os aspectos que refletem o meio em que vivia, desconsiderando que os processos constitutivos e educativos são históricos e sociais e não naturais e biológicos. Isso posto, fragiliza a capacidade do acolhimento promover-se enquanto possibilidade de apresentar as crianças (e dialeticamente aos adultos), novas possibilidades relacionais que não aquelas marcadas pela violência.

Essa dialética permite que possamos aprender com as dificuldades trazidas a tona pela criança e criar estratégias de ensinar à ela outras formas de ser e estar no mundo, não ignorando suas origens, mas ajudando-a a se relacionar com os outros sob outra perspectiva. Nesse mesmo processo, os guardiões podem perceber outras formas de ler/atuar sobre a realidade, não na perspectiva de enquadrar a criança à um determinado padrão de como ela deve ser, mas de aprender a ser outro, de acordo com a necessidade suscitada por essa relação. É reconhecer que todos estamos em constante processo de mudança e de formação enquanto humanos.

Com relação as minhas percepções, o tempo todo procurei distanciar-me o suficiente para assegurar a qualidade das análises, reconhecendo o impacto dessas histórias na minha história pessoal. Por outro lado, não poderia deixar de dizer como essa construção me afetou, uma vez que em diversos momentos eu retomei a questão dos afetos.

A vida é tão intensa nesse serviço, que quanto mais eu pensava sobre ele, mais queria escrever sobre o que me rodeava e menos eu conseguia, tentando assegurar os esforços para ser suficientemente pragmática. Precisava concluir, limitar-me a analisar um fragmento do que tão

intensamente vivo nas minhas trocas com as pessoas que me rodeiam, mas esta é uma outra pesquisa importante a ser desenvolvida nesta área.

Tem muito mais potência fora desse texto, mas também tem muito mais sofrimento. Tem muito mais crianças que precisam de cuidado e tem as que precisam hoje mais do que as que eu pude descrever aqui. Tem as que não irão se encaixar na vida de pais que não estão verdadeiramente empenhados ou em condições de entregar-se nessa árdua tarefa que é participar ativamente do processo educativo de uma criança. Tem as que foram devolvidas após adoções malsucedidas porque não cabiam no projeto dos pais adotivos. Tem as que foram reintegradas às suas famílias e hoje constroem com eles outras possibilidades relacionais. Tem as que seguem plenamente amparadas. Tem as que nunca mais viram as famílias acolhedoras, mas tem as que tiveram possibilidades de ter os guardiões como extensão de sua própria família. Todas (e todos os envolvidos) têm em comum a possibilidade de ressignificarem suas histórias de vida e modos de estar e interpretar o mundo a partir dessa experiência.

Para as famílias acolhedoras, especialmente os adultos, que falam em diversos momentos sobre suas dores, porque permanecem acolhendo, mesmo depois de atravessarem tantos sofrimentos. Por que ficar quando se trata de um trabalho voluntário que pode ou não ser continuado? Possivelmente porque os sentidos ultrapassam as dores particulares na medida em que também aprendem que podem amparar a dor do outro. E que essa dor do outro talvez seja maior do que a própria dor que terão de lidar. Embora falem, nesse texto e as vezes deem ênfase aos próprios sentimentos quando refletem sobre as rupturas, evidenciam sua condição humana quando falham, contradizem-se, fazem julgamentos, e, por outro lado, parecem mobilizados ao ponto de encontrarem novos sentidos ciclicamente para conseguir manter-se. A fala das crianças acolhedoras e dos guardiões parece indicar que aos poucos, a experiência vai se tornando um projeto de vida familiar.

A afetividade, a construção que acontece entre esses pares, talvez seja a grande potência deste trabalho: o lugar de pertencimento que as crianças podem ocupar dentro dessas famílias e a partir dessas trocas. Do plano dos afetos, ter o outro se dispondo com tudo que tem e com o que lhe falta e que precisa ser o tempo todo apreendido, a se dedicar ao cuidado, parece ser uma das maiores expressões da importância que esse outro assume em relação a nós. É um exercício de desprendimento. Como se ensina sobre o afeto? Como se aprende sobre afetividade? Apenas através do outro.

Isso não significa dizer que as crianças só aprendem a receber afeto e bons cuidados quando são acolhidas, mas seguramente afirmar que o acolhimento familiar possui capacidade para oportunizar à elas um cenário de acolhimento nos quais podem ter suas necessidades de amparo, proteção e cuidado, a partir de relacionamentos mais íntimos, e, porque não, reparadores.

Essas reparações que ocorrem, como no caso de Citrino e Diamante, por exemplo, fazem pensar no quanto sempre há algo maior que escapa aos episódios de violência sob os quais estiveram submetidos ao longo de todos os seus primeiros anos de vida, algo maior do que as injustiças sociais experimentadas cotidianamente por suas famílias. O afeto, nessa perspectiva, é parte e facilitador de todos os processos educativos e culturais que vão se delineando durante a medida protetiva permitindo que ao sentirem-se plenamente protegidos para serem quem são, para falarem sobre suas dores, continuem escrevendo outros capítulos. Seria esse então o milagre humano?

[...] por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação, mas também há o mais extraordinário milagre humano: a vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta. Há, portanto, o homem por inteiro, de corpo e mente, emoção e razão, determinado e determinante da sociedade, de forma que o que acontece com um afeta o outro. (SAWAIA, 2009, p.365)

Quando Vinícius afirma que mais aprendeu do que ensinou, apresenta-se como egoísta, ele dá indícios de um esforço analítico no qual se percebe em um lugar de privilégio em detrimento do que esses outros indivíduos vivenciam. Assim como os capítulos seguem sendo escritos pelas crianças acolhidas, inevitavelmente reeditam as histórias das famílias acolhedoras, que também permanecem constantemente produzindo seus próprios enredos.

Isso tudo para dizer que aprendemos a ser os homens e mulheres que somos. Aprendemos a nos relacionar com nossos pares a partir de nossa e histórias e dos outros com aqueles que nos relacionamos ao longo da vida, reconhecendo as múltiplas determinações que incidem sobre nós para sermos quem somos. Aprendemos como ser mães, pais e filhos e, mesmo quando somos um, não somos outro, mas nos contemos. Também aprendemos a ser mães, pais e filhos diferentes do que já fomos e diferentes daquilo que podemos ser.

Esse processo dialético de aprender-ensinar, fazer-refazer, significar-ressignificar, sofrer-sorrir, chegar-partir, construir-romper talvez seja, em suma, a expressão mais simples dos processos educacionais, sociais e culturais que me dispus a conhecer e que alteram profundamente

as histórias de quem se dispõem a desempenhá-los no cuidado do outro e que altera também os sentidos para quem essa ação se dedica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, W. M. J.; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 155, p. 56- 75, 2015.

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.

_____. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, jun. 2006.

ALMEIDA, M. R. **A construção do afeto em branco e negro na adoção: limites e possibilidades de satisfação**. 2003. 210 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista. Assis. 2003.

ANTUNES, M. A. M.. Materialismo histórico-dialético: fundamentos para a pesquisa em história da psicologia. In: **O método histórico-social na psicologia social** Abrantes, A. A.; Silva, N. R.; Martins, S. T. F. (Orgs). Petrópolis: Vozes, 2005.

ARIÈS, P.. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981

BAPTISTA, M. V.; OLIVEIRA, R. C. S. A reinserção familiar de crianças e adolescentes: perspectiva histórica da implantação dos planos individuais de atendimento e das audiências concentradas. In: **Serviço social e temas sociojurídicos: debates e experiências**. (Orgs) FÁVERO, E.; GOIS, D., organizadoras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014

Berger, P., & Luckmann, T.. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O., TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BORSA, J. C.; NUNES, M. L. T. . Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. **Psicologia Argumento**, 29(64), 31-39, 2011.

Belfort, P. B.; Martins, S. M.; Aquino, M. L.; Sousa Santos, M. F. Representações sociais de família no contexto do acolhimento institucional. **Psicologia: Teoria e Prática**, vol. 17, núm. 3, septiembre-diciembre, pp. 42-51. Universidade Presbiteriana Mackenzie São Paulo, Brasil, 2015.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política nacional de assistência social**. Brasília, 2004.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993

_____. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: MDS/CNAS, 2009b.

_____. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**, Brasília: CNAS, Conanda, 2009a.

_____. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília, 2006.

CABRERA, V. C. **Direito da Infância e da Juventude: uma breve análise histórica e principiológica constitucional e infralegal**. Âmbito Jurídico , v. 1, p. 1, 2013. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13574&revista_caderno=12. Acesso em: 25 de julho de 2016.

CAMARGO, M. L. **A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes**. An. 1 Simp. Internacional do Adolescente May, 2005, revista eletrônica scielo, 2010

CNJ. **Conselho Nacional de Justiça – Poder Judiciário**. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>> Acesso em> 01 de março de 2016.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **ENCONTROS E DESENCONTROS DA ADOÇÃO NO BRASIL: uma análise do Cadastro Nacional de Adoção do Conselho Nacional de Justiça**. Poder Judiciário, Brasília, 2013.

COSTA, N. R.; ROSSETTI-FERREIRA, M.C. Tornar-se Pai e Mãe em um Processo de Adoção Tardia, **Psicol. Reflex. Crit.**[online], vol.20, n.3, pp.425-434, 2007.

COSTA.N.R.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Acolhimento Familiar. Uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. **Rev. Psicologia: Reflexão e Crítica**, 22 (1); 2009.

CRUZ, L. R. **(Des)articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

DELGADO, Paulo. A experiência da vinculação e o acolhimento familiar: reflexões, mitos e desafios. **Temas psicol.** [online] vol.18, n.2, pp. 457-467, 2010.

DESLANDES, S. F; BARCINSKI, M. Família contemporânea e violência: significados e práticas de atendimento. In: TRAD, L. A. B. (org). **Família contemporânea e saúde : significados, práticas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz. P. 291-309, 2010

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A.N. Leontiev. **Caderno Cedes**, v.24, n.62, p.44-63, abril, 2004.

FÁVERO, E.; BAPTISTA, A. S.; FRIAS, C.; GUEIROS, D. A.; NAVAS, E. P. et al. Famílias de crianças e adolescentes abrigados em São Paulo. In: **Serviço social e temas sociojurídicos: debates e experiências**. (Orgs) FÁVERO, E.; GOIS, D. A.. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

ALDA, N. **Reordenamento Institucional: Desafios da doutrina de proteção integral para crianças e adolescentes**. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário FIEO. Osasco, 2010.

FONSECA, C.. Fabricando família: Políticas públicas para o atendimento de jovens em situação de risco. In C. Cabral (Ed.), **Acolhimento familiar. Experiências e perspectivas** (pp. 86-101). Rio de Janeiro, RJ: UNICEF, 2004.

FONSECA, C. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 11-43, jan.-jun. 2006.

FRANCO, A. A. P.. O acolhimento familiar e as ações voltadas à proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes. In: **Serviço social e temas sociojurídicos: debates e experiências**. (Orgs) FÁVERO, E.; GOIS, D. A. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

FREITAS, M.T.A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cad. Pesquisa**. [online]. 2002, n.116, pp.21-39, 2002.

GANEV, E.. A necessidade de conhecer as famílias e os caminhos percorridos. In: **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam., organizadoras**. São Paulo: Paulus, 2008.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005

GELINSK, C. R. O.; MOSER, L.. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. MIOTO, Regina Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria, organizadoras. São Paulo: Cortez, 2015.

GOMES V.L.O., TELLES K.T., Roballo E.C. Grupo focal e discurso do sujeito coletivo: produção de conhecimento em saúde de adolescentes. **Revista Enfermagem**, 2009.

GOMES, M. A.; DUARTE, M.L. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciênc. saúde coletiva** [online]., vol.10, n.2, pp.357-363, 2005.

Guareschi et al <http://www.revipsi.uerj.br/v7n1/artigos/html/v7n1a03.htm> 2007

IPEA. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013

IPEA. **Levantamento Nacional de Abrigos da Rede SAC**. Relatório de Pesquisa número 1. Brasília, outubro de 2003.

KUABARA, C.Y.S.; KLIPAN, M.L.; ABRÃO, J.L.F. Família Acolhedora: o estabelecimento de relações objetais em situação de acolhimento. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 21, n. 2, maio/ago. 2016, 346-365.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MARTINS, J.DE S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, L. B; COSTA, N. R. A.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Acolhimento familiar: caracterização de um programa. **Paidéia**, 20(47): 359-70, 2010.

MARTINS, L.M. Da formação humana em Marx: crítica à pedagogia das competências. In. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. DUARTE, N. (org). Campinas, SP: Autores associados, 2004.

MARTINS, L.M.; RABATINI, V. G.. A concepção de cultura em Vigotski: contribuições para a educação escolar. **Revista Psicologia Política**, v. 11, n. 22, p. 345-358, 2011.

MIOTO, Regina Célia; DAL PRA, Keli Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política brasileira. In: **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. MIOTO, Regina Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria, organizadoras. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, B.A. A dialética do singular-particular-universal. In: **Método histórico-social na psicologia social**. (Orgs) ABRANTES, A.A., SILVA, N.R. MARTINS, S.T.F. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, M. K.. Vygotsky. **Aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

PADILHA, A. M. L. (s.d.). **A linguagem e a formação da consciência: uma perspectiva histórico-cultural**. Salto para o Futuro, 1(1), 39-42. Acesso em 18 de janeiro, 2017, em <http://www.unimep.br/~ampadilh/a-linguagem-e-aformacao.pdf>

PASQUALINI, J. C. A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 31-40, jan./mar. 2009

PATTO, M. H. P.. Raízes históricas das concepções sobre o fracasso escolar: o triunfo de uma classe e sua visão de mundo. Em: PATTO, M.H.S.. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A Queiroz, 1990. P. 28-52.

PEREIRA, P. J.; OLIVEIRA, M. C. F. A. **Adoção de crianças e adolescentes no brasil: sua trajetória e suas realidades**. Paulo José Pereira; Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” / Unicamp, 2016.

PINO, A.P. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 71, p. 45-78, 2000.

REIS, J.R.T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REZENDE, Propercio Antonio de. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o acolhimento familiar**. Disponível em: <
http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/O_ECA_e_o_acolhimento_familiar.pdf
>. Acesso em 01 jul. 2015.

RIZZINI, I.. **Crianças, adolescentes e famílias: Tendências e preocupações globais. Interação em Psicologia**, 6, 45-47, 2002.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para Infância no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, I.; CASTRO, M. R.; SARTOR, C. S. D.. **Guia de metodologias de pesquisa para programas sociais**. Apoio UNICEF. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1999.

SARTI, C. A **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres** (2a ed. rev.) São Paulo: Cortez, 2003

SARTI, C.A. Famílias Enredadas. In: **Família: redes, laços e políticas públicas**. ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. Editora Cortez, 6ª Ed., 2015.

SAWAIA (2005). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. (org.) SAWAIA, B.– 14 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Sawaia, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, 364-370, 2010.

SIQUEIRA, A.C.; DELL'AGLIO, D. D. O Impacto da Institucionalização na Infância e na Adolescência: Uma Revisão de Literatura. **Psicologia & Sociedade**, 18, 1, 71-80, 2006.

SOUZA, M. C. B. R. de. **A Concepção de Criança para o Enfoque Históricocultural**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Marília, 2007.

SOUZA, T.G.; OLIVEIRA, C.M. A **produção do conhecimento em educação: reflexões de uma análise dialética**. Disponível em: <
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/6.04.pdf>, 2012.

TOASSA, G. **Emoções e vivências em Vigotski**. Campinas, SP: Papirus, 2011.

VALENTE, J.. **O acolhimento familiar como garantia do direito à convivência familiar e comunitária**. Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

VALENTE, J.. **Família Acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento**. São Paulo. Editora Paulus. 2013

VARGAS, M. M. **Adoção tardia: da família sonhada à família possível**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

VECTORE, C. ;CARVALHO, C. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, p. 441-449, 2008.

VYGOSTKY, L. S. El problema y el método de Investigación. In: **Obras Escogidas**. Vol. II. Visor Distribución S.A., Madrid, 1993.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e Desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: LEONTIEV, A. [et al] **Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento** . Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S.. Desarrollo de los intereses en la edad de transición. Dinámica y estructura de la personalidad del adolescente (Capítulo 9) e Dinámica y estructura de la personalidad del adolescente (Cap. 16) . In L. S. Vygotsky, **Obras Escogidas**. IV, Madrid: ,1996.

VYGOTSKY, L.S.. **Pensamento e Linguagem**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

XAVIER, A. P. A técnica do grupo focal na pesquisa com as elites escolares. **Boletim SOCED**, v. 2008, p. 1-18, 2008.

ZOLA, M. B.. Políticas Sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países. In: **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. MIOTO, Regina Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria, organizadoras. São Paulo: Cortez, 2015.

APÊNDICE A - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA ENTIDADE PARA EXECUÇÃO DA PESQUISA**DECLARAÇÃO**

Eu, _____ portador do RG: _____, presidente da entidade _____ – CNPJ: _____, declaro ter conhecimento da pesquisa “Sentidos e significados do acolhimento familiar para famílias acolhedoras” a ser realizada nesta instituição.

CIDADE X, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Timbre da instituição

APÊNDICE B – ROTEIRO DOS GRUPOS FOCAIS

ENCONTRO 1 e 2 – GRUPO ADULTOS

- Apresentação dos integrantes
- Apresentação da pesquisa
- Leitura TCLE – solicitar que falem um por vez, que não há certo e errado, que nada do que conversarmos ali está diretamente ligado à família acolhedora (que agora se trata de uma pesquisa)

- Perguntas disparadoras: “O que é ser família acolhedora para você?”

“O que é a infância pra vocês?”

“O que é a infância da criança vítima de violência?”

- Como foi a receptividade da informação pelos demais membros do núcleo – Como foi chegar com essa informação dentro da família?
- Sentimentos suscitados durante o período de capacitação – O que vocês pensam sobre a capacitação de famílias? Ela ajuda? O que pode ser diferente?
- O primeiro acolhimento: o primeiro contato com a história da criança que será acolhida, a ida ao fórum para a assinatura da guarda, o primeiro contato com a criança, os primeiros momentos como família acolhedora. – Como é o momento em que vocês tem o primeiro contato com a história de vida da criança que vocês vão acolher e como é encontrar essa criança?
- O que pensavam sobre as famílias de origem antes do acolhimento. Essa concepção muda em contato com a criança?
- A criança fala sobre sua história? Há espaços para que ela possa relatar sobre suas vivências de violência?
- Nos momentos em que há conflitos com a criança (ela não obedece uma regra, por exemplo), como ela é advertida?
- Acreditam que podem oferecer novos modelos relacionais e de cuidado à criança?
- Como ocorre esse processo de construção do afeto dentro da família?
- O que mudou na educação de seus filhos após a experiência do acolhimento.
- O que levaria uma família a desistir do processo de acolhimento durante o acolhimento?
- Que impactos o acolhimento provocou na vida pessoal e nas relações sociais de todos os envolvidos

Secundárias

Quem são as redes de apoio que auxiliam as famílias a exercerem os cuidados da criança? -

- Como são construídas as regras dentro da família
- Acredita que terá condições de acolher crianças que tenham vivenciado quaisquer experiências de violência (física, psicológica, sexual, negligência, abandono) ou há restrições?

ENCONTRO 1 – GRUPO B

- Compartilhar sobre a pesquisa: explicar que estou fazendo um estudo sobre famílias acolhedoras, contar que ouvi um pouco da experiência dos adultos e que agora quero conhecer a das crianças;
- Disparador: Desenho/ criação artística sobre o que é ser família
- Na sequência, pedir que me contem um pouco do que produziram e de como é ser família acolhedora, se tem dificuldades e quais são elas, o que mais gostam ao longo do acolhimento, o que aprenderam com o acolhimento; como é a chegada da criança; quem constrói as regras na casa; o que aprendem com a criança, o que ensinam

APÊNDICE C -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TCLE)
(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

Eu, Claudia Regonha Suster, aluna de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação (UNESP-Rio Claro), RG 44.497.800-8 – SSP/SP, sob a orientação da Profa. Dra. Débora Cristina Fonseca, estamos convidando-o (a) a participar do estudo **“SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA FAMÍLIAS ACOLHEDORAS”**.

Esta pesquisa tem como principal objetivo conhecer as dificuldades vivenciadas pelas famílias com relação às diferenças relacionais, educacionais e culturais que surgem no processo de acolhimento e os impactos que estas vivências produzem nas histórias de vida dos membros da família acolhedora.

Sua participação nesta pesquisa acontecerá por meio de atividades em grupo com membros de outras famílias acolhedoras (guardiões e outros membros do núcleo que desempenhem cuidados sobre a criança/adolescente acolhidos) que já passaram pelo acolhimento ou estão prestes a acolherem e, eventualmente, poderá ser convidado para dar uma entrevista individual para aprofundamento de alguns temas. Nos grupos abordaremos algumas questões referentes ao acolhimento familiar e você, assim como os demais participantes, poderão relatar suas experiências, opiniões e sentimentos suscitados por este trabalho. Tanto no grupo quanto na entrevista, nossas discussões serão gravadas por um áudio-gravador. Você pode recusar a gravação e neste caso, as respostas serão registradas pela pesquisadora e um (a) auxiliar, quando necessário. O grupo será realizado em uma sala fechada onde somente as pesquisadoras e demais participantes estarão presentes.

Os riscos para o participante desta pesquisa são mínimos, podendo ocorrer situações em que você se sinta desconfortável ou incomodado diante de alguma pergunta abordada. Para minimizar essa possibilidade, sugerimos que você deixe de se manifestar diante de temas que não se sinta confortável, podendo, inclusive, deixar de responder ou desistir de sua participação sem qualquer prejuízo. Caso você tenha dúvidas, pode pedir esclarecimentos. Essa pesquisa mostra-se importante para contribuir com os processos de capacitação e preparação das famílias acolhedoras e para auxiliar a equipe do serviço para oferecerem apoio/suporte mais qualificado às famílias.

Novamente reforçamos que é seu direito desistir da participação nesta pesquisa em qualquer etapa e por qualquer motivo sem qualquer prejuízo. Informamos e asseguramos que sua identidade será mantida sob sigilo e os resultados construídos serão utilizados para atingir objetivos científicos. Em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo você será identificado. Caso você tenha dúvidas, poderá obter maiores esclarecimentos sobre a pesquisadora ou sobre a pesquisa através de contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IB) a qual este trabalho está vinculado. Os dados estarão disponíveis no final do documento.

Destaca-se que você não receberá remuneração para contribuir com esta pesquisa, bem como não terá despesas.

Se você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o (a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com a pesquisadora.

Local/data

_____, ____/____/____.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do participante da pesquisa e RG

Dados sobre a Pesquisa:

Título do Projeto: “SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA FAMÍLIAS ACOLHEDORAS”.

Pesquisador Responsável: Claudia Regonha Suster

Cargo/função: aluna do mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação

Instituição: Unesp-Rio Claro

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP

Dados para Contato: fone (19) 98145-2363 - e-mail: claudia_suster@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Débora Cristina Fonseca

Instituição: Unesp-Rio Claro

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP

Dados para Contato: fone (19) 3526-4272 e-mail: deboracf@rc.unesp.br

CEP-IB/UNESP-CRC

Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP

Telefone: (19) 35269678

Dados sobre o participante da Pesquisa:

Nome: _____

Documento de Identidade: _____

Sexo: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

APÊNDICE D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TALE)
(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

Eu, Claudia Regonha Suster, aluna de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação (UNESP-Rio Claro), RG 44.497.800-8 – SSP/SP, sob a orientação da Profa. Dra. Débora Cristina Fonseca, estamos convidando-o (a) a participar do estudo **“SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA FAMÍLIAS ACOLHEDORAS”**.

Esta pesquisa pretende conhecer as dificuldades vivenciadas pelas famílias com relação às diferenças relacionais, educacionais e culturais que surgem durante o acolhimento e como essas situações produzem mudanças nas histórias de vida dos membros da família acolhedora. Sua participação nesta pesquisa acontecerá por meio de atividades em grupo com membros de outras famílias acolhedoras que já passaram pelo acolhimento ou estão prestes a acolherem. Nos grupos serão feitas algumas perguntas e ouviremos sua resposta e a dos outros participantes, nas quais você poderá relatar suas experiências, opiniões e sentimentos provocados pelo acolhimento familiar. Nossas discussões serão gravadas por um áudio-gravador. Você pode recusar a gravação e neste caso, as respostas serão registradas pela pesquisadora e um (a) auxiliar, quando necessário. O grupo será realizado em uma sala fechada onde somente as pesquisadoras e demais participantes estarão presentes.

As atividades propostas são de risco mínimo para o participante, podendo ocorrer situações em que você se sinta desconfortável ou incomodado diante de alguma pergunta abordada. Para minimizar essa possibilidade, sugerimos que você deixe de se manifestar diante de temas que não se sinta confortável, podendo, inclusive, deixar de responder ou desistir de sua participação sem qualquer prejuízo. Caso você tenha dúvidas, pode pedir esclarecimento. Essa pesquisa mostra-se importante para contribuir com os processos de capacitação e preparação das famílias acolhedoras e para auxiliar a equipe do serviço para oferecerem apoio/suporte mais qualificado às famílias.

Novamente reforçamos que é seu direito desistir da participação nesta pesquisa em qualquer etapa e por qualquer motivo sem qualquer consequência. Informamos e garantimos que sua identidade será mantida em segredo e os resultados construídos a partir da pesquisa serão utilizados para estudo e fins científicos. Em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo você será identificado. Caso você tenha dúvidas, poderá obter maiores esclarecimentos sobre a pesquisadora ou sobre a pesquisa através dos contatos indicados no final deste documento.

Ressaltamos que você não será pago (a) para contribuir com esta pesquisa e também não terá despesas.

Se você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o (a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o pesquisador(a).

Local/data

_____, ____/____/____.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do participante

Dados sobre a Pesquisa:

Título do Projeto: “SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA FAMÍLIAS ACOLHEDORAS”.

Pesquisador Responsável: Claudia Regonha Suster

Cargo/função: aluna do mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação

Instituição: Unesp-Rio Claro

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP

Dados para Contato: fone (19) 98145-2363 - e-mail: claudia_suster@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Débora Cristina Fonseca

Instituição: Unesp-Rio Claro

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP

Dados para Contato: fone (19) 3526-4272 e-mail: deboracf@rc.unesp.br

CEP-IB/UNESP-CRC

Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP

Telefone: (19) 35269678

Dados sobre o participante da Pesquisa:

Nome: _____

Documento de Identidade: _____

Sexo: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TCLE)
(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

Eu, Claudia Regonha Suster, aluna de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação (UNESP-Rio Claro), RG 44.497.800-8 – SSP/SP, sob a orientação da Profa. Dra. Débora Cristina Fonseca, estamos convidando-o (a) a participar do estudo **“SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA FAMÍLIAS ACOLHEDORAS”**.

Esta pesquisa tem por principal objetivo conhecer as dificuldades vivenciadas pelas famílias com relação às diferenças relacionais, educacionais e culturais que surgem no processo de acolhimento e os impactos que estas vivências produzem nas histórias de vida dos membros da família acolhedora. Nesse sentido, a participação do adolescente nesta pesquisa acontecerá por meio de atividades em grupo com membros de outras famílias acolhedoras que já passaram pelo acolhimento ou estão prestes a acolherem. Nos grupos serão feitas algumas perguntas e ouviremos as respostas do (a) adolescente/criança e dos outros participantes, sendo elas gravadas. O adolescente/criança e/ou você, como responsável, terá o direito de recusar a gravação, mas ele não precisará desistir de sua participação. Neste caso, as respostas serão registradas pela pesquisadora e um (a) auxiliar, quando necessário. O grupo será realizado em uma sala fechada onde somente as pesquisadoras e demais participantes estarão presentes.

As atividades propostas são de risco mínimo para o participante, podendo ocorrer situações em que de desconforto ou incomodo diante de alguma pergunta abordada. Para minimizar essa possibilidade, orientamos o (a) adolescente a deixar de se manifestar diante de temas que não se sinta confortável, podendo, inclusive, deixar de responder ou desistir de sua participação sem qualquer prejuízo. Caso você tenha dúvidas, pode pedir esclarecimento. Essa pesquisa mostra-se importante para contribuir com os processos de capacitação e preparação das famílias acolhedoras e para auxiliar a equipe do serviço para oferecerem apoio/suporte mais qualificado às famílias.

Novamente reforçamos que é seu direito e do (a) adolescente desistir da participação nesta pesquisa em qualquer etapa e por qualquer motivo sem qualquer consequência. Informamos e garantimos que sua identificação e a do (a) adolescente será mantida sob sigilo e os resultados construídos a partir da pesquisa serão utilizados para estudo e fins científicos. Em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo vocês serão identificados.

Em caso de dúvidas, você ou o (a) adolescente poderão obter maiores esclarecimentos sobre a pesquisadora ou sobre a pesquisa através de contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IB) a qual este trabalho está vinculado. Os dados estarão disponíveis no final do documento.

Ressaltamos que você ou o (a) adolescente não receberão remuneração para contribuir com esta pesquisa, bem como não terão despesas.

Se você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o (a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com a pesquisadora.

Local/data

_____, ____/____/____.

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Assinatura do responsável legal e RG

Dados sobre a Pesquisa:

Título do Projeto: “SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA FAMÍLIAS ACOLHEDORAS”.

Pesquisador Responsável: Claudia Regonha Suster

Cargo/função: aluna do mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação

Instituição: Unesp-Rio Claro

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP

Dados para Contato: fone (19) 98145-2363 - e-mail: claudia_suster@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Débora Cristina Fonseca

Instituição: Unesp-Rio Claro

Endereço: Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP

Dados para Contato: fone (19) 3526-4272 e-mail: deboracf@rc.unesp.br

CEP-IB/UNESP-CRC

Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP

Telefone: (19) 35269678

Dados sobre o participante da Pesquisa:

Nome: _____

Documento de Identidade: _____

Sexo: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____